



**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

KASSOUM DIEME

**IMIGRAÇÃO HAITIANA E POLÍTICA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA
CIDADE DE SÃO PAULO: 2010-2015**

CAMPINAS

2016

Kassoum Dieme

**IMIGRAÇÃO HAITIANA E POLÍTICA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA CIDADE DE SÃO
PAULO: 2010-2015**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Supervisor/Orientador: Prof. Dr. Mário Augusto Medeiros da Silva

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO KASSOUM DIEME, E ORIENTADA PELO PROF. DR. MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA.



CAMPINAS

2016

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CNPq, 133599/2014-0

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

D564i Dieme, Kassoum, 1980-
Imigração haitiana e política de acolhimento institucional na cidade de São Paulo : 2010-2015 / Kassoum Dieme. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Mário Augusto Medeiros da Silva.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Imigrantes haitianos - São Paulo (Cidade) - Condições sociais. 2. Acolhimento. 3. Migração. 4. Trabalhadores migrantes. 5. Direitos humanos. 6. Xenofobia. 7. Refugiados. I. Silva, Mário Augusto Medeiros da, 1982-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Haitian immigration and institutional reception policy in São Paulo city : 2010-2015

Palavras-chave em inglês:

Haitian immigrants - Sao Paulo (City) - Social conditions

Reception

Migration

Migrant workers

Human rights

Xenophobia

Refugees

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora:

Mário Augusto Medeiros da Silva [Orientador]

Rosana Aparecida Baeninger

José Carlos Alves Pereira

Data de defesa: 30-11-2016

Programa de Pós-Graduação: Sociologia



**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 30 de novembro de 2016, considerou o candidato Kassoum Dieme aprovado.

Prof. Dr. Mário Augusto Medeiros da Silva

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

Prof. Dr. José Carlos Alves Pereira

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Dedico este trabalho a
Aline Sitoé Santos Dieme,
Mafou DIEME e Awa DIEDHIOU

AGRADECIMENTOS

Meu ingresso no Mestrado em Sociologia na Unicamp e sua realização para a obtenção do título de Mestre em Sociologia foram um desafio diante do qual tive apoio consistente de várias pessoas e instituições. Expresso aqui a minha profunda gratidão a todas elas, quer tenham contribuído direta quer indiretamente neste processo.

Aos meus pais Mafou Diémé e Awa Diédhiou pela paciência e compreensão e pela torcida incondicional desde o outro lado do Atlântico há mais de uma década.

À minha prima Bintou Diémé pela confiança e pelo imenso coração que carrega.

Aos muito caros Nando Sané, Nouha Diémé, Dienaba Badji, Mariétou Diémé, Ousmane Sané, *Tonton* Saloum Diédhiou pelo que fizeram por mim e por sempre se preocuparem com minha formação e pela torcida, embora fisicamente muito distantes de mim.

Ao escritor Marcelo Aratum, um amigo de longa data, um irmão, que sempre me encorajou a seguir nos estudos e acolhe na sua casa quando preciso.

Aos professores Ivair Augusto Alves dos Santos e Joaze Bernardino Costa pelo apoio recebido na fase preparatória do mestrado em 2013, por meio do curso Pós-Afirmativa do qual participei naquele ano.

À Sua Excelência Abdoul Aziz Ndiaye (*in memoriam*), Embaixador do Senegal no Brasil em 2013, pela atenção e colaboração ao sucesso do meu sonho de ser aprovado no mestrado no segundo semestre daquele ano.

Aos professores de Sociologia Maria Francisca P. Coelho, Ana Cristina Collares e Sadi dal Rosso e de Teoria Literária e Literaturas Sidney Barbosa, da UnB, pelo fundamental apoio.

Aos caros amigos brasileiros, conterrâneos e demais africanos, que me apoiaram de diversas formas ao longo dos anos de luta. Cito Malamine Sadio e Luciana Santos, Djiby Mané e Laudmira Vieira, Mansour Dramé e Eliane Silva, Philippe T. Kabutakapua, Émilie Badji, Raoul Diandy, Papa Sengane Diaw, Mactar Diallo e Aïcha, Cristiane de Oliveira, Lucilayne Souza, Raoul Diandy, Danny K. de Souza, dentre outros.

Aos amigos africanos: o marfinense Akpaulai Timothée Bezalel Konan, o senegalês Papa Mamadou Seye e o congolês Joel Mundele, que me apoiaram, cada um do seu jeito, em algum momento deste processo, bem como a todos os estudantes africanos que conheci na Unicamp.

Aos colegas e amigos em Campinas: Fernando Matias, Hugo Guilherme, Paulo Rufino e Eduardo Sato pela solidariedade, pelas perguntas e respostas sobre um assunto de pesquisa do meu interesse e pela paciência de se verem, muitas vezes, envolvidos na minha pesquisa.

Ao Bruno Gomes Arantes, Carlos Andrés Marin, Jaqueline dos Santos, Maíra Vale por acreditarem que levaria a cabo esta pesquisa.

À UNICAMP pelos diversos apoios que oferece, bem como pelo material que disponibiliza ao Estudante, por meio do Serviço de Apoio ao Estudante, suas bibliotecas e laboratórios.

Aos funcionários, notadamente da Secretaria, e professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) pelo ótimo trabalho que tornou possível a realização de boa parte dos trabalhos direta ou indiretamente ligados à produção desta dissertação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de pesquisa, indispensável para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus colegas de turma pelas trocas de experiências e informações durante o curso e nos encontros acadêmicos ao longo dos últimos dois anos e meio e também pela grande amizade que tive com alguns deles, bem como pela solidariedade de muitos.

À bibliotecária do CEM, bem como a todos da Missão Paz de São Paulo que me apoiaram.

Às professoras Doutoras Bárbara Geraldo de Castro e Roberta Guimarães Peres pela aceitação do convite e por fazer parte da banca de qualificação, bem como pelas ricas e imprescindíveis críticas, sugestões e contribuições durante o exame de qualificação.

Aos estudantes haitianos na Unicamp, particularmente aqueles com os quais tive várias vezes a oportunidade de conversar sobre a migração haitiana.

Aos poucos haitianos que conheci em Manaus, São Paulo e Brasília pelo tempo e disposição para conversar comigo a respeito de sua migração.

A todos aqueles que entrevistei: José Carlos Alves Pereira, Márcia Maria de Oliveira, Gláucia de Oliveira Assis, João Carlos Jarochinski Silva, Valdecir Mayer Molinari, Osvaldo Faustino, Paulo Sergio de Almeida e Paolo Parisi pela valiosíssima colaboração na minha pesquisa, bem como pelas preciosas informações fornecidas.

Aos membros da banca de defesa desta dissertação por aceitarem prontamente nosso convite. Termino por agradecer ao meu orientador pela dedicação e indicação do caminho a trilhar, pela promoção da primeira entrevista da pesquisa, pelos reiterados incentivos, pelas cobranças sempre necessárias, pelas críticas, sugestões e perguntas, bem como pela paciência e compreensão, além dos apoios significativos ao longo destes anos de reflexão, pesquisa e produção sobre a mais chamativa imigração internacional no Brasil dos últimos anos.

*É preciso evitar o imobilismo. Como qualquer outra tradição,
a hospitalidade não se fixa de uma vez para todas.
Trata-se de uma realidade viva, que evolui
e se transforma, adaptando-se às
mudanças do mundo.*

Rose Duroux

*... uma das funções essenciais do discurso sobre a imigração:
fala-se objetivamente de si quando se fala dos outros.*

Abdelmalek Sayad

Porque ele sabe que confortar o outro é confortar-se.

Paulina Chiziane

RESUMO

Desde 2010 ocorre no Brasil a imigração de haitianos de ambos os sexos, de diversas gerações e competências. Esta dissertação trata desta imigração e seu acolhimento institucional na cidade de São Paulo. O acolhimento institucional que estes imigrantes receberam entre 2010 e 2015 envolveu instituições como o CNIg, a Missão Paz e a CPMig, dentre outras. Ele começa antes da chegada dos haitianos e se estende até o convívio em São Paulo. Era inicialmente fragmentado e proporcionado conforme o entendimento de cada instituição sobre imigração e imigrante, resultou de dispositivos legais, de ações e da cobrança da sociedade civil e foi sendo ampliado ao longo dos anos graças aos diálogos e à necessária colaboração entre as instituições sem os quais o alcance de suas respectivas ações seria algo limitado. Para o CNIg, criador do visto especial humanitário para haitianos em 2012, dois anos após o advento do terremoto de 2010, acolher é permitir a chegada ou regularizar a permanência daqueles imigrantes sem condenação por crime, de modo que possam se inserir no mercado de trabalho e, assim, justificar a renovação de sua permanência de cinco anos no Brasil. Há ausência de ações concretas específicas para a mulher imigrante neste caso. Para a Missão Paz, o acolhimento é de difícil definição, prioriza os mais vulneráveis, independe da condição migratória e é motivado essencialmente pelo Evangelho. A tradição no acolhimento a migrantes fez da Missão Paz uma referência no assunto nesta cidade. Quanto ao atendimento oferecido pela CPMig, este também é diversificado e inclui oferta de moradia provisória, assistência na busca de emprego e na criação de espaços culturais. A CPMig promove a participação política de imigrantes na cidade. A política de acolhimento institucional para imigrantes mudou significativamente em São Paulo com a imigração haitiana. Embora vigente o Estatuto do Estrangeiro de 1980, a política de acolhimento institucional adotada pelas referidas instituições é hoje marcada pela ótica dos direitos humanos sobre migrações, tendo como alguns desafios: dar as mesmas oportunidades de inserção laboral e social a homens e mulheres, minimizar práticas xenófobas e racistas, reconhecer social e profissionalmente as qualificações destes imigrantes. Antes destas considerações, foram analisados o lugar do acolhimento institucional a imigrantes na teoria sociológica, as migrações internacionais haitianas e o acolhimento de haitianos por instituições no Brasil, em particular, na cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Imigração haitiana; Política de acolhimento institucional; Cidade de São Paulo

ABSTRACT

Since 2010, it happening in Brazil immigration of haitian men and women of different generations and skills. This dissertation focuses on this immigration in São Paulo and its reception by institutions. The institutional reception that these immigrants had between 2010 and 2015 involved institutions such as the *CNIg*, the *Missão Paz* and *CPMig*, among others. The reception begins before the arrival of Haitians and extends to their living in São Paulo. It was initially fragmented and provided according to the understanding of each institution on immigration and immigrant. It resulted from legal dispositive or civil society pressure and has been expanded over the years thanks to dialogue and the necessary cooperation between the institutions without which the scope of their respective shares would be somewhat limited. For the *CNIg*, who created the humanitarian special visa for Haitians in 2012, two years after the advent of the earthquake in 2010, receive means to allow the arrival or regularize the stay of immigrants who never committed crime, so that they can enter the labor market, and this labor insertion justify their renewal of five-year residence document in Brazil. In the case of *CNIg*, the absence of specific measures for women immigrants marked also the reception. The reception promoted to Haitians by the *Missão Paz* is difficult to define. There is the Gospel that essentially motivated it. It prioritizes immigrants in more vulnerable conditions and do not depend on the immigration status of these. The *Missão Paz* is a reference in São Paulo because it traditionally receive immigrants. The reception service offered by *CPMig* includes legal consultations, offer temporary housing, assistance in finding employment and creation of cultural spaces in the city. The *CPMig* stands for the promotion of immigrant political participation in the city. The institutional reception policy for immigrants has undergone significant changes in São Paulo with the arrival of Haitians. While the *Foreigner Statute* of 1980 is current, these three institutions adopted an institutional reception policy which is now marked by human rights perspective on migration and with the challenges are: to give the same opportunities for social and economic inclusion for men and women, to minimize xenophobic and racist practices, to recognize socially and economically the qualifications of these immigrants. Before these considerations, the study examined first the place of institutional reception to immigrants in sociological theory, after the Haitian international migration and finally the hosting of Haitians by institutions in Brazil particularly in São Paulo

Keywords: Haitian immigration; Institutional reception policy; São Paulo city.

Résumé

Depuis 2010 des Haïtiens et Haïtiennes de toutes les générations et compétences immigrent au Brésil. Ce mémoire porte sur leur immigration à la ville de São Paulo et leur accueil par les institutions. L'accueil que ces immigrants ont reçu entre 2010 et 2015 à São Paulo leur est réservé par le *CNIg*, la *Missão Paz* et la *CPMig* parmi d'autres institutions. Il commence avant l'arrivée des Haïtiens et s'étend jusqu'à leurs relations avec les nationaux à São Paulo. Au début, chacune de ces institutions accueillait ces Haïtiens selon sa conception de l'immigration et de l'immigrant. Elles le faisaient conformément aux dispositifs légaux ou sous pression de la société civile et ont élargi chacune sa conception au fil des années grâce aux dialogues et à la coopération entre elles, sans lesquels la portée de leurs actions respectives serait limitée. Pour le *CNIg* qui a créé le visa spécial humanitaire réservé aux Haïtiens en 2012, deux ans après le séisme de 2010 en Haïti, accueillir c'est autoriser l'arrivée ou régulariser le séjour des immigrants qui n'ont jamais commis de crime, afin qu'ils puissent entrer sur le marché du travail. C'est cette insertion qui justifie le renouvellement de leurs titres de séjour de cinq ans au Brésil. La temporalité, le manque d'actions concrètes particulières à la femme immigrante caractérisent aussi la politique du *CNIg*. L'accueil réservé aux Haïtiens par la *Missão Paz* a pour élément moteur l'Évangile. Difficile à définir, il priorise les immigrants vivant des situations précaires et ne dépend pas du statut d'immigration de ces derniers. La longue pratique d'accueillir des immigrants – plus récemment les Haïtiens – a fait de la *Missão Paz* une référence en la matière à São Paulo. La *CPMig* aussi offre plusieurs services, dont des consultations juridiques, des logements provisoires, l'aide à la recherche d'emploi et à la création d'espaces culturels à São Paulo, aux immigrants – haïtiens. Celle-ci s'est engagée dans la promotion de la participation politique des immigrants dans cette ville. Grâce à l'arrivée des Haïtiens, la politique d'accueil institutionnel des immigrants a subi d'importants changements à São Paulo. Bien que le *Statut de l'Etranger* de 1980 soit encore en vigueur, la politique d'accueil institutionnel des trois institutions susnommées est en fait actuellement bien marquée par la perspective des droits humains sur les migrations, ayant pour défis l'offre des mêmes possibilités d'insertion sociale et laborale pour hommes et femmes, la réduction des pratiques xénophobes et racistes, la reconnaissance sociale et professionnelle des compétences de ces immigrants. Avant de tirer ces conclusions, l'étude s'est soucieuse de voir la place de l'accueil institutionnel des immigrants en théorie sociologique, d'analyser les migrations internationales haïtiennes et l'accueil des Haïtiens par des institutions au Brésil, particulièrement à São Paulo.

Mots-clés: Immigration haïtienne; politique d'accueil institutionnel; São Paulo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN - Agência Brasileira de Inteligência

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AI – Anistia Internacional

BM – Banco Mundial

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CdM - Casa do Migrante

CIE – Cédula de Identidade de Estrangeiro

CEM – Centro de Estudos Migratórios

CEPPAC-UnB - Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas da UnB

CJ - Companhia de Jesus

CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

CNIg - Conselho Nacional de Imigração

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COMIGRAR - Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio

CONARE - Comitê Nacional para Refugiados

CPF - Cadastro de Pessoa Física

CPMig - Coordenação de Políticas para Migrantes

CPMM - Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes

CRAI - Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes

CSEM - Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social

DIAL - Laboratório de pesquisa francês “Desenvolvimento, Instituições e Mundialização” do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD).

DSED - Departamento das Estatísticas, dos Estudos e da Documentação.

GPTMA - Grupo de Pesquisa de Trabalho e Migrações na Amazônia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

IMDH - Instituto Migrações e Direitos Humanos

IHSI- Instituto Haitiano de Estatística e de Informática.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MEC - Ministério da Educação

MI - Museu da Imigração do Estado de São Paulo

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti

MJ - Ministério da Justiça

MRE - Ministério de Relações Exteriores

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social

NEV - Núcleo de Estudos da Violência

OBMigra - Observatório das Migrações Internacionais

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIM - Organização Internacional para as Migrações

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas/*Organisation des Nations Unies*

O.S. - Operário sem especialização

PEA – População Economicamente Ativa

PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PUC-SP - Pontífice Universidade Católica – São Paulo

RDC - República Democrática do Congo

RN - Resolução Normativa

RNE - Registro Nacional de Estrangeiros

SDH - Secretaria de Direitos Humanos

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

SP - São Paulo

UCAD - Université Cheikh Anta Diop

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRR – Universidade Federal de Roraima

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos

UnB - Universidade de Brasília

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	17
A migração: um fenômeno complexo	21
Processo migratório haitiano	23
Acerca do acolhimento	27
Metodologia	31
 Capítulo 1: Teorias das migrações internacionais e política de acolhimento	36
1.1 Migrações inter(nacionais): cruzamentos	36
1.2 Migração e acolhimento entre os clássicos da sociologia?	41
1.3 Teoria sociológica contemporânea da imigração e o acolhimento	45
1.3.1 Sociologia contemporânea da imigração e seu acolhimento na sociologia	48
1.3.2 Migração, dimensões políticas e acolhimento	51
1.3.2.1 Asilo e refúgio: migração, política e acolhimento	51
1.3.2.2 Migração e dimensões políticas “secundárias”	57
1.3.2.2.1 Relações alojamento, escola, cultura e a política nas migrações	61
1.4 Migração, globalização e condição laboral de migrantes	63
1.4.1 Contexto da globalização e imigração	63
1.4.2 Condições laborais de migrantes em tempos de globalização	69
1.5 Gênero, raça/etnia e política de acolhimento às migrantes	71
 Capítulo 2: Haiti: história, migrações e imigração no Brasil	77
2.1 Haiti: história e imigração	77
2.2 Haiti: história e emigração	87
2.2.1 Emigração haitiana para o Brasil	98
2.2.1.1 Imigração no Brasil e chegada de haitianos	98
2.2.1.2 Causas e caminhos da emigração haitiana para o Brasil	103
2.2.1.3 Haitianos no Brasil	112
2.2.1.4 Gênero: uma das diversidades entre imigrantes haitianos	120
 Capítulo 3: Política de acolhimento institucional de haitianos em São Paulo: CNIG, Missão Paz e CPMig	132
3.1 São Paulo e suas migrações	135

3.2 CNIg e Estado brasileiro: articulações no acolhimento aos imigrantes haitianos no Brasil e em São Paulo	139
3.2.1 Acerca da não devolução dos haitianos	145
3.2.2. Acolhimento na provisoriedade	149
3.2.3 Além da documentação no acolhimento institucional a haitianos	151
3.2.3.1 Migração e relações de poder: Brasil – Haiti	161
3.3 Missão Paz: estrutura e acolhimento na cidade de São Paulo	164
3.3.1 Missão Paz: Acolhimento aos haitianos entre 2010 e 2015	175
3.4 Prefeitura de São Paulo e a política de acolhimento aos imigrantes haitianos	183
3.4.1 Imigração, educação e hospedagem na cidade de São Paulo	188
3.4.1.1 CPMig: Imigração e educação	188
3.4.1.2 CPMig: Imigração e hospedagem	191
3.5 CRAI e os perfis dos imigrantes	195
Considerações finais	200
Bibliografia	211
Anexos	223
Anexo 1: Links e sites consultados	223
Anexo 2: Imagens em movimento	225
Anexo 3: Relatório de pesquisa de campo	227
Anexo 4: Termo de consentimento livre para entrevistas	233
Anexo 5: Roteiro norteador das entrevistas	234
Anexo 6: Programação do “II Seminário Internacional Migrações na Pan-Amazônia”	235
Anexo 7: Cronograma das Relações Bilaterais (Brasil-Haiti)	236
Anexo 8: Resoluções Normativas N° 97; N° 102; N° 113	237
1 - Resolução Normativa N° 97, de 12 de janeiro de 2012	237
2 - Resolução Normativa N° 102, de 26 de abril de 2013 e Resolução Normativa N° 113, de 09 de dezembro de 2014	238
Anexo 9: Indicadores sobre Migração Internacional	239
1 - Haiti	239
2 - Brasil	240
3 - República Dominicana	241

4 - Estados Unidos da América	242
Anexo 10: Créditos aprovados para operações de manutenção da paz da ONU para o período de 1 de jul. de 2015 a 30 de jun. de 2016 (em dólares estadunidenses)	243
Anexo 11: Bandeiras e hinos das 8ª e 9ª Marchas dos Imigrantes	244
Anexo 12: Imagens da pesquisa de campo	245

Introdução

A questão das migrações internacionais preocupou e continua interessando a Estados (REIS, 2007; BAENINGER e ANTICO, 1996), organizações internacionais (ONU, 1980; OIT, 1949), instituições religiosas como a MISSÃO PAZ¹ e o IMDH², teóricos ou pesquisadores acadêmicos (PATARRA, 2012; REIS, 2007; PATARRA e BAENINGER, 2004; PORTES, 1999; LEE, 1980; MOROKVASIC, 1984; RAVENSTEIN, 1980; SAYAD, 1998). As migrações internacionais também são assuntos das sociedades brasileira - com a chegada de haitianos³ e senegaleses, por exemplo, particularmente nos últimos cinco anos - e haitiana - com a possibilidade de emigrar nos últimos tempos para o Brasil e para outros países ou com a presença de forças multinacionais da MINUSTAH⁴.

Falar de imigração é tratar também explícita ou implicitamente de política de acolhimento institucional⁵. *O objetivo desta dissertação é analisar a política de acolhimento*

¹ “A Missão Paz é um complexo scalabriniano de integração e acolhimento aos i-migrantes na constante busca em compreender sua origem e sua cultura, respeitando-os sempre no papel de protagonistas de suas histórias.” (STEFANELLI, 2015, p. 46). Ela faz parte da Igreja Católica e se localiza no centro da cidade de São Paulo.

² Nas palavras da Irmã Rosita Milesi “O Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) é uma associação sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, que pertence à Congregação das Irmãs Scalabrinianas. Tem, por missão, no respeito à dignidade e valores dos migrantes e refugiados, promover o reconhecimento de sua plena cidadania, atuando na defesa de seus direitos, na assistência social, jurídica, humanitária e religiosa. Busca sempre contribuir na acolhida e integração desta população na sociedade e sua inclusão em políticas públicas, com especial atenção às situações de maior vulnerabilidade” (*Apud* REMHU, 2014, p. 276).

³ Para evitar uma ortografia como “haitiana-o-s” ao longo do texto, adotamos doravante a palavra “haitianos” para falarmos de “haitianas e haitianos”, exceto nos casos em que a distinção de homens e mulheres é explícita. O mesmo se aplica às demais nacionalidades aqui referidas.

⁴ Na sua Resolução de 30 de abril de 2004, o Conselho de segurança das Nações Unidas “decide estabelecer, sob o nome de *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti* - MINUSTAH, a força de estabilização almejada na sua resolução 1529 (2004), por um período inicial de seis meses que pretende renovar, e solicita que a transferência de poder da Força multinacional provisória para a MINUSTAH seja feita em 1 de junho de 2004” (ONU, 2004. Tradução nossa). Disponível em: <[http://www.un.org/fr/documents/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542\(2004\)](http://www.un.org/fr/documents/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542(2004))>. Acesso em 28/04/2016. De acordo com Moreira (2010), a MINUSTAH foi aprovada por unanimidade pelo referido conselho. “Sua liderança ficou a cargo do Chile, e o Brasil, possuidor do maior efetivo militar na área, assumiu o comando do braço armado” desta missão. Saindo da região Sul, o primeiro contingente brasileiro composto de 1000 homens chega no Haiti em junho daquele ano. O segundo contingente, enviado em novembro do mesmo ano, partiu de São Paulo. Ambos contaram com o apoio da população ao chegarem. O terceiro contingente partiu de Rio de Janeiro em junho de 2005, tendo menos apoio popular à missão diante da persistência das difíceis condições de vida da população. “O quarto contingente, cujos integrantes personagens são os personagens desta narrativa, assumiu a área de operações em novembro de 2005 em meio a conflitos violentos com as forças adversas” (MOREIRA, 2010, p. 15; 17). De acordo com Ramalho e Goes (2010) esta missão é uma das duas, sendo a de Angola a segunda, em que o Brasil preferiu concentrar esforços.

⁵ Consultando a literatura sobre imigração e acolhimento, percebeu-se que o estrangeiro, antes de ou ao deixar seu país - ou cidade, no passado remoto - se preocupa com seu acolhimento. Ao entrar em outro país é bem ou mal acolhido, mas pode inclusive não ser não acolhido. Neste caso, espera-se que seja acolhido no país de onde saiu. Hirschfeld, citado por Montandon, disse, em outros contextos, que: “[...] não existe viajante sem hospitalidade; não existe contato sem acolhimento. A existência e situação tornavam a hospitalidade necessária”

*institucional para imigrantes haitianos*⁶ na cidade de São Paulo, realizada tanto pela Igreja Católica, em particular pela Paróquia Nossa Senhora da Paz - Missão Paz, quanto pelo Governo Federal via o Conselho Nacional de Imigração - CNIg⁷, passando pelo Comitê Nacional para Refugiados, e por fim pela Coordenação de Políticas para Migrantes - CPMig⁸ da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC⁹ da Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP, entre 2010 e 2015¹⁰.

(HIRSCHFELD *apud* MONTANDON, 2011, p. 883). Portanto, assume-se que a política de acolhimento é a face comum da emigração e da imigração.

⁶ Tive, em algumas conversas com haitianos, que justificar nos corredores da UNICAMP e durante momentos da pesquisa de campo em São Paulo, Manaus não só por que realizar uma pesquisa sobre haitianos, mas também por que não sobre senegaleses. A razão profunda é que diante dos imigrantes de inúmeras origens e perfis que o Brasil estava e continua recebendo, eu queria pesquisar inicialmente a imigração de mulheres negras, pouco referida, quando começou-se a se falar muito da imigração haitiana no Brasil. Considerando academicamente relevante investigar esta questão migratória, fiz meu projeto sobre as haitianas.

⁷ “O Conselho Nacional de Imigração (CNIg) é um órgão colegiado, criado pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) [*atual Ministério do Trabalho e Previdência Social* (MTPS)]. Cabe ao conselho formular políticas públicas para migração; incentivar estudos relativos à esse tema; estabelecer resoluções normativas para organizar e dar diretrizes à migração brasileira, e, ainda, busca solucionar os casos omissos. Anualmente são realizadas dez reuniões do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) com periodicidade mensal. O conselho é composto por conselheiros representantes do governo federal, dos empregadores e trabalhadores, e ainda, conta com observadores da comunidade acadêmica e organizações não governamentais, como: representantes de Órgãos Federais, Organismos Internacionais e Organizações da Sociedade Civil, que atuam direta ou indiretamente na área das migrações” (OBMigra, 2014. Grifo nosso). Para mais informações sobre os componentes vide *Lista de membros do CNIg*. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br>>. Acesso em: 20/04/2016. Complementamos que de acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência Social: “O Conselho Nacional de Imigração (CNIg) é instância de articulação da Política Migratória Brasileira, em especial da Política de Migração Laboral, por meio de diálogo permanente com a Sociedade Brasileira”. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br>>. Acesso em: 29/03/2016.

⁸ “A Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) foi criada no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, de acordo com o Artigo 242 da Lei nº 15.764, de 27/5/13. Seu objetivo é articular as políticas públicas migratórias no Município de forma transversal, intersetorial e intersecretarial, uma proposta pioneira na Cidade e no País. Seus principais valores e princípios são: o reconhecimento da importância dos novos fluxos migratórios para a cidade de São Paulo e dos imigrantes como sujeitos de direitos; a promoção e a garantia de seus direitos fundamentais; a promoção da integração social e cultural mediante o intercâmbio de saberes entre as diferentes comunidades no espaço público; a não criminalização daqueles que migram e o respeito ao direito de mobilidade. A CPMig trabalhará em estreita relação com os movimentos sociais, com universidades e com as várias esferas do poder público, de forma a construir uma cidade que aponte para a plena cidadania universal.” Fonte: CPMig. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/coordenacao/index.php?p=156223>. Acesso em: 15/02/2016.

⁹ De acordo com Souza “A SMDHC foi criada pelo Decreto Municipal no 53.685 de janeiro de 2013, em substituição as antigas SMPP (Secretaria Municipal de Participação e Parceria) e CMDH (Comissão Municipal de Direitos Humanos) da então Secretaria de Governo Municipal (SGM). Foi regulamentada pela Lei Municipal no 15.764 de 27 maio de 2013.” (SOUZA, 2015, p. 224).

¹⁰ Direta ou indiretamente estas três instituições vêm dialogando ao longo dos últimos anos sobre a condição e a política de acolhimento de imigrantes em geral. É importante analisar a *atuação do CNIg* neste processo por ser o órgão federal competente que “deliberou pela concessão” do Visto Especial Humanitário, exclusivo a haitianos, desde 12 de janeiro de 2012. Fazer o mesmo com a *Prefeitura de São Paulo* porque este Estado e sua capital têm sido muito procurados pelos imigrantes, mas também porque ela vem pensando numa política para

É dentro de um novo processo migratório para o Brasil, iniciado em 2010¹¹, logo depois do terremoto de 12 de janeiro daquele ano, que destruiu principalmente a capital haitiana¹², que ocorre o referido acolhimento institucional. Consequentemente, *este tipo de acolhimento é novo no tempo*. Também é novo se considerarmos o tamanho da procura e as características de quem procura ser acolhido, por um lado, e o tamanho e a natureza da oferta de acolhimento, por outro. Não há registro na história do Brasil de uma chegada de haitianos comparável, em números e perfis, aos efetivos que percorreram a distância Haiti-Brasil, dentre outras, nos últimos anos, entrando inicialmente neste país pela fronteira norte, principalmente pelo Acre, e também pelo Estado do Amazonas, manifestando a necessidade de serem acolhidos não só nesta região brasileira, mas também no Sudeste, no Sul, no Centroeste, por exemplo.

No tocante ao trajeto percorrido, sobretudo com a implementação do Visto Humanitário¹³ para haitianos, ficou evidente que os locais de saída desses imigrantes do

imigrantes sobretudo com a chegada recente de imigrantes haitianos na cidade. Além de celebrar parcerias com outras instituições, desenvolveu várias atividades para melhor atender os imigrantes, e possibilitou a representação destes nos Conselhos Participativos da cidade (CPMig/SMDHC). Quanto à Missão Paz, por ser referência na política de acolhimento a i-migrantes na cidade de São Paulo, sobretudo na sua chegada à capital. Há outras instituições como ministérios e universidades, mas sobre as quais não se foca este estudo.

¹¹ Segundo Télémaque (2012), antes de 2010 a imigração haitiana no Brasil era em geral de estudantes e legal. Também para Paulo Illes (2015), então Coordenador da CPMig, a presença de haitianos é anterior ao terremoto de 2010. Fonte: *Entrevista FPA – Paulo Illes*. 2015. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/paulo-illes-trata-de-pol%C3%ADticas-para-migrantes-no-entrevistafpa>>. Acesso em: 20/09/2015.

¹² O terremoto, seus efeitos e sua relação com a emigração haitiana para o Brasil são tratados no capítulo II.

¹³ Este tipo de visto é “uma porta migratória adicional” (CNIg, [s/d, s/p]), foi criado pelo CNIg, não sem divergência interna, mediante a *Resolução Normativa Nº 97, de 12 de Janeiro de 2012* e destinado exclusivamente a nacionais do Haiti. De acordo com o ACNUR (2012), depois de sua aprovação pelo CNIg, esta resolução garante “a emissão de outros 2.400 vistos especiais de trabalho por meio da Embaixada Brasileira em Porto Príncipe, nos próximos dois anos. A resolução tem validade de dois anos, e prevê a emissão de 1.200 vistos especiais a cada ano. Para a emissão desses vistos, não será necessário comprovar qualificação, nem vínculo com empresa, diferentemente dos vistos de trabalho comuns.” (ACNUR, 2014). É o agravamento das precárias condições de vida no Haiti em decorrência do terremoto que justifica sua aprovação. De acordo com Moraes *et al.* (2013) “[...] depois de diversas críticas e com resultados aquém do esperado, o CNIg revogou, em abril de 2013, a Resolução Normativa nº 97/2012. No momento, não há mais limites para emissão de vistos brasileiros para haitianos. A nova Resolução Normativa nº 102/2013 estabeleceu, ademais, que os vistos não serão emitidos exclusivamente pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, mas haverá novos postos em outros países que serão credenciados pelo Itamaraty. Com essas ações o governo federal espera evitar que os haitianos sejam vítimas dos grupos de *coiotes*.” (MORAES *et al.* 2013, p. 107-108). Na verdade a RN 97 ainda vigora, mesmo tendo artigos alterados. No entendimento do ACNUR (2012) “Com a resolução [97] do CNIg, o governo abre um canal formal e legal para a imigração haitiana. Dessa maneira, os interessados em vir para o Brasil não precisarão mais ingressar de forma irregular, submetendo-se, muitas vezes, às máfias especializadas no tráfico de pessoas”. Em entrevista, a Irmã Santana Perin (2014) disse que coiotes “São esses que ganham em cima da miséria alheia, esses malfeitores que verdadeiramente traficam seres humanos, sempre por dinheiro. Os coiotes facilitam a vinda dos haitianos, com promessas vãs, e os entregam à própria sorte” Fonte: ROCHA, Guilherme Salgado. *Irmã Santana Perin, Amor ao Haiti e aos Haitianos*. Entrevista à Irmã Santana Perin. Publicado em: 20/10/2014. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.com>>. Acesso em: 01/06/2016.

Brasil eram diversos. O que permite visualizar percursos relativamente diferentes, que incluem além do Haiti, a Venezuela, o Equador, a República Dominicana e o Peru também como pontos de partida (FERNANDES e CASTRO, 2014; HANDERSON, 2015) ou o Haiti, a República Dominicana e o Equador¹⁴, e cidades como Assis Brasil, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo e Tabatinga como principais locais de entrada de haitianos (FERNANDES e CASTRO, 2014, p. 56).

Reitera-se que o processo migratório de haitianos para o Brasil, do qual trata esta dissertação, é recente. Ainda assim, ele vem provocando novos posicionamentos do governo brasileiro acerca da imigração, como dito por Handerson (2015) Baptiste (2015) e pelos nossos entrevistados, apresentados adiante, Silva e Almeida, respectivamente em 2014 e 2015. É o caso do Visto Humanitário ou da residência permanente por razões humanitárias para nacionais do Haiti no Brasil, aqui apreciados como novos elementos qualitativos provocados pela imigração em questão. Aspectos qualitativos de imigrantes haitianos como a cultura, o idioma, os costumes e a racialização¹⁵ também constituem outros elementos novos para a história contemporânea da imigração no Brasil.

Desde o ano 2010, o fluxo migratório de haitianos para o Brasil não estagnou¹⁶, atingindo um total de 39.000 pessoas em setembro de 2014 (ACNUR/Brasil)¹⁷. Estas pessoas se encontram nos mais variados Estados da República Federativa do Brasil em proporções

¹⁴ Como afirmado pelos entrevistados Molinari em novembro de 2014 e Parisi em novembro de 2015.

¹⁵ As raças, escreve Ianni, “se constituem, mudam, dissolvem ou recriam historicamente. É obvio que tem algo a ver com categorias biológicas. Mas tem muito mais com as relações sociais que as constituem e modificam. As raças são categorias históricas, transitórias, que se constituem socialmente a partir das relações sociais: na fazenda, engenho, estância, seringal, fábrica, escritório, escola, família, igreja, quartel, estradas, ruas, avenidas, praças, campos e construções. Entram em linha de conta caracteres fenotípicos. Mas os traços raciais visíveis, fenotípicos, são trabalhados, construídos ou transformados na trama das relações sociais.” (IANNI, 1991, p. 19).

¹⁶ De acordo com Fernandes e Castro (2014, p. 13) “Durante o ano de 2010 pequenos grupos de haitianos, que não somavam duas centenas de imigrantes, chegaram à fronteira brasileira com o Peru. Ao final de 2011 havia indicações da presença de mais de 4.000 haitianos no Brasil (COSTA, 2012; SILVA, 2013), número esse que não cessou de aumentar, sendo que ao final de 2013 estimava-se que o montante já teria ultrapassado a casa dos 20.000 imigrantes, com indicações de que o número total poderia chegar a 50.000 ao final de 2014”. De acordo com a Agência Senado, o Ministério da Justiça estima a **60.000 haitianos no Brasil em 2015**. Disponível em: <<https://www12.senado.gov.br/noticias/videos/2015/08/governo-busca-impedir-acao-de-2018coiotes2019-na-entrada-de-imigrantes-no-pais-diz-jorge-viana>>. Acesso em: 07/04/2016.

¹⁷ O ACNUR Brasil (s/d) não inclui entre refugiados “informações relacionadas aos nacionais do Haiti que chegaram ao Brasil desde o terremoto de 2010. Apesar de solicitarem o reconhecimento da condição de refugiado ao entrarem no território nacional, seus pedidos foram encaminhados ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que emitiu vistos de residência permanente por razões humanitárias.”. ACNUR Brasil (s/d). *Refúgio no Brasil: Uma Análise Estatística, Janeiro de 2010 a Outubro de 2014*. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3%2Ffileadmin%2FDocumentos%2Fportugues%2FEstatisticas%2FRefugio_no_Brasil_2010_2014>. Acesso em: 11/10/2015.

diferentes, em geral por causa da oferta de trabalho pelas empresas (HANDERSON, 2015) apresentam características, projetos e sonhos diferentes, mas alguns semelhantes.

A migração: um fenômeno complexo

A questão da migração internacional é, tal como mostra Sayad (1998), complexa e assim permanece. O mesmo pode-se dizer da política de acolhimento institucional de imigrantes (GRASSI, 2011) apesar da aparente simplicidade que esta possa assumir em determinados casos. O nível de complexidade que as migrações humanas apresentam, tal como o aponta a literatura sobre elas, é digno de consideração. Num passado não tão distante, Everett Lee (1980) mencionou claramente esta característica migratória ao afirmar o que segue: “[...] a migração é um fenômeno complexo e é praticamente impossível satisfazer-se a condição simplificadora, amiúde necessária, de que todos os demais fatores permaneçam sem alteração” (LEE, 1980, p. 114).

Mostramos ao longo do texto que elas podem estar ligadas à pobreza¹⁸, à riqueza, à classe, ao bem-estar, ao meio ambiente¹⁹, à urbanização, à política de Estado, ao gênero²⁰, à raça²¹, à etnia, à cultura, à religião, à afetividade, à solidariedade, às redes sociais, às

¹⁸ No entanto, para Alejandro Portes (1999), não são os mais pobres que lideram o processo de um fluxo migratório nem são eles que o sustentam. Entrevistado por *O GLOBO*, o então secretário adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, José Henrique Corinto disse: “[...] ao contrário do que se imagina, não são os haitianos miseráveis que buscam o Brasil para viver, mas pessoas da classe média do Haiti e profissionais qualificados, como engenheiros, professores, advogados, pedreiros, mestres de obras e carpinteiros. Porém, a maioria chega sem dinheiro. A primeira parada é Brasileia, mas os destinos preferidos são São Paulo, Porto Velho e Manaus.” Fonte: O GLOBO. *Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti*. Publicado em: 01/01/2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/acre-sofre-com-invasao-de-imigrantes-do-haiti-3549381>>. Acesso em: 20/10/2014.

¹⁹ Lembremos desde já que o ambiente natural pode ser acolhedor ou não para o ser humano e que este também tem o potencial de fazer de um ambiente hostil acolhedor. A isso acrescentamos os argumentos de Hirschfeld, citado por Montandon, que fala “[...] da importância da amenidade do clima, do meio, e [d]a fertilidade do solo dos países orientais, que são as condições primeiras ao desenvolvimento e ao florescimento da sensibilidade da natureza humana. Assim, a hospitalidade oriental se perde na noite dos tempos e continua a ser praticada [...] de maneira integral” (MONTANDON, 2011, p. 885).

²⁰ Limitou-se a considerar os migrantes segundo o sexo, embora este conceito abranja outras dimensões.

²¹ O caso do Brasil serve para ilustrar a relação entre imigração e algumas questões aqui referidas, pois, neste país, como ressaltam Denise Cogo e Maria Badet, “Desde os primeiros movimentos migratórios, na década de 1810, é possível verificar a existência de controle de fluxos de migração no Brasil associados ao ideal do migrante branco e europeu que buscava garantir o que o país precisava, ou seja, de trabalhadores brancos e sadios, agricultores exemplares, oriundos do meio rural europeu, com todas as ‘boas qualidades’ do camponês e do artífice, obedientes à lei, dóceis e morigerados, de moral ilibada, etc.” (COGO e BADET 2013, p. 21). Ainda

ambições e características individuais, sociais ou estatais, aos meios de comunicação²², às infraestruturas de transporte, à identidade nacional, à habitação, à globalização, à política de acolhimento institucional, às ofertas e condições de trabalho, etc. e ser tema do cinema e da arte. Para Sayad (1998) a imigração aproxima várias “disciplinas”, isto é, áreas de conhecimento. Em grandes linhas boa parte destes elementos aparecem nas teorias “Micro-Sociológicas”²³ e “Macro-Sociológicas” referidas por Peixoto (2004).

A complexidade²⁴ da questão da imigração o levou a considerá-la como um “fato social completo” (SAYAD, 1998). Assim sendo, ele escreve que:

A imigração é um fato social completo, única característica, aliás, em que há concordância na comunidade científica, [pois] todo itinerário do imigrante é [...] um itinerário que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas, história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia e psicologia social e até mesmo das ciências cognitivas, antropologia em suas diversas formas, [...], linguística e sociolinguística, ciência política etc. [...] [Ela] é fato social total [porque falar dela] é falar da sociedade como um todo, falar dela em sua dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica [...] e também em sua extensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes da sociedade e de seu funcionamento; desde que não se omita, se mutile a outra parte que é a emigração” (SAYAD, 1998, p. 16. Grifo nosso).

Se o deslocamento de pessoas no espaço físico é para Sayad (1998) a primeira marca da imigração, isto é, se a imigração é antes um assunto de demógrafo e geógrafo, este

de acordo com ambas: “O imaginário nacionalista, obsessivamente apegado a um sentido étnico de formação nacional, ajudou a criar não só outras formas de exclusão por graus de assimilabilidade, privilegiando migrantes de comprovada latinidade, como reafirmou os preceitos racialistas de desqualificação dos ‘nativos da Ásia e da África’ que, no início da República, estavam consignados em uma lei que foi posteriormente revogada” (COGO e BADET, 2013, p. 22).

²² “O desenvolvimento tecnológico desempenha importante papel para a redução dos obstáculos. As comunicações tornam-se mais fáceis e o transporte torna-se mais barato em termos relativos à renda média prevalecente. Mesmo que não existissem no balanço de fatores entre os locais de origem e de destino, os avanços na tecnologia, deveriam, por si sós, dar como resultado um aumento no volume das migrações. [...] os obstáculos vêm-se diminuídos pelos avanços tecnológicos e por motivos políticos” (LEE, 1980, p.107; 108).

²³ Focados no “agente individual”, estas teorias analisam elementos como o “Capital humano” a “atração-repulsão”, o “ciclo de vida”. Já as teorias Macro-Sociológicas consideram o “Mercado de trabalho sementado”, a “Economia Informal”, as “Estruturas Espaciais”, os “Sistemas-Mundo”, as “Instituições”, as “Redes Migratórias”, os “Laços Étnicos e Sociais” (PEIXOTO, 2004).

²⁴ Sayad (1998) mostra que a complexidade da migração está não só no fato dela ser objeto de interesse de diversas áreas, então analisada sob vários ângulos, mas também, segundo interpretamos, porque ela leva a situações diversas do ponto de vista social: Emigrante que deixou o país, emigrante que nunca saiu do país, imigrante que veio de outro país, imigrante nunca emigrou, imigrante que permanece, emigrante que retorna sem pôr um fim ao processo migratório (socialmente), retornado que nunca deixou o “país de retorno”. Ela é um ato político, econômico, demográfico, sociológico, envolve símbolos, habitação, saúde, educação, adaptação, resistência, identidade nacional [...] como se pode perceber neste estudo.

espaço “dos deslocamentos [é ao mesmo tempo] um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente, [...]” (SAYAD, 1998, p. 15)²⁵.

De acordo com Denise Cogo e Maria Badet (2013) a diversidade nas migrações apresentada nos dias atuais é até maior, não só em termos étnicos e culturais, mas também em aspectos quantitativos e qualitativos ligados à migração de mulheres. Em suas palavras afirmam que

As migrações na atualidade apresentam uma maior diversidade de grupos étnicos e culturais envolvidos, um número significativo de mulheres que migram de maneira independente ou como chefes de família; um incremento do número de pessoas que vive e trabalha no estrangeiro sem regularização jurídica e uma presença maior de migrantes temporários e de circulação (COGO e BADET, 2013, p. 16).

Com isso, é possível dar-se conta de que a complexidade das migrações internacionais está também na ampliação do leque de questões a serem consideradas pelos estudiosos e, pelas políticas migratórias, consideradas aqui como políticas institucionais de acolhimento, mesmo quando não são tão ou nada acolhedoras.

Processo migratório haitiano

Ao se considerar a própria formação populacional a partir da chegada de europeus exploradores e colonizadores em solo americano, em particular na *Ilha Hispaniola*, no ano de 1492, percebe-se que falar de migração haitiana remete a um fato que ocorreu há séculos. Os colonizadores também se deslocam até terras alheias, residem nelas e são suscetíveis de povoá-las, portanto são migrantes, pelo movimento e pela instalação, mesmo “passageira”. Com exceção dos indígenas, isto é, as populações autóctones, que foram dizimados²⁶, as

²⁵ A diversidade de estudos ligados à migração aparece em Lee (1980), que sublinhou que: “É bem verdade que se tem estudado sobre idade e migração, sobre sexo e migração, sobre raça e migração, sobre distância e migração, sobre instrução e migração, sobre mão-de-obra e migração, etc., porém a maioria dos estudos que enfocam as características dos migrantes tem sido realizadas com escassas referências à magnitude dos fluxos, sendo poucos também os que consideram os motivos da migração ou a assimilação dos migrantes nos locais de destino (LEE, 1980, p. 98). A respeito, Peixoto escreveu: “Podemos admitir, em conclusão, que a bibliografia sobre migrações partilha referências múltiplas, tanto que provêm de diferentes disciplinas do social como as que envolvem os próprios debates internos da Sociologia. [...] aquilo que vulgarmente se denomina ‘sociologia das migrações’ pode ser considerado como uma amálgama de referências proveniente de diferentes ciências sociais.” (PEIXOTO, 2004, p. 7-8).

²⁶ Assunto tratado no Capítulo II.

demais populações que povoaram o Haiti a partir desta data eram imigrantes ou descendentes destes.

O Haiti conheceu na sua história migratória, por um lado, a imigração de uma população branca espanhola, e depois francesa - os colonizadores -, e poloneses²⁷, antes da independência, e posteriormente, de “árabes, judeus, palestinos, libaneses, sírios, jordanianos” após a independência em 1804 e ao longo dos séculos XIX e XX²⁸. Por outro, e principalmente, de uma população negra cuja presença iniciou na colonização. O Haiti foi então uma terra que acolheu diferentes populações. Nos seus estudos, Télémaque (2012) e Seguy (2014) realçam que a população oriunda da África negra foi escravizada e fez do Haiti, com a prosperidade do seu duro trabalho, a chamada *La Perle des Antilles*/Pérola das Antilhas. É nos “séculos XVII e XVIII, com base na agromanufatura de açúcar, uma economia em que cerca de 40 mil plantadores reinavam sobre 30 mil pessoas de cor, mulatos [...], e sobre meio milhão de escravos negros transplantados de Senegal e de Dahomey” (TÉLÉMAQUE, 2012, p. 5) que aquilo sucedeu.

De um processo migratório compulsório e de trabalhos forçados desenvolvidos, de forma desumana e sofrida por estes negros, resultou uma revolução em 1791, cujo desfecho foi a vitória dos até então escravizados e, o nascimento do Haiti como país independente em 1804 (BAPTISTE, 2015; SEGUY, 2014; TÉLÉMAQUE, 2012).

Seguem o mapa do Haiti de hoje, com a área mais atingida pelo terremoto de janeiro de 2010 destacada, e a tabela da divisão territorial daquele país.

²⁷ Em um artigo do jornal *Le Nouvelliste*, intitulado *L'héritage polonais d'Haiti*, Publicado em: 09/08/2011, estes poloneses, que totalizaram aproximadamente 5.300 soldados, seriam inicialmente colaboradores do Exército de Napoleão. Estando no Haiti, perceberam, posteriormente, que foram enganados pela França e alguns deles passaram a apoiar os haitianos. Muitos deles morrem de febre amarela. Do pouco mais de 1.000 que sobreviveram 400 permaneceram no Haiti, sobretudo no norte de Kazales. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/94989/Lheritage-polonais-dHaiti>>. Acesso em: 17/12/2015. O Artigo 13 da Constituição de 1805 faz referência a alemães e poloneses naturalizados pelo governo haitiano. Disponível em: <<http://haiti-reference.com/pages/plan/histoire-et-societe/documents-historiques/constitutions/constitution-imperiale-1805/>>. Acesso em: 03/04/2016.

²⁸ *L'implantation de la communauté arabe en Haïti vue par Jean-Henri Céant*. Publicado em: 04/02/2014. Disponível em: <<http://mediamosaic.com/General/2014-02-04-21-19-34.html>>. Acesso em: 17/12/2015. E *Les Arabes Haïtiens*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vm8M8_o9NJ0>. Acesso em: 08/10/2015.



Imagem 1: Mapa da área mais atingida pelo terremoto de 12 de janeiro de 2010
Fonte: Statistiques mondiales²⁹.

Tabela 1 – Haiti: Divisão territorial

<i>Départements</i>	<i>Arrondissements</i>	<i>Communes</i>	<i>Sections communales</i>
Artibonite	5	17	63
Centre	4	13	35
Grande Anse	3	13	69
Ouest	5	20	112
Nippes	3	11	37
Nord	7	19	82
Nord-Est	3	13	36
Nord-Ouest	4	11	39
Sud	5	18	47
Sud-est	3	10	50
Total	42	145	[570]*

Fonte: Haiti-Reference³⁰, 2015. Grifo nosso.

*O total na fonte é de **571**, mas a soma é de 570 *Sections communales*

Na imagem e tabela anteriores observa-se a atual divisão territorial da República do Haiti, que tem uma superfície de 27.065.30 km², 10 departamentos, dezenas de

²⁹ STATISTIQUES MONDIALES: *République d'Haiti Statistique*. Disponível em: <<http://www.statistiques-mondiales.com/haiti.htm>>. Acesso em: 05/06/2016.

³⁰ HAITI-REFERENCE: *Divisions territoriales*. Disponível em: <<http://haiti-reference.com>>. Acesso em: 10/04/2016. Todas as informações desta fonte estão neste mesmo site.

arrondissements (42) e *communes* (145) e centenas de *sections communales* (570) (STATISTIQUES MONDIALES; HAITI-REFERENCE).

O Haiti tinha em 1950 uma população de 3.200.000 habitantes. Em 2015 esta população passou para 10.110.019 habitantes, a população de mais de 64 anos de idade representava 4,18%, a expectativa de vida foi de 63,5 e a taxa de migração era de -2,76% (STATISTIQUES MONDIALES).

Este saldo negativo não diz que a emigração de haitianos começa com o advento do referido terremoto, embora tenha sido assinalado que “Devido à situação do país após essa catástrofe, a migração foi para muitos jovens a única saída.” (BAPTISTE, 2015, p. 1). Como sublinha Handerson (2015), haitianos já emigravam, inclusive antes de conquistarem sua independência política. Depois de conquistá-la, tornando-se “o primeiro país onde se aboliu a escravidão” (GALEANO, 2014. p. 459. Tradução nossa) imposta a negros por brancos, o Haiti não colocou um fim às saídas de seus habitantes da “Primeira República Negra” para o mundo. A primeira emigração haitiana, em números bastante expressivos para a época, ocorreu do final do século XIX ao início do século XX, tendo inicialmente como destino Cuba e República Dominicana. Os emigrantes eram uma mão-de-obra que buscava trabalho em plantações de cana de açúcar (SCARAMAL, 2006; TÉLÉMAQUE, 2012; HANDERSON, 2015).

Num momento posterior, os haitianos emigram principalmente para Estados Unidos, a República Dominicana, a França e o Canadá. Em menor proporção, vários outros países registraram a presença de haitianos, sejam eles do Caribe ou da chamada América do Sul (FERNANDES e CASTRO, 2014; HANDERSON, 2015). Hoje residem no Brasil algumas dezenas de milhares de haitianos sobre os quais esta pesquisa se faz algumas perguntas:

- a) É o terremoto de janeiro de 2010 a causa da migração de haitianos para o Brasil?
- b) A presença da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti tornou o Brasil conhecido pelos haitianos?
- c) Como e porque o Brasil só se transformou num *destino* para tantos haitianos a partir de 2010?

- d) O que explica que migrantes oriundos do Haiti tenham sido, e estejam ainda sendo, acolhidos, recebidos de uma forma especial, com um humanitarismo³¹ a partir de janeiro de 2012?
- e) Por que as duas instituições, o Estado, em suas duas dimensões federal - CNIg e municipal – CPMig, e a Igreja Católica - Missão Paz, se destacam no acolhimento institucional de haitianos na cidade de São Paulo?³²
- f) Suas preocupações com relação aos haitianos sempre convergiram?
- g) Há uma compatibilidade de condições de acolhimento de mulheres e homens por parte destas entidades hospedeiras?
- h) De que forma contribuíram para a inserção e a integração sociais destes na cidade?

Estas são questões que norteiam a reflexão sobre a política de acolhimento institucional para haitianos no Brasil, em particular na cidade de São Paulo, por algumas instituições anteriormente citadas.

Acerca do acolhimento

É imperativo dizer de imediato o que se entende por acolhimento e por instituição³³. No que tange ao acolhimento, o dicionário *Le Petit Robert I* (1984, p. 16) define

³¹ “Emprega-se para expressar um sentimento de compaixão para com todos os homens. O Humanitarismo se relaciona a um sentido universalista. Acima das fronteiras e das ideologias políticas e religiosas, olha-se o homem como digno de respeito em seus males e em suas tarefas físicas e morais. [...] Lá onde não chega o direito, deve chegar o sentido humanitário, ultrapassando o direito e as exigências de justiça. É necessário que múltiplos sentimentos (virtudes, para o cristão) venham em auxílio da justiça, que sem eles corre o perigo de tornar-se insensível. *Summum jus, summa injuria*, dizia o adágio romano. É que o direito, aplicado com todo o seu rigor e com suas exigências máximas, torna-se injurioso para o sentido humanitário. O humanitarismo refere-se ao sentido da solidariedade – sobretudo em relação ao inferior –, tolerância, liberalidade, prática de beneficência etc., no nível filantrópico.” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1986. p. 565).

³² Véronique Léonard-Roques assinala que a cidade é “obra dos homens, construída por e para eles, ela é essencialmente lugar de desejo. Pode também se apresentar como lugar de refúgio para o imaginário frente à insatisfação do presente” (LÉONARD-ROQUES, 2011, p. 501). A importância que a cidade de São Paulo tem como lugar de desejo para imigrantes nacionais e/ou internacionais é amplamente mencionada (CRUZ, 2011; BAENINGER, 2011). O polêmico “envio” de haitianos do Acre para esta cidade tem certamente uma relação com o desejo destas pessoas de irem para ela.

³³ O recurso às definições vernáculas de dois importantes dicionários em francês e português se faz interessante para compreender como os idiomas dos países de origem e residência definem a ideia de acolher e receber o

este termo como: “1º Maneira de receber alguém, de se comportar para com ele, quando o recebe ou quando ele chega; 2º Centro, organização de acolhida, destinado a receber viajantes, refugiados, etc.”.

O verbo *Akeyi*³⁴ pode ser traduzido como acolher, receber, hospedar, oferecer hospitalidade. No *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001), acolhida e acolhimento são considerados sinônimos. Neste dicionário estas palavras são assim definidas: “**Acolhimento** s.m. **1** ato ou efeito de acolher; acolhida, acolho **1.1** maneira de receber ou de ser recebido; recepção, consideração **1.2** abrigo gratuito; hospitalidade³⁵ **1.3** local seguro; refúgio, abrigo.” (HOUAISS e SALLES VILLAR, 2001, p. 61. Grifo do autor).

Definindo o termo Acolhida, o CSEM (s/d, p. 32), assinala que na relação com o migrante é esta palavra que é usada nos tempos atuais, tanto nos “Documentos da Igreja católica”, quanto nas “Mensagens dos Papas” dirigidas à Pastoral do Migrante. Assim,

‘A acolhida é a expressão da caridade eclesial, entendida na sua natureza profunda e na sua universalidade. Esta compreende uma série de disposições que vão da hospitalidade à compreensão, à valorização, que é pressuposto psicológico para o recíproco conhecimento, ela isenta dos preconceitos e predispõe para uma convivência serena e harmônica. A acolhida se traduz, além disso, em testemunho cristão’ (IGREJA E MOBILIDADE HUMANA *apud* CSEM, s/d, p. 32).

A questão da “acolhida do estrangeiro”³⁶ foi assunto de diversos estudos publicados em *O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas* sob a direção de Alain Montandon (2011). Na introdução de “*Primeira parte. Definições*” desta obra, é levantada uma das questões geralmente relacionadas à hospitalidade: o medo. É importante notar que se trata de um medo dos dois lados, de ambas as partes envolvidas, não

outro. Acrescentou-se a definição em *créole haïtien*, a segunda língua oficial do Haiti. TÉLÉMAQUE fala que foi durante o governo do Papa Doc, precisamente em **1961** que “o país é oficialmente uma república bilíngue: se o francês é a língua da elite, todos, ricos e pobres, falam *créole*, unindo todos os haitianos.” (TÉLÉMAQUE, 2012, p. 6-7).

³⁴ Conforme o sentido que lhe atribui o *Diksyonè Kreyòl* (Dicionário crioulo). Disponível em: <<http://www.haiti-reference.com/creole/diction/index.php>>. Acesso em: 20/03/2016.

³⁵ O mesmo dicionário define a hospitalidade como: “**1** ato de hospedar; acolhida de hóspedes; hospedagem **2** qualidade do que é hospitaleiro; boa acolhida **3** p. ext. recepção ou tratamento afável, cortês; amabilidade, gentileza” e **hospitaleiro** como: “adj. s.m. que ou aquele que oferece hospedagem por bondade ou caridade, adj. **2** que dá boa hospitalidade; que acolhe francamente; que agasalha” (HOUAISS e SALLES VILLAR, 2001, p. 1553).

³⁶ Grassi (2011b) disse que “para compreender o conceito de ‘hóspede’, é bom especificar o de ‘estrangeiro’. [Prossegue dizendo que] Em grego a mesma palavra, *xenos*, significa ‘hóspede’ e ‘estrangeiro’. O *status* do estrangeiro na cidade grega é muito complexo. De fato, é preciso falar *dos* estrangeiros.” (GRASSI, 2011b, p. 55-56. Grifo nosso).

apenas de quem recebe - como reiteradas vezes se abordou a recente imigração haitiana no Brasil pela televisão e pelos jornais, por exemplo -, mas também de quem chega. A propósito lê-se:

É que sempre existe temor e tensão diante do estrangeiro, quer se trate daquele que recebe ou daquele que é recebido. O primeiro, diante do desconhecido que bate à sua porta, se pergunta se ele é amigo ou inimigo, vagabundo desamparado ou malfeitor animado por más intenções. Do outro lado, o viajante não sabe como será recebido, assim como se perguntava Ulisses cada vez que abordava um litoral estrangeiro (MONTANDON, 2011, p. 41).

A ambiguidade do termo estrangeiro está, assim, apontado nesta citação. Em seu trabalho, Marie-Claire Grassi, mostrando a ambiguidade acerca do termo “hóspede”³⁷, evidenciou que “O refém clássico é o hóspede retido em *ostage* pelo amo hospedeiro, por aquele que encarna o poder do lugar, o déspota. [Contudo, como a palavra *hôte* é ambígua], todo *hôte* que acolhe pode também se tornar refém do *hôte* acolhido”³⁸ (GRASSI, 2011b, p. 58. Grifo nosso). Portanto, a associação do estrangeiro ao provocador exclusivo de medo no seu encontro com o grupo sedentário é reveladora de uma ótica algo reducionista.

Vários estudos (GRASSI, 2011b; SAYAD, 1998; GEORGE, 1977; DUROUX, 2011; MONTANDON, 2011) confirmam que o estrangeiro é visto como diferente por não ser sedentário, por falar outra língua e ter outros hábitos e costumes. O que provoca medo nos “sedentários”. Porém, no passado como no presente, não se teme nem se rejeita ou se dificulta da mesma forma a chegada de todo tipo de estrangeiro ao território dos “sedentários” (GRASSI, 2011a, DUROUX, 2011). Apesar de seus hábitos e costumes diferentes, sustenta-se que o estrangeiro não é por essência nem ameaça nem dádiva, mas simplesmente uma pessoa presente em determinado lugar depois de nascida em outro e tido outra experiência e costume, suscetível de ter qualidades e defeitos como qualquer ser humano e, ainda assim passível de ser acolhido. A xenofobia nasce justamente na redução do estrangeiro em ameaça para a sociedade anfitriã, seja qual for a natureza desta ameaça, real ou imaginada.

³⁷ Já no começo do artigo *Hóspede: Uma figura da ambiguidade e do estranho*, Marie-Claire Grassi destaca que “Em francês, o termo *hôte* [hóspede/hospedeiro] designa ao mesmo tempo o outro e eu mesmo, deus e homem, estrangeiro, ou mesmo inimigo, viajante e sedentário, acolhedor e acolhido, o hóspede é por excelência uma figura da ambiguidade” (GRASSI, 2011b, p. 55). É o que a leva mais adiante a dizer que “O conceito de *hôte* implica, portanto, dois estrangeiros, estrangeiros políticos, estrangeiros culturais, frente a frente e colocados sob o mesmo teto” (GRASSI, 2011b, p. 58).

³⁸ No seu trabalho, Danielle Perrot (2011), relaciona dádiva com hospitalidade e fala da ambiguidade desta. Para ela: “Decerto é na dádiva de hospitalidade que se exerce mais fortemente o feixe de ambivalências e de reversibilidades próprias à lógica da dádiva, discerníveis já no vocabulário corrente da hospitalidade: o *hôte* recebe e é recebido; quando se dá uma festa, recebe-se convidados...” (PERROT, 2011, p. 64).

Concebemos a política de acolhimento não só como a forma de receber alguém que chega, “de se comportar com ele” na sua chegada, mas também de convidá-lo, autorizar sua vinda, se preparar ao saber que ele está para chegar. Sabendo do motivo principal de sua vinda - que de acordo com os entrevistados³⁹ é o trabalho - e dos potenciais desafios diários que enfrentaria, a postura adotada pelo anfitrião diante da busca de satisfação de tais necessidades e de superação das barreiras políticas, administrativas; sociais, culturais, e linguísticas que venham a se colocar no cotidiano de quem chega é também parte do que se entende neste trabalho por acolhimento. Isso deve ser analisado no plano micro (individual, afetivo, etc.) e no plano macro (das leis de Estado, de formulações de políticas migratórias, concessão de vistos, asilo e refúgio).

Quanto ao termo instituição, este é definido pelo *Dictionnaire critique de la sociologie* (1982, p. 300) – no qual não consta *Acolhimento* - de forma similar à terceira acepção do termo em *Le Petit Robert 1* (1984)⁴⁰. Trata-se da concepção de Montesquieu para a qual, no final das contas, a institucionalização está relacionada não só às leis, mas também aos costumes. “As instituições são maneiras de fazer, de sentir e de pensar ‘cristalizadas’, quase constantes, socialmente coercitivas e distintivas de determinado grupo social” (BOUDON e BOURRICAUD, 1982, p. 301. Tradução nossa).

O Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP) define a instituição como uma

[...] organização social de caráter superestrutural ligada ao campo polarizado entre sociedade civil e sociedade política. Desta forma tanto a questão da hegemonia cultural, como o uso da coerção, podem ocorrer na esfera institucional. As instituições são dotadas de regras e práticas internas (estatuto, regimes, normas e convenções) e também vinculadas de vários modos à organização jurídica e social mais gerais (NEV, 1991, p. 17).

É este último sentido de instituição que esta dissertação adota, sabendo, no entanto, que para o funcionamento das instituições, as ações dos indivíduos são imprescindíveis.

³⁹ Pereira em 2014; Almeida em 2015; Parisi em 2015.

⁴⁰ Em *Le Petit Robert 1* (1984, p. 1013), uma instituição é: “1º Ato de instituir, ou seja, a fundação; 2º Ser da instituição de alguém, [...], instituído pelos humanos (em oposição pelo que foi estabelecido pela natureza); 3º Algo instituído (pessoa moral, regime) [...]. Instituições políticas, religiosas. [...] As instituições, o conjunto de formas e estruturas sociais, tais como estabelecidas pela lei ou os costumes e [...] aquelas relativas ao direito público.”.

No Brasil, os haitianos não são reconhecidos como refugiados, mas sim como imigrantes econômicos. A análise da política de acolhimento institucional de haitianos na cidade de São Paulo realizada diretamente ou não por estas instituições não se limita em olhar para a dimensão econômica, notadamente ao trabalho, ou política, a saber, a documentação, a assistência jurídica, a prevenção da violação de direitos do trabalhador, a participação política. Ela considera a moradia e a educação ou formação, que inclui o aprendizado do português, idioma oficial do Brasil, e o entendimento da cultura brasileira, bem como as questões de gênero e raça.

Metodologia

Uma das hipóteses da pesquisa é que atualmente *pensar e debater sobre a imigração é no fundo refletir acerca da política de acolhimento institucional de estrangeiros em geral*. A outra é que a distância entre estas três instituições que acolhem no Brasil e em São Paulo, dentre outros, imigrantes haitianos, considerando a heterogeneidade destes em termos de gênero, idade, escolaridade, qualificação, classe, projetos de vida, experiência migratória era inicialmente muito grande, tanto do ponto de vista dos respectivos entendimentos sobre migração quanto em termos de acolhimento, preparo para lidar com a chegada e permanência dos imigrantes haitianos na cidade de São Paulo, em particular.

No entanto, a relação entre as três, mediante diálogos, debates e pressões, teria reduzido o abismo inicial que as separava, permitindo observar claras convergências, colaborações, parcerias e influência mútua entre elas, o que proporcionaria maior chance de inserção social de haitianos, em particular no mercado de trabalho, na formação profissional ou não e no aprendizado do português brasileiro. *Uma boa relação entre estas instituições teria promovido maior respeito dos direitos dos haitianos no Brasil, em particular nesta cidade, prevenindo haitianas e haitianos de certas vulnerabilidades e situações de exploração*⁴¹.

⁴¹ Em diversas ocasiões a *Missão Paz*, a CPMig e o CNIg fizeram parcerias, estiveram presentes em encontros, audiências, seminários, dialogando sobre as questões migratórias e as situações dos migrantes no Brasil. Mais detalhes no capítulo III.

Outra hipótese é que tal articulação nasce fundamentalmente da iniciativa da Igreja Católica. É legítimo suspeitar que as declarações, entrevistas e participações da Missão Paz em encontros que tratam da imigração tenham provocado e levado, de alguma maneira, o Estado Brasileiro, mas sobretudo a Prefeitura de São Paulo a pensar e agir em benefício de imigrantes. Por outro lado, sem as ações e colaborações destas outras instituições, a começar pelas do Governo Federal, a Missão Paz encontraria muito mais dificuldades em avançar no seu trabalho de atendimento aos imigrantes haitianos, em particular.

Estas hipóteses resultaram da alteração no plano inicial que levou a algumas adaptações⁴² no rumo da pesquisa. A principal, foi a alteração parcial do foco inicial da pesquisa depois de algumas tentativas muito pouco frutíferas de entrevistar, durante o trabalho de campo, as componentes de um dos subconjunto dos sujeitos então elegidos: as haitianas na cidade de São Paulo⁴³.

Citemos alguns elementos marcantes deste percurso. São eles as participações em eventos sobre imigração (seminários, marcha, encontros, cursos, audiências), as conversas informais e realizações de entrevistas com profissionais que trabalham com a questão da migração internacional e com imigrantes haitianos residentes em outras partes do Brasil e na cidade de São Paulo.

Para a coleta de dados primários, recorreremos principalmente à realização de entrevistas gravadas, pois nos pareceram mais apropriadas para captar informações fornecidas de forma espontânea. Elas são oportunas porque dão margem para registrar informações inesperadas e tirar eventuais dúvidas que surgirem no momento de sua realização. Por estes motivos apenas dois questionários foram enviados por e-mail: um ao Itamaraty após duas tentativas vãs de estabelecer pessoalmente contato para entrevistar algum servidor da *Divisão de Caribe* do Itamaraty, outro ao pesquisador haitiano Joseph Handerson, que informou ter sido *Presidente da Associação Nacional dos Haitianos no Brasil*. Foram realizadas oito entrevistas com representantes de instituições envolvidas no acolhimento de haitianos e com

⁴² Conferir relatório da pesquisa de campo em Anexo 3 para pormenores.

⁴³ Em Manaus, logramos conversar informalmente com uma de duas haitianas que estavam vendendo na calçada ao lado da Paróquia São Geraldo. Uma vendia espetinhos e salgados embalados e a outra vendia bebidas. Na cidade de São Paulo nunca tivemos a oportunidade de falar com uma haitiana. Como mencionado adiante, o desafio de conversar com as haitianas também se colocou para a então mestrandia em demografia na UNICAMP, a haitiana Chandeline Jean Baptiste. Esta afirma que a recusa das haitianas em conversarem com ela eram bem maiores sobretudo quando manifesta a intenção de gravar a conversa.

pesquisadores. Dentre estas, selecionamos e trabalhamos com as seis cujos entrevistados estavam mais envolvidos na imigração haitiana no Brasil. Trata-se das entrevistas, por ordem de realização, com José Carlos Alves Pereira, Márcia Maria de Oliveira, João Carlos Jarochinski Silva, Valdecir Mayer Molinari, Paulo Sérgio de Almeida e Paolo Parisi⁴⁴. A estas se somou aquela realizada pela Fundação Perseu Abramo ao Paulo Illes⁴⁵, então Coordenador da CPMig da SMDHC. Dados primários também foram coletados, por meio de participações em Marchas dos Imigrantes, visitas a casas de acolhida de i-migrantes da Missão Paz, da PMSP e do Estado de Amazonas, participação em seminários e encontros em SP e em Manaus e Brasília, conversas com alguns haitianos.

⁴⁴ Segue respectivamente uma nota sobre cada um destes entrevistados, que, ao serem citados, remetem ao teor destas entrevistas, salvo quando há alguma nota de esclarecimento:

a) José Carlos Alves Pereira é Doutor em Sociologia pela UNICAMP, membro do GEIDA - Grupo de Estudos Interdisciplinares Sobre Desenvolvimento e Agricultura; do CERES - Centro de Estudos Rurais do IFCH-UNICAMP; do Corpo Editorial da Revista Ruris. É pesquisador do CEM da Missão Paz e membro do Conselho Editorial da Revista Travessia, e da Colegiada Executiva do Serviço Pastoral dos Migrantes (Informado pelo autor). *Entrevistado em 15 de outubro de 2014 no IFCH, Campinas, Brasil;*

b) Márcia Maria de Oliveira é Doutoranda, professora e pesquisadora da UFRR. Há pelo menos trinta anos que ela trabalha com questões migratórias (Informado pela autora). No que tange à migração haitiana, ela optou por voltar seu olhar, particularmente para as haitianas em Amazonas. Desde 2011 vem estudando esta questão. *Entrevistada em 04 de novembro de 2014 em Manaus, Brasil;*

c) João Carlos Jarochinski Silva é “professor na Universidade Federal de Roraima – UFRR do curso de relações Internacionais e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira. [...] Foca sua pesquisa em temas relacionados às migrações internacionais. Tem experiência na área de Relações Internacionais, Direito Internacional, História e Educação.” (Informado pelo autor). *Entrevistado em 04 de novembro de 2014 em Manaus, Brasil;*

d) Valdecir Mayer Molinari é Padre e Pároco da Paróquia São Geraldo, Manaus, Amazonas. É scalabriniano, envolvido na questão migratória desde sua formação. Trabalhou em Rondônia junto a migrantes do Sul. Acompanhou os cortadores de cana-de-açúcar no interior de São Paulo que vinham principalmente do Vale de Jequitinhonha, da Bahia ou do Ceara. Está em Manaus desde 2008 onde acompanha principalmente a migração peruana e colombiana, e desde 2010, também a migração haitiana (Informado pelo autor). *Entrevistado em 05 de novembro de 2014 na sede da Paróquia São Geraldo, Manaus, Brasil;*

e) Paulo Sérgio de Almeida começou em 2005 como Coordenador Geral de Imigração no Ministério do Trabalho e, a partir de 2007 assumiu a presidência do Conselho Nacional de Imigração. É Inspetor do trabalho, servidor público. Antes de 2005 se especializou num trabalho de inspeção das condições de trabalho a bordo de embarcações, brasileiras e estrangeiras (Informado pelo autor). *Entrevistado em 21 de janeiro de 2015 na Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, Brasil;*

f) Paolo Parisi é Padre scalabriniano. Ele é o Coordenador da Igreja Nossa Senhora da Paz - Missão Paz - em São Paulo e do seu Centro de Estudos Migratórios - CEM. Trabalhou com migração no Sul e no Norte da Itália, em Roma, na Suíça, na Alemanha e desde 2010 coordena a Missão Paz, que se localiza no centro de São Paulo, Rua do Glicério, nº 164, no bairro da Liberdade. Brasil. *Entrevistado em 18 de novembro de 2015 no CEM.*

⁴⁵ Diante da dificuldade de entrevistá-lo, recorremos à entrevista que ele concedeu à Fundação Perseu Abramo em setembro de 2015. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/paulo-illes-trata-de-pol%C3%ADticas-para-migrantes-no-entrevistafpa>>. Acesso em: 20/09/2015.

No que toca aos dados secundários, recorreremos principalmente a pesquisas acadêmicas, mas também a jornais, reportagens, documentários, filmes, publicações em *facebook* e entrevistas, muitos dos quais disponíveis na internet. É por meio de boa parte destas fontes que tivemos acesso aos testemunhos de haitianas e seus compatriotas em São Paulo e no Brasil.

Mais preocupados com a natureza do acolhimento institucional do que com a quantidade de acolhidos, destacamos as formas de acolhimento das instituições elegidas, submetendo cada uma a uma análise que leve em conta a observação de campo, os debates acerca da imigração haitiana no Brasil, as pesquisas acadêmicas, os documentos oficiais e artigos de jornais sobre este processo migratório.

A pesquisa recorre a duas abordagens teóricas para tratar desta questão migratória: as macroestruturais e as redes sociais por perceber que, conforme indica a literatura (HANDERSON, 2015; BAPTISTE, 2015; TELEMAQUE, 2012; WARGY, 2004; SEGUY, 2014) a história do Haiti dos últimos dois séculos se entende numa conjugação entre nacional e internacional, de modo que a emigração haitiana, seja para o Brasil seja para outros países, não possa ser entendida desconsiderando o contexto macro, tampouco sem considerar o contexto nacional⁴⁶ e a existência de redes sociais em que se baseia. As redes de apoio mútuo entre haitianos, assinaladas por Handerson (2015), não são negligenciáveis no processo de acolhimento, mas nosso estudo, embora as leve em conta, dá ênfase à política de acolhimento institucional por ser um tipo que, neste caso, se preocupou com o respeito dos direitos humanos destas pessoas. O que remete, como bem ressaltado por Nieto (2014), às redes de acolhida dentre as quais a Igreja Católica é a principal.

A dissertação está dividida em três partes. Na *primeira*, a preocupação é *expor a teoria sociológica da imigração e sua relação com a política de acolhimento institucional a imigrantes*, considerando a dimensão racial e de gênero. Neste esforço, fica evidente que, tanto a imigração, quanto o acolhimento são questões teóricas complexas cuja importância varia, no seio dos estudos sociológicos, de um lugar para outro. Considerou-se a questão racial antes da de gênero nestes estudos. *O foco do segundo capítulo é a história da migração haitiana e sua imigração no Brasil*. De um panorama geral da imigração no Haiti e de sua

⁴⁶ A história do Haiti é tratada no capítulo II.

emigração, passa-se para a imigração haitiana no Brasil, considerando alguns momentos da história do país que ajudam a entender estes fenômenos. *O terceiro e último capítulo trata da política de acolhimento institucional de haitianos na cidade de São Paulo*, em particular, pela Missão Paz e pela Prefeitura de São Paulo, bem como da relação destas instituições com o Governo Federal, mais particularmente com o Conselho Nacional de Imigração do MTPS, a respeito desta questão.

I – Teorias das migrações internacionais e política de acolhimento

Este capítulo faz uma discussão teórica sobre migrações internacionais, objetivando contribuir para uma maior visibilidade da política de acolhimento institucional para imigrantes, relacionada à raça⁴⁷ e ao gênero destas populações. Estas dimensões – raça e gênero – parecem ocupar lugares menos privilegiados nas preocupações teóricas clássicas relativas a um fenômeno complexo no qual estão presentes há muitos séculos⁴⁸.

Piché afirma que “as teorias migratórias não servem apenas para compreender e explicar os fenômenos, também servem para justificar as escolhas no tocante às políticas migratórias” (PICHÉ, 2015, p. 44). O mesmo autor faz a seguinte constatação: “Todas as políticas migratórias do século XX estão baseadas num postulado considerado imutável: a imigração é um privilégio e não um direito” (PICHÉ, 2015, p. 44)⁴⁹. O século XXI trouxe consigo um novo paradigma no que tange às migrações internacionais? A relação entre o privilégio e o direito estaria sendo invertida se olharmos para a atual imigração haitiana no Brasil? Diante disso, a necessidade de se olhar para a dimensão política da migração internacional se impõe.

1.1 Migrações inter(nacionais): cruzamentos

Nesta discussão teórica dialogamos com algumas teorias das migrações internas por duas razões principais. A primeira delas é que a teoria sobre a migração interna

⁴⁷ Não concebemos raça no sentido biológico do termo, pois, a rigor estas não existem, mas sim em termos sociais. O uso do termo raça se justifica também pelo fato do Brasil ter uma Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). “Criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei nº 10.678, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República nasce do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro. A data é emblemática, pois em todo o mundo celebra-se o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em memória do Massacre de Shaperville.” Fonte: SEPPIR. Disponível em <<http://www.seppir.gov.br/sobre-a-seppir/a-secretaria>>. Acesso em 29/03/2016.

⁴⁸ A história colonial do Brasil e do Haiti são casos ilustrativos disso. No contexto mais recente, Morokvasic (1984) aponta a invisibilização da mulher imigrante nas discussões teóricas relativas à imigração. Esta crítica de Morokvasic foi sublinhada por Assis (2007).

⁴⁹ “Trata-se do paradigma que embasa as políticas migratórias nas necessidades econômicas dos países, portanto, essencialmente voltadas para o mercado de trabalho, e também no princípio da soberania nacional no tocante às políticas migratórias” (PICHÉ *apud* PICHÉ, 2015, p. 44).

compartilharia muitas preocupações, diagnósticos e inclusive conclusões com a chamada teoria da migração internacional. Em outros termos, explicar as migrações internas é também uma forma de explicar ao mesmo tempo, ao menos parcialmente, a migração internacional (SINGER, 1980). Nas palavras do autor:

[...] as migrações internas (sem falar das internacionais, que poderiam, em boa parte, ser explicadas do mesmo modo) não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial de atividades econômicas (SINGER, 1980, p. 219).

No seu artigo, Paiva (2011) se referiu à transformação de bairros como Brás e Mooca, então considerados “redutos de italianos, espanhóis e portugueses”, em bairros de migrantes vindos do nordeste brasileiro (PAIVA, 2011, p. 14), expondo assim a aproximação entre migração interna e internacional na cidade de São Paulo. Além de mostrar o mesmo tipo de relação existente entre estes tipos de migrações na citação anterior, Singer (1980), afirma que seja qual for sua modalidade, a migração obedece à lógica econômica no espaço⁵⁰. Handerson (2015) parece ter dado parcialmente razão a Singer neste caso, quando relaciona a distribuição da população haitiana no Brasil à oferta de emprego no país.

Ravenstein (1980) considerou a dimensão econômica como central e destacou dois aspectos: um deles é que as migrações ocorrem entre duas áreas diferentes: uma de “atração” e outra de “expulsão”. Logo, as pessoas decidem⁵¹ migrar porque são, por um lado, atraídas por e para uma área e, por outro, expulsas pela área em que residem⁵². Outro é que para Ravenstein (1980, p. 64-65) a migração tem suas leis⁵³.

⁵⁰ Rea e Tripiier afirmam que “Se as migrações internacionais decorrem da mesma lógica que as migrações internas no tocante às suas causas, elas diferem no seu funcionamento mais orientado pelas instituições políticas” (REA e TRIPIER, 2008, p. 28. Tradução nossa).

⁵¹ A respeito, Peixoto disse: “A ideia (mais ou menos explicitada pelo autor [Ravenstein] de que o motivo principal de uma migração era o desejo do agente individual melhorar a sua condição econômica representa a essência do modelo de *push-pull*” (PEIXOTO, 2004, p. 14. Grifo nosso).

⁵² Áreas de atração ou “absorção” são aquelas que dispõem de elementos que chamam para si pessoas de outros lugares, isto é, áreas de acolhimento, e áreas de expulsão ou “dispersão”, aquelas que dispõem de elementos promotoras de desconforto para pessoas que nelas residem e, portanto, as levam a deixá-las (RAVENSTEIN, 1980).

⁵³ Ao contrário de “Uma observação feita por Farr de que as migrações pareciam ocorrer sem uma lei precisa” (LEE, 1980, p. 95), Ravenstein cita leis dentre as quais: 1) A maioria dos migrantes se deslocam “a curta distância” e os “grandes centros comerciais e industriais” absorvem migrantes e são o destino das “correntes migratórias”. Estas são consequência “da mobilidade e deslocamentos gerais da população”; 2) Os moradores do entorno de uma cidade em crescimento rápido se deslocam até “esta, sendo os vazios deixados pela população rural preenchidos por migrantes oriundos de distritos mais remotos, até que a força de atração de uma das nossas cidades passe a ser sentida, gradativamente, nos mais remotos pontos do Reino”; 3) “O processo de dispersão é o

A dimensão econômica continua sem dúvida tendo seu lugar assegurado na busca de compreensão e explicação das migrações, porém esta afirmação de Ravenstein (1980) e Singer (1980) se torna insuficiente quando se parte do entendimento, a nosso ver, mais abrangente, da Organização Internacional para as Migrações - OIM sobre este assunto. A OIM define a migração como:

O movimento de uma pessoa ou um grupo de pessoas, seja através de uma fronteira internacional, ou dentro de um Estado. É um movimento de uma população, abrangendo qualquer tipo de movimento das pessoas, seja qual for sua extensão, composição e causas; ele inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, migrantes econômicos e pessoas que se deslocam para outros fins, incluindo o reagrupamento familiar (OIM, 2011. Tradução nossa)⁵⁴

Pela sua definição de migração, a OIM também aproxima os movimentos internos a um Estado àqueles externos a ele, isto é, migração interna a migração internacional. Porém, ao contrário do que afirma Singer (1980), no entendimento desta Organização internacional as pessoas podem ter motivações alheias à lógica econômica para migrarem. De acordo com a ONU, a migração tem a ver com território, tempo, distância. É, então, “o deslocamento de uma área definidora do fenômeno para uma outra (ou um deslocamento a uma distância mínima especificada) que se realizou durante um intervalo de migração determinado e que implicou em mudança de residência” (ONU, 1980, p. 322).

É preciso então ressaltar que para ela a noção de tempo é central para considerar uma pessoa que se movimentou no espaço como migrante ou não. A ONU toma o período de um ano como a referência temporal mínima⁵⁵ para se considerar uma pessoa que reside fora de seu lugar de residência habitual como migrante. Portanto, as Nações Unidas

inverso do de absorção e apresenta características semelhantes”; 4) “Cada corrente migratória principal produz uma corrente inversa compensatória”; 5) “As pessoas que migram a longas distâncias se dirigem preferencialmente, para grandes centros comerciais ou industriais”; 6) “Os naturais das grandes cidades migram menos do que os naturais das áreas rurais do país”; 7) “As mulheres migram mais do que os homens”, mas são minoria nas migrações de longa distância (RAVENSTEIN, 1980, p. 64-65). No entanto, o próprio Ravenstein teria reconhecido que o título era ambicioso ao advertir que “as leis da população e as leis da economia não têm, em geral, o rigor das leis físicas” (LEE, 1980, p. 95).

⁵⁴ OIM (2011). Disponível em: <<http://www.iom.int/key-migration-terms#>>. Acesso em: 20/04/2015.

⁵⁵ A respeito do “intervalo da Migração” a ONU disse que: “pode ser definido (um ano, cinco anos, dez anos, o período intercensitário, etc.) ou indeterminado (como, por exemplo, a duração da vida da população residente numa data determinada). Quando os dados se referem a um intervalo definido, pode-se dizer que correspondem à migração de prazo fixo ou de período, sendo distintos, assim, dos que dizem respeito à migração que ocorre durante todo o período da vida de uma população ou dos que se baseiam no último lugar de residência, que carecem de referência temporal determinada” (ONU, 1980, p. 321).

definem migrante como um indivíduo que tenha residido num país estrangeiro por mais de um ano, independentemente das causas, voluntárias ou involuntárias, e os meios, regulares ou irregulares, usados para migrar. Sob essa definição, os que viajam por períodos mais curtos como turistas e empresários não seriam considerados migrantes.⁵⁶

Ao fornecer uma definição de migração, Lee (1980) traz nela um exemplo ainda mais enfático da porosidade da fronteira existente entre estes dois tipos de migrações estabelecidas nas teorias migratórias. Para ele, é a mudança de residência que é determinante. O espaço e o tempo, isto é a distância e a duração são, pode-se dizer, a princípio, irrelevantes. De maneira geral, escreve ele,

define-se migração como uma mudança permanente ou semipermanente de residência. Não se põe limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato. Como também **não se estabelece distinção entre a migração externa e a migração interna**. Assim considera-se como ato migratório tanto um deslocamento que se processa de um departamento do lado direito do corredor para um departamento do lado esquerdo, como um deslocamento de Bombaim, na Índia, para Cedar Rapids, Iowa (USA), embora seja natural que o início e as consequências desses dois deslocamentos apresentem diferenças imensas. Contudo, não se inclui nesta definição todas as classes de mobilidade espacial. Ficam de fora, por exemplo, os movimentos contínuos dos nômades e dos trabalhadores migratórios, para os quais não existe residência durante período prolongado, como também os deslocamentos temporários, como os que se efetuam para as montanhas durante as férias de verão” (LEE, 1980, p. 99-100. Grifo nosso).

O advento do terremoto de janeiro de 2010 no país caribenho causou, tanto a migração interna, quanto internacional de haitianos (IHSI/BM/DIAL, 2014; THOMAZ, 2010; GODOY, 2011). Como se vê no trabalho de Godoy (2011), as estimativas de saídas para fora da capital ligadas a este fenômeno natural foram muito maiores do que aquelas para fora do país. Aliás, a recente imigração haitiana no Brasil, oficialmente associada ao terremoto por este país, também serve de ilustração de possíveis cruzamentos entre as migrações internacional e interna (HANDERSON, 2015). José Carlos Pereira, Rosana Baeninger e Roberta Peres também assinalaram a ocorrência e a relevância de se olhar para a migração interna de haitianos no Brasil, isto é, a migração interna de imigrantes internacionais⁵⁷. Além

⁵⁶ OIM. *Glossary on Migration, International Migration Law Series No. 25*, 2011. Tradução nossa. Disponível em: <<http://www.iom.int/key-migration-terms#>>. Acesso em: 20/04/2015.

⁵⁷ Respectivamente, Pesquisador do Centro de Estudos Migratórios da Missão Paz em entrevista de 15/10/2014; Professora do *Departamento de Demografia do IFCH/UNICAMP*, pesquisadora do *Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP)*, Coordenadora do *Observatório das Migrações em São Paulo (Fapesp-CNPq/NEPO-UNICAMP)* na aula de 26/11/2015 do curso “São Paulo de todos os imigrantes”, realizado pela Câmara Municipal de São Paulo entre os dias 05/11/2015 a 10/12/2015 na cidade de São Paulo e

deste fenômeno novo observado na imigração haitiana no Brasil, é preciso dizer que, diante da crise econômica atualmente sentida neste país, há imigrantes haitianos emigrando do Brasil⁵⁸, quando somados as novas dinâmicas das migrações internas de brasileiros, que voltam ou vão para o Nordeste do país, dão razão a Baeninger quando escreve que:

A complexidade do fenômeno requer que se considere muito mais que os fluxos de imigração, emigração e suas trocas migratórias; é preciso que sejam incorporadas dimensões – dentre outras, a reversibilidade da migração e sua temporalidade – capazes de captar os novos espaços da migração, quer sejam como áreas de retenção de população, de perda migratória ou ainda, e talvez a maior novidade do século 21, de rotatividade migratória para a maioria dos estados brasileiros (BAENINGER, 2011, p. 39).

Outro elemento de aproximação destas migrações é que os trabalhos do geógrafo e cartógrafo Ravenstein, considerados clássicos em estudos sobre migrações em geral porque “resistiram [em certos aspectos] à prova do tempo e continuam sendo o ponto de partida de trabalhos teóricos sobre o assunto” (LEE, 1980, p. 96. Grifo nosso), eram voltados para a migração interna.

Portanto, é possível e pertinente estabelecer uma aproximação da migração interna com a migração internacional, embora esta última tenha como uma das suas especificidades a questão da fronteira nacional, cruzada pelos emigrantes e/ou imigrantes, e o pertencimento a determinado Estado, nacionalidade, grupo linguístico, religioso e cultura. A respeito desta especificidade das migrações internacionais, nosso entrevistado João Carlos Jarochinski Silva⁵⁹ sugere que as maiores distâncias geográficas, linguísticas, religiosas e culturais conjugadas ao efetivo de envolvidos e trajetos percorridos chamam mais atenção, o que foi o caso da imigração haitiana no Brasil se comparada às de bolivianos, peruanos e paraguaios no país. Neste sentido, Manzi e Toudoire-Surlapierre defendem em *O estrangeiro: O desconhecido que bate à minha porta* que “[...] a questão posta ao estrangeiro – sobre sua

Roberta Peres, pesquisadora do NEPO/UNICAMP e pesquisador associada do Observatório das Migrações em São Paulo, no programa *Complicações* da UNIVESP TV. 2015. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Kh0NjU0XSWM> > Acesso em: 15/11/2015 e na qualidade de membro da banca no meu exame de qualificação em 31/08/2015 no IFCH.

⁵⁸ Handerson (2015) falou de haitianos que vieram para o Brasil, com objetivo de seguir para a Guiana Francesa. De acordo com Lauro Bocchi, diretor do *CIBAI MIGRAÇÕES*, “ultimamente se fala em 10.000 haitianos que deixaram o Brasil, não necessariamente voltaram para o Haiti. Buscaram outros países”. Fonte: ZERO HORA. *Sonhos paridos*. Publicado em: 02/10/2015. Disponível em: <<http://videos.clicrbs.com.br/rs/zerohora/video/geral/2015/10/sonhos-partidos/137856/>>. Acesso em: 06/10/2015.

⁵⁹ Entrevistado em 04 de novembro de 2014 em Manaus. Realização Nossa.

identidade, proveniência, motivações – como pré-requisitos à acolhida permite separar a hospitalidade incondicional da hospitalidade contratual, única reconhecida pelo raciocínio sociológico” (MANZI e TOUDOIRE-SURLAPIERRE, 2011, p. 798).⁶⁰

Tratando-se de um estudo sociológico, pergunta-se qual é a contribuição dos clássicos da Sociologia, notadamente, Emile Durkheim, Max Weber, Karl Marx e Georg Simmel no debate sobre a migração.

1.2 Migração e acolhimento entre os clássicos da sociologia?

Os clássicos⁶¹ do pensamento sociológico abordaram as migrações? O acolhimento de estrangeiros foi uma preocupação para eles? Por que, como diria Oliveira (2014), não há associação dos seus nomes e obras com a migração? É importante sublinhar desde já que diante do destaque dado à ação do “indivíduo”, particularmente na teoria de Ravenstein, a sociologia, “no final do século passado, se consolidava, enquanto disciplina autônoma, por uma leitura holista e estruturalista da realidade” (PEIXOTO, 2004, p. 5)⁶². Sendo assim, o tema da imigração é marginalmente tratado pelos clássicos da sociologia, que, com apenas uma exceção⁶³, portanto, não assumiram de forma evidente estudá-lo na sua obra. O lugar “secundário” ocupado pelas migrações nas obras destes autores justifica, de algum modo, a dificuldade que se tem de relacionar seus estudos com a imigração (OLIVEIRA, 2014). De acordo com este autor:

Embora o fenômeno das migrações internacionais tenha acompanhado e unido a história de países europeus e americanos nos séculos XIX e XX, o tema da imigração e o próprio imigrante como ator social não têm sido relacionados aos clássicos da sociologia, especialmente Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim. Lukes (1985), Fournier (2007) e Tyriakian (2009) fazem referências bibliográficas e

⁶⁰ “Se o incondicional é estritamente da ordem do mito, o condicional é da ordem da realidade, das leis sociais e políticas. A complexidade das leis que atingem a admissão dos estrangeiros e sua instalação, no mundo antigo e no mundo contemporâneo, demonstra que a hospitalidade é complexa, difícil, às vezes impossível, que o incondicional se choca incessantemente com o condicional” (GRASSI, 2011a, p. 53). A coexistência destes tipos de acolhimentos é evidenciada no capítulo III.

⁶¹ Márcio de Oliveira (2014) se refere a Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber e Georg Simmel. É preciso lembrar, embora analisemos apenas aqueles referidos por Oliveira (2014), que Victor Piché (2012), ao enumerar alguns, não cita Simmel, mas menciona Comte, por exemplo, como um dos clássicos.

⁶² Peixoto (2004, p. 5) lembra que a explicação estruturalista ou funcionalista em consonância com o pensamento do Durkheim, Marx ou Parsons ou dos neomarxistas predominou durante boa parte do século XX.

⁶³ Márcio de Oliveira (2014) se refere a Georg Simmel como a exceção entre os clássicos.

não analíticas ao interesse de Durkheim sobre o tema da imigração. O mesmo pode ser dito em relação a Weber (Bendix, 1986; Karlberg, 1980; 1987; 2010; Kaesler, 1988; Baert, 2007; Sell, 2013) e Marx (Althusser, 1979; Giddens e Turner, 1999; Wheen, 2000; [etc.]) (OLIVEIRA, 2014, p. 73).

Contudo, para este autor, um diagnóstico como este estaria fazendo uma análise algo errônea sobre a ligação entre a obra de cada um dos clássicos referidos e a migração internacional, visto que a migração, enquanto “fenômeno histórico” e, o imigrante, na condição de “ator social mereceram mais do que esparsas referências por parte dos ‘fundadores da sociologia’, muito embora isso não apareça tão claramente.” (OLIVEIRA, 2014, p. 73).

Os clássicos da sociologia pensaram, de alguma forma, sobre migração, embora caiba reconhecer a irrelevância deste tema entre os sociólogos “da virada do século XIX para XX” (SASAKI e ASSIS, 2000). Ao fazer uma análise dos “clássicos”⁶⁴, Richmond (*apud* SASAKI e ASSIS, 2000, p. 2), “[...] demonstrou que a migração era analisada enquanto consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo, assim como os processos de industrialização e urbanização”.

Márcio de Oliveira (2014) sugere que Karl Marx colocou o econômico no núcleo da migração. Para Sasaki e Assis (2000), em Marx a dimensão econômica se entrelaça com a política, no tocante à migração, em particular da população do mundo rural. Assim, disseram que:

Ao examinar os efeitos das mudanças econômicas e políticas na França, Irlanda, e Escócia, Marx realçou a cumplicidade dos governos e dos militares na coerção de camponeses e pequenos proprietários para migração, através de movimentos de cercamentos (*enclosures*), autorização de partida e assistência estatal aos movimentos de emigração (SASAKI e ASSIS, 2000, p. 3).

No tocante à menção das migrações internacionais pela produção intelectual do Durkheim, a obra desse clássico da sociologia é lateralmente marcada por esta questão. Os dados estatísticos fornecidos em *Da Divisão do Trabalho Social* “insuficientes”, não tinham como função evidenciar as migrações, mas os seus efeitos nos lugares de partida dos migrantes (OLIVEIRA, 2014). As migrações, para Durkheim, teriam o potencial de transformação da hierarquia social do campo em contexto urbano, de rompimento com as tradições do mundo rural (OLIVEIRA, 2014; SASAKI e ASSIS, 2000), de igualar, como diria

⁶⁴ De acordo com estas autoras, Richmond está se referindo a Malthus, Marx, Durkheim e Weber.

Grassi (2011b), os “hóspedes” aos “hospedeiros”, além de igualar os migrantes entre si, isto é, de promover “maior igualdade entre os cidadãos”⁶⁵ (OLIVEIRA, 2014, p. 77).

Em Weber a imigração tem um lugar “importante e pessoal” (OLIVEIRA, 2014). De acordo com este autor:

Primeiro, o tema surge quando o autor analisa a situação dos trabalhadores alemães ao leste do Elba. Em um segundo momento, o tema foi vivenciado durante a visita que fez aos EUA e está presente ainda na análise da relação entre a ética protestante e o espírito do capitalismo. Weber se preocupou com questões fronteiriças e de identidade e com questões de “hinduização”, quando trabalhou o tema do hinduísmo (Kaesler, 1988:6 e 112). Como sabemos, no primeiro caso estavam em questão o poder e a nação alemã, confrontados com o deslocamento de trabalhadores alemães e sua substituição por trabalhadores poloneses em particular, e escravos em geral. No segundo caso, estavam em questão os estudos religiosos e as relações sociais nos EUA que estariam sendo impulsionadas pelos imigrantes protestantes de origem germânica (OLIVEIRA, 2014, p. 80).

Na ótica de Márcio de Oliveira, “a análise das consequências da imigração nas relações entre nacionais e estrangeiros no país de destino e o impacto desta no país de origem” (OLIVEIRA, 2014, p. 82) foi iniciada por Weber, antes de ganhar mais atenção em Simmel e posteriormente em Abdelmalek Sayad. Oliveira defende, citando Gabaccia, que “[...] os textos weberianos tocam em pontos fundamentais dos fenômenos migratórios, como a cidadania e a questão nacional nos países de origem, só recentemente abordados, demonstrando assim sua validade” (GABACCIA et. al. *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 83).

Em relação a Simmel, pode-se dizer que este é o único, dos clássicos considerados, que abordou de forma explícita⁶⁶ a questão da imigração⁶⁷. O autor traz uma

⁶⁵ Tal conclusão custou críticas a Durkheim, por parte de Oliveira (2014), que observa que este clássico não fez menção das “hierarquias sociais já consolidadas nas cidades e, assim, preexistentes à imigração.” (OLIVEIRA, 2014, p. 77), e da Sasaki e Assis para quem a passagem para a “solidariedade orgânica”, própria da sociedade urbana na ótica de Durkheim, pode levar à “anomia, ou o colapso do sistema de valores comuns” e até mesmo a “consequências” como o “crime, suicídio e conflito de grupo” (SASAKI e ASSIS, 2000, p. 3).

⁶⁶ Márcio de Oliveira (2014) sublinha que: “Os termos ‘imigrante’ e ‘imigração’ não aparecem nos objetos de estudo de Simmel inventariados por Leopoldo Waizbort (2000:11-12). Contudo, isso não quer dizer que ele não tenha se interessado pelo tema.” (OLIVEIRA, 2014, p. 84).

⁶⁷ Em seu artigo *O estrangeiro* lê-se: “Se o mover for o contraste conceptual do fixar-se, com a liberdade em relação a cada ponto dado do espaço, então, a forma sociológica do “estrangeiro” representa, não obstante, e até certo ponto, a unidade de ambas as disposições. Revela também, certamente, que as relações concernentes ao espaço são, por um lado, apenas, a condição e, por outro, o símbolo das relações entre os seres humanos. Não se usa aqui, destarte, a noção de estrangeiro no sentido habitual, em relação àquele que vem hoje e amanhã se vai, mas como o que vem hoje e amanhã pode permanecer – porque era possível se mover e, embora não siga adiante, ainda não superou completamente o movimento do ir e vir. Fixo dentro de um determinado raio espacial, onde a sua firmeza transfronteiriça poderia ser considerada análoga ao espaço, a sua posição neste é determinada largamente pelo fato de não pertencer imediatamente a ele, e suas qualidades não podem originar-se e vir dele, nem nele adentrar-se. A unidade de proximidade e de distância que contém cada relação entre os seres

precisão acerca da noção de estrangeiro em dois momentos, mostrando, por um lado, as ambiguidades acerca da presença simultânea em dois espaços ou, por outro, de uma ausência dupla⁶⁸. O estrangeiro

É um elemento do qual a posição imanente e de membro compreendem, ao mesmo tempo, um exterior e um contrário. [...]. O estrangeiro parece próximo, na medida em que a ele o outro da relação se iguala em termos de cidadania, ou em termos mais social, em função da profissão, criando laços internos entre as partes inter-relacionadas. O estrangeiro parece mais distante, por outro lado, na medida em que esta igualdade conecta apenas os dois da relação de forma abstrata e geral, não havendo assim laços de pertença (SIMMEL, 2005, p. 265 e 269).

O estrangeiro é também socialmente visto como um sujeito provisório, sem vínculos sólidos com nada e com ninguém, “alguém absolutamente móvel” (SIMMEL, 2005, p. 267). Além disso, ele é um sujeito “considerado e visto, enfim, como um não pertencente, mesmo que este indivíduo seja um membro orgânico do grupo, cuja vida uniforme compreenda todos os condicionamentos particulares deste social” (SIMMEL, 2005, p. 271). Ele tampouco é “proprietário do solo” reforça o autor (2005, p. 266).

A ambiguidade do estrangeiro, sua presença e ausência vividas simultaneamente, algumas de suas relações com a sociedade receptora, o imaginário desta sobre o estrangeiro, os desafios da socialização do estrangeiro e de sua inserção laboral foram assinalados por este clássico. Simmel (apud OLIVEIRA, 2014, p. 84-85) olhou também, tanto para o lugar e o grupo no ponto de partida, quanto para o grupo e lugar de instalação dos que migraram⁶⁹. Estas questões continuam preocupando as pesquisas sobre a imigração, inclusive esta. Isso leva Márcio de Oliveira (2014, p. 85) a dizer que Simmel reúne “as grandes e atuais questões da sociologia da imigração.”.

humanos, então, pode ser o mais resumidamente possível assim formulada: a distância nas relações significa que o próximo está remoto, e o ser estrangeiro ou o estranho, contudo, seria aquele que se encontra mais perto do distante. Porque é um elemento natural de relações completamente positivas e, também, porque é uma forma de interação específica.” (SIMMEL, 2005, p. 265).

⁶⁸ A ideia de uma ausência dupla é referida também, posteriormente, por Sayad (1998, p. 270), que fala de uma “dupla exclusão política que determina o imigrante e o emigrante (exclusão de direito, no caso do imigrante, e exclusão de fato, no caso do emigrante) [...]”. A “dupla exclusão política” equivaleria “[...] àquilo que Hannah Arendt qualifica de recusa ou negação do direito à vida, na medida em que a própria identidade do indivíduo está inteiramente contida em sua identidade civil (ou cívica), na medida em que é um dos seus efeitos.” (SAYAD, 1998, p. 270).

⁶⁹ Estas questões são de grandes relevância para estudos posteriores como a de Sayad (1998) e de George (1977), Sassen (2010).

A partir das interpretações das obras dos clássicos por Oliveira (2014), Sasaki e Assis (2000) e da citação, *en passant*, feita por Piché (2012), formulamos as seguintes questões:

- a) São as cidades brasileiras que estão acolhendo migrantes nacionais do Haiti, de que jeito, igualando-os entre si e com os nacionais?
- b) É o mercado laboral e somente ele que os atrai e acolhe?
- c) A presença haitiana no Brasil está provocando debates acerca da identidade nacional brasileira, paulistana e haitiana?
- d) Haveria uma relação entre a imigração haitiana e a indústria brasileira?
- e) Esta imigração cria ligações entre Haiti e Brasil?
- f) Caberia falar de riqueza social a partir do encontro provocado pela presença haitiana aqui?
- g) Nacionais do Haiti constituem a alteridade atual da sociedade brasileira e paulistana, em particular?

1.3 Teoria sociológica contemporânea da imigração e o acolhimento

Com relação ao nascimento da sociologia da imigração, Andrea Rea e Maryse Tripier (2008), tal como Peixoto (2004) e Oliveira (2014), colocam a *Escola de Chicago* como referência. A propósito, escrevem que

Os trabalhos da escola de Chicago produzidos entre 1910 e 1940 constituem os textos fundadores da sociologia da imigração. Esta é consubstancial com o nascimento de uma verdadeira sociologia empírica nos Estados Unidos no *entre-guerras* [...]. (REA e TRIPIER, 2008, p. 7. Grifo dos autores. Tradução nossa).

Para eles “Os pesquisadores americanos, usando a cidade como laboratório social, tomam como objeto de estudo aquilo que chamam de ‘relações raciais’.” (REA e TRIPIER, 2008, p. 7).

A sociologia da imigração nasce, no entendimento de Rea e Tripier (2008), nos Estados Unidos da América, mas se desenvolve tarde na Europa. Prosseguindo, estes autores afirmam que os primeiros estudos da sociologia da imigração se prendiam à descrição dos

percursos dos imigrantes, começando pelo ponto de partida, as etapas, e concluir com a “integração completa na sociedade de instalação” (REA e TRIPIER, 2008, p. 4. Tradução nosso).

Muitos esforços teóricos sociológicos posteriores relativas à imigração são então elaborados, buscando ampliar os aspectos considerados em estudos anteriores e adotando novas formas de análise, diante dos novos contextos e realidades novas. Os trabalhos de Lee (1980), Morokvasic (1984, 2010), Sassen (2010), Baeninger (2011) fornecem elementos que servem de ilustração de algumas destas mudanças ou dos diálogos, por menor que sejam, entre novas teorias e aquelas ou algumas das que as antecederam (PICHE, 2015)⁷⁰.

A sociologia da imigração, escrevem Rea e Tripier (2008),

distingue tradicionalmente duas problemáticas: a da migração e a da instalação dos migrantes. Os objetos de estudo estão principalmente relacionados às causas dos fluxos migratórios, suas modalidades, lógicas diferenciadas e impacto sobre as sociedades de partida, de trânsito e de chegada [Simon, 1995]. O segundo se concentra sobre o que se costuma chamar de integração, isto é, a instalação dos imigrantes, sua aculturação e aquisição de uma nova posição social, econômica e política no Estado de instalação (REA e TRIPIER, 2008, p. 5. Tradução nossa).

Este estudo leva em conta as causas dos “fluxos migratórios”, “as lógicas diferenciadas” e também a “aquisição de uma nova posição social, econômica e política” dos haitianos e haitianas no Brasil, em particular na cidade de São Paulo. Portanto, ambos os aspectos constituem elementos para analisar a política de acolhimento institucional das pessoas nacionais do Haiti nesta cidade. No entanto, uma maior atenção é dada à instalação, pois falar de política de acolhimento, neste caso, é enfatizar a imigração, em relação emigração, sem nenhuma intenção de subestimar esta. Aliás, Rea e Tripier (2008, p. 29) afirmam que haveria “dois grandes conjuntos” de teorias: “Aqueles que propõem modelos que explicam a emergência das migrações e as que tentam entender porque os fluxos migratórios duram. Elas tomam como unidade de análise as estruturas sociais ou os indivíduos [...]”⁷¹.

⁷⁰ Piché (2015) apontou vários exemplos de influências de teorias das migrações sobre as posteriormente construídas. Por sua vez, Peixoto (2004, p. 15) afirma que “O raciocínio de Ravenstein foi prolongado por autores subsequentes. Os modelos de Zipf e Stouffer ou a generalização teórica de Lee” são exemplo disso.

⁷¹ As abordagens macroeconômica e microeconômica formam as “duas ordens das teorias econômicas neoclássicas”. Para a primeira, as migrações decorrem das “diferenças especiais entre reservas e demandas de mão de obra. Para a segunda, “a unidade de base é o indivíduo. O modelo de explicação é o da escolha racional” (REA & TRIPIER, 2008, p. 29). Quanto à abordagem da “nova economia das migrações”, ela entende que “a decisão de migrar resulta de uma escolha de família” (REA & TRIPIER, 2008, p. 30). A teoria do “Sistema-mundo, de inspiração marxista [percebe que] as migrações resultam de mudanças estruturais da expansão dos mercados econômicos e do desenvolvimento do capitalismo, nos quais as autoridades políticas desempenham um papel fundamental” (REA & TRIPIER, 2008, p. 30). A teoria do mercado de trabalho segmentado parte da ideia

Ao discorrer sobre *Instituições, Redes Migratórias, Laços Étnicos e Sociais*, Peixoto (2004, p. 28) ressalta que o olhar sociológico “macro” sobre as migrações não é homogêneo. Para referir-se a alguns grandes grupos que a compõem, o autor disse, a respeito das instituições, que:

Em primeiro lugar, podemos referir as que salientam o papel das instituições no desencadear ou acompanhamento dos fluxos migratórios. As teorias deste tipo não são uniformes: tanto podemos pensar no papel das instituições como principais agentes na promoção dos fluxos [...], como podemos referir o seu papel no enquadramento e suporte de percursos migratórios desencadeados, sobretudo, pelos indivíduos [...] O tipo de instituições a considerar é também variável: podemos incluir organizações empregadoras (empresas privadas e públicas, Estado, etc.), agências de emprego, associações de apoio a migrantes, entidades financeiras, departamentos governamentais ligados directa ou indirectamente às migrações e habitação, etc. [...] O tipo de migrantes abrangido por estas instituições não é, igualmente, uniforme. No caso das teorias que admitem o papel directo das organizações empregadoras no desencadear dos fluxos pensa-se hoje, sobretudo, em migrantes de estatuto sócio-económico médio ou elevado e nas transferências em que estão envolvidos. [...] **No caso das teorias que referem as instituições de acompanhamento ou suporte, são sobretudo os migrantes de condição social inferior que são abrangidos.** As políticas restritivas dos países desenvolvidos e as fragilidades dos percursos migratórios levam ao surgimento de organizações (frequentemente clandestinas) que promovem os meios de acesso (incluindo ilegal) ao país e, simultaneamente, outras vocacionadas para o suporte humanitário, de forma a melhorar a integração dos migrantes [...] (PEIXOTO, 2014, p. 28-29. Grifo nosso).

As teorias fundamentadas nas redes migratórias mostram que há também redes variadas, além de sugerir que instituições também podem fazer parte destas e que diferentes redes podem ser acionadas ou envolvidas ao mesmo tempo (PEIXOTO, 2014). Em termos próprios, Peixoto disse:

Em segundo lugar, encontramos as teorias que defendem o papel das redes migratórias. As intersecções com as teorias da sociologia económica (nomeadamente as teorias mais vastas das “redes sociais” e a noção de “capital social”) e com as teorias institucionais acima referidas são elevadas. O que se defende, neste caso, é que os migrantes não actuam isoladamente, nem no acto de

de que “não são os ‘push factors’ que levam os emigrantes a partir, mas demandas de segmentos do mercado de trabalho que os atraem” (REA & TRIPIER, 2008, p. 31. Tradução nossa). No tocante às redes sociais, estas são vistas como “[...] relações sociais que unem migrantes, antigos migrantes e não-migrantes, ligando lugares de origem das migrações aos de destino na base do parentesco ou da amizade. Estas redes diminuem os riscos da migração, favorecem a divulgação da informação e a adaptação ao novo lugar (MASSEY *et al.* *apud* Rea e Tripier, 2008, p. 31. Tradução nossa). A “instituição migratória” proposto, de acordo com Rea e Tripier, por Goss *et Lindquist* (1995), “consiste na articulação entre agentes (indivíduos, associações, empresas, instituições, etc.) que tem interesse e papeis específicos num ambiente institucional definindo regras coletivas e espaços de oportunidades, ao mesmo tempo que são definidas por ações individuais” (REA & TRIPIER, 2008, p. 31-32). A quase totalidade destas abordagens foram mencionados por Sasaki e Assis (2000) e por Peixoto (2004). Ao fazer um balanço das teorias migratórias contemporâneas, Piché (2015) apresenta dois grandes conjuntos. Um primeiro preocupado em explicar as “Origens e causas da migração”. Este subdividido em partes: 1) As abordagens micro-individuais, 2) As abordagens macro-estruturais, 3) A abordagem de gênero e, 4) As redes migratórias. O segundo conjunto diz respeito aos efeitos da migração.

reflexão inicial, nem na realização dos percursos concretos, nem nas formas de integração no destino. Eles estão inseridos em redes de conterrâneos, familiares ou, inclusivamente, agentes promotores da imigração (como os “engajadores”), que fornecem a informação, as escolhas disponíveis, os apoios à deslocação e à fixação definitiva. [...] Como sugere Baganha (1991c: 446-7), podem existir vários tipos de redes, cujo papel na formação de fluxos, ritmos e ciclos migratórios e nos percursos de mobilidade social dos migrantes é importante, sendo o seu estudo essencial para analisar uma corrente migratória. O argumento das redes migratórias é, ainda, necessário para complementar algumas das perspectivas teóricas anteriores (PEIXOTO, 2004, p. 29).

Para a análise da questão central deste estudo, a política de acolhimento institucional a haitianos na capital de São Paulo, uma conjugação das abordagens “macro-estruturais” e as “redes migratórias” é necessária. A dimensão macroestrutural permite apreender o *papel das instituições*, as políticas migratórias, mas também econômicas em âmbito global ou mesmo regional, enquanto as redes possibilitam perceber o lado específico da migração haitiana para o Brasil e para a capital São Paulo. As redes migratórias apontam a existência de ferramentas de acolhimento que, muitas vezes, envolvem instituições que não privilegiam sempre a questão econômica, mas sim o grau de vulnerabilidade. É o que observamos nos casos da atuação da Missão Paz e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da PMSP tratados no capítulo III.

Do ponto de vista teórico, nas demais abordagens o acolhimento é feito e percebido no âmbito do trabalho e para atender os objetivos dos mercados nacional ou global. As dimensões política, cultural e religiosa do processo, bem como as redes sociais sendo geralmente jogadas no segundo plano, quando não omitidas.

1.3.1 Sociologia contemporânea da imigração e seu acolhimento na sociologia

A reflexão sobre a relação entre sociologia contemporânea da imigração e o acolhimento começa pela indagação sobre o lugar que esta sociologia ocupa no campo da produção e da discussão sociológicas. Com base em Sayad (1998) e Peixoto (2004), a sociologia da imigração é mal acolhida, marginalizada, em particular no contexto europeu. Não é por acaso que, ao estudar a migração internacional, cujo ator principal é “social e politicamente” dominado, na segunda metade do século XX, Sayad (1998) se pergunta se este

tipo de trabalho seria, por isso mesmo, chamado de “sociologia do pequeno”. A imigração, disse ele, é um objeto

social e politicamente sobredeterminado, e duplamente sobredeterminado, na medida em que concerne a uma população social e politicamente dominada – a ciência do “pobre”, do “pequeno” (socialmente) seria uma ciência “pobre”, seria uma ciência pequena? – e na medida em que o investimento científico que se dedica a ele encontra-se, além disso, frequentemente mesclado a investimento de outra natureza, que são [...] tomadas de posição ao mesmo tempo políticas e étnicas, ou seja, tomada de posições que, [...] envolvem uma visão do mundo social e político (do mundo nacional) (SAYAD, 1998, p. 21).

Por sociologia do pequeno Sayad (1998, p. 22) entende uma “sociologia dos objetos situados relativamente na parte inferior da hierarquia social dos objetos de estudo [...]”. Portanto, na base desta escala estão o imigrante, do ponto de vista social e, os estudos sobre imigração, do ponto de vista acadêmico.

Peixoto (2004) sugere que tal vertente explica a marginalização da “sociologia das migrações”, que, desde seu princípio, foi “um território à margem dos principais debates paradigmáticos nesta ciência” (PEIXOTO, 2004, p. 5). Ele indica que apesar das grandes proporções do fenômeno, particularmente na Europa durante parte dos séculos XIX e XX, este não foi colocado no centro das discussões acadêmicas, nomeadamente na sociologia. Nas suas palavras, disse:

Apesar da importância que os fluxos migratórios então assumiram – no contexto europeu do final do século XIX e início do século XX –, quer sob a forma de intensos movimentos internos, dirigidos dos campos para as cidades, quer de migrações transoceânicas, que permitam liberar parte do êxodo rural e povoar novos continentes, o tema não surge senão de forma marginal na maioria dos autores (PEIXOTO, 2004, p. 3).⁷²

Na sua resposta sobre a marginalização da “sociologia da imigração”, Rea e Tripier sustentam que “Desde o pós-guerra, a sociologia francesa, e europeia em geral, tem como principais preocupações a reprodução social, a igualdade de oportunidades, a evolução do trabalho e a modernização das instituições” (REA & TRIPIER, 2008, p. 20. Tradução nossa). Neste contexto, deu-se, por um lado, pouca importância às “consequências da

⁷² A omissão do tráfico negreiro - um dos maiores e mais longo processo de transplantes de seres humanos de um continente para outro pelos europeus, que consideramos fundamental dentre as bases do capitalismo - e da emigração dos colonizadores europeus para outros continentes nos estudos que pensam, inclusive de forma marginal, os deslocamentos humanos nos séculos XIX e XX, como lembra Peixoto (2004), para citar apenas este período, no caso do Ocidente, só poderia refletir um projeto eurocêntrico.

colonização e da descolonização”, por outro, muito valor às “classes” (REA & TRIPIER, 2008, p. 20).

No que toca à marginalização é preciso, entretanto, reiterar que a sorte deste subcampo da sociologia foi totalmente diferente nos Estados Unidos da América, notadamente por conta do lugar que ocupou na *Escola de Chicago* (OLIVEIRA, 2014; REA & TRIPIER, 2008)⁷³. Relativamente a isso Oliveira (2014) explica:

O interesse dos pesquisadores de Chicago pelo tema da imigração teve por origem as migrações dos negros norte-americanos do sul em direção às grandes cidades do norte do país. O interesse surgiu numa época em que o problema da imigração, em termos políticos e jurídicos, estava em seu auge, como bem mostra o debate sobre as leis de cotas votadas nos anos 1920 (OLIVEIRA, 2014, p. 87).

Os trabalhos de Robert Park, mas também e, sobretudo, à da obra *O Camponês Polonês*⁷⁴ de Thomas & Znaniecki são referência para a Escola de Chicago.

No caso do Brasil, há uma referência explícita da imigração na formação social brasileira em Azevedo (1987), Patarra (2012), Baeninger e Antico (1996), Theodoro (2008) que apontam momentos de fortes afluxo, de fechamento das fronteiras brasileiras para a imigração ou momentos de emigração de brasileiros inicialmente para os Estados Unidos na década de 1980 e para países europeus na década seguinte.

⁷³ Rea e Tripier (2008, p. 17) afirmam que “Nos Estados Unidos, a sociologia da imigração nunca foi considerada um assunto menor”. E de acordo com Márcio de Oliveira (2014, p. 87), “Robert Park (1864-1944) e Ernest Burgess (1886-1966), dois dos mais importantes professores de Chicago, [deram valor aos trabalhos do Simmel. Aliás], Park analisou a integração dos grupos imigrantes, normalmente em situação inferior ao grande grupo nacional. Mas no caso específico dos EUA, tratava-se ainda de estudar o processo de assimilação de imigrantes em grandes cidades, especialmente quando havia não apenas um grupo, mas vários deles, como era o caso da cidade de Chicago” (OLIVEIRA, 2014, p. 88).

⁷⁴ “[...] primeiro estudo sociológico fundador de uma “escola de Chicago” que acentua o trabalho de campo e a dimensão subjetiva, *O Camponês Polonês* oferece uma análise das transformações dos comportamentos dos camponeses após seus contatos com o mundo moderno (urbano) e sobretudo para alguns, após sua migração para os Estados Unidos” (CHAPOULIE *apud*, OLIVEIRA, 2014, p. 91). Márcio de Oliveira (2014, p. 89) nota que, mesmo tendo Park e seus seguidores abordado a imigração “em perspectivas originais”, no intuito de entender a marginalidade dos imigrantes também, inclusive em termos geracionais, “o estudo que tomou por objeto o imigrante de maneira central foi o clássico ‘The Polish Peasant in Europe and America’, publicado entre 1918 e 1920”. Ele acrescenta: “[...] o livro tornou-se um clássico por incorporar na mesma análise temas originais para a época, tais como preconceito racial, imigração, assimilação, valor moral das nacionalidades, crime, alcoolismo, entre outros. [...] A obra seria original ainda porque se interessou pelo grupo antes mesmo da imigração, ou seja, tentou reconstruir a vida dos poloneses dos dois lados do Atlântico” (OLIVEIRA, 2014, p. 90-91). Assim Oliveira (2014, p. 93) disse: “Obviamente, análises sobre imigrantes só encontrariam o campo perfeito nos EUA, onde a sociologia ainda se afirmava e onde as filiações teóricas puderam ser submetidas à realidade empírica de um país em profundas transformações demográfica e cultural. Eis porque, inicialmente, a sociologia da imigração foi subcampo especificamente norte-americano”.

1.3.2 Migração, dimensões políticas e acolhimento

1.3.2.1 Asilo e refúgio: migração, política e acolhimento no Brasil

O refúgio é provavelmente uma das maiores expressões do nosso tempo da dimensão política da imigração (COGO e BADET, 2013) e também do acolhimento institucional de estrangeiros em diversos países orientados sobre a questão pela Convenção de Genebra de 1951. No caso da “América Latina” Barreto (2010) enfatiza que primeiro foi desenvolvido na região o “conceito de asilo, originário do Tratado de Direito Penal Internacional de Montevidéu, de 1889, que dedicou um capítulo ao tema. [E] Inúmeras outras convenções ocorreram no continente americano, dedicadas à temática do asilo [...]”⁷⁵ (BARRETO, 2010, p. 13. Grifo nosso) antes mesmo de se falar em refúgio. Diante disso, este autor considera “o asilo diplomático”⁷⁶ como um “instituto característico da América Latina.” Lembrando que fora desta região do planeta “[...] a expressão que se utiliza é refúgio. [Porém destaca que] É certo, contudo, que outros países aplicam o asilo diplomático esporadicamente, não o reconhecendo, todavia, como instituto de Direito Internacional.” (BARRETO, 2010, p. 13. Grifo nosso).

Um número expressivo de pesquisadores e pesquisadoras da contemporaneidade fazem - dentre outras - uma distinção explícita entre migração internacional e refúgio, mesmo quando reconhecem este como uma modalidade de migração internacional⁷⁷. Se toda pessoa refugiada migrou, a grande maioria dos migrantes não são refugiados. Há quatro anos, os refugiados representavam apenas 7% das pessoas migrantes no mundo (OCDE - Nations

⁷⁵ São elas “[...] a Convenção sobre Asilo assinada na VI Conferência Pan-americana de Havana, em 1928; a Convenção sobre Asilo Político da VII Conferência Internacional Americana de Montevidéu, em 1933; o Tratado sobre Asilo e Refúgio Político de Montevidéu, em 1939; e a Convenção sobre Asilo Diplomático da X Conferência Interamericana de Caracas, em 1954.” (BARRETO, 2010, p. 13).

⁷⁶ Barreto distingue “Asilo diplomático” de “Asilo territorial”. O primeiro “pode também ser concedido nas legações, nos navios, aeronaves e acampamentos militares”. O segundo “depende de legislação interna e deve ser solicitado em local de jurisdição do Estado concedente” (BARRETO, 2010, p. 13).

⁷⁷ Em outras palavras, não há na literatura consultada referente às migrações internacionais contemporâneas (GEROGE, 1977; LEE, 1980; BAENINGER e ANTICO, 1996; SAYAD, 1998; REA & TRIPIER, 2008; BARRETO, 2010; MOROKVASIC, 2010; DUROUX, 2011). - entende-se neste caso as posteriores à Convenção de Genebra de 1951 - uma confusão entre migrante e refugiado/a. Os estudos geralmente se focalizam, quer sobre a migração, excluindo o refúgio, ou sobre o refúgio, excluindo as demais migrações. Quando ambos são aproximados no mesmo trabalho, o cuidado de apontar a distinção é ainda preservado.

Unies/DAES, 2013, p. 2)⁷⁸, o que indica que no ano 2013 ao menos 92% dos migrantes não eram refugiados. Ainda a propósito desta distinção, Lee (1980) escreve que “[...] as migrações forçadas, tais como os movimentos dos refugiados da Segunda Guerra Mundial e suas consequências, não têm sido agrupadas juntamente com as chamadas migrações livres” (LEE, 1980, p. 99).

Embora consideremos a pessoa em busca de refúgio também como realizadora de um processo migratório, isto é como migrante⁷⁹, apesar da natureza forçada de sua migração, motivada geralmente por uma perseguição, esta modalidade será brevemente tratada na sua relação com a política de acolhimento institucional, considerando que os sujeitos cujo acolhimento por instituições é pesquisado neste trabalho não são tidos como refugiados pelo Estado brasileiro pautado na Convenção de Genebra de 1951⁸⁰ e na sua própria legislação⁸¹.

No que toca à Convenção de 1951 das Nações Unidas, no seu teor inicial, esta levou apenas em consideração a proteção de pessoas refugiadas oriundas do continente

⁷⁸ “Os refugiados representam apenas uma modesta proporção do número total de migrantes. Em 2013, se estimava em 15.7 milhões o número de refugiados no mundo, ou seja, 7 % dos migrantes internacionais. Quase nove de cada 10 encontraram refúgio nas regiões em desenvolvimento” (OCDE - Nations Unies/DAES, 2013, p. 2). Disponível em: <<http://www.oecd.org/fr/els/mig/les-migrations-internationales-en-chiffres.pdf>>. Acesso em: 15/03/2015.

⁷⁹ De acordo com Duroux (2011), “Há dois grandes tipos de migrações: a de mão de obra, de um lado, e, de outro, a dos refugiados e dos que buscam asilo.” (DUROUX, 2011, p. 1051). Para esta autora, que cita neste aspecto Cornu e também Berger, o tronco comum entre imigração e refúgio é que em ambos os casos a pessoa está residindo num “país estrangeiro” e que, tal como a imigração de mão de obra, “A política de asilo também envolve considerações econômicas, pessoais e familiares [...]” (DUROUX, 2011, p. 1051). A distinção entre os tipos de migrações está essencialmente no fato do segundo “implicar uma saída do país de origem provocada pelo temor à perseguição” e pertencer ao “domínio dos direitos fundamentais da pessoa humana” (DUROUX, 2011, p. 1051, citando Berger).

⁸⁰ O Brasil assinou esta Convenção em 1960. “Em seu artigo 1º, a Convenção de 1951 define o termo refugiado como toda pessoa que, como resultado de acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e devido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, por pertencer a determinado grupo social e por suas opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, por causa dos ditos temores, não queira recorrer à proteção de tal país; ou que, carecendo de nacionalidade e estando, em consequência de tais acontecimentos, fora do país onde tivera sua residência habitual, não possa ou por temor fundado não queira regressar a ele. Aqui se verifica que a noção de refúgio é diversa da do asilo, aplicado na América Latina.” (BARRETO, 2010, p. 15).

⁸¹ “Há um esforço de consolidação das normas de proteção previstas na Convenção de 1951 nas legislações internas dos países das Américas, e especialmente entre os países do Mercosul. O Brasil decidiu aprovar sua própria lei sobre refúgio, que vige em consonância técnica e jurídica com a Convenção de 1951. A aprovação da lei transmite regras mais claras e mais diretas aos órgãos da administração pública. Mostrou-se eficaz para maior envolvimento do Brasil com o tema do refúgio” (BARRETO, 2010, p. 16). “Editada a Lei nº 9474, de 1997, com 49 artigos, ficou definido o mecanismo para a implementação do Estatuto dos Refugiados. **A lei brasileira, redigida em parceria com o Acnur e com a sociedade civil, é considerada hoje pela própria ONU como uma das leis mais modernas, mais abrangentes e mais generosas do mundo**” (BARRETO, 2010, p. 19. Grifo nosso).

européu, e ainda limitando o período contemplado (BARRETO, 2010). Assim, escreveu Barreto:

A **Convenção de 1951**, entretanto, estava **limitada no espaço e no tempo**, pois somente se aplicava aos refugiados que passaram a ter tal condição como resultado dos acontecimentos ocorridos na **Europa (reserva geográfica) antes de 1º de janeiro de 1951 (reserva temporal)** (BARRETO, 2010, p. 15. Grifo nosso).

Uma primeira tentativa de ampliar a Convenção de 1951 ocorre em 1967, com a assinatura do “Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados”, em Nova York⁸², e uma segunda, com a assinatura da Declaração de Cartagena⁸³, na Colômbia, em 1984 (BARRETO, 2010). Particular ênfase é dada a esta Declaração por Barreto ao dizer que:

Em Cartagena se deu um caráter atual ao tema do refúgio, que hoje está mais vinculado aos temas tratados nessa Declaração do que aos previstos na Convenção de 1951, porque **tornou a Convenção mais ampla e flexibilizou de maneira positiva o conceito de refugiado** (BARRETO, 2010, p. 16. Grifo nosso).

Relativamente à Convenção de 1951, Cogo e Badet (2013) sugerem que existem novas demandas de ampliação do tema, porém esclarecem que:

Embora muito se discuta acerca da necessidade de compatibilização da Convenção de 1951 com as atuais catástrofes humanitárias (fome, desastres naturais, miséria extrema, etc.), enquanto não houver uma efetiva mudança da definição pactuada em 1951, não se pode falar em “refugiados ambientais”, “refugiados econômicos”, “refugiados de fato” e demais variações (COGO e BADET, 2013, p. 43)⁸⁴.

Estas autoras sugerem que, no tocante ao refúgio, a definição institucional prevalece sobre as concepções acadêmicas, sociais e da mídia, por exemplo. Portanto, o

⁸² Este protocolo “omite as palavras ‘como resultado de acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951’, que aparecem na Convenção, tornando, assim, aplicáveis seus dispositivos a casos futuros. [...] entrou em vigor em 4 de outubro de 1967, como um instrumento internacional específico que daria caráter universal e atemporal à Convenção de 1951.” (BARRETO, 2010, p. 15-16).

⁸³ “A Declaração de Cartagena recomendava que, além daquelas hipóteses normais de reconhecimento da condição de refugiados, os países deveriam incorporar aos seus ordenamentos jurídicos **o conceito de refugiado, também, a toda aquela pessoa que tivesse fugido de seu país porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, agressão estrangeira ou conflitos internos, violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.**” (BARRETO, 2010, p. 16. Grifo nosso).

⁸⁴ No mesmo sentido, Rose Duroux (2011, p. 1055) lembra que “A convenção de Genebra de 1951 e o Protocolo de Nova York de 1967 esclarecem, em nível internacional, quem é e quem não é refugiado”. Ela afirma que “Não são refugiadas, as pessoas que se viram obrigadas a deixar sua terra como vítimas de catástrofes naturais, as deslocadas em seu próprio país, as que fugiram da miséria” (DUROUX, 2011, p. 1055).

refúgio enquanto modalidade de migração internacional é explicitamente marcado pela dimensão política, que busca proteger pessoas em perigo⁸⁵.

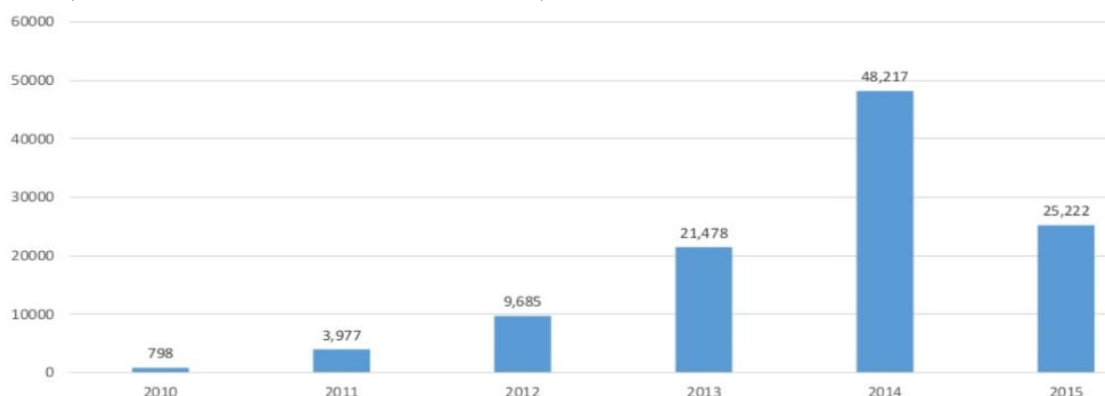
Em suma, pode-se dizer que o acolhimento de asilados e de refugiados, de ambos os sexos, na América Latina foi marcado pelo envolvimento de uma instituição que é o Estado em dispositivos internacionais e/ou regionais. No que se refere à adesão à Convenção de 1951 das Nações Unidas, esta torna o acolhimento institucional de refugiados um dever dos Estados signatários e faz com que cada um deles seja, pelo menos teoricamente, passível de acolher pessoas nestas condições a qualquer momento⁸⁶.

O Brasil ratificou em 1960 a Convenção de 1951 e em 1972 o Protocolo de 1967 (ONU, 2009). No que diz respeito ao refúgio no Brasil nos últimos anos, o *Gráfico 1* mostra que o país registrou um aumento expressivo em solicitações pendentes entre 2010 e 2014. O aumento anual foi de 398% entre 2010-2011; de 143,5% entre 2011-2012; de 121,7% entre 2012-2013 e de 124,5% entre 2013-2014. Entre este ano e 2015 houve uma redução no total acumulado de solicitações de refúgio que passou de 48.217 para 25.222, isto é, uma redução de 47,7% em 2015. Pegando apenas os anos 2010 e 2014, e 2010 e 2015 vê-se que o aumento de solicitações foi respectivamente de 5.942% e de 3.060%.

⁸⁵ George (1977) se debruçou sobre a questão das migrações internacionais, analisando “as motivações da deslocação”, ele distingue “*migrações impostas por factos políticos*” de “*migrações de ordem econômica*.” (GEORGE, 1977, p. 27). Em relação ao “primeiro grupo de migrações”, ele defende que: “Juridicamente, convém distinguir duas categorias de migrantes: as populações transferidas por decisão nacional (expulsão) ou por convenção internacional (troca, deslocação), e os refugiados que saem por sua própria vontade do país onde se lhes afigura que a sua vida já não está em segurança, que a sua liberdade ou as suas condições materiais de vida já não estão garantidas” (GEORGE, 1977, p. 27-28). A “vontade própria” do refugiado em deixar o país que o autor menciona é discutível e entra em contradição com a ideia de *migrações impostas por factos políticos* por ele considerada. É evidente que, a rigor, há sempre uma margem de liberdade de escolha, inclusive nas condições elegidas pela Convenção de 1951, das pessoas entre permanecer e deixar o local, mas escolher a vida, a segurança e a liberdade, nestes casos está mais próximo de um “instinto de conservação” do que de uma “escolha livre”.

⁸⁶ George (1977, p. 28) mostra, a respeito das “migrações impostas por fatos políticos”, que nem todas estas geram necessariamente refúgio, mesmo quando há risco de morte dos migrantes. O caso da repatriação de “franceses da África do Norte” em 1962, e das “minorias alemãs dos países da Europa central e oriental repelidas para a Alemanha depois da Segunda guerra mundial” são exemplos disso.

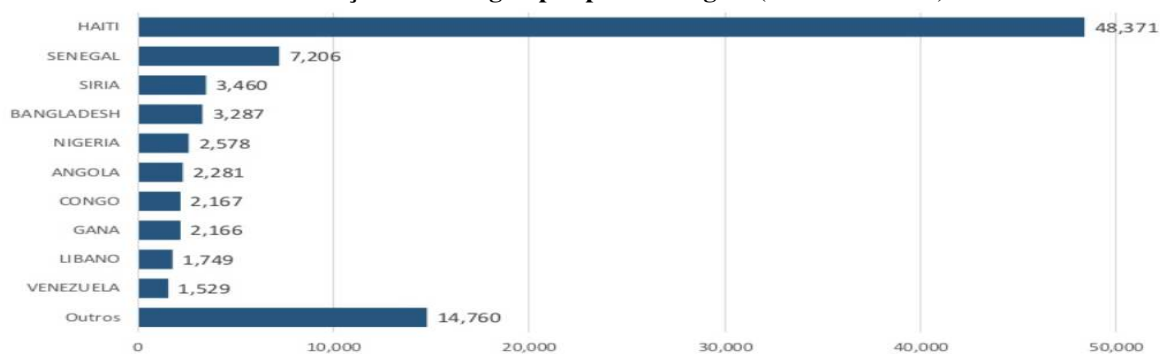
Gráfico 1: Solicitações Pendentes (passivo)
(total acumulado ao final do ano, 2010-2015)



Fonte: Departamento de Polícia Federal /Comitê Nacional para os Refugiados (*apud* CONARE, 2016)

Quando discriminadas por país de origem, percebe-se, no *Gráfico 2*, que nos últimos anos o Haiti, o Senegal, a Síria, o Bangladesh, a Nigéria são os cinco principais países, em termos numéricos, a solicitarem refúgio no Brasil. As solicitações de refúgio de haitianos constituem 54% do total de pedidos desta natureza. O segundo e terceiro lugares são sucessivamente ocupados pelo Senegal, com 8%, e pela Síria⁸⁷, com 3,8% do total acumulado das solicitações.

Gráfico 2: Solicitações de Refúgio: por país de origem (total acumulado)



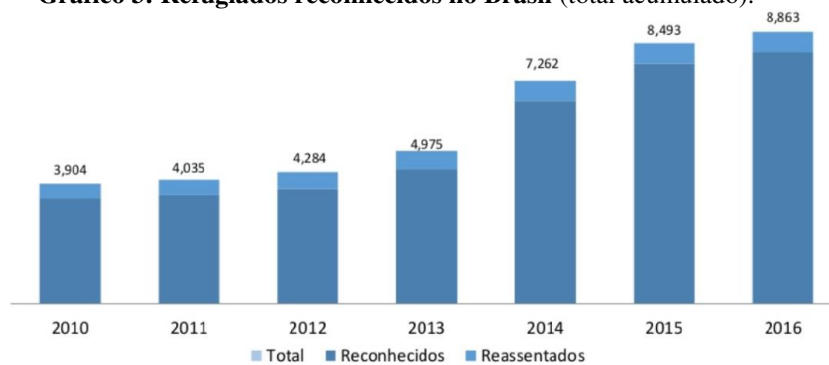
Fonte: Departamento de Polícia Federal (até 20/03/2016) *apud* CONARE, 2016. p. 5

O *Gráfico 3* informa que hoje o Brasil tem quase 9.000 refugiados reconhecidos. Em 2010, estes somavam 3.904 pessoas no país, mas até março de 2016 este número passou

⁸⁷ “Em 20/09/2013, o CONARE estabeleceu a Resolução Normativa nº 17, a qual dispõe sobre a facilitação de concessão de vistos a sírios atingidos pela guerra civil de seu país. A partir disso, busca-se possibilitar a vinda dessas pessoas ao Brasil para que aqui possam solicitar refúgio. É importante pontuar também que a Resolução Normativa nº 20 do CONARE, de 21/09/2015, prorrogou a vigência da RN nº 17 para mais dois anos, tendo como data final, porém prorrogável, o dia 20/09/2017.” (CPMig/SMDHC, s/d, s/p).

para 8.863 pessoas (CONARE, 2016), o que representa um aumento de 127% em seis anos no conjunto de refugiados reconhecidos no país.

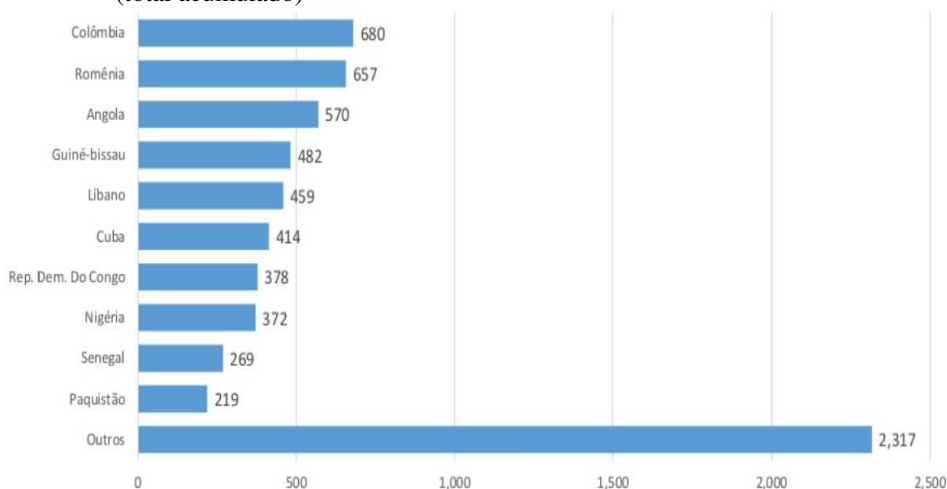
Gráfico 3: Refugiados reconhecidos no Brasil (total acumulado).



Entre 2010 e o primeiro semestre de 2016 o total acumulado de solicitações de refúgio indeferidas pelo CONARE foi crescente, passando respectivamente de 4.341 para 6.817 indeferimentos no primeiro e no último ano (CONARE, 2016, p. 13).

É interessante observar no *Gráfico 4* que a Colômbia aparece como a nacionalidade com maior número de indeferimentos, seguem respectivamente a Romênia, a Angola e Guiné-Bissau, Líbano, Cuba, RDC, Nigéria, Senegal e Paquistão.

Gráfico 4: indeferimento da condição de refúgio: por país de origem (total acumulado)



Fonte: Comitê Nacional para Refugiados, 2016, p. 14

A ausência de indeferimentos de solicitação de refúgio de haitianos e de sírios, respectivamente, primeiros e terceiros em solicitações de reconhecimento desta condição (*Gráfico 2*), bem como a colocação da Romênia em segundo e da Guiné-Bissau em quarto lugar dentre as dez nacionalidades com maior número de indeferimentos (*Gráfico 4*), sendo estas duas nacionalidades ausentes das dez com maior número de solicitantes (*Gráfico 2*) são situações que chamam a atenção na aproximação das informações que apresentam estes gráficos.

Com relação aos haitianos, em resposta às perguntas da *Conectas Direitos Humanos*⁸⁸ dirigidas ao Ministério da Justiça em 16/07/2013 sob o *Número do protocolo: 08850005797201365*, o MJ responde, no que se refere à pergunta: “Quantos casos de **reconhecimento do status de refúgio** a algum nacional do Haiti houve neste período?” que:

Não houve reconhecimento do status de refugiado pelo Conare a nacionais haitianos, no período mencionado, uma vez que a Lei de Refúgio brasileira não prevê esta condição para vítimas de desastres naturais. Todos os pedidos são encaminhados ao CNIg para serem analisados à luz da Resolução Recomendada nº 8, de 19 de dezembro de 2006, c/c a Resolução Normativa nº 27, de 25 de janeiro de 1.998.⁸⁹

1.3.2.2 Migração e dimensões políticas “secundárias”

A condição de refúgio está longe de esgotar a dimensão política da questão migratória. George escreve que

⁸⁸ “Conectas Direitos Humanos é uma organização não governamental internacional, sem fins lucrativos, fundada em setembro de 2001 em São Paulo – Brasil. Desde janeiro de 2006, Conectas tem status consultivo junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e, desde maio de 2009, dispõe de status de observador na Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos.” Fonte: CONECTAS Direitos Humanos. Disponível em <<http://www.conectas.org/pt/quem-somos>>. Acesso em: 06/02/2015.

⁸⁹ O período referido é de janeiro de 2010 a 30 de junho de 2013. Fonte: CONECTAS Direitos Humanos. Disponível em <www.conectas.org>. Acesso em: 06/02/2015. No que toca ao encaminhamento dos pedidos dos haitianos ao CNIg, este Conselho disse: “tendo em vista a grave situação humanitária do Haiti, o CONARE decidiu enviar os pedidos ao CNIg para que fossem tratados como “casos omissos”, dentro de um viés humanitário.” (CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, s/d). De acordo com esta fonte, isso ocorreu 1: “Após análise de mais de 3.000 pedidos” de refúgio inelegíveis; 2: para evitar “o desvirtuamento do instituto de refúgio”. A respeito da RN Nº 27, o MTPS assinala que é uma das aplicáveis ao CNIg, que são: **a)** - RN Nº 27/1998 à *Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração*; **b)** - RN Nº 70/2006 à *Concessão de visto permanente para estrangeiro designado para administrar entidades sem fins lucrativos*; e **c)** - RN Nº 93/2010 à *Disciplina a concessão de visto permanente ou permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima do tráfico de pessoas*. Fonte: MTPS. *Resoluções Normativas aplicáveis ao CNIg*. Publicado em: 26/11/2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br>>. Acesso em 22/04/2016.

Qualquer política de imigração tem em conta três fatores: econômico⁹⁰, demográfico e cultural. Conforme as necessidades imediatas da economia, dá-se um lugar mais ou menos importante à previsão demográfica e à consideração dos contributos culturais” (GEORGE, 1977, p. 19).

No entendimento de Rose Duroux, citando Berger, “cada política nacional de imigração tem um objetivo múltiplo: controlar os fluxos populacionais, integrar os migrantes legalizados, e barrar a entrada de clandestinos [...]” (DUROUX, 2011, p. 1069). O controle dos fluxos de haitianos vindo para o Brasil e as tentativas de barrar e prevenir a entrada não regulada deles pela fronteira norte do país foram reais embora não frutíferas em algum momento.

A dimensão política da imigração ocupa um lugar importante na obra de Sayad (1977, 1998, 2000), é parte constitutiva de qualquer processo de imigração, como sugere este sociólogo. A relação entre migração e dimensão política aparece seja quando se trata de estadia regular dos imigrantes⁹¹, de sua regularização, de casa de hospedagem de imigrantes, de passado colonial ou de novas formas de colonização, de migração enquanto “Ato aparentemente individual”, de imigrante enquanto ator “herético”, bem como quando se fala de retorno dos migrantes estritamente ligado à “dimensão nacionalista à qual está confrontado o fenômeno migratório, de um lado e de outro da fronteira [...]” (SAYAD, 2000, p. 29). Diante disso, interpreta-se que não há emigração nem imigração econômica nem política em estado puro.

O Estado da sociedade de imigração recebe imigrantes quando precisa deles como trabalhadores e pode dispensá-los quando esta necessidade cessa. Porém, esta vontade de receber imigrantes não garante que estes cheguem só quando convidados. Diante disso, este Estado pode regularizar ou não o imigrante dependendo de sua decisão (SAYAD, 1998). Retomando suas palavras, Sayad disse que:

Se “regulares” ou “irregulares”, mas facilmente “regularizáveis” quando necessário, os emigrantes respondem em massa ao “apelo” que lhes era feito, foi porque o estado das relações de força entre, por um lado, os países, as sociedades de emigração e sua economia e, por outro, os países, as sociedades e a economia que eles vinham servir já haviam produzido as condições objetivas para sua emigração (SAYAD, 1998, p. 72).

⁹⁰ Segundo Sassen “alguns países elaboraram programas formais de exportação de trabalho desde os anos 1970, no âmbito da reorganização da economia mundial, a Coreia do Sul e Filipinas são os exemplos mais marcantes” (SASSEN *apud* SASSEN, 2010, p. 31-32).

⁹¹ Entende-se imigrantes de “trabalho” ou imigrantes “econômicos”.

Considerando estes aspectos, seria inapropriado centrar a imigração no indivíduo, pois, para Sayad (1998), a migração transnacional é apenas aparentemente um processo individual. Ela envolve “ordens políticas”, países que não têm o mesmo poder. Por isso, falar de relação “bilateral e recíproca” é maquiar uma relação que na verdade só é “bilateral ‘pro forma’ e que só é recíproca teoricamente” (SAYAD, 1998, p. 241). Adiantamos que relações análogas existem entre o Brasil e o Haiti e a política brasileira adotada para a imigração haitiana converge com o que aponta esta teoria⁹².

Imigração e colonização estão duplamente ligada no entendimento de Sayad (1998, 2000). Uma de ordem histórica (“a imigração é frequentemente filha da colonização direta ou indireta”) e outra de ordem estrutural (“a imigração, atualmente, ocupa na ordem das relações de dominação⁹³ o lugar ocupado outrora pela colonização”)⁹⁴. Para Hall “Os legados do Império em toda parte – podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento – a dispersão.” (HALL, 2003, p. 38). Duroux (2011, p. 1067), por sua vez, afirma que no final dos anos 1990, os 2/3 dos 18 milhões de imigrantes da União Europeia não eram oriundos de países europeus, ressaltando a seguir que:

A região de origem frequentemente tem a ver com o passado colonial: magrebinos, africanos francófonos e indochineses dirigem-se para a França; indopaquistaneses e jamaicanos, para a Grã-Bretanha; congoleses, para a Bélgica; sul-americanos e filipinos, para a Espanha; cabo-verdianos e angolanos, para Portugal. De forma similar, existem antigos laços entre a Alemanha e a região turco-balcânica (DUROUX, 2011, p. 1067).

⁹² Assunto desenvolvido no Capítulo III

⁹³ “Uma das armadilhas da imigração, transação bilateral de direito (ficção que ambos os parceiros estão interessados em manter) mas na verdade resolvida de forma unilateral pelo parceiro dominante, é que o país de origem não pode aprovar ou ignorar completamente o que seu interlocutor tiver resolvido” (SAYAD, 1998, p. 235). As negociações numa relação bilateral não passam de formalidades entre os dois países envolvidos. Se “negocia por negociar” ou negociar para “concordar à revelia”. Em resumo, negociar neste contexto é impossível (SAYAD, 1998). A existência de uma relação de dominação no passado e no processo de acolhimento é colocada por Grassi (2011a, p. 51), quando se refere à “disparidade cívica do *status* dos protagonistas”, isto é, entre o anfitrião e o estrangeiro. O privilégio seria do anfitrião. Pensando sobre o retorno, Sayad disse o seguinte: “o retorno e a incitação mais ou menos camuflada do retorno constituem para os dois parceiros a ocasião, cada um à sua maneira, de experimentar o mais intensamente (sobretudo no caso do parceiro em posição dominada, o país da emigração) a relação de força que está no princípio da relação de migração” (SAYAD, 2000, p. 29). “Os acordos bilaterais de readmissão” referidos por Duroux (2011, p. 1070), baseado em Luc Legoux, provam que esta modalidade de retorno pode envolver países de trânsito, não mais apenas o de origem e o procurado para instalação.

⁹⁴ A imigração “prolonga e faz sobreviver de certa forma” a colonização. Esta seria “uma espécie de ‘laboratório’ no qual se mostram, em estado experimental [...], as condições geradoras, as condições de perpetuação e, talvez também, as condições de extinção do fenômeno migratório” (SAYAD, 1998, p. 72).

Haitianos emigraram para a França, para os Estados, para a República Dominicana e Cuba, por exemplo. Estas migrações estariam direta ou indiretamente relacionadas à colonização (HANDERSON, 2015) à moda antiga (invasão, ocupação) ou nova (políticas econômicas impostas).

A imigração haitiana no Brasil, por mais que tenha seu caráter laboral destacado, tanto pelos representantes institucionais entrevistados como Almeida e Parisi, quanto pelos próprios haitianos⁹⁵, tampouco poderia ser vista apenas sob esta ótica. A análise dos trabalhos realizados pela Missão Paz e pela CPMig da SMDHC para com nacionais deste país mostram claramente que os haitianos imigram particularmente em busca de trabalho. O trabalho não é, no entanto, um fim, mas sim um meio de reforçar laços familiares e de promoção de – maior – bem-estar coletivo. Handerson (2015) mostrou que os haitianos vieram também para ficar; para ficar um tempo e seguir a viagem; e para se juntar aos familiares. Além disso, sabemos que há aqueles que estão se formando profissionalmente e aqueles que são habilitados a formar. No que tange a esta imigração, as instituições familiar, governamental e religiosa desempenham uma função fundamental.⁹⁶ Adiantamos que a postura do Governo Federal desde os primeiros haitianos solicitantes de refúgio é um elemento político a não perder de vista. Na ótica de Grassi (2011) tratar-se-ia, neste caso, de uma hospitalidade condicional.

A distinção entre um mundo da emigração (“que tende a se confundir com o mundo do subdesenvolvimento”) e um mundo da imigração⁹⁷ (“mundo identificado com o mundo desenvolvido”) é evidente na ótica de Sayad (1998, p. 105). A emigração de haitianos

⁹⁵ Assunto desenvolvido no capítulo III

⁹⁶ No caso do acolhimento aos migrantes promovido pelos Scalabrinianos, os padres Paolo Parisi, Molinari, entrevistados, e a Irmã Rosita Milesi (*Apud* REMHU, 2014) enfatizam que é uma forma de atender ao chamado do Evangelho: Uma ordem ou recomendação divina. Seria, portanto, uma “hospitalidade incondicional” expressão de uma submissão, como diz Grassi (2011a, p. 53).

⁹⁷ Na concepção do Sayad a relação de dominação produziu a imigração. E esta expõe a dependência dos países de emigração. Para ele “o realismo sociológico, relação desmistificada com o mundo social, aconselharia que se relativizasse, até mesmo que se pusesse sob suspeita, o discurso eufemístico usado, aqui e ali, para referir-se, quando necessário, ao supremo caráter humano ou ‘humanitário’ (subentendido: não especificamente comercial, não exclusivamente técnico, não egoisticamente político) da emigração e da imigração, problema que as duas partes desejam neutralizar e concordam em neutralizar, mas apenas depois que tudo estiver resolvido, depois de realizado o acordo (ao menos um acordo provisório e sempre provisório) sobre todas as questões em jogo. [...] Não adianta nada [...] continuar mantendo as ilusões fundamentais, continuar a alimentar-se com elas e continuar fingindo, ignorando que negociar sobre a emigração e a imigração é negociar, ao mesmo tempo, na verdade, sobre tudo, [...] e, amplamente falando, sobre todas as questões que separam e dividem; é trabalhar inevitavelmente, antes mesmo que se trate especificamente do assunto, para negociar a emigração e a imigração” (SAYAD, 1998, p. 255). “A migração internacional – mesmo quando resultado harmônico de convenções bilaterais (e, sobretudo nestes casos, diríamos) – é o produto de uma relação de força” (SAYAD, 2000, p. 27).

para o Brasil foge desta lógica, apesar de guardar algum resíduo da mesma. Invertendo as palavras de Basso⁹⁸, pode-se dizer que o Brasil tornou-se “Norte” interno no Sul. Mesmo não sendo considerado país desenvolvido, o Brasil é visto por haitianos, senegaleses, espanhóis, por exemplo, como um país onde é possível ter uma vida melhor nos últimos anos.

1.3.2.2.1 Relações alojamento, escola, cultura e a política nas migrações

A coabitação no mesmo tipo de habitação garante melhor “a integração dos grupos de imigrantes”, de acordo com Sayad (1998). O alojamento é parte do “sistema social e cultural; nesse sentido, ele impõe a adoção de um modo de vida que não se encontra ao alcance de todos os residentes” (SAYAD, 1998, p. 95). Neste processo “o imigrante é, no fundo, considerado como uma criança que precisa da adaptação educativa do alojamento” (SAYAD, 1998, p. 96-97). O alojamento é comparado a uma caserna, um pensionato ou um asilo. Os considerados como mais estrangeiros são mais suspeitos como potenciais infratores das normas internas, por serem “menos preparados para as regras da vida em coletividade” (SAYAD, 1998, p. 100). O alojamento é neste termos um relevante instrumento cultural e político. Ele evidencia a relação de dominação e de poder existente entre o imigrante e anfitrião. Apesar disso, Sayad (1998), vê que o migrante transnacional não é apolítico, pois, mesmo nesse contexto, ele dispunha do potencial de formulação de críticas sobre ambas as sociedades “conectadas” por ele próprio.

Sobre moradia de - e convívio com - imigrantes, George (1977), assinala que “A coabitação com os nacionais, mesmo temporária, implica uma certa semelhança dos modos de existência, embora não exclua a concentração dos imigrantes em guetos.” (GEORGE, 1977, p. 18). Provisoriamente, imigrantes haitianos e de diversas nacionalidades africanas se instalam em cortiços do centro de São Paulo, na Avenida Dom Pedro, na Baixada do Glicério, Liberdade, por exemplo. Posteriormente fixam residência, tal como o fizeram imigrantes bolivianos e paraguaios, nas periferias de São Paulo: Itaquaquacetuba, Carapicuíba, periferias

⁹⁸ Segundo o qual Norte e Sul não são respectivamente homogêneos “no plano territorial e social” e que “houve e ainda há um “Sul” interno no Norte que produziu, e continua a produzir, emigrantes.” (BASSO, 2013, p. 31).

de Guarulhos⁹⁹. A habitação não é, conforme entende George (1977), um lugar de socialização por excelência, ou melhor, de integração dos imigrantes.

Na ótica deste autor, são potencialmente mais desejados aqueles imigrantes com maior potencial de adaptação à cultura nacional. Para ele, é a escola que desempenha um papel fundamental na aproximação dos imigrantes à cultura da sociedade de acolhida. No caso da imigração haitiana para a cidade de São Paulo caberia dizer que a fronteira entre escola e moradia – provisória – para imigrante é bastante porosa, pois as instituições em foco têm oferecido moradia que promove o acesso à escola, à formação profissional e inclusive ao conhecimento da cultura brasileira. É o caso da Missão Paz no seu atendimento aos imigrantes dos últimos anos.

A relação cultura e migração é, na sua ótica, tão importante que afirma que “[...] a migração de ‘vizinhança cultural’ é a mais desejada, sobretudo pelos países que têm em vista uma implantação definitiva dos imigrantes” (GEORGE, 1977, p. 18-19). Não seria neste sentido que o embaixador do Brasil no Haiti, Fernando Vidal, declarou para o jornal *Le Nouvelliste* no final de 2015 que há evidências de vizinhança cultural entre estes dois países, que facilitaria a integração dos haitianos no Brasil? Eis suas afirmações:

Afinal, Haiti e o Brasil parecem muito culturalmente. Existem semelhanças entre o vodu haitiano e o candomblé brasileiro, por exemplo. A pintura ingênua praticada em ambos os países e o carnaval são, dentre outros, elementos que aproximam os dois países. Quanto ao futebol, nem se fala. A integração não é tão difícil para os migrantes haitianos [no Brasil].”¹⁰⁰

Dentro do que defende George (1977), cabe perceber que os imigrantes não são escolhidos aleatoriamente pelos “Estados receptores”. Neste sentido, este autor sustenta que: “A harmonia das relações entre imigrantes e a população do país de chegada, designadamente as entidades patronais que dão trabalho aos imigrantes, exige um mínimo de ‘comunicação’ e coerência entre as duas coletividades” (GEORGE, 1977, p. 18).

A literatura que aborda o assunto (MANZI e TOUDOIRE-SURLAPIERRE, 2011; GRASSI, 2011a, 2011b; REA & TRIPIER, 2008, LÉONARD-ROQUES, 2011) mostra que o medo ao estrangeiro é milenar e ainda persiste na sociedade ocidental. A diferença assinalada

⁹⁹ De acordo com José Carlos Alves Pereira, entrevistado em 15 de outubro de 2014.

¹⁰⁰ Fonte: *LE NOUVELLISTE: Le Brésil, bras ouverts, attend tous les haitiens*. Publicado em: 07/10/2015. Tradução nossa. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/150801/Le-Bresil-bras-ouverts-attend-tous-les-Haitiens>>. Acesso em: 05/11/2015.

por Grassi (2011b, p. 56) entre o “estrangeiro político” e o “estrangeiro cultural” na então Grécia indica que o medo ao estrangeiro, embora sempre presente, diferia em grau, pois maior diante do estrangeiro cultural, “bárbaro, [...] totalmente estranho ao mundo helênico.” (GRASSI, 2011, p. 56). “O que está em jogo na acolhida do estrangeiro pode ser precisamente apreendido no modo negativo (temeroso) da perda de si” (MANZI e TOUDOIRE-SURLAPIERRE, 2011, p. 802).¹⁰¹

1.4 Migração, globalização e condição laboral de migrantes

1.4.1 Contexto da globalização e imigração

Para Hall, “A globalização, obviamente, não é um fenômeno novo. Sua história coincide com a era da exploração e da conquista europeias e com a formação dos mercados capitalistas mundiais.” (HALL, 2003, p. 35). Na ótica de Lipovetsky (2012) a globalização¹⁰² é tampouco “recente”, nem é um processo “acabado”. Neste sentido, ela é concebida como “uma formidável dinâmica, que coincide com a conjunção de fenômenos econômicos (abertura de mercado num contexto de capitalismo em escala planetária), inovações tecnológicas (as novas tecnologias da informação e da comunicação em geral).” (LIPOVETSKY, 2012, p. 1). No seu entendimento, seria reducionista conceber a globalização dos nossos tempos – “hipermoderna” – como

um mero conjunto de realidades geopolíticas ou técnico-comerciais. Ela também incide sobre o universo cultural, estabelecendo padrões inéditos que comportam um reposicionamento e um redirecionamento da cultura no contexto social. A globalização é também uma manifestação cultural (LIPOVETSKY, 2012, p. 1).

¹⁰¹ Na ótica de Manzi e Toudoire-Surlapierre, é por conta do “perigo” e do “risco” que constituem a presença estrangeira “[...], tanto a hospitalidade privada quanto a comunitária e, mais tarde, nacional tendem a outorgar ao estrangeiro *status* destinados a suspender o perigo e o risco que lhe eram próprios a fim de que o reconhecimento mútuo acarrete a adesão a valores comuns. A hospitalidade se torna assim uma passagem indecisa, uma tendência variável descrita pela socióloga Anne Gotman (p. 64) como um processo reversível entre membro e não membro” (MANZI e TOUDOIRE-SURLAPIERRE, 2011, p. 797). Acrescentemos que o medo ou perigo no encontro entre anfitrião e hóspede, entre sociedade receptora e estrangeiro não é unidirecional. O anfitrião ou a sociedade que recebe o estrangeiro também podem constituir um perigo para este (GRASSI, 2011, ROSELLO, 2011).

¹⁰² Lipovetsky (2012, p. 1), ressalta que “Aquilo que em outros lugares se denomina globalização, é conhecido, na França, pelo termo mundialização.”.

É preciso lembrar que antes de se falar em mundialização como novo contexto, os territórios então colonizados por países europeus no continente americano começaram a adquirir suas independências a partir da segunda metade do século XVIII, e boa parte deles no século XIX. Os Estados Unidos (1776), o Haiti (1804) e o Brasil (1822) são apenas alguns exemplos. Não temos dúvidas de que enquanto realidade geopolítica, técnico-comercial e cultural, a globalização teve como um dos seus primeiros palcos o Haiti colônia. O mundo viu aumentar ainda mais o número de Estados no século XX, precisamente nas décadas de 1950, 1960 e 1970¹⁰³. Esta mudança quantitativa está ligada a outra, qualitativa, relativa às independências políticas de novos Estados *libertos* da dominação colonial francesa ou portuguesa, dentre outras, no continente africano. Este quadro vai aumentar, posteriormente, as migrações em sentidos inversos, tal como mostrou Sayad (1998), no tocante à África, e Rea e Tripier (2008) com relação à América. Mas antes da existência destas “contracorrentes” migratórias, a Europa produziu seus emigrantes nos séculos XIX e XX, principalmente para a América (BASSO, 2013; PATARRA, 2012; REA e TRIPIER, 2008; PEIXOTO, 2004)¹⁰⁴ além dos seus fluxos internos no século XX (PEIXOTO, 2004; REA e TRIPIER, 2008). A África, a Ásia e a Oceania registraram também na mesma época imigrantes europeus (GEORGE, 1977). Todas essas migrações devem ser entendidas dentro de uma lógica colonial, isto é, de exploração e de relação de força em terras colonizadas, que no caso da América, se inicia no final do século XV.

A herança colonial, a descolonização¹⁰⁵, e posteriormente a “globalização contemporânea” ajudam a entender a “porosidade” das fronteiras diante dos movimentos de populações oriundas dos territórios que hoje correspondem àqueles então colonizados e dos Estados então colonizadores nos dois sentidos, mas em proporções diferentes¹⁰⁶.

¹⁰³ Dos quase 60 territórios africanos independentes nos dias de hoje, mais de 40 adquiriram sua independência durante estas três décadas (UNESCO, 2010). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256POR.pdf>>. Acesso em: 07/04/2013.

¹⁰⁴ Quando Peregalli (1994) menciona a imigração europeia na América, ele não só ressalta que esta data de séculos anteriores, mas também que foi caracterizada por “uma planejada, sistemática e consciente destruição com fins de exploração econômica.” (PEREGALLI, 1994, p. 73).

¹⁰⁵ A “proliferação” de Estados politicamente “independentes” não significou o fim das migrações, nem mesmo as dos “antigos” colonizadores europeus. Por outro lado, as migrações regionais contemporâneas, de países vizinhos na América, são amplamente mencionadas por Handerson (2015) e Patarra e Baeninger (2004).

¹⁰⁶ Sayad (1998) fala da imigração argelina na França, mas não menciona a imigração de franceses na Argélia, como o fez George (1977, p. 28) quando fala dos “franceses da África do Norte repatriados em 1962” e isso ilustra um pouco que houve na história um movimento bidirecional de populações entre a Argélia e a França.

No contexto da “globalização contemporânea” muitas migrações estão ocorrendo fora de uma relação de colonização¹⁰⁷. De acordo com a ONU, o mundo teve 232 milhões de imigrantes em 2013¹⁰⁸. Um ano antes este número era de quase 200 milhões de pessoas (LIPOVETSKY, 2012)¹⁰⁹. Em 2014 era estimado a 240 milhões, segundo Deysi Ventura¹¹⁰ e em 2015 este número passou para 244 milhões, de acordo com a ONU, representando 3,3% da população mundial¹¹¹. Em dez anos o mundo passou de 190 para 244 milhões de imigrantes, isto é, um aumento de 54 milhões. Paratarra e Baeninger sublinham que há uma “crescente importância das migrações internacionais no contexto da globalização¹¹² que tem sido objeto de um número expressivo de contribuições importantes, de caráter técnico e empírico, que atestam para sua diversidade, significados e implicações” (2004, p. 2). Nele, como já apontado, a teoria da imigração remete à presença de estrangeiros em determinado Estado, numa parte deste, considerando uma relação bilateral ou um bloco (regional ou continental, econômico, em geral, ou político) de Estados. É preciso reconhecer que nesta literatura o Estado nacional ainda desempenha um papel fundamental (GEORGE, 1977; BAENINGER e ANTICO, 1996; SAYAD, 1998; PATARRA e BAENINGER, 2004; REIS, 2007; PATARRA, 2012; MOROKVASIC, 1984, 2010; ITO, 2010).

Refletindo sobre as causas da migração internacional, Saskia Sassen (2010, p. 29), afirma que elas são estruturais. As pesadas dívidas públicas, as altas taxas de desemprego, a pobreza, e a falência de empresas nos países do Sul global, são alguns dos efeitos de uma

¹⁰⁷ Este tipo de migrações já ocorriam em diversas partes do mundo. As migrações entre “vizinhos” têm sua importância na África (GEORGE, 1977), na América (PATARRA e BAENINGER, 2004) e também na Europa (PEIXOTO, 2004; REA e TRIPIER, 2008).

¹⁰⁸ Fonte: OCDE - Nations Unies/DAES. *Les migrations internationales en chiffres. Octobre 2013*. Disponível em: <<http://www.oecd.org/fr/els/mig/les-migrations-internationales-en-chiffres.pdf>>. Acesso em: 15/03/2015.

¹⁰⁹ “A Organização Internacional para Migrações [da ONU] estima em 190 milhões o número total de migrantes no mundo em 2005, o que representa 3% da população mundial” (REA & TRIPIER, 2008, p. 3).

¹¹⁰ *Diálogos Conectas. Como é ser migrante no Brasil?* 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?t=843&v=A3LmVhx9ZaY>>. Acesso em: 21/05/2015.

¹¹¹ *Número de migrantes no mundo cresceu 41% entre 2000 e 2015, segundo ONU*. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br>>. Acesso em: 19/05/2016.

¹¹² De acordo com Rea e Tripier este aumento é sinal de que não há escassez de migrações. “Pelo contrário, a globalização acelera [como afirmado por Castles et Miller, 2003] a entrada na era das migrações (REA & TRIPIER, 2008, p. 3). Lipovetsky (2012, p. 35-36) fez a mesma constatação, apontando algumas causas ao dizer que “[...] se o fenômeno das migrações transnacionais conhece uma evolução acelerada, atingindo, no presente, todas as regiões do planeta [...], isso não se deve apenas à pobreza ou às guerras, mas também à circunstância de que os indivíduos contemporâneos se pretendem protagonistas de seu futuro, mestres de seu destino” (LIPOVETSKY, 2012, p. 35-36). Duroux também fala que “a globalização está em via de reorientar os fluxos tradicionais. [E acrescenta que] Rotas migratórias inusitadas vêm se intensificando” (DUROUX, 2011, p. 1067. Grifo nosso). Há séculos que a migração haitiana está relacionada à globalização, como veremos no Capítulo II.

“macro” política econômica que leva à “feminização”¹¹³ das estratégias de sobrevivência entre “famílias, empresas e governos”, provocando fluxos migratórios (SASSEN, 2010). Paralelamente, no Norte global “Os mais desenvolvidos e estratégicos centros econômicos [...] criam hoje um grande número de empregos de baixos salários e recebem uma grande parte das migrações de trabalho, legais ou não, do Sul global” (SASSEN, 2010, p. 32). Diante deste quadro Sassen (2010) afirma que:

Inserir-se nas migrações de trabalho globais torna-se cada vez mais uma estratégia de sobrevivência dos habitantes destes países [do “Sul global”]¹¹⁴, para seus governos mediante transferências de dinheiro dos migrantes e para os ‘empresários’ do tráfico de pessoas – sobretudo de mulheres (SASSEN, 2010, p. 27).

Em relação aos governos, Sassen (2010) fala que o Banco Mundial assinala que há países cujas remessas são quase iguais a, ou chegam a ultrapassar, um quarto do Produto Interno Bruto (PIB). É o caso do Haiti cujas remessas atingiram 24,8% do PIB¹¹⁵ nacional e das Ilhas Tonga com 31,1% (SASSEN, 2010, p. 31). Olhando para este contexto, Patarra e Baeninger (2004) destacam a necessidade que se tem de levar em consideração “que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente ligada à reestruturação econômico-produtiva em escala global.” (PATARRA e BAENINGER, 2004, p. 2-3).

Se a falta de emprego e o desamparo da população são, muitas vezes, as principais causas da pobreza, segundo apontam Sassen (2010), Ouali (2010) e Galeano (2014), esta pobreza é, em muitos casos, provocada por decisões políticas relativas à economia em escala maior. Pode-se perceber esta ligação quando Ouali disse que:

No âmbito econômico, os programas de ajuste estrutural impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) no final dos anos 1970 – que visavam reerguer as economias dos países em desenvolvimento – foram particularmente prejudiciais para as mulheres, principais vítimas dos ‘custos ocultos’ do ajuste (Bessis 1996) no que

¹¹³ “O gênero se torna estratégico para uma função específica das empresas globalizadas, a da mediação cultural. No seio das profissões qualificadas, as mulheres se revelam indispensáveis, pois estima-se que podem favorecer a existência de um clima de confiança que permita borrar as fronteiras e as diferenças culturais” (FISHER; HINDMAN *apud* SASSEN, 2010, p. 33). Ele se torna também estratégico, “na esfera da reprodução social”, “para a mão de obra altamente qualificada por dois motivos: Primeiro, pelo desaparecimento da trabalhadora doméstica que era a “esposa” nestes lares, considerando as longas jornadas de trabalho a cumprir, e por conta das novas exigências profissionais” (SASSEN, 2010, p. 37).

¹¹⁴ Este e o Norte global se referem, não a regiões geográficas, mas a conjuntos políticos (SASSEN, 2010, p. 27).

¹¹⁵ O valor é de 109,00 milhões em 1995, de 876,00 milhões de dólares em 2005 (ONU, 2009, p. 196.) e estimado em 1,5 bilhão de dólares em 2011 (BANCO MUNDIAL *apud* FERNANDES e CASTRO, 2014, p. 11).

se refere à educação, à saúde e ao emprego (OUALI, 2010, s/p., s/p. Tradução nossa).

A propósito dos *Programas de Ajuste Estrutural*, sua adoção era obrigatória e incluía menos intervenção do Estado por meio de subsídios (SASSEN, 2010). Em suas palavras, ela disse que estes programas incluíam:

a abertura às empresas estrangeiras (Banco mundial, 2008), o cancelamento de vários subsídios do Estado aos setores vulneráveis ou ligados ao desenvolvimento (Programa das Nações unidas para o desenvolvimento [PNUD]) e finalmente as quase inevitáveis crises financeiras associadas às principais soluções avançadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) (SASSEN, 2010, p. 28. Tradução nossa).

Galeano afirma que como “País submisso às ordens do Banco Mundial e do Fundo Monetário, Haiti havia obedecido suas instruções sem resmungar.” (GALEANO, 2014, p. 462. Tradução nossa). E neste caso, reforça ou autor, estas geraram migrações de camponeses, mortes pouco noticiadas destes em águas do Mar do Caribe.

Ao analisar a mundialização e o mercado global do trabalho, Sassen disse, que “Um dos fenômenos mais complexos da atual mundialização é constituído pela emergência de novos circuitos globais do trabalho, no topo e na base do sistema econômico” (SASSEN, 2010, p. 27. Tradução nossa). Estes circuitos se inscrevem na lógica da segmentação do mercado de trabalho em: “primário” e “secundário”¹¹⁶ e aludem à presença de imigrantes em cada um destes segmentos¹¹⁷.

¹¹⁶ Peixoto (2004), Sasaki e Assis (2000), Rea e Tripier (2008) mencionam esses segmentos. De acordo com o primeiro e os últimos, Michael J. Piore é referência quando se fala de mercado de trabalho segmentado: O “setor primário” deste mercado é caracterizado pela boa qualificação, boa remuneração, estabilidade no emprego e nas relações de trabalho e possibilidade de promoção na profissão. O “setor secundário” é, por sua vez, marcado pela pouca qualificação, baixa remuneração, muita flexibilidade, raras promoções, mais riscos laborais e falta de assistência (PEIXOTO, 2004, p. 23; REA & TRIPIER, 2008, p. 31). Segundo Rea e Tripier (2008, p. 31) “a existência do mercado de trabalho segmentado explica porque há chamadas de mão de obra imigrante, inclusive em período de desemprego”.

¹¹⁷ “[...] os migrantes atraídos pelo mercado primário apresentam como principais características a entrada através de canais legais; o acesso ao emprego por qualidades individuais e não por origens étnicas; condições de mobilidade idênticas à dos nativos; e uma função de “reforço” da força de trabalho nacional. Tipicamente, este tipo de acesso é representado [...] pelo *brain drain*. Em contrapartida, o acesso ao mercado secundário (num sentido amplo) apresenta como principais atributos um estatuto jurídico precário (habitualmente temporário ou ilegal); um recrutamento baseado nas origens étnicas e não em qualificações (dadas as vulnerabilidades associadas àquela condição); ocupação de tarefas pontuais, sem perspectiva de mobilidades; e uma função disciplinadora da força de trabalho local (forçando à redução dos salários gerais). Este tipo de recrutamento representa a maioria dos trabalhadores migrantes no contexto internacional. Finalmente, podemos considerar uma terceira forma de incorporação: aquela que liga os migrantes a zonas de homogeneidade étnica da economia (os “enclaves de imigrantes” ou “étnicos”) [...]” (PORTES *apud* PEIXOTO, 2004, p. 24).

Apesar da “maioria dos trabalhadores migrantes” estarem no mercado secundário, Portes (1999) faz outra observação que pondera de forma mais enfática a frequente associação da imigração para trabalho com a pobreza material, dizendo que os “sociólogos da imigração” perceberam que:

Grande parte das migrações internacionais do trabalho tem a sua origem em países num estágio médio de desenvolvimento, e não nos países de salários mais baixos. Para além disso, desses países intermédios, não são nem os mais pobres nem os desempregados os primeiros a migrar, estando aliás geralmente sub-representados na totalidade do fluxo que sai do país. Pelo contrário, são as pessoas com alguns recursos [...] que normalmente iniciam e sustentam o movimento (PORTES, 1999, p. 25).

O caso do Haiti reforça significativamente estas afirmações de Portes visto que “Em 2010, daqueles que receberam educação superior no país, 85% se encontravam no exterior. No caso dos médicos formados no país, 36,5% estariam, já em 2000, fora do Haiti” (BANCO MUNDIAL *apud* FERNANDES e CASTRO, 2014, p. 11). Veremos adiante que boa parte dos imigrantes haitianos foram contratados na cidade de São Paulo para trabalhar no mercado secundário paulistano ou nacional.

No mundo da “globalização contemporânea”, a circulação instantânea da informação é naturalizada por muitos. As tecnologias de comunicação facilitam relações virtuais e reais entre pessoas situadas em locais muito distantes num tempo reduzido (LIPOVETSKY, 2012). O quadro da “comunicação interativa, descentralizada” permite geralmente que parentes de imigrantes se informam, inclusive sobre o cotidiano de seus “ausentes”.

No caso dos haitianos em São Paulo e no Brasil de forma geral, as formas de comunicação substancialmente diferem daquelas referidas por Sayad (1998)¹¹⁸. Imigrantes haitianos e seus familiares ou conhecidos se falam por e-mail, por mensagens escritas ou orais de envio e recepção instantâneos *via* internet, por chamadas com vídeos em tempo real e também por telefone ¹¹⁹.

¹¹⁸ Segundo Sayad, esta comunicação acontecia de diversas formas e tinha, em determinados casos, marcadores sociais, afetivos e de gênero. A mensagem oral é, no contexto descrito por Sayad “[...], uma verdadeira missão que é atribuída ao mensageiro que é escolhido essencialmente para isso” (SAYAD, 1998, p. 140). A mensagem oral “supõe um grupo social relativamente bem integrado e, em seu seio, uma grande familiaridade nas relações, quando não uma cumplicidade entre os diferentes membros [...]” (SAYAD, 1998, p. 148).

¹¹⁹ Em entrevista, Pereira (2014) enfatizou a importância da internet para a comunicação dos haitianos à procura de emprego na Missão Paz. As poucas observações realizadas na Missão Paz e proximidades, no Glicério converge com estas afirmações. Não se pretende com isso sugerir que formas de comunicação por carta e outras

1.4.2 Condições laborais de migrantes em tempos de globalização

Identificar a representação social de pessoas migrantes revela algo sobre a forma de acolhimento reservado aos assim representados. O migrante, na ótica de Morokvasic (1984), Sayad (1977, 1998, 2000), Sassen (2010), é antes de tudo um trabalhador, do ponto de vista da representação social, política, tanto na sociedade de emigração quanto de imigração. Em *O retorno* Sayad afirma que é o trabalho que

dá conta de sua presença que, na falta deste motivo, estaria confinada ao absurdo aos olhos da razão nacional, da razão do Estado Nacional. O trabalho contém em si, a partir de nossa representação atual do mundo, toda a inteligência do fenômeno migratório, da emigração e da imigração que, sem ele, seriam incompreensíveis e intoleráveis sob todos os pontos de vista, intelectual, ética, econômica, cultural e, não apenas, politicamente (SAYAD, 2000, p. 21).

Para este autor, “Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisório, temporária, em trânsito” (SAYAD, 1998, p. 52). Em parte, é o que justificaria sua condição diferente da do trabalhador nacional. A condição de imigrante, em sua forma mais acabada, é *de ordem jurídica e social*, mesmo tendendo paulatinamente a ser de ordem social, excluindo-se a ordem jurídica. Ela é relacionada socialmente à condição de O.S. (Operário sem especialização), ou seja, trabalhador sem ou com pouca qualificação (SAYAD, 1998). Sobre esta representação social do imigrante, diz que

A representação subjetiva que cada operário pode ter de sua condição de imigrante e de sua condição de O.S. – representação que faz com que ele afirme que só existem O.S. imigrantes e que todos os trabalhadores imigrantes são O.S. mesmo quando não o são tecnicamente falando (eles o são “socialmente”, quer o sejam tecnicamente, quer não) – certamente repousa, em grande parte, sobre a experiência de cada um, e sem dúvida, ela não seria nada, não passaria de artifício e de ilusão (e ainda as ilusões frequentemente têm efeitos muito reais, efeitos que se traduzem na realidade e que fazem a realidade) se não fosse confirmada material e objetivamente (SAYAD, 1998, p. 107).

Aqui podemos ver um movimento duplo, porém não necessariamente nesta ordem. Por um lado, uma realidade que gera preconceito, que, por sua vez leva a uma homogeneização dos migrantes do ponto de vista social. Por outro lado, um preconceito que procura produzir uma realidade que lhe corresponda. Para Sayad (1998), a assimilação desta linguagem, ora contra evidências, aparece também entre imigrantes (“contramestre-O.S”,

mencionadas por Sayad (1998) inexistem entre haitianos em São Paulo e seus parentes no Haiti ou em outros lugares do mundo.

“chefes de equipe-O.S.”, “reguladores-O.S.” etc.). A identificação entre imigrante e O.S. ultrapassa a “esfera do trabalho. Na verdade, ela marca toda a existência do imigrante, pode ser encontrada em todas as suas práticas sociais [...]” (SAYAD, 1998, p. 108). A formação é certamente importante, mas veremos que ela é insuficiente para alterar a representação social e assegurar melhores condições sociais dos grupos migrantes.

No contexto brasileiro, tal diagnóstico se repete. Cavalcanti afirmam que “De modo geral, os imigrantes têm uma formação técnica e profissional superior às exigidas pelo exercício da profissão atual e, portanto, há uma inconsistência de status na medida em que exercem atividades aquém das suas formações e experiências nos países de origem” (CAVALCANTI, 2014, p. 15).

Nossos entrevistados da Missão Paz (Pereira e Parisi)¹²⁰, referência no acolhimento dos haitianos, mas também dos demais imigrantes na cidade de São Paulo, deixam perceber que as potenciais empresas empregadoras chegam oferecendo salários baixos, sem levar em conta o perfil dos candidatos em termos de qualificação profissional, o que implica a existência de uma prática de nivelamento de todos imigrantes aos “sem qualificação” e aos pouco qualificados. Nestas falas, Parisi afirma que boa parte dos postos de trabalho ocupados pelos haitianos são aqueles que os nacionais não querem executar. Porém Pereira sugere que os baixos salários estariam na base da recusa dos nacionais em aceitar tais propostas num contexto em que conseguem opções melhores. Diante destas propostas pouco remuneradas feitas a imigrantes, a Missão Paz se vê no dever de negociar com os empregadores para elevar os salários.

O imigrante é, portanto, aquele pensado, socialmente, não para executar trabalhos prestigiados e desejados por boa parte dos nacionais, nem para realizar trabalhos intelectuais, mas sim para fazer trabalhos braçais, aqueles que exigem força física e muita resistência muscular, em condições de trabalho difíceis e com baixa remuneração, como bem destacado por estudos sociológicos como o de Sayad (1998) e de Peixoto (2004). O caso dos imigrantes haitianos no Brasil apresenta estas características, conforme nosso entrevistado Almeida¹²¹.

¹²⁰ Respectivamente realizadas em outubro de 2014 e novembro de 2015 no IFCH/UNICAMP e no CEM da Missão Paz.

¹²¹ Entrevista realizada em 21 de janeiro de 2015 em Brasília-DF

1.5 Gênero, raça/etnia e política de acolhimento às migrantes

Nos anos 1970¹²² começou uma nova abordagem teórica. Trata-se de trabalhos de teóricas, feministas ou não, da imigração. A ênfase é dada aos estudos das sociólogas preocupadas em analisar e compreender as imigrantes e a situação em que se encontram. “É nos anos setenta que se começou a descobrir ou redescobri-las, na França, na Alemanha, na Suíça e em outros países da Europa ocidental” (MOROKVASIC, 2011, s/p). A visibilidade das mulheres migrantes deve ser tornada possível mediante o olhar na “esfera do trabalho”, não na reunião familiar, afirmam Catarino e Morokvasic (2008, s/p).

As múltiplas relações entre as migrações internacionais e outras questões, tratadas neste capítulo, aparecem nos trabalhos das estudiosas das migrações de mulheres. Estas relacionam o fenômeno migratório com o trabalho, mas também com o gênero, a violência, a *vulnerabilização*, a família, a política pública, o crime, a liberdade, a ampliação e enriquecimento da pesquisa sobre o assunto.

Em seu artigo considerado um marco de estudos da migração internacional de mulheres (ASSIS, 2014; PICHÉ, 2015), Morokvasic (1984) fala da perceptível presença da imigrante trabalhadora, por um lado e, da omissão deliberada desta presença pelos dados oficiais relativos à questão. Analisando o contexto europeu da época, esta autora observou que:

existem cerca de três milhões de mulheres que nasceram fora das fronteiras do seu atual país de residência. Suas taxas de participação no trabalho varia consideravelmente de um país para outro e de um grupo nacional para outro no mesmo país. Nesses países que tinham uma política de migração de trabalho estrita, as suas taxas de participação de trabalho em 1970 foram quase o dobro das mulheres

¹²² Nesta década, boa parte dos estudos feministas europeus tiveram dificuldades para levar em conta as migrantes (MOROKVASIC, 2011, s/p). A “pioneira da sociologia da imigração na França”, Andrée Michel, omitiu as imigrantes no seu estudo de 1956 sobre imigrantes argelinos (MOROKVASIC, 2011, s/p). No entanto, é “o questionamento feminista que se torna progressivamente o principal motor da visibilização das mulheres imigrantes na pesquisa e nos debates políticos” (MOROKVASIC, 2011, s/p). “Os trabalhos pioneiros dos anos setenta e oitenta tinham como objetivo tirar as mulheres da invisibilidade, torná-las “sociologizáveis” e mostrar sua diversidade, contra a representação que impunha uma imagem global unificada da imigração como um fenômeno exclusivamente masculino” (MOROKVASIC, 2011, s/p), sendo que, na França, as imigrantes eram maior ou igual a 40% nos anos 1946, 1968, 1975 e 1982 (MOROKVASIC, 2011, s/p). Morokvasic acrescenta que “Esther Boserup publicou seu livro sobre as mulheres e o desenvolvimento em 1970, enquanto os trabalhos feministas estavam começando a desconstruir e reconstruir o próprio conceito de trabalho - expandido ao trabalho não assalariado, não remunerado, sem fins lucrativos e ao trabalho informal (Hirata *et alii.*, 2000). No tocante às estrangeiras, o trabalho em serviços para particulares ou na confecção foi muitas vezes invisível, não declarado ou não remunerado - Madeleine Guilbert e Viviane Isambert-Jamaty destacaram diferentes condições que favoreciam a clandestinidade entre as mulheres (1956)” (MOROKVASIC, 2011, s/p).

nativos (como em Austria, República Federal da Alemanha e Suíça [Oferta de Trabalho e Migração na Europa, 1979: 135-136 e p. 273] e vem diminuindo desde então (Jonung, 1983; Merhlander, 1980). [...] O trabalho que as mulheres nativas e as mulheres migrantes fazem nem sempre se encaixa na ideologia reinante de trabalho e é mal avaliado por dados oficiais e, nem sempre é reconhecido como uma atividade econômica em si. No mundo todo, mulheres são empregadas nos serviços domésticos e em outros tipos de trabalho (MOROKVASIC, 1984, p. 887. Tradução nossa).

A denúncia explícita da ideologia nas migrações foi a partir de então registrada, e reconhecida, levando Piché a dizer que o “[...] o texto de Morokvasic constitui um ponto de partida obrigatório no que tange à teorização sobre o papel das mulheres na migração” (PICHÉ, 2015, p. 30). Assis e Kosminsky (2007) lembram que para Morokvasic (1984) a invisibilidade da imigração de mulheres também se refere aos pesquisadores, não apenas aos formuladores de políticas públicas. Disseram Assis e Kosminsky (2007, p. 695) que

Numa coletânea de artigos sobre gênero e migração, Mirjana Morokvasic afirmava que *Os Pássaros de Passagem também são mulheres*, sugerindo que a participação das mulheres nas migrações internacionais tem sido negligenciada por pesquisadores e formuladores de políticas públicas, ou que estas têm sido representadas de maneira estereotipada como “dependentes passivas”. Assim, embora muitas vezes os dados sobre os contingentes de mulheres aparecessem nos estudos, suas experiências, vivências, trabalhos, ficavam encobertos na categoria “migrante”, considerada *gender-blind*¹²³.

Fica evidente para esta autora que há um discurso sobre imigração que privilegia o homem como o modelo universal e, que este, aliás, não dialogou por muito tempo com aqueles “sobre as mulheres e as relações sociais de sexos [e que] ainda hoje, acontece que ‘os migrantes’ e ‘as mulheres’ sejam tratados como categorias mutuamente excludentes” (MOROKVASIC, 2011, s/p).

¹²³ A invisibilização das mulheres imigrantes nas tardias pesquisas sobre imigração, apesar do conhecimento produzido sobre o tema, não teria ainda gerado reconhecimento (CATARINO e MOROKVASIC, 2008; MOROKVASIC, 2011, s/p). Segundo Morokvasic (2011, s/p) não são os pequenos números de mulheres quando comparados aos de homens que explicariam a invisibilização, pois estes variam de uma nacionalidade para outra. Em suas palavras, a autora disse: “Essa invisibilidade é também, provavelmente, devida ao fato de que as análises sociológicas mais avançadas da emigração/imigração tiveram sobre as migrações da Argélia, nomeadamente o trabalho fundamental de Abdelmalek Sayad, que tanto influenciou a nascente sociologia da imigração na França. Sabe-se que, para ele, o emigrante/imigrante é num primeiro momento ou ‘idade’, o delegado camponês de uma sociedade empobrecida buscando sobreviver através da emigração, e que, numa segunda momento, se desvincula dela para realizar suas próprias aspirações (1977). Este imigrante é um trabalhador, *o trabalho é a própria justificativa do imigrante*. Ele é homem (sem companhia) que deixou sua família no país. A presença de mulheres imigrantes está oculta e, por pouco que a elas se refira, não é como trabalhadores, mas como membros da família. Dependentes, portanto, eventualmente ‘donas de casa’ (Cordeiro, 1978), o que é insuficiente para falar sobre a sua contribuição econômica, ‘produtivo’.” (MOROKVASIC, 2011, s/p). Assim, a emigração-imigração em Sayad seria essencialmente econômica, portanto, masculina (MOROKVASIC, 2011, s/p).

A ideologia estaria também no fato das estatísticas oficiais não se preocuparem em distinguir não só homens de mulheres, mas também mulheres nativas de estrangeiras, mulheres de crianças, mulher estrangeira em situação de reclusão, analfabetismo e trabalho doméstico (MOROKVASIC, 2011, 6). Esta ideologia leva, em situações de imigração, à exploração do trabalho da mulher migrante, seja pelo homem da mesma nacionalidade ou pela mulher da sociedade de instalação. A condição de migrante viabiliza portanto, muitas vezes, a libertação da mulher nativa do trabalho doméstico mediante a contratação do trabalho da migrante (MOROKVASIC, 1984; 2010). Diante de tal delegação do trabalho doméstico cabe perguntar se a migração é libertadora para a mulher migrante. Em *Le genre est au coeur des migrations*, Morokvasic assinala que, se

alguns trabalhos observam que há mais liberdade e autonomia para as mulheres que migram, outros sublinham que os efeitos da migração não são necessariamente emancipadores. Pelo contrário, observa-se a estabilização das normas estabelecidas, e inclusive a intensificação da dominação e exacerbação das desigualdades (MOROKVASIC, 2010, p. 105. Tradução nossa).

Seja a migração um mecanismo de libertação ou não, das migrantes, o fato é que estando nestas condições, “as migrantes, se não questionam a ordem de gênero, usam-na em benefício próprio” (MOROKVASIC, 2010, p. 107. Tradução nossa).

As migrantes não estão só nas tarefas domésticas - apesar de majoritárias neste setor¹²⁴ -, elas estão presentes também nas indústrias (MOROKVASIC, 1984). Se este tipo de trabalho aqueceu a indústria, é porque ele é atrativo por ser mais barato para o capitalista do que o trabalho dos homens. Este ingresso se deu inicialmente pelos setores da indústria tradicionalmente tidos como femininos. Nestes, sempre ganharam salários baixos devido à condição de inferioridade socialmente atribuída à mulher e, subentende-se, à concepção social de que o provedor da família é o homem, portanto o salário da mulher é secundário na ótica desta instituição. Este salário que recebem é também “a articulação entre o processo de discriminação de gênero, de discriminação racial contra trabalhadores migrantes e da exploração de classe como classe trabalhadora” (MOROKVASIC, 1984, p. 890-891).

¹²⁴ “Ao introduzir seu livro sobre os homens imigrantes na Europa, Berger e Mohr escreveram que em 1975 ‘Dentre os trabalhadores migrantes na Europa existem provavelmente dois milhões de mulheres. Algumas trabalham em fábricas, muitas trabalham no serviço doméstico’.” (MOROKVASIC, 1984, p. 899. Tradução nossa).

Quando se fala de imigração, há também frequentemente uma associação de determinadas origens, sexo ou nacionalidades com certas atividades (MOROKVASIC, 1984). Se por um lado, estas concepções são baseadas na observação direta, por outro elas acabam barrando o acesso de vários e várias migrantes a determinados trabalhos independentemente das evidências em termos de qualificações individuais. Nouria Ouali (2010, s/p) mostra a heterogeneidade, trazendo à tona a desproporcionalidade da discriminação sofrida especificamente por mulheres migrantes, dizendo que:

O setor do trabalho doméstico tem uma dupla segmentação conforme o sexo e a nacionalidade. Este setor é composto essencialmente de mulheres, mas o lugar que a trabalhadora ocupa nele depende da nacionalidade. Aquelas oriundas do Leste europeu são na sua maioria ‘domésticas externas’, porém as africanas, filipinas e sul-americanas são ‘domésticas internas’. [...] As da primeira “categoria”, mesmo quando não documentadas, recebem salários e têm condições de trabalho geralmente comparáveis aos de mulheres nativas. O que não é o caso das domésticas internas, das quais algumas são vítimas de baixos salários, ou até “falta total de renda”. As condições de trabalho em termos de jornada, de carga de trabalho das domésticas internas são expressamente mais pesadas, algumas delas foram expostas à violência física e inclusive a abusos sexuais [...] (OUALI, 2010, s/p. Tradução nossa).

Ouali (2010) ainda menciona a precariedade das condições de trabalho e também de vida, denuncia “práticas escravocratas” contra mulheres imigrantes, em particular, aquelas em situação irregular no país de imigração, mesmo quando trabalham em lugares que têm um alto prestígio social e para pessoas cultas.

Diante disso nem seria preciso reiterar que as mulheres não migravam apenas por razões de casamento. Não se pode ignorar aquelas que migram, solteiras, antes dos maridos, forçadas por ambientes hostis, enganadas por traficantes ou ex-empregadores na origem, convidadas, em busca de trabalho ou de formação (MOROKVASIC, 1984, 2010, 2011; OUALI, 2010; ITO, 2010). Em sua pesquisa de campo em 1975, Morokvasic (2011) fala de imigrantes casadas sem “vida familiar”. Para estas “a migração era uma separação: as crianças ficaram no país (de origem), o marido, se veio, está hospedado no alojamento masculino” (MOROKVASIC, 2011, s/p). Ouali (2010) fala da emigração das mulheres, olhando para os chamados países do Sul, e identifica algumas causas das quais a pobreza parece mais proeminente. Esta socióloga entende que: “Para muitos países do Sul, a pobreza das mulheres, muitas vezes combinada com a ausência de direitos e liberdades, mas também os conflitos armados, a violência e a opressão patriarcal são as principais causas de sua migração.” (OUALI, 2010, s/p).

No que tange especificamente às partidas de mulheres, Ouali (2010) remete a ao que poder-se-ia chamar de “seletividade” neste tipo de migração quando escreve que:

Assim, presencia-se há anos, a partida de milhares de mulheres geralmente instruídas (magistradas, professoras, técnicas, gestoras) que vêm engrossar o contingente de graduados e oferecer suas habilidades por um preço barato para os países desenvolvidos da Europa e da América do Norte, onde só conseguem excepcionalmente validar a sua qualificação e experiência profissional (OUALI, 2010, s/p).

Homens e mulheres migrantes enfrentam desafios para sua integração na sociedade de instalação. A precariedade parece ser um marco das condições de trabalho da pessoa migrante. Apesar disso, é preciso deixar perceptível que os desafios que as mulheres imigrantes enfrentam diferem em muitos aspectos dos que enfrentam os homens imigrantes. Não se pretende com isso homogeneizar as imigrantes, nem os imigrantes, nem mesmo da mesma nacionalidade¹²⁵. Pois, como visto anteriormente, numa categoria como o “trabalho doméstico”, mesmo havendo um denominador comum entre as mulheres¹²⁶, o acesso varia segundo a nacionalidade, a origem. A homogeneização da população migrante gera omissões por parte do “estado de migração” que, com isso, não leva em conta na sua legislação a especificidade das migrantes em geral, como o mostra o estudo de Morokvasic (2011)¹²⁷ em relação à regularização.

Quando as pessoas migram, elas encontram “hierarquias de poder que não construíram (classe, raça, etnicidade, nacionalidade, gênero...). Estas têm influência sobre suas práticas e suas representações sociais, porém” esta estrutura não implica necessariamente numa impossibilidade de ação. Ela pode tanto ser inibidora quanto favorecedora dos projetos de quem migrou (MOROKVASIC, 2010, p. 106).

Aqui, como nas abordagens que tomam implicitamente a migração “como um fenômeno exclusivamente masculino”, o trabalho, as estruturas e as redes no processo

¹²⁵ Sayad (1998, p. 85) no tocante aos “magrebinos, africanos negros, etc.” na França, e Reimers (citado por Portes, 1999, p. 29) com relação “aos grupos de origem latino-americana” nos Estados Unidos chamaram a atenção para este fato. Handerson (2015) mostra que tampouco há homogeneidade entre “imigrantes” haitianos no Brasil.

¹²⁶ Como exemplo, Morokvasic (2011, s/p) cita o “custo social da migração, da mobilidade, da separação” que é atribuído à mulher.

¹²⁷ Morokvasic (2011, s/p) mostrou que “as políticas públicas aparentemente neutras produzem efeitos de gênero, e criam particularmente situações de dependência ou de ilegalidade que afecta mais as mulheres imigrantes do que os homens.

migratório ocupam um lugar privilegiado, junto à crítica da *invisibilização* da mulher trabalhadora migrante. A política de acolhimento institucional nesta abordagem é uma questão lateral e aparece como realizável pelo mercado de trabalho global. Entretanto, críticas pontuais sobre a postura dos Estados no que diz respeito à condição jurídica das mulheres migrantes, que devem ser consideradas na sua diversidade de raça/etnia, origem, situação regular ou não, aparecem indicando certa preocupação sobre acolhimento institucional para imigrantes e sua relação com a política de Estados e governos. Mesmo sabendo que a migração não tem um sentido unilateral – *Sul-Norte* – como apontado anteriormente, importa perguntar-se em que medida estas abordagens nos ajudam na análise da condição gênero dos haitianos na cidade de São Paulo?

II – Haiti: história, migrações e imigração no Brasil

No contexto recente das migrações internacionais, a compreensão do fluxo imigratório dos haitianos no Brasil, requer que se considere o próprio contexto histórico de recebimento de imigrantes no país, o processo histórico de emigração haitiana e imigração haitiana para o Brasil (BAENINGER e PERES, 2015, s/p).

Neste sentido, trataremos da história do Haiti ligada à migração, isto é: primeiro, à imigração de europeus e africanos àquele território; e, depois, à emigração, antes de sua independência política, mas sobretudo depois desta, para alguns destinos como Canadá, Cuba, Estados Unidos, França e República Dominicana. Este processo faz do Haiti, nos dois últimos séculos, mais um país de emigração do que de imigração, ao contrário do que ocorreu nos séculos XVI, XVII e boa parte do século XVIII¹²⁸.

Este esquema é formal, pois imigração e emigração já ocorreram simultaneamente na história do Haiti, embora de forma desproporcional. Mas salienta-se que, no caso deste país, é preferível se falar primeiro da imigração, antes de se debruçar sobre a emigração haitiana. Sayad (1998) dizia que não há, no sentido literal do termo, imigração sem emigração, isto é: recepção sem saída. Portanto, importa sublinhar as causas da imigração no Haiti. Pela mesma razão, indicar-se-á algumas das causas históricas e atuais da emigração haitiana, baseando-se em diversos estudos¹²⁹. Num segundo momento trataremos da emigração haitiana para o Brasil.

2.1 Haiti: história e imigração

Nesta parte, o objetivo é mencionar alguns eventos da história do Haiti que evidenciam que o país passou por um longo processo de imigração que durou de 1492, ano do início da presença de europeus, até a véspera da Revolução Haitiana de agosto de 1791.

¹²⁸ Esta denominação é apenas analítica. Não acreditamos na existência de um puro país de imigração, pois, por mais que recebam imigrantes em número infinitamente maiores, os países sempre são usados como lugar de trânsito e também forneceram seus emigrantes.

¹²⁹ Referimo-nos a Baeninger e Peres (2015), Baptiste (2015), Cotinguiba (2014), Handerson (2015), Morokvasic (1984, 2010), Ravenstein (1980), Sassen (2010), Sayad (1998), Seguy (2014), Singer (1980), Fernandes e Castro (2014), dentre outros.

O olhar ocidentalizado sugere que apreciações sobre a história do continente americano tomem como referência e ponto de partida o ano de 1492. Este ano é, sem dúvida, um marco, como bem assinalado por Seguy (2014)¹³⁰, quando se almeja analisar as bases do capitalismo ou o contato dos europeus com os “ameríndios”. Mas se a história deste continente for somente assim estudada, ela não passaria de uma manifestação de eurocentrismo e de confirmação de que aquilo que antecedeu esta data não faz parte da história da humanidade.

Embora não se pretenda desenvolver longamente esse assunto, mencionemos que a então chamada “*Hispaniola* (Pequena Espanha)” era povoada¹³¹ quando foi o palco de desembarque do “navegante genovês, Cristóvão Colombo” (SEGUY, 2014). Peregalli, em *A América que os europeus encontraram*, expõe na sua descrição das relações entre espanhóis e os povos americanos o alto nível de violência e crueldade proporcionadas a estes pelos primeiros. A hospitalidade e os “presentes em ouro e prata dados pelos pacíficos habitantes dos trópicos” (PEREGALLI, 1994, p. 5) deram início a práticas violentas sofridas pelos povos americanos por causa destes metais e levaram, por exemplo, os “astecas” a se darem conta de que “os invasores não eram deuses e passaram a chamá-los de *popolocas*, que quer dizer ‘bárbaros’.” (PEREGALLI, 1994, p. 5). Hall afirma, em relação às populações e à terra caribenhas que “Aqueles aos quais originalmente a terra pertencia, em geral, pereceram há muito tempo – dizimados pelo trabalho pesado e a doença. [...] Todos que estão aqui pertenciam originalmente a outro lugar” (HALL, 2003, p. 30). Particularmente sobre o assassinato da população autóctone de “São Domingos”, foi dito que “Se a ilha de São

¹³⁰ Na sua tese, Seguy escreve que: “O ano 1492 é considerado uma encruzilhada na história da humanidade. É o ano do primeiro contato dos povos ameríndios com a civilização europeia ocidental a partir do qual foram postas as bases da acumulação primitiva do capital que possibilitou anos depois as revoluções burguesas na Europa. Parece-nos relevante destacar que, quando o navegante genovês, Cristóvão Colombo, financiado pela rainha e o rei da Espanha, e os banqueiros de Gênova, desembarcou na sua terra de conquista, logo essa passou a ser chamada convencionalmente de *Novo Mundo* – como se começasse a existir, de repente, tão somente com a invasão europeia. Este ano zero parecia marcar não só a história do dito Novo Mundo, mas também a de todo o planeta.” (SEGUY, 2014, p. 131).

¹³¹ Entende-se que o nome *Hispaniola* em si remete não só a um projeto de posse e de propriedade, mas também imigração ante o fato que constitui o povoamento da ilha por diversos povos indígenas. Sobre a situação destes povos depois deste contato, Seguy (2014) disse: “Em nome dessa civilização moderna/colonial/escravista, milhões de Caribes, Arawacks e Ciboneys que povoavam o Ayiti no momento da invasão de Colombo – ensinada, porém como descoberta – foram destruídos. Até porque, desde o início do século XVI, já era necessário procurar outros braços para o trabalho escravo que a modernidade/colonialidade estabeleceu no Ayiti” (p. 228-229). A respeito da suposta descoberta da América, este autor afirma que: “Nunca foi essa invasão uma descoberta, até porque Colombo nomeou índios, os nativos do Ayiti, pensando que estava chegando à Índia” (p. 229).

Domingos tinha 8 milhões de habitantes em 1492, em 1514 restavam 32 mil homens” (PEREGALLI, 1994, p. 5)¹³².

De 1492 até o final do século XVII, a ilha do Ayiti estava sob o domínio e a administração da Espanha. Mas depois passou a ser administrada pela França. O que significa que o Haiti foi colonizado duas vezes por povos europeus antes de conquistar sua independência política, que lhe custou preservar (SEGUY, 2014). Este país teve sua independência reconhecida pela França em 1825, isto é, duas décadas depois de sua conquista em 1804, mediante o pagamento de indenização¹³³. Estas colonizações lhe custaram muito também em termos ambientais.

O Haiti conheceu duas colonizações no início da vigência da modernidade: a espanhola (1492-1697) e a francesa (1697-1803). Uma das consequências de tudo isto é a destruição sistemática de 45% do meio ambiente do país. Até por que muitos monumentos históricos na França foram construídos com madeira do Haiti (SEGUY, 2014, p. 35-36).

A respeito da presença francesa na parte ocidental da *Hispaniola*, é pertinente esclarecer que, de acordo com Valler Filho

Os franceses, à revelia dos espanhóis (que por decisão papal teriam a posse de toda a ilha), instalaram-se na porção ocidental da *Hispaniola*, a partir de meados do século XVII¹³⁴, e acalentavam o sonho de ocupar toda a ilha. Em 1697, os franceses recebem direitos sobre a área que ocupavam, reconhecidos no Tratado de Ryswick. A região era conhecida como *Saint-Domingue* e rapidamente assumiu a liderança na produção açucareira no Caribe, com base no trabalho escravo (*apud* COTINGUIBA, 2014, p. 71).

¹³² O consenso entre historiadores, disse este autor, é que houve “tragédia” apesar das variações sobre o número dos milhões de mortos entre os povos nativos, não só em São Domingos, mas também no “vale do México”, no Peru, por exemplo (PEREGALLI, 1994).

¹³³ O governo de Boyer durou 25 anos e foi no transcurso do mandato deste que a França reconheceu a independência haitiana, em 1825 (ETIENNE *apud* BAPTISTE, 2015, p. 12). A contrapartida a este reconhecimento foi o pagamento daquilo que Galeano (2014) chamou “**la deuda francesa**”. Para este escritor “Francia cobró cara la humillación infligida a Napoleón Bonaparte. A poco de nacer, Haití tuvo que comprometerse a pagar **una indemnización** gigantesca, por el daño que había hecho liberándose. Esa expiación del pecado de la libertad le costó **150 millones de francos oro**. El nuevo país nació estrangulado por esa soga atada al pescuezo [...] **Mucho más de um siglo llevó el pago de la deuda, que los intereses de usura iban multiplicando. En 1938 se cumplió, por fin, la redención final.** Para entonces, ya Haití pertenecía a los bancos de los Estados Unidos.” (GALEANO, 2014, p. 460-461. Grifo nosso). Tendo sua independência então reconhecida apenas pela França, este autor fala da condenação à solidão que sofria o Haiti (GALEANO, 2014). A propósito, Gorender, na sua resenha da obra de C.L.R James: *Os jacobinos negros. Toussaint l’Ouverture e a revolução de São Domingos*, escreve que as dificuldades do Haiti foram provocadas pela “quarentena” que lhe foi imposta “até mesmo [pel]as nações latino-americanas recém-emancipadas.” (GORENDER, 2004, p. 301. Grifo nosso). Galeano realça que “[...] **en Brasil, se llamaba haitianismo al desorden e a la violencia**. Los dueños de los brazos negros se salvaron del haitianismo hasta 1888.” (GALEANO, 2014, p. 459-460. Grifo nosso).

¹³⁴ Filho (2010) situa a ocupação da *Hispaniola* pelos franceses no início do século XVII.

Cotinguiba pondera que “A tomada da parte ocidental da ilha pela França não foi tão ‘à revelia dos espanhóis’, e sim marcada por um processo longo e de diálogos, que teve seu desfecho com o Tratado de Ryswick” (COTINGUIBA, 2014, p. 72). Para J. F. Etienne, países como a França e a Inglaterra começaram “suas investidas contra os impérios ibéricos valendo-se de três estratégias principais: a corrida marítima com o intuito de ocupar novos territórios, a pirataria e o comércio ilegal” (*apud* BAPTISTE, 2015, p. 8). Estas “investidas” eram evidentemente uma violação do Tratado de Tordesilhas de 1494 e uma prova do ardente desejo de partilhar as riquezas do *Novo Mundo*. Seguy (2014, p. 134) atribui a assinatura do Tratado de Ryswick à finalização do saque de riquezas e à então decadência em curso “do império espanhol”. No mesmo sentido, Rodrigues (*apud* COTINGUIBA, 2014, p. 72) atribui a presença francesa na parte oeste da ilha ao desinteresse dos espanhóis por ela depois do esgotamento das “minas de ouro”. Seguem suas palavras:

Explorando as minas de ouro até a exaustão, os espanhóis concentraram-se na parte oriental da ilha, abandonando o oeste. Foi então que os franceses se interessaram pela parte ocidental da ilha. No fim do século XVI piratas franceses estabeleceram-se na Ilha da Tartaruga, ao norte, até que em 1625 já haviam dominado toda a parte ocidental (RODRIGUES, 2008, 140 *apud* COTINGUIBA, 2014, p. 72).

Se por um lado falta consenso acerca das razões que levaram à assinatura do Tratado de Ryswick, o fato é que o interesse da França pela “ilha do Ayiti” era evidente e que de sua divisão nascerão os territórios que hoje são Estados: a República do Haiti e a República Dominicana (BAPTISTE, 2015; COTINGUIBA, 2014; SEGUY, 2014).



Imagem 2: La Ilha Hispaniola

Fonte: Google maps. Grifo nosso. Gerada em 12/02/2016.

Antes de passar a ser chamada de República do Haiti, este país “foi rebatizado de *Saint-Domingue* pelos franceses” (JOACHIM *apud* BAPTISTE, 2015, p. 9). Até aqui, nem a *Hispaniola* nem sua parte oeste, doravante *Saint-Domingue* tinham sido coroados como “Pérola das Antilhas”, embora a *Hispaniola* tenha gerado muitos bens materiais para a Espanha em decorrência da exploração do trabalho alheio. Esta denominação só aconteceu depois da partilha da ilha e do início da administração de *Saint-Domingue* pela França. Leonel Filho (2010) afirma que “A colonização da França baseou-se na combinação do extrativismo predatório de madeira e da cana-de-açúcar com o uso de grandes massas de escravos africanos [...]” (FILHO, 2010, p. 117). De acordo com Seguy, a procura de adaptação ante a diminuição do rendimento inicial levou às tentativas de adaptações que se materializaram no “cultivo do cacau, do índigo, do algodão, do café até adotar a cana-de-açúcar” (SEGUY, 2014, p. 134), que pressupõem uma devastação prévia da vegetação natural.

Séculos depois destas práticas no Haiti, Martins (2009) denuncia, no caso da Amazônia, a devastação do meio ambiente, de povos indígenas e a escravização de seres humanos em nome do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Longe de considerar a escravidão como uma anomalia do “processo do capital”, ele afirma que concorda “com os autores que consideram a escravidão de hoje como um componente do próprio processo do capital” (MARTINS, 2009, p. 78). Ainda disse que seus

dados acumulados até 1995 indicam que, na Amazônia, 72,7% dos peões eram empregados do desmatamento da floresta virgem para posterior formação de pastagem para o gado. Fora da Amazônia, apenas 26,2% dos peões eram ocupados em desmatamento ou reflorestamento. [...] Ambas as atividades dizem respeito à *formação da fazenda*, isto é, à transformação da natureza bruta em base de um empreendimento econômico lucrativo, processo que na indústria nem é tão dramático, nem tão demorado, nem tão extenso (MARTINS, 2009, p. 81).

Além do caso referido por este autor, no Brasil os Estados do Nordeste também constituíram exemplos de devastação ambiental em proveito do processo do capital. Neste sentido, Haiti e Brasil se aproximam. Gorender também afirma que similaridades estão nos regimes escravistas que vigoraram nestes dois países, pois o “de São Domingos se identificava, sob muitos aspectos, com o brasileiro.” (2004, p. 297). As semelhanças ainda existem e estão hoje, por exemplo, no âmbito cultural como referido pelo Embaixador do

Brasil no Haiti, Fernando Vidal¹³⁵, e por Patriota (2010), que, por sua vez, acrescenta a afinidade étnica entre as duas sociedades¹³⁶.

Na administração/exploração de *Saint-Domingue*, os franceses seguiram uma prática que os espanhóis já tinham começado na *Hispaniola*, pois Fouchard (*Apud* SEGUY, 2014, p. 134) lembra que em 1499, sete anos após a suposta descoberta da América pelos espanhóis, já havia registro da presença de “africanos escravizados” na ilha do Ayiti. Como bem destacado por Cotinguiba,

A partir desse momento [1697], sob o comando francês, por meio da exploração da força de trabalho escrava de centenas de milhares de seres humanos sequestrados no continente africano, essa parte da ilha se tornou a mais produtiva das colônias francesas no século XVIII, sendo chamada de —a Pérola das Antilhas (2014, p. 72).

A imigração forçada de africanos negros, escravizados em *Saint-Domingue*, teve seus momentos de maior intensidade. Trata-se notadamente da segunda metade do século XVIII, como indica Seguy (2014) ao se referir às “estimativas de Moreau de Saint-Méry [segundo as quais], em 1790, dois terços da população de São Domingos teriam nascidos na África” (SEGUY, 2014, p. 135. Grifo nosso). Ele destaca ainda este fato, citando C.L. R. James para quem

Nunca fora visto um período comparativamente tão deslumbrante quanto os últimos anos de São Domingos antes da Revolução. Entre 1783 e 1789 a produção havia duplicado. Entre 1764 e 1771 a média das importações de escravos oscila entre 10 000 e 15 000 por ano. Em 1786, importou-se 27 000, e a partir de 1787 a colônia absorvia mais de 40 000 cada ano (C.L. R. James, *apud* SEGUY, 2014, p. 135).¹³⁷

¹³⁵ Fonte: *LE NOUVELLISTE*: Le Brésil, bras ouverts, attend tous les haitiens. Publicado em: 07/10/2015. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/150801/Le-Bresil-bras-ouverts-attend-tous-les-Haitiens>>. Acesso em 05/11/2015.

¹³⁶ “Menos conhecida do que o entusiasmo haitiano pelo futebol brasileiro é a circunstância histórica de que o Brasil e o Haiti compartilham numerosos descendentes de escravos oriundos do antigo Daomé, atual Benin: daí, por exemplo, as semelhanças entre os ritos do candomblé brasileiro e do vodu haitiano.” (PATRIOTA, 2010, p. 71).

¹³⁷ Mais dados a respeito da presença e do trabalho de africanos escravizados são fornecidos mediante a referência ao trabalho de Pean (*Apud* SEGUY, 2014, p. 135-136) no qual se aprende que “O tráfico negreiro prosperava e de acordo com um censo realizado em 1789, foram tabelados cerca de 500 000 cativos escravizados, produzindo açúcar, café, algodão e índigo. Esse meio-milhão de cativos escravizados, com 30 000 brancos e 27 000 alforriados, além da agricultura de víveres para o consumo cotidiano dos habitantes, mantinha 793 engenhos de açúcar, 3117 de café, 789 de algodão, 3115 de índigo, 54 de cacau, 182 cachaça, 370 fornos de cal etc. Esses produtos alimentavam províncias como Bordeaux, Nantes, Marseille, Havre, La Rochelle, Dunkerque, Saint Malo etc. cujos 1500 navios ancoravam regularmente nos portos de São Domingos. Assim, em 1789, São Domingos produzia 180 milhões de libras de mercadoria, muito mais que todas as colônias inglesas e espanholas das Antilhas, as quais, juntas, produziam por 117 milhões de libras”.

Sobre a denominação de Saint-Domingue como “Pérola das Antilhas”, Seguy (2014) afirma que “Quando o Haiti recebeu o nome [...], não se tratava de fruto de uma imaginação literária prolífica. Esses louros, o Haiti os conquistou como reconhecimento do volume excepcional de riquezas que a França havia extraído ali” (SEGUY, 2014, p. 36). Este “volume excepcional de riquezas” transferidas também implica num grau excepcional de exploração de trabalho de africanos e de seus descendentes escravizados, sendo estes herdeiros apenas de uma terra destruída (JOACHIM *apud* SEGUY, 2014). Esta superexploração combinada com desumanizações do sistema colonial francês na América já ocorria no século XVII.

Em *Le Code Noir/O Código Negro* (2011)¹³⁸, um documento aparentemente preocupado em melhorar as condições de vida dos africanos e descendentes escravizados, a equiparação destes escravizados na América “francesa” com a mercadoria (Art. 7) é um exemplo de desumanização, apesar da obrigação de “batizá-los e instruí-los na religião católica, apostólica e romana (Art. 2)” então percebida como uma forma de “humanização”. Este documento, de uma aparência humanitária, revela paradoxalmente os excessos que os então escravizados sofriam e tinha como objetivo a manutenção da escravização dos africanos de origem - ou de nascimento transportados contra sua vontade para estas ilhas - e sua submissão eterna aos seus violadores, inclusive depois de “livres”. *Le Code noir* (2011) não tinha como preocupação atacar a raiz do problema, isto é, tratar da abolição e do respeito pela humanidade dos desumanizados pelos carrascos brancos. É essa desumanização, anterior, mas que perpassa este Código Negro, que levou, no caso de Saint-Domingue, às revoltas que começam sessenta anos depois. Scaramal (*apud* COTINGUIBA, 2014, p. 75), afirma que “[...] ‘a primeira notícia de escravos insurretos ocorreu no ano de 1740’, o que indica que Mackandal¹³⁹ é o primeiro a captar algo que já se encontrava em curso e agiu de forma mais organizada ou eficaz na empreitada contra os brancos”. Entretanto, a mais emblemática insurreição de escravizados afrodescendentes e africanos que o mundo conheceu, a Revolução

¹³⁸ Esta edição eletrônica de Jean-Marie Tremblay está disponível em: <<http://classiques.ugac.ca/>>. Acesso em 03/08/2015.

¹³⁹ “Mackandal era um *marrom*, o escravo que ganhou a sua liberdade pela fuga e tornou uma lenda na ilha como realizador de incríveis façanhas. Orador sem igual, organizou os *marrons* em torno do vodu e, como profeta, prenunciou a libertação de seus irmãos. Mesmo tendo sido traído e entregue aos seus algozes, que o queimaram vivo numa praça pública de *Cap-Haïtienne*, em 1758, imortalizou-se no imaginário social” (COTINGUIBA, 2014, p. 76).

Haitiana, começou em 1791, levando à conquista da independência do Haiti em janeiro de 1804.

J. J. Virey¹⁴⁰, citado por A. F. Nogueira (1880), afirma, justamente na época da Revolução Haitiana, que “Fracas, astuciosas e cobardes as castas negras curvam a fronte servil sob o jugo de bronze imposto por o resto dos homens mais civilizados, que as oprimem com audácia [...]” (VIREY *apud* NOGUEIRA, 1880, p. 16). Entretanto, Nogueira (1880) enfatiza em seguida dizendo:

Note-se que Virey escrevia aquelas ácerca da submissão ignobil dos Negros para com seus opressores quando a **França organisava um exercito de nada menos de 20.000 homens**, á testa da qual colocava um **general como Leclerc**, para **combater os Negros do Haiti**, que se tinham revoltado contra a tyrania dos Brancos, e por sinal esse exercito havia de regressar á França **trez anos depois** tendo perdido o seu general, e muitos dos seus soldados, e sem poder submeter aquelles “homens sem coragem”, e [como sugerido por Virey,] incapazes de qualquer resolução generosa (NOGUEIRA, 1880, p. 17. Grifo nosso).

Antes mesmo desta memorável vitória de escravizados negros contra um exército de referência da época havia uma configuração social estabelecida. Cotinguiba (2014, p. 75) apresenta uma divisão da sociedade em “classes” feita por Scaramal e determinada fundamentalmente pela raça no Haiti Pré-revolução. Segue a “pirâmide social [...] organizada hierarquicamente, de cima para baixo”.

Affranchis
Grands blancs
Petits blancs
Mulâtres
Sang-malés
Marrons
*Escravos negros*¹⁴¹

¹⁴⁰ Em *Histoire naturelle du genre humain*. Paris AN. IX.

¹⁴¹ Com base em Scaramal (2006), Cotinguiba (2014) apresenta o grupo dos “*grands blancs* ‘formado por grandes fazendeiros, burocratas coloniais e profissionais liberais’ [...] os *petits blancs*, formado por ‘pequenos lojistas e artesãos’ (p. 21). Os *grands blancs* formavam, em 1789, um contingente de trinta mil pessoas e se esforçavam para reproduzir o *glamour* de Paris com leituras de filósofos do Iluminismo e o estabelecimento de lojas maçônicas. Acima desses dois segmentos havia os *affranchis*, burocratas ligados diretamente aos representantes reais, o governador e o intendente. Os dois primeiros inclinavam-se para a Independência, enquanto os *affranchis* não comungavam da mesma ideia. Logo abaixo na hierarquia racial estava outro contingente de cerca de trinta mil pessoas, os *mulâtres* e os *sang-malés* (libertos), frutos das relações sexuais entre brancos e negras. Aos *mulâtres* era concedido o direito de possuir escravos e em contrapartida a obrigação de compor a ‘milícia encarregada de perseguir os negros fugitivos, denominados *marrons*’ (SCARAMAL, 2006, p. 22). Os *mulâtres* eram abertamente discriminados, não tinham direitos civis e estavam vedados do ofício de médico ou advogado, além de não poderem concorrer aos cargos estatais. A partir de 1777, foram proibidos,

Embora entendamos que uma divisão social baseada em última instância na cor da pele não tenha ocorrido somente no Haiti, é cabível qualificar este país, pelo que os franceses lá fizeram, de verdadeiro laboratório do racismo, ou melhor, da negrofobia conjugada à exploração sem escrúpulos e desumanizante de todos os explorados naquele processo. Um olhar em sentido inverso mostra por sua vez que a importância produtiva em termos econômicos era praticamente exclusividade dos “Escravos negros”.

A Revolução Haitiana era conduzida por estes escravizados: africanos e seus descendentes em *Saint Domingue* (COTINGUIBA, 2014; HANDERSON, 2015; SEGUY, 2014). A religião vodu teve um papel fundamental neste processo de resistência. É o que mostram Cotinguiba (2014), Handerson (2015) e outras fontes¹⁴². De acordo com Cotinguiba (2014, p. 77):

Tendo se tornado em *Saint Domingue*, um *marrom*, [Dutty] Boukman soube captar o momento e converter em favor de seus companheiros de condição social. Unificou os *loas* – espíritos – de diferentes cultos em um único panteão e de acordo com a história e a tradição oral, na noite de 14 de agosto de 1791, como *houngan* – sacerdote vodu –, juntamente com uma *mambó* – sacerdotisa vodu – realizou um ritual em *Bwa Kayiman* e selou um juramento com seus companheiros de eliminar os brancos e promover a libertação do povo. A partir desse momento, desencadeou o processo revolucionário com a queimada dos canaviais, destruição dos engenhos e retaliação sobre os *blancs*.

É certamente a este momento que Seguy, inspirando-se do trabalho de Buck-Morss, se refere quando fala de “o primeiro congresso político emancipador” na véspera do começo da Revolução Haitiana, dizendo que:

Na noite de 14 de agosto de 1791, os marrons e os escravizados das *plantations* organizaram o primeiro congresso político emancipador no qual foi tomada a decisão do levante geral contra a escravização. Com o grito de “*Liberté ou la mort!*” (Liberdade ou morte), eles deram início, na noite do dia 21 de agosto, a uma série de lutas que levou a metrópole francesa a reconhecer, por decreto, dois anos mais tarde, a alforria geral que os escravizados, de fato, já haviam conquistado por iniciativa própria (SEGUY, 2014, p. 142).

Boukman foi assassinado em 1791, mas este fato não colocou, no entanto, um fim à Revolução. Outros assumiram o compromisso de libertar os escravizados e fazer do Haiti um território de liberdade para todos. Dentre estes se destacam Toussaint Louverture, Henri

assim como seus filhos, de entrarem na metrópole. Essa declarada restrição contribuiu para acirrar o ódio em relação aos *blancs*.” (COTINGUIBA, 2014, p. 74-75).

¹⁴² *The power of Voodoo*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ndwrJ7RYtnU>>. Acesso em: 10/11/2016; Kiskeya, *l'île mystérieuse* - Max Beauvoir. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TknkuDoN568>>. Acesso em: 10/11/2016

Christophe, Jean Jacques Dessalines (COTINGUIBA, 2014, p. 77), sempre lembrados quando se conta a história da atual República do Haiti. Treze anos depois do início da Revolução Haitiana (1791), a independência do Haiti (1804) foi conquistada contra a vontade da França, então temida pela sua força militar.

Na história do Haiti que antecede sua independência política, a imigração, tanto de europeus, num primeiro momento, expropriadores da riqueza e do trabalho dos povos indígenas e, posteriormente, do trabalho intensivo dos africanos escravizados depois de um processo de mudança compulsório de um continente para outro, fez desta parte da Ilha do Ayiti, que se tornou Saint Domingue antes de ser República do Haiti, uma terra de imigração intensiva. Aliás, esta intensidade, sobretudo na segunda metade do século XVIII, corresponde à época em que se registrou a presença de trabalhadores dominicanos no Norte do Haiti, como assinalado por Handerson (2015).

Após a conquista da independência, o Haiti acolheu também, em proporções menores, pessoas vindo de outros territórios, em certos casos, buscar a liberdade. Foi o caso dos libaneses¹⁴³ ou de negros estadunidenses¹⁴⁴.

Em suma, o Haiti já foi e ainda é uma terra acolhedora de imigrantes¹⁴⁵, embora hoje se fale bem mais do Haiti como país de emigração do que de imigração, um país em que a emigração faz parte do imaginário social, um país em que fazer parte da diáspora tem um valor simbólico, um prestígio social, como o mostra Handerson (2015).

¹⁴³ *L'implantation de la communauté arabe en Haïti vue par Jean-Henri Céant*. Publicado em: 04/02/2014. Disponível em: <<http://mediamosaique.com/General/2014-02-04-21-19-34.html>> Acesso em: 17/12/2015, e *Les Arabes Haïtiens*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vm8M8_o9NJ0>. Acesso em: 08/10/2015.

¹⁴⁴ “Vale salientar que no século XIX, após a independência do Haiti, houve um processo de imigração no país de pessoas de diversas nacionalidades, particularmente os afro-americanos que se mudaram dos Estados Unidos para o Haiti sob o Presidente Jean Pierre Boyer” (HANDERSON, 2015, p. 68).

¹⁴⁵ Que se trate de elementos da MINUSTAH, dos componentes de outras intervenções militares anteriores, dos atuais trabalhadores de ONGs, não tratados como trabalhadores imigrantes no Haiti, mas sim como “expatriados” – como critica Seguy (2014) - ou mesmo de profissionais da religião vindo de outras partes do mundo e de empresas estrangeiras instaladas em solo haitiano, entendemos que estes trabalhadores e empresas vivem uma experiência migratória naquele país onde são bem recebidos e valorizados. A maioria deles é temporária. Mas a respeito dos temporários Ravenstein diz: “Os migrantes *temporários* constituem o elemento ‘população flutuante’, que existe em grandes cidades de composição complexa, mas cuja presença é sentida preponderantemente nas nossas instalações navais e militares, estações d’água e de tratamento, cidades universitárias e locais onde existem internatos escolares. Aspecto especial concernente aos residentes estrangeiros temporários é o de que muitos migram por obrigação e não por vocação” (RAVENSTEIN, 1980, p. 46).

2.2 Haiti: história e emigração

Moraes *et al.* (2013) apontam que além de mostrar a importância de se considerar “os fatores repulsivos e atrativos” ligados à migração, Germani defende que ao analisar este fenômeno, “A pesquisa precisa avaliar, também, as demais condições sociais, culturais e subjetivas presentes tanto no país de origem quanto no de destino, ou seja, em todo o sistema.” (GERMANI *apud* MORAES *et al.* 2013, p. 96).

Neste sentido, cabe referir-se à teoria migratória que aponta que a colonização tem um impacto sobre a emigração – vista por outro lado como imigração. Há vários exemplos na história mundial dos últimos 220 anos que o provam¹⁴⁶. No caso da emigração haitiana, estudos apontam que a França, última ex-colonizadora¹⁴⁷ do Haiti que conhecemos hoje, foi o primeiro destino de quem emigrava de *Saint Domingue*. Em sua tese, Handerson (2015) deixou claro que:

Os principais estudos sobre a história da emigração haitiana, geralmente não dão ênfase aos descendentes dos *affranchis* (ex-escravizados) e aos *mûlatres* (mulatos) considerados como parte da elite e proprietários de terras, que mandavam seus filhos, desde o final do século XVIII, e também, posteriormente, no século XIX, após a Independência do Haiti, para realizar seus estudos na França. Foram inúmeros escritores, advogados e médicos haitianos formados na França (HANDERSON, 2015, p. 67-8)¹⁴⁸.

¹⁴⁶ A propósito desta relação, remetemos aos exemplos citados por Duroux (2011, p. 1067) no capítulo anterior, e à defesa do Museu da Imigração do Estado de São Paulo (MI) quando afirma em painéis visitados em 03/12/2015, que “Países que já foram polos de emigração hoje são procurados como pontos de chegada, principalmente por parte de contingentes populacionais oriundos das ex-colônias – é o que ocorre por exemplo, na Inglaterra, França, Itália, em Portugal ou na Espanha” (MI), lembrando, no entanto, que embora ainda seja uma explicação válida, hoje fluxos migratórios destinados a localidades fora do âmbito colonial tradicional ocorrem e são complexos. Podemos citar o caso dos haitianos e dos senegaleses no Brasil, nos últimos anos. Além destes fluxos, outros saindo de algum país europeu existem nos últimos anos. É o caso dos espanhóis, dos quais dois milhões pessoas saíram do país entre 1960 e 1974 para residir em outro da Europa, cujo país voltou a registrar presenças significativas de sua população na Argentina (404.111), na França (215.183) e no Brasil (117.523) em janeiro de 2014 (PINTO, 2014, p. 104,105).

¹⁴⁷ Lembremos que antes da colonização francesa, toda a ilha do Ayiti foi colonizada pela Espanha, mas foi dividida em 1697 em dois Estados: República do Haiti e República Dominicana.

¹⁴⁸ Handerson (2015) detalha que: “Boa parte dos mulatos que iam estudar na França quando voltavam à colônia se engajava no processo da Revolução Haitiana, como Vincent Ogé e Jean-Baptiste Chavannes. [...] [Ainda disse que] Segundo Anténor Firmin (1885, p. 112-113), ‘No Haiti, encontramos mais de vinte mulatos, doutores em medicina da faculdade de Paris’. Jean Casimir (2009) faz um mapeamento e mostra, do século XIX à primeira metade do século XX, mais de 18 intelectuais haitianos com algum cargo político no Haiti, que também estudaram na França, dentre eles, Anténor Firmin (1850-1911), Louis-Joseph Janvier (1855-1911)” (HANDERSON, 2015, p. 68. Grifo nosso). Pode-se perceber que a proibição de *mulâtres* alcançarem a metrópole, à qual Cotinguiba (2015) se referiu, não teria sido válida para o século XIX, como indica Handerson (2015).

A emigração haitiana estaria inicialmente relacionada à formação acadêmica e se referia à saída de mulatos para este fim na metrópole, a França (MOÏSE, LOGAN *apud* HANDERSON, 2015, p. 68; FOUCHARD *apud* SEGUY, 2014, p. 140-141). Mas este processo vai se complexificar no decorrer do século XX. O trabalho entrou como mais um motivo da emigração e novos Estados passaram a acolher migrantes haitianos com o passar do tempo. Trata-se notadamente da República Dominicana, de Cuba, dos Estados Unidos, do Canadá, para citar apenas estes.

Os dois primeiros receberam a primeira emigração haitiana em números expressivos, para a época, no início do século XX. Os migrantes eram uma mão-de-obra que buscava trabalho em empresas de propriedade estadunidense (SCARAMAL, 2006; HANDERSON, 2015). Scaramal acrescenta que nesses primeiros anos do século passado “[...] tanto as Bahamas quanto as Ilhas Turks e Caicos também receberam vários contingentes de migrantes haitianos, com reincidência de fluxos nas décadas de 1970 e 1990.” (SCARAMAL, 2006, p. 96). Ainda de acordo com esta autora, as Guianas e a Venezuela também registraram a presença de haitianos “nas últimas décadas do século XX” (SCARAMAL, 2006, p. 96).¹⁴⁹ A Tabela 2 a seguir mostra que entre as décadas de 1960 e 1990 diversos países da América registraram a presença de haitianos, dentre eles o Brasil.

Tabela 2 - IMILA: Migración internacional absoluta de los países de América Latina
Población Nacida en América Latina Y EL Caribe Censada en Países Distintos al de su Nacimiento

País de presencia			País de nacimiento							
País	Tabulaciones	Año	Total	Argentina	Bolivia	Brasil	Cuba	Chile	Haiti	Paraguay
Argentina	(IMILA)	1960	2.540226	-	88.830	48.195	2.400	116.840	30	153.844
	(IMILA)	1970	2.193330	-	101.000	48.600	*	142.150	*	230.050
	(IMILA)	1980	1.857703	-	115.616	42.134	*	207.176	*	259.449
Bolivia	(IMILA)	1976	58.070	14.669	-	8.492	23	7.508	16	972
	(Censo)	1992	66.935	*	*	*	*	*	*	*
Brasil	(Censo)	1970	1.229128	17.213	10.712	-	470	1.900	90	20.025
	(IMILA)	1980	1.110910	26.633	12.980	-	574	17.830	127	17.560
Canadá	(IMILA)	1971	*	3.145	*	3.225	1.455	*	4.260	*
	(IMILA)	1981	3.843325	7.210	780	4.265	1.200	15.260	26.755	2.910
Cuba	(Censo)	1970	130.244	354	105	*	-	*	22.579	*
	(Censo)	1980	*	*	*	*	*	*	*	**
Chile	(IMILA)	1970	88.881	13.270	7.563	930	245	-	52	290
	(IMILA)	1982	84.345	19.733	6.298	2.076	179	-	36	284
Ecuador	(IMILA)	1982	75.404	1.691	381	726	335	5.747	22	85
	(Censo)	1990	78.171	*	*	*	*	*	*	*
Estados Unidos	(IMILA)	1970	9.619302	44.803	6.872	27.069	439.048	15.393	28.026	1.792
	(Bureau)	1980	14.080100	68.887	14.468	40.919	607.814	35.127	92.395	2.858
	(Censo)	1990	19.767316	92.653	31.303	82.489	736.971	55.681	225.393	6.057
Haiti	(IMILA)	1971	6000	9	4	11	1.150	12	7 [-]	10
	(Censo)	1982	*	*	*	*	*	*	* [-]	*
Peru	(Censo)	1972	67.186	4.286	4.115	3.077	310	7.525	*	*
	(IMILA)	1981	66.925	5.025	3.210	2.926	876	5.976	*	*

¹⁴⁹ Esta autora lembra, no entanto, que “É importante ter em conta que todos estes países se recusaram a receber os imigrantes haitianos em razão do fenômeno de rejeição [...]” (SCARAMAL, 2006, p. 96).

Continuação

País de presencia			País de nacimiento							
País	Tabula- ciones	Año	Total	Argen- tina	Bolivia	Brasil	Cuba	Chile	Haiti	Paraguay
República Dominicana	(IMILA) (Censo)	1970 1981	32.419 *	213 *	21 *	56 *	949 *	47 *	19.065 *	4 *
Paraguay	(IMILA) (IMILA)	1972 1982	79.686 169.140	27.389 43.670	364 500	34.276 98.730	* *	359 1.560	* *	- -

* No se dispone de información en CELADE

Fonte: VILLA (1996, p. 117-122. Grifo nosso).

Os primeiros países com maiores números de haitianos na época - observadas as lacunas que esta tabela apresenta - foram respectivamente Estados Unidos, Canadá, Cuba e República Dominicana. De 28.026 haitianos nascidos no Haiti e recenseados em 1970 nos Estados Unidos, passou-se para 92.395 em 1980. Dez anos mais tarde, este número atingiu os 225.393 cidadãos haitianos neste país. Neste sentido, pode se entender a afirmação de que “Os Estados Unidos passaram a receber um contingente massivo de migrantes haitianos a partir da década de 1980” (SCARAMAL, 2006, p. 96).

No que se refere ao Canadá, este recenseou respectivamente 4.260 haitianos em 1971. O número de haitianos passou para 26.755 dez anos mais tarde (*Tabela 2*). Em 2001, havia “um pouco mais de 82.000 pessoas de origem haitiana vivendo no Canadá. [...] 90% [delas] residiam em Quebec. Na realidade, a esmagadora maioria de todos os haitianos no Canadá (83%) viviam em Montreal” (STATISTIQUE CANADA, 2007, p. 7. Grifo nosso)¹⁵⁰. Países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Equador registraram na altura números inexpressivos de haitianos em seus territórios.

¹⁵⁰ “A maioria da população haitiana no Canadá nasceu fora deste país. Dentre os haitianos que viviam no Canadá em 2001, 57% não nasceram no país. Isso se compara aos 18% da população total que nasceu no estrangeiro. Além disso, a maioria dos imigrantes de origem haitianos que viviam no Canadá chegou no país nas últimas três décadas. Dentre os haitianos nascidos no estrangeiro e residentes no Canadá em 2001, 33% chegaram no país na década anterior, enquanto 30% imigraram durante os anos 1980, e outros 33% chegaram no Canadá entre 1971 e 1981. No entanto, apenas 5% dos canadenses de origem haitiana vieram para o Canadá antes de 1971” (STATISTIQUE CANADA, 2007, p. 10. Tradução nossa). Segundo o COMITÉ INTER-AGENCES FEMMES ET DÉVELOPPEMENT SYSTEME DES NATIONS UNIES, “no início dos anos 80, diversas fontes estimavam em mais de 22.000 os migrantes haitianos instalados nas Antilhas francesas. Para o mesmo período, se estimava o número deles em 10.000 na região parisiense, em 30.000 no Canadá, em 400.000 na República Dominicana e em 500.000 nos Estados Unidos” (1991, 48-49). Handerson escreve que “De acordo com os dados do Congresso Mundial Haitiano (CMH) do ano de 2005, em Nova York (incluindo Nova Jersey) são estimados em 1 milhão; em Miami, 750.000; em Boston, Chicago e Los Angeles, 150.000; no Canadá, 120.000; na França, 100 mil, incluindo os Departamentos Ultramar, na República Dominicana, 750.000; em Cuba, 400.000 e nos demais países da América Latina, 75.000, além daqueles instalados na África e na Ásia (Cahier nº 1, p. 16. janeiro 2005. Montreal)” (HANDERSON, 2015, p. 40-41).

Para melhor compreender a emigração haitiana, é preciso se referir ao período pós-independência, isto é, de 1804 aos dias atuais¹⁵¹. Para isso consideramos particularmente as dimensões política, econômica, geográfica e histórica nas quais o país estava imerso e aquelas em que está mergulhado hoje. Moraes [*et al.*] assinalam que:

A recente crise generalizada que se instalou na primeira república negra do mundo não pode ser entendida de forma pontual e simplória. É necessário compreender sua história, marcada por intervenções, regimes ditatoriais, corrupção e desastres ambientais, originando a atual realidade socioeconômica e política do Haiti. (MORAES [*et al.*], 2013, p. 97).

A configuração da sociedade haitiana depois da conquista da independência política¹⁵² foi marcada pela herança da época colonial. Seguy (2014), Handerson (2015) e Cotinguiba (2014) falam de uma sociedade haitiana cuja divisão em “classe” estava estritamente entrelaçada com - e baseada em - uma divisão “racial”. O estudo de Seguy (2014) aludiu à política de “dividir para reinar” secretamente ditada desde Paris¹⁵³, minimizando os riscos dos brancos terem seus próprios privilégios arrancados, sobretudo, pelos pretos.¹⁵⁴

Embora tenha havido uma junção entre negros e mulatos durante a Revolução Haitiana, os interesses dos dois grupos divergiam. A propósito, o sociólogo Seguy enfatizou que: “A verdade é que a necessidade de se juntar para combater o inimigo comum, a metrópole francesa, apenas colocou entre parênteses o antagonismo contido nas frações geradas dentro da ordem colonial” (SEGUY, 2014, p. 143). Assim, ele disse que a

Constituição de 1801 deixa à mostra que, entre outros pontos, Louverture¹⁵⁵ procurava 1- consagrar a liberdade e abolir a escravidão (art. 3, 4, 5); 2- organizar a justiça (art. 12, 42, 43, 63, 64, 65, 66 e 75); 3- outorgar o direito individual à

¹⁵¹ Não se pretende esgotar a emigração haitiana durante este período. Destacamos apenas alguns dos momentos mais relevantes para sua compreensão.

¹⁵² “A princípio, a ex-colônia francesa enfrentou treze anos de lutas sangrentas para conseguir sua independência em 1804 [...]” (MORAES *et al.* 2013, p. 97).

¹⁵³ Seguy (2014) parte de Fouchard para dizer que “O motivo oculto desta política se situava no medo de legalizar a superioridade numérica dos Negros sobre os Mulatos dentro do grupo de alforriados (pretos e mestiços). Respondia à necessidade de fracionar o grupo dos alforriados, ao criar uma categoria de alforriados legais e outra de ‘*alforriados que não são*’ (libertos sem título), pretos na sua esmagadora maioria, ou seja a base real, mas desconhecida, do grupo juridicamente livre.” (SEGUY, 2014, p. 140. Grifo do autor).

¹⁵⁴ A dificuldade do Haiti se constituir, 200 anos depois de sua independência, como nação, seja internamente seja no cenário internacional tem a ver com esta herança e levaria Wargny a intitular de forma provocadora uma obra: *Haiti n'existe pas*.

¹⁵⁵ O então governador do território.

propriedade privada (art. 13)... Mas não pretendia ir além do jurídico (SEGUY, 2014, p. 143-144).

Após a independência nacional do Haiti, os mulatos queriam preservar seus privilégios. O que expôs a divergência entre ambos os grupos levando ao assassinato do primeiro chefe de Estado, Jean Jacques Dessalines, em 1806, que queria democratizar o acesso à terra (SEGUY, 2014). Pode-se dizer que este foi um marco na histórica instabilidade política haitiana. Esta instabilidade política conheceu algumas tréguas ao longo dos últimos duzentos e doze anos.

A inicial instabilidade política haitiana estava, por um lado, nitidamente ligada a uma herança colonial e às providências constitucionais tomadas pelo *Empire d'Haiti*¹⁵⁶/Império do Haiti para apagar alguns dos seus legados negativos, mas por outro, a causas externas relacionadas ao projeto de recolonização do Haiti pela França. Depois deste assassinato, o Haiti, que chegou a experimentar a divisão do seu território em duas partes e uma reunificação¹⁵⁷, passou a registrar, ao longo dos dois últimos séculos, uma sucessão de presidentes, ora não eleitos, ora eleitos, com mandatos de duração muito variada. Esta variação é devida a vários motivos, dentre os quais, assassinatos, golpes de Estado, morte natural, pressão popular, conflitos com a oposição, retirada após o mandato, alteração legal da duração do mandato. O que faz com que em pouco mais de cem anos (1804-1908), a República do Haiti teve 19 presidentes. Uma média de um (1) presidente a quase cada cinco anos e meio (5,5)¹⁵⁸. Entre dezembro de 1908 e abril de 2016, 31 cidadãos haitianos se

¹⁵⁶ O Artigo 12 da Declaração Preliminar da Constituição de 1805 do Império do Haiti, que proibia os brancos, “seja qual for sua nação, a pisar o território haitiano na condição de dirigente (maître) ou de proprietário”, parece dirigir-se particularmente aos franceses. É importante destacar que os alemães e poloneses constituem uma exceção a esta determinação legal (Artigo 13 da mesma Declaração da Constituição de 1805). De forma explícita, nas disposições gerais desta constituição, o Artigo 12 disse: “Qualquer propriedade que até então pertencia a um branco francês é incontestavelmente tomado por direito para e pelo Estado”. Fonte: HAITI-REFERENCE. Disponível em: <<http://haiti-reference.com/pages/plan/histoire-et-societe/documents-historiques/constitutions/constitution-imperiale-1805/>>. Acesso em: 03/04/2016.

¹⁵⁷ “A morte trágica de Dessalines levou o país a se dividir: o norte passou a ser dirigido por Henri Christophe e o oeste e o sul, dirigidos por Alexandre Pétion. Esta cisão ocasionou uma série de guerras civis. Depois de uma década, Pétion faleceu devido a uma epidemia de febre. Jean Pierre Boyer assumiu o poder e conseguiu reunificar o Haiti com a morte de Henri Christophe em 1820” (WAINWRIGHT *apud* BAPTISTE, 2015, p. 12).

¹⁵⁸ Mas foi em **1913** que “**Michel Oreste, o primeiro civil** a ocupar o cargo de chefe de Estado desde a independência” conseguiu alcançar um nível tão alto na política haitiana. Tal como outros governantes, foi derrubado pelo “grupo de camponeses então convertidos em ‘*tombeurs de gouvernement*/derrubadores de governo’.” (HAITI-REFERENCE. Tradução nossa. Grifo nosso). Segundo a mesma fonte, na condição de “Presidente provisória do Haiti de **14 março de 1990 a 07 de fevereiro de 1991**, “**Ertha Pascal-Trouillot** foi a **primeira mulher haitiana na direção do poder executivo** no Haiti” (Tradução nossa. Grifo nosso). Disponível em: <<http://haiti-reference.com/pages/>>. Acesso em: 04/04/2016.

tornaram presidentes da República do Haiti. Uma média de um (1) presidente a cada três anos e meio (3,5). Tal como no primeiro “centenário”, a instabilidade política caracterizou vários momentos dos últimos 108 anos da história política do Haiti (HAITI-REFERENCE).

Este contexto de longa crise política cujas causas nunca foram somente domésticas tem um impacto sobre a economia, as questões sociais do país, a cultura. É desafiador pensar num desenvolvimento econômico e social num contexto de instabilidade política que se prolonga, apesar de algumas tréguas, até os dias atuais. Por um lado, intervenções militares externas foram realizadas no Haiti e justificadas com base em algumas das diversas crises políticas que o país sofreu. É o caso da “ocupação norte-americana [que] durou quase 20 anos (1915-1934) e tinha como missão instaurar a estabilidade política.” (BAPTISTE, 2015, p. 14). Esta autora cita o historiador Cadet, que defende que:

‘os dezenove anos de ocupação constituíram um sistema de opressão e exploração bem organizado em favor dos investidores americanos’. Esse regime defendeu os interesses dos Estados Unidos, da burguesia política, dos grandes proprietários de terra, dos industriais e dos comerciantes [...]. Alguns projetos foram criados apenas para o enriquecimento dos banqueiros norte-americanos. Durante a ocupação, o Estado haitiano não alcançou a coesão social. As disparidades sociais seguiram crescentes; houve levantes camponeses; e a economia e a política não encontraram a estabilidade supostamente almejada pelos líderes da ocupação (CADET *apud* BAPTISTE, 2015, p. 14-15)¹⁵⁹

Por conta das presenças militares estrangeiras e, por que não dizer, controladoras, Thomaz (2010), afirma que “Não há nada neste país, pelo menos desde 1993, que seja feito independente da tutela das grandes organizações internacionais.” (THOMAZ, 2010, p. 24)¹⁶⁰. O que sugere que a autoridade destas organizações, que rima muitas vezes com mando das mesmas no Haiti, é mais do que simbólica.

¹⁵⁹ Esta intervenção não foi a única. Thomaz (2010) se refere à Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), dizendo que “Para a esmagadora maioria dos haitianos, não há nenhuma marca especial: se trata apenas de mais uma missão internacional, como outras que passaram por este país nos últimos dezessete anos.” (THOMAZ, 2010, p. 24). De acordo com a ONU, as Missões da Nações Unidas concluídas no Haiti são: a *United Nations Mission In Haiti* – **UNMIH**, de setembro de 1993 a junho de 1996, substituída pela *United Nations Support Mission in Haiti* – **UNSMIH**, de julho de 1996 a julho de 1997. Esta foi sucedida por outras operações: a *United Nations Transition Mission in Haiti* – **UNTMIH**, de agosto a novembro de 1997 e a *United Nations Civilian Police Mission in Haiti* – **MIPONUH**, de dezembro de 1997 a março de 2000. Fonte: ONU. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unmihbackgr1.html>>. Acesso em: 25/04/2016.

¹⁶⁰ No tocante ao pós-terremoto de 2010, as observações de Thomas (2010) são reforçadas por PECK (2012) em *Assistance mortelle* em que o lugar marginal do Estado haitiano no processo da suposta “reconstrução” do Haiti é evidenciado.

As intervenções militares na década de 1990 no Haiti ocorreram imediatamente depois de dois fatos relevantes: um deles foi o longo período ditatorial dos Duvalier¹⁶¹, que, segundo Moraes *et al.* (2013), recebeu apoio dos Estados Unidos, durante o qual Direitos Humanos foram violados e milhares de haitianos emigraram; o outro fato é o período de notável instabilidade política no fim dos anos 1980 e início do decênio de 1990.

No que tange às referidas ditaduras, Moraes *et al.* (2013) afirmam que aquele período “foi marcado pelo totalitarismo e pelo terror policial dos *tontons macoutes* (bichos-papões) – a guarda pessoal do governo. Essa exterminou a oposição, explorou a crença da população no vodu e perseguiu a Igreja Católica.” (MORAES *et al.*, 2013, p. 98). Os estudos de Scaramal (2006) e Handerson (2015), mostraram que períodos de relativa “estabilidade política”, com governos ditatoriais como estes no Haiti foram marcados por saídas expressivas de haitianos do país.

Sobre o período que as sucedeu, isto é, entre 1987 e 1996 o maior mandato presidencial, de um total de oito (8), durou 18 meses, havendo dois (2) de cinco (5) meses e um (1) de quatro meses, como bem destacado por Baptiste (2015, p. 14). O que é bastante revelador do momento que o país estava vivendo. É neste intervalo - 30 de setembro de 1991- que Jean Bertrand Aristide sofreu um golpe de Estado poucos meses depois de sua eleição à Presidência da República do Haiti. Findo seu exílio de três anos, Aristide retornou ao Haiti e completou seu primeiro mandato entre 19 de outubro de 1994 e 7 de fevereiro de 1996, com o apoio de uma força militar exterior autorizada pela ONU e da Organização dos Estados Americanos - OEA (BAPTISTE, 2015; MORAES *et al.*, 2013). Após os 5 anos de mandato de Rene Préval – de 07/02/1996 a 07/02/2001 -, Jean Bertrand Aristide é eleito pela segunda vez presidente do Haiti (HAITI-REFERENCE). Moraes *et al.* (2013) sugerem que a pouca participação da população no processo eleitoral, uma alta abstenção, o boicote da oposição, as suspeitas de fraude nas eleições legislativas e as acusações de que ele teria tirado proveito desonestamente do governo de seu antecessor levariam a uma revolta que culminou na sua derrubada em 2004, com a ação conjunta dos Estados Unidos e da França que o retiraram, depois de ter sofrido pressão para renunciar em 2004 (MORAES *et al.*, 2013, p. 99).

¹⁶¹ Os Duvalier são o pai e “[...] médico François Duvalier, conhecido como *Papa Doc*” [no poder de 1957 a 1971] e seu filho, Jean-Claude Duvalier, o *Baby Doc*” [que o sucedeu e ficou no poder de 1971 a 1986] (MORAES *et al.*, 2013, p. 98. Grifo nosso).

Porém, *Haiti-Reference* indica que a imprensa internacional promoveu uma intensa campanha de difamação contra o presidente Aristide, a esperança das camadas menos privilegiadas da sociedade haitiana nos anos 1990, “que nunca foi realmente aceito pelos detentores do poder econômico, alguns membros do alto clero e da elite política, que aliás têm feito de tudo para minar seu governo” e forçado sua renúncia e saída do Haiti em 29 de fevereiro de 2004 (HAITI-REFERENCE. Tradução nossa).

É preciso ressaltar que de acordo com Moraes *et al.* (2013) aquele período de turbulência política provocou a migração de haitianos e mobilizou países como os EUA e a França. Nas suas palavras:

A França e os EUA, inditosos com a imigração generalizada de haitianos fugidos da guerra civil, alegavam que somente a renúncia de Aristide poderia conter a onda de violência, a crise na ilha e o iminente derrame de sangue na capital. Em 2004, dessa forma, em uma ação rápida, Aristide foi retirado à força do país por militares estadunidenses com apoio dos franceses e, segundo o ex-padre, ele teria sido obrigado a renunciar (MORAES *et al.*, 2013, p. 99).

A instabilidade política haitiana e seus corolários têm provocado no país e para fora dele deslocamentos de populações, e inclusive exílios, até mesmo entre aqueles que chegaram à Presidência da República do Haiti. Tais fatos não são muito raros na história do deste país¹⁶². Mas é justamente após a “saída precipitada”, de Jean Bertrand Aristide que seu sucessor, “nomeado presidente provisório em virtude do artigo 149 da Constituição de 1987”¹⁶³, **Alexandre Boniface**, “solicitou ajuda à ONU para contenção da crise. O Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU, atendendo ao pedido do mandatário interino, estabeleceu a Força Multinacional Interina – MIF [...]” (MORAES *et al.*, 2013, p. 99). Conforme a ONU

A MINUSTAH foi estabelecida em 1 de junho de 2004 pela resolução 1542 do Conselho de segurança. Esta missão da ONU sucedeu a uma força multinacional interina que foi autorizada pelo Conselho de segurança em fevereiro de 2004 depois

¹⁶² Alguns dos presidentes da República do Haiti que experimentaram o exílio são: Charles Rivière Héard (Presidente entre 31/12/1843 e 03/05/1844), Michel Domingue (Presidente entre 11/06/1874 e 15/04/1876), Lysius Félicité Salomon (Presidente entre 23/10/1879 e 10/08/1888), Nord Alexis (Presidente entre 21/12/1902 a 02/12/1908), Jean Bertrand Aristide, “primeiro presidente do Haiti a ser eleito democraticamente”, dirigiu de fato o país no seu primeiro mandato entre 07/02/1991 e 29/09/1991 (HAITI-REFERENCE). Disponível em: <<http://haiti-reference.com/pages/plan/histoire-et-societe/notables/chefs-detat/>>. Acesso em: 04/04/2016.

¹⁶³ Fonte: HAITI-REFERENCE. Disponível em: <<http://haiti-reference.com/pages/plan/histoire-et-societe/notables/chefs-detat/>>. Acesso em: 04/04/2016.

do exílio do presidente Aristide nos dias que seguiram um conflito armado que se espalhou por várias cidades do país (Tradução nossa).¹⁶⁴

No tocante à relação entre esta questão e a mobilidade da população em geral, é possível voltar ao período colonial haitiano, politicamente instável para a população negra no Haiti. O *marronage*¹⁶⁵ referido por Handerson (2015) permite perceber um princípio de migração interna de africanos e seus descendentes então escravizados em *Saint Domingue*.

Apesar deste registro e da referência àqueles mulatos que iam estudar na França na época colonial, é, de acordo com Handerson (2015), muito posteriormente que o Haiti registrou, num total de quatro, seu “primeiro grande fluxo de mobilidade de haitianos para o exterior”¹⁶⁶. A relação entre emigração haitiana e as dimensões política e econômica é bem

¹⁶⁴ Fonte: ONU. MINUSTAH. *Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haiti*. Disponível em: <<http://www.un.org/fr/peacekeeping/missions/minustah/>>. Acesso em: 28/04/2016.

¹⁶⁵ “*Marronnage* vem da palavra espanhola *cimarronada* e refere-se ao fenômeno iniciado no regime colonial quando os africanos e seus descendentes escravizados na Ilha São Domingo fugiam dos trabalhos forçados e das condições dramáticas impostas pelo sistema colonial (James, 2000; Handerson, 2010). Os fugitivos eram denominados de *marron*. Até os dias atuais no Haiti se usa a palavra *marron* para os haitianos que estão fugindo em escala regional ou (trans)nacional por alguma situação associada à política, ao jurídico, à feitiçaria do vodu, às brigas entre familiares e amigos. [...] A palavra *marronnage* está articulada à mobilidade das pessoas, isto é, o deslocamento de um lugar para outro e também associada à categoria prática de *diaspora*.” (HANDERSON, 2015, p. 67).

¹⁶⁶ Handerson (2015) defende que “[..], do início do século XX até os dias atuais, os processos de mobilidade internacional haitiana podem ser resumidos em quatro grandes fluxos em períodos diferentes.” (HANDERSON, 2015, p. 68). Em relação ao **primeiro fluxo**, disse que trata-se do “período no qual as forças armadas americanas ocuparam Haiti (1915-19[34]) e República Dominicana (1912-1924) simultaneamente. [Seguindo sua arguição, ressaltou que] Como desde o final do século XIX e o início do século XX, o crescimento das indústrias americanas de cana-de-açúcar no Caribe, particularmente em Cuba e na República Dominicana produziu uma escassez de mão de obra para trabalhar nas plantações de ambos os países, essa lacuna fora preenchida, em larga medida, pelos camponeses haitianos enquadrados em políticas específicas e temporárias: ‘de 30. 000 a 40. 000 haitianos, chamados braceros, migravam temporariamente todos os anos para Cuba, entre 1913 e 1931.’” (Wooding e Moseley-Williams, 2009, p. 36). Em 1928, legalmente foi proibido trazer mais trabalhadores haitianos para as plantações, mas continuaram chegando até 1961 à província de Oriente, em Cuba para trabalhar em plantações de café. Em 1944, eram estimados em mais de 80.000, a maioria deles originária do sul do país.” (HANDERSON, 2015, p. 69. Grifo nosso). O **Segundo fluxo** de emigração haitiana, que começa nos anos 30, começa a se consolidar nos anos 1950, antes de ter mais força a partir de 1964, está relacionado a uma maior *penetração* cultural estadunidense na sociedade haitiana. A obrigatoriedade do Inglês no “sistema educacional do país” durante o “Governo Élie Lescot (1941-1946)”, o envio dos filhos da elite para estudos nos Estados Unidos são alguns exemplos desta “penetração” que transforma os Estados Unidos em novo destino para emigrantes haitianos, inclusive aqueles que estava em Cuba e República Dominicana (HANDERSON, 2015, p. 70). “Em 1940, os haitianos eram aproximadamente 5.000, particularmente em Nova York” (ICART *apud* HANDERSON, 2015, p. 70). “Entre o ano da autoproclamação [de François Duvalier como ‘Presidente vitalício’] em 1964 até o ano da sua morte em 1971, os serviços de imigração estadunidense registraram 40.100 imigrantes e 100.000 não-imigrantes oriundos do Haiti (AUDEBERT *apud* HANDERSON, 2015, p. 70). É neste mesmo fluxo que aparece “um grande êxodo de haitianos para o Canadá, em particular para o Quebec fugindo da ditadura” (HANDERSON, 2015, p. 70). Uma extensão desta saída os teria levado inclusive para “países africanos francófonos, particularmente Senegal, Benin e República do Congo.” (HANDERSON, 2015, p. 71). De acordo com este autor “**Um terceiro fluxo** de mobilidade haitiana iniciou-se na primeira metade da década de 1990. No contexto do golpe de Estado e da deportação do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide,

evidente no caso do Haiti. O caso da ocupação militar do Haiti pelos Estados Unidos entre 1915 e 1934 e a emigração de haitianos para Cuba e República Dominicana é ilustrativo. Cabe lembrar que além de permitir a migração de trabalhadores haitianos para estes países vizinhos, esta ocupação ocorre durante a Primeira Guerra Mundial. A respeito, Handerson lembra que o Haiti representava “na época um lugar estratégico para evitar a instalação alemã na região, dada a forte presença econômica que a Alemanha tinha no país caribenho.” (HANDERSON, 2015, p. 69), o que reforça a afirmação de que “[...] entre 1915 a 1934, tropas dos Estados Unidos da América – EUA ocuparam o país com a alegação de garantir os interesses estadunidenses durante a Primeira Guerra Mundial.” (MORAES *et al.* 2013, p. 98). As intervenções que o país conheceu ao longo do último decênio do século XX e no primeiro do século XXI tinham cada uma sua missão¹⁶⁷. Cabe realçar que se nos tempos atuais as ocupações militares da ONU são comumente justificadas pelas instabilidades políticas, podendo em si significar a expressão ou memória viva de uma instabilidade da mesma natureza. Como um país, uma localidade ocupada militarmente por uma missão internacional de paz pode constituir uma lugar visto como politicamente estável? Não estaria esta presença militar reiterando a insegurança real ou suposta que paira naquele local?

aproximadamente 46.000 *boat people* foram interceptados em alto mar e conduzidos aos campos de detenção de Guantânamo Bay em Cuba. [...] **O quarto registro de fluxo** de mobilidade haitiana iniciou-se a partir de 2010. Diante dos diversos tipos de insegurança: pública, política, socioeconômica, alimentícia, educacional, incluindo a área da saúde e do saneamento básico, todas elas em decorrência do quadro empobrecido e precário do Haiti, agravado pela tragédia provocada pelo terremoto de janeiro do referido ano, a mobilidade haitiana ganhou especial significância, volume e crescimento de novos sujeitos e circuitos no espaço migratório internacional.” (HANDERSON, 2015, p. 73. Grifo nosso).

¹⁶⁷ **a) UNMIH** was established in September 1993 to help implement provisions of the Governors Island Agreement of 3 July 1993. The mandate was later revised to enable the Mission to assist the democratic Government to sustain a stable environment, professionalize the armed forces and create a separate police force, and establish an environment conducive to free and fair elections. **b) UNSMIL** was established to assist the Government in the professionalization of the police, maintenance of a secure and stable environment conducive to the success of efforts to establish and train an effective national police force, and to coordinate activities of the United Nations system in promoting institution-building, national reconciliation and economic rehabilitation. **c) The UNTMIH** function is “To assist the Government of Haiti by supporting and contributing to the professionalization of the Haitian National Police (HNP). Tasks of UNTMIH's police element included training HNP specialized units in crowd control, the rapid reaction force and Palace security, areas considered to be of distinct importance. [...] Tasks of UNTMIH's military security element included ensuring, under the authority of the Force Commander, the safety and freedom of movement of United Nations personnel implementing the mandate. The Special Representative continued to coordinate the activities of the United Nations system to promote institution-building, national reconciliation and economic rehabilitation. **d) MIPONUH:** Established to assist the Government in the professionalization of the National Police. The mission placed special emphasis on assistance at the supervisory level and on training specialized police units. [...] Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unmihbackgr1.html>>. Acesso em: 25/04/2016.

No contexto latino-americano e também do Caribe, Villa (1996) aproxima as dimensões política e econômica, sobretudo conjuntural, com as migrações intra-regional e inter-regional. Assim escreve que:

[...] as perseguições políticas e guerras internas que convulsionaram a região na década de setenta, e também as repercussões da profunda e prolongada crise dos anos oitenta – às quais se somaram os efeitos imediatos dos programas de ajuste estrutural – parecem ter tido um impacto decisivo sobre a migração internacional dos latino-americanos para dentro e para fora dos países da região (VILLA, 1996, p. 110-111).

Esta alusão contempla, dentre outros países da região, o Haiti. Tal como em Seguy (2014) e Handerson (2015), em *La Situation des Femmes Haitiennes*, o Comité Inter-Agences Femmes et Développement Système des Nations Unies (1991), defende que a análise desta emigração requer que se leve também em conta as dimensões política, ambiental, social. Portanto, é preciso dizer que a emigração haitiana está relacionada não só à colonização, à educação e formação, mas também à economia, à geografia, à política interna e à política internacional passadas e atuais que têm impacto sobre o país, à cultura, às questões sociais e ambientais. Handerson destaca que nos tempos mais atuais “*chèche lavi*: busca daquilo não encontrado no país, isto é, estabilidade política e socioeconômica, serviços de saúde, infraestrutura, estudo, trabalho, dinheiro para enviar aos próximos.” (HANDERSON, 2015, p. 74) é o que move os haitianos.

O processo da emigração haitiana, que teve seus vários momentos de alta, não cessou de ocorrer nem de se ampliar em termos geográficos, como mostram Handerson (2015) e Scaramal (2006). É neste sentido que a imigração haitiana no Brasil, mais visibilizada a partir do primeiro semestre de 2013¹⁶⁸, passa a ser analisada.

¹⁶⁸ Para isso, “a decretação do estado de emergência social” pelo governador do Acre, Tião Viana, em abril de 2013, por conta das situações em que se encontravam os haitianos – a maioria dos abrigados – em Brasília, deve ter contribuído significativamente.

2.2.1 Emigração haitiana para o Brasil

2.2.1.1 Imigração no Brasil e chegada de haitianos

O fenômeno que chamamos fluxo migratório de haitianos para o Brasil, que inicia na segunda década deste século, é apenas mais um que vem se somar aos fluxos de imigração que o Brasil recebeu ao longo dos séculos de história deste fenômeno no país. Brancos europeus, notadamente portugueses, num primeiro momento, - os três primeiros séculos de colonização destes (IANNI, 1991, p. 16) - portanto, na condição de dominadores, colonizadores, traficantes, parasitas¹⁶⁹ e exploradores de indígenas e posteriormente de negros africanos de diversos povos e partes do continente, e negros na condição de traficados por europeus e de trabalhadores forçados em terras americanas, que vão sustentar o sistema econômico, desembarcaram no Brasil, dentre outros destinos, a partir da segunda metade do século XV (SOARES, 1996)¹⁷⁰.

No intuito de contextualizar a imigração haitiana no Brasil, importa retrair aqui alguns momentos da história da imigração brasileira. Embora esta não seja o objetivo principal desta parte, sabe-se que falar de imigração é também falar da sociedade anfitriã e muitas vezes de sua história passada e contemporânea. Seyferth sustenta que no caso brasileiro, “a existência da imigração coincidindo com o regime escravista e o discurso sobre ‘trabalho livre’, por princípio, excluía os negros - desqualificados, sobretudo após a proibição do tráfico, em 1850 [...]” (SEYFERTH *apud* COGO e BADET, 2013, p. 21).

A tabela a seguir mostra que no Brasil desembarcaram milhões de negros que foram escravizados. Quando se observa para o último período (1810-1870) percebe-se que em 60 anos, de um total de 1.898.000 desembarcados, 1.145.400 o foram no Brasil.

¹⁶⁹ “O parasitismo remete à acepção secundária e figurada do termo ‘parasita’ para designar aqueles que captam as riquezas e os benefícios que outros produziram” (ROMAN e TOMICHE, 2011, p. 841).

¹⁷⁰ A relação que os europeus tiveram com as populações indígenas encontradas nas terras que hoje são Brasil lembra aquela assinalada no caso do Haiti durante a colonização. No tocante aos negros, o Brasil foi um dos territórios que aproveitaram das “maciças importações coercitivas de mão de obra africana” de que fala Villa (1996), referindo-se à América Latina.

Tabela 3: Escravos¹⁷¹ desembarcados

PERÍODO	TOTAL	MÉDIA/ANO	BRASIL
1451-1600	274.900	1.800	50.000
1601-1700	1.341.000	13.400	560.000
1701-1810	6.051.000	55.000	1.891.400
1810-1870	1.898.000	31.600	1.145.400
	9.564.900		3.646.800

Fonte: SOARES, 1996, p. 6.

Esta prática secular e racista, que alimentou particularmente a negrofobia, por sua vez geradora de uma séria marginalização social, política, religiosa e económica ainda vigente no Brasil, fez deste país, no passado, “o grande campeão do tráfico negreiro: 38,1% dos africanos chegados às américas vieram para cá” (SOARES, 1996, p. 7).

A propósito do fim da escravidão sofrida pelos negros no Brasil, Gomes indica que o imediato pós-abolição provocou deslocamentos espaciais de “Famílias negras inteiras [que] abandonaram fazendas, migrando para outras regiões” (GOMES, 2005, p. 14). Quanto a Soares, ele afirma que “Na medida em que não promoveu a ‘integração’ social do escravo, a abolição reafirmou, indiretamente, a ideia da inferioridade do negro, o que serviu para aguçá-lo sua marginalização.” (SOARES, 1996, p. 22)¹⁷².

O racismo e a seletividade quase sempre estiveram presentes na formação social do Brasil e na política migratória em território brasileiro. O tráfico negreiro destinado ao Brasil, a exemplo de outras rotas da época, tinha seus “indesejados” ou descartados, pois nem todos eram aptos e nem todos os selecionados embarcados aguentavam as condições da travessia atlântica (SOARES, 1996). Na ótica deste autor, enquanto alguns justificam o tráfico

¹⁷¹ Usaríamos o termo traficados, pois estas pessoas desembarcadas, livres em suas terras natais, vão ser escravizadas na América.

¹⁷² Esta marginalização da população negra é ainda vigente no Brasil. Pestana, em *O negro nos meios de comunicação*, fala de antigos métodos de aniquilação da identidade dos negros no Brasil, dentre eles, o batismo católico aos escravizados e a coisificação do africano, antes de se referir aos atuais. Alguns exemplos destes são, para este autor, a ausência de protagonistas negros em programas infantis -totalmente dominados por mulheres loiras -, de heróis, rainhas e reis negros nas escolas e nos livros didáticos, bem como a ausência nas propagandas. Esta ausência, quando interrompida, leva a criança negra a se ver inserida em “alguma tragédia, como a fome na África, caos no Haiti, violência nos morros cariocas ou em dramas como enchentes” (PESTANA, 2012, p. 11-12). E não é conforme um diagnóstico como este que os haitianos e o fluxo migratório que iniciaram para o Brasil em 2010 foram apresentados para a sociedade brasileira? Os imigrantes aqui em questão, todos negros, estabelecem o contato com a sociedade brasileira carregando direta ou indiretamente imagens negativas amplamente divulgadas não só, mas principalmente, pela mídia brasileira. Embora entendamos que tal divulgação tenha ajudado as instituições atuantes no apoio aos imigrantes a cobrarem mais do Governo Federal, por exemplo, Pestana sugeriu claramente que existe uma dificuldade e um “verdadeiro tabu em expor o negro de forma positiva nos veículos midiáticos” (PESTANA, 2012, p.15) no contexto brasileiro. No caso da imigração haitiana no Brasil, as novas ferramentas de comunicação, sobretudo *facebook*, têm ajudado a divulgar outras imagens de ações positivas realizadas por estes imigrantes.

negreiro baseando-se na inadaptação dos povos indígenas ao trabalho escravo e aos vírus que lhes contaminavam os brancos, “O que se esquece é que os africanos mais doentes ou empestados já haviam ficado na selva, nos porões dos navios, no fundo do mar, os chegados já eram ‘sobreviventes’.” (SOARES, 1996, p. 15).

A lamentável condição do negro no Brasil, historicamente marcada pelas privação de liberdade, precarização, exploração, violências físicas e psicológica e violação de direitos básicos, portanto, pela falta de respeito de sua dignidade humana não encontrou um fim, nem com o fim do tráfico negreiro, nem com a abolição da escravidão. Estudos e documentos mostram que o racismo e a discriminação praticados contra a população negra brasileira - ou estrangeira - (KALY, 2001, 2007; GOMES, 2005; PESTANA, 2010; 2012; IPEA, 2012; SANTOS, 2012; LIMA *et al.*, 2013; SEPPIR, 2013; SILVA, 2013), com destaque na mulher (IPEA, 2012; SILVA, 2013) no Brasil foi e é ainda notável, pois é social, institucional, econômica, política, cultural e inclusive religiosa, portanto, confinadora da cidadania efetiva, no caso dos negros brasileiros¹⁷³, apesar de alguns avanços notados nos últimos anos. Partindo de Kaly (2001; 2007) e de Santos (2002)¹⁷⁴, pode-se dizer que, como a própria palavra indica, o racismo contra a pessoa negra, no Brasil, não é uma questão de classe, mas sim de raça socialmente definida.

A seletividade, que já existia no forçado processo migratório de negros para o Brasil, embora não idêntica, também esteve no núcleo da política migratória do Brasil Império quando se tratou de incentivar institucionalmente a vinda de brancos europeus, vistos como trabalhadores mais qualificados (COGO e BADET, 2013)¹⁷⁵. Como bem destacado por estas

¹⁷³ Em seu artigo *Ser negro no Brasil hoje*, Milton Santos dizia que: “No Brasil, onde a cidadania é, geralmente, mutilada, o caso dos negros é emblemático.” (FOLHA DE SÃO PAULO - Mais - brasil 501 d.c. - 07 de maio de 2000). Ao considerar o mercado de trabalho, no intervalo dos anos 1995 e 2009 “[...] a menor taxa de desemprego corresponde à dos homens brancos (5%), ao passo que a maior remete à das mulheres negras (12%). No intervalo entre os extremos, encontram-se as mulheres brancas (9%) e os homens negros (7%) [...] Os dados evidenciam uma clara segmentação ocupacional, tanto relacionada ao gênero, quanto à raça. As mulheres, especialmente as negras, estão mais concentradas no setor de serviços sociais (cerca de 34% da mão de obra feminina), grupo que abarca os serviços de cuidado em sentido amplo (educação, saúde, serviços sociais e domésticos). Já os homens, sobretudo os negros, estão sobrerrepresentados na construção civil (em 2009, este setor empregava cerca de 13% dos homens e menos de 1% das mulheres). [...] Já o nível de emprego na indústria manteve-se relativamente estável (com leve aumento), sobretudo no Sul e Sudeste, seguindo empregando mais homens, sobretudo brancos.” (IPEA, 2012, p. 27).

¹⁷⁴ Hélio Santos em entrevista concedida a *Caros Amigos*

¹⁷⁵ “Dentre esses europeus, eram considerados ‘indesejados’ diferentes grupos, tais como refugiados, deficientes físicos, ciganos, ativistas políticos, velhos, comunistas e os condenados criminalmente.” (COGO e BADET, 2013, p. 21). De modo geral, as políticas migratórias de hoje querem “anjos trabalhadores”, não pessoas comuns

autoras, embora tenham sido selecionados, os europeus chegaram em milhões no território brasileiro em 120 anos, devedores de um incentivo institucional, entre os séculos XIX e XX. Nas suas palavras afirmaram que:

Entre 1819 e final da década de 1940, o Brasil recebeu cinco milhões de migrantes, principalmente italianos, portugueses, espanhóis, alemães e japoneses, mas também grupos migratórios menos expressivos numericamente como russos, austríacos, sírio-libaneses e poloneses. Pelo menos até meados da década de 1880, o sul do Brasil tornou-se o destino prioritário desses migrantes, estimulados por políticas migratórias implementadas pelo governo imperial. Posteriormente, o estado de São Paulo ingressou nessa rota migratória, tornando-se o principal polo receptor de migrantes estrangeiros que chegaram ao país, sobretudo para atuarem na substituição da mão de obra escrava em uma conjuntura nacional de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. [...] O Brasil continuou a receber migrantes até os anos 1950 e parte da década 60, quando, então, se interrompem os grandes fluxos migratórios internacionais direcionados ao país (COGO e BADET, 2013, p. 20-21. Grifo nosso).

Theodoro sublinha que somente entre 1888 e 1900 chegaram no Brasil “1,5 milhão de imigrantes, em sua maior parte italianos, que se dirigiram ao estado de São Paulo e, os demais, ao então Distrito Federal (THEODORO *apud* THEODORO, 2008, p. 35). Ele ainda assinala que, no que tange à subvenção daquela migração pelo governo, esta beneficiava quase “60% do total dos imigrantes que chegaram entre 1888 e 1915, sendo que, no período entre 1891 e 1900, essa taxa teria sido de 80%” (THEODORO *apud* THEODORO, 2008, p. 35).

Com isso pode-se dizer que o Brasil viveu momentos de imigração bastante diferentes. Estas diferenças na história da imigração do país não escondem as “bases ideológicas” e racistas - mencionadas por Vainer (1995), Villen (2012) e Theodoro (2008) -, que sustentaram a imigração de europeus, considerados pela elite brasileira como o “tipo ideal de imigrante necessário ao futuro da nação.” (VILLEN, 2012, p. 109).

Neide Patarra (*apud* COGO e BADET, 2013, p. 24) assinalou que houve um esfriamento na imigração brasileira nas décadas de 1970 e 1980¹⁷⁶. Os dados do IBGE mostram que o número de estrangeiros vem caindo desde a década de 1970. Foram 1.082.745

que queiram migrar por uma infinidade de motivos e causas. Para elas, um crime cometido por um migrante recebe uma condenação perpétua.

¹⁷⁶ “Foi nesse período [anos 1980] que, pela primeira vez, verificou-se uma saída significativa de sua população com destino aos Estados Unidos, Japão, países da Europa, além do anterior movimento em direção ao Paraguai.” (PATARRA *apud* COGO e BADET, 2013, p. 23). Vainer afirma que: “A ideia de que o Brasil pudesse tornar-se um país de emigração pareceria total insanidade nos anos [19]50 ou [19]60 (VAINER, 1995, p. 40. Grifo nosso). Na ótica de Vainer, a emigração brasileira se tornou um fato social e político por ter deixado dúvidas sobre “muitas crenças do que seja ser brasileiro” (VAINER, 1995, p. 40).

neste ano, 912.848 em 1980 e somavam apenas 510.068 de acordo com Censo de 2000 (IBGE *apud* COGO e BADET, 2013, p. 25)¹⁷⁷.

Entretanto, tal como observado por elas, este esfriamento não se observou na imigração de bolivianos e peruanos e também colombianos. Portanto, estas autoras defendem que “Os únicos grupos que apresentaram crescimento contínuo desde 1970 foram os de migrantes vindos da Bolívia, Peru e Colômbia, embora suas participações no total de estrangeiros ainda sejam pequenas, como observado nos dados divulgados pelo IBGE.” (COGO e BADET, 2013, p. 25). Assim, “o Brasil é o terceiro país em ordem de importância na América Latina como receptor de migração latino-americana” disse Patarra, citada por Cogo e Badet (2013, p. 24).

As estatísticas sobre as migrações também apresentam suas lacunas no caso do Brasil. A disparidade existente entre órgãos públicos que fazem levantamentos destes dados é, em alguns casos, muito grande (COGO e BADET, 2013; ALMEIDA, 2014¹⁷⁸). Enquanto o IBGE recenseia 431.453 mil estrangeiros em 2010, o Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça registrou 961 mil estrangeiros regularizados (COGO e BADET, 2013, p. 25-26).

No entendimento destas pesquisadoras (2013) houve aumento do número de estrangeiros que buscaram o Brasil, sobretudo a partir de 2010, o que as leva a dizer que:

Algumas das justificativas para esse importante aumento estão relacionadas ao [...] crescimento econômico do Brasil nos últimos anos e à realização de obras para grandes eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, à consolidação do país no mercado internacional e à sua maior visibilidade global. (COGO e BADET, 2013, p. 26).

É dentro deste contexto que se viu chegar os primeiros haitianos de um fluxo migratório constante e crescente cuja política de acolhimento institucional no Brasil entre 2010 e 2015 é o centro deste estudo. Salientamos, porém, que tal como nos anos 1960 e 1970 (*Tabela 2*), houve presença de haitianos no Brasil e em São Paulo, na década 2000 (*Tabela 4*). Nesta tabela percebe-se que, até 2010, o número de haitianos no Brasil e em São Paulo era irrisório. Mas ainda assim residiam quase sempre em SP boa parte deles.

¹⁷⁷ “Ainda segundo o Instituto [IBGE], a origem da maioria dos estrangeiros neste período era de Portugal, Japão, Itália e Espanha. Porém, o tamanho desses grupos vinha se reduzindo continuamente, tanto em números absolutos, quanto em participação percentual.” (COGO e BADET, 2013, p. 25. Grifo nosso).

¹⁷⁸ No *II Seminário Internacional Migrações na Pan-Amazônia* organizado pela UFAM em 03 e 04/11/2014.

Tabela 4: Haitianos no Brasil e em São Paulo 2000-2010

Ano do	Total Imigrantes	Haitianos	% em SP
Registro	Haitianos	residentes em SP	
2000	2	0	
2001	1	1	
2002	6	4	
2003	4	2	
2004	10	6	
2005	3	1	
2006	11	3	
2007	10	1	
2008	12	6	
2009	8	5	
2010	12	5	

Fonte: SINCRE¹⁷⁹ - Polícia Federal-Ministério da Justiça, Brasil. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP- CNPq/ NEPO-UNICAMP. Grifo nosso).¹⁸⁰

2.2.1.2 Causas e caminhos da emigração haitiana para o Brasil

Se já no século passado havia haitianos no Brasil, então a presença da MINUSTAH e o advento do último e mais devastador terremoto não provocaram as primeiras vindas de cidadãos comuns haitianos para o Brasil. De acordo com os dados apresentados na *Tabela 2*, havia no Brasil, 17.213 nacionais da Argentina, 10.712 bolivianos em 1970. Naquele ano, os haitianos representariam 0,5% dos cidadãos argentinos e 0,84% dos nacionais da Bolívia em solo brasileiro. Em relação ao total, eles constituíam 0,007% dos estrangeiros da América então recenseados no Brasil¹⁸¹.

Mas considerando o atual fluxo migratório de haitianos, reconheçamos que 2010 é um ano que marcou tanto a emigração haitiana, quanto a imigração no Brasil. A propósito. “O recente fluxo migratório de haitianos para o Brasil iniciou-se de forma tímida, após o tremor de 2010, porém intensificou-se no final de 2011 e começo de 2012” (MORAES, *et al.* 2013, p. 100). O entrevistado Silva sugere que o impacto da imigração haitiana no Brasil não foi nem é menosprezível. Na ótica dele, a imigração haitiana no Brasil interrompeu “a

¹⁷⁹ Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros

¹⁸⁰ Dados fornecidos por Baeninger ao Curso: *São Paulo de todos os Migrantes* de 2015.

¹⁸¹ Foi registrada a presença de 11 brasileiros no Haiti em 1971 (*Tabela 2*), o que representa quase 1/9 de haitianos recenseados no Brasil em 1970. No entanto, é preciso ressaltar que este número é muito insignificante em relação às estimativas sobre o número de haitianos no Brasil de 2010 a 2015. Reitera-se, no entanto, que este estudo tem mais um olhar qualitativo do que quantitativa.

invisibilidade do tema imigração [...], gerando, em alguns casos, desconforto, tanto para o poder público como para alguns setores sociais [...]"¹⁸².

Este fluxo de haitianos para o Brasil nos últimos anos se distingui em muitos aspectos de todos os que o país recebeu no período anterior e posterior à sua independência política em 1822. Partindo da ideia de que as migrações dificilmente seriam fruto do acaso, o que explica esta vinda de haitianos para o Brasil a partir de 2010?

É importante, neste sentido, elencar minimamente, num primeiro momento, as relações entre o Brasil e o Haiti. Segundo o Itamaraty, as relações bilaterais entre estes dois países remonta a 1910. Do ponto de vista diplomático, são mantidas relações desde 1928 entre eles, “com abertura [de] delegação em ambos os países. O Decreto 32.081 eleva a representação brasileira em Porto Príncipe ao nível de Embaixada”. Entre 1991 e 1994, quando o Haiti era governado por “Raoul Cédras, o Brasil retirou seu Embaixador de Porto Príncipe, embora tenha mantido sua Missão em funcionamento, em nível de Encarregatura de Negócios”. Importa também lembrar, ainda segundo esta fonte, que foi assinado o Convênio de Intercâmbio Cultural em 1966 (MRE)¹⁸³. Ainda conforme o Itamaraty, a participação brasileira na MINUSTAH ocupa um lugar privilegiado nas relações entre o Brasil e o Haiti¹⁸⁴.

A MINUSTAH certamente ajudou na visibilidade do Brasil no Haiti e no mundo, por ser uma missão militar da ONU, cujo braço armado foi e é comandado pelo Brasil¹⁸⁵. Foi

¹⁸² João Carlos Jarochinski Silva foi entrevistado por nós em 04 de novembro de 2014 em Manaus, Brasil.

¹⁸³ Informações encaminhadas por e-mail pela Divisão do Caribe do Itamaraty em 06/07/2015. Disponíveis em Anexo 7.

¹⁸⁴ “As relações entre Brasil e o Haiti ganharam grande densidade a partir da decisão brasileira de participar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), em 2004. O terremoto de 2010, que vitimou mais de 100 mil pessoas e gerou prejuízos equivalentes a 120% do PIB do país, demandou a intensificação da cooperação brasileira ao desenvolvimento do Haiti. Há iniciativas bilaterais em diversas áreas, dentre as quais destacam-se: • segurança, tanto na atuação MINUSTAH quanto na cooperação para o fortalecimento da Polícia Nacional do Haiti (PNH); • econômica, com a ajuda no âmbito do Fundo de Reconstrução do Haiti e outras iniciativas; • social, por meio da assistência humanitária e programas de cooperação nas áreas de segurança alimentar, saúde e educação; e • político/institucional, pelo intercâmbio de experiências entre os Judiciários brasileiro e haitiano e o apoio ao processo eleitoral e à facilitação do diálogo entre os Poderes constituídos. O Brasil exerce o comando das tropas da MINUSTAH desde sua criação. Atualmente, fazem parte da missão 1.402 militares e 6 policiais brasileiros. A decisão brasileira de aceitar o comando militar da MINUSTAH se ancorou no tripé "presença militar", "reconciliação política" e "coerço econômico".” Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 07/04/2016.

¹⁸⁵ Luciano Rodrigues Moreira (2010), relata que a Missão de Paz da ONU no Haiti não foi pacífica, pois mobilizou armamento, demandou muito sacrifício, patrulhas frequentes em lugares suspeitos, inclusive religiosos, em clima tenso, coragem e agressividade nas patrulhas e respostas às ofensivas dos guerrilheiros. É neste sentido que a missão no seu princípio, é avaliada por este autor, como um rito de passagem do treinamento

depois de estabelecida esta missão de paz que foi promovido o apelidado *Jogo pela Paz*. Segundo Luciano Moreira (2010, p. 201), trazer a Paz para o Haiti não era feito somente com armas de fogo. O futebol foi um dos recursos usados, pois em agosto de “[...] 2004, o governo brasileiro, em acordo com a FIFA e a CBF conseguiram levar a Seleção Nacional Tetracampeã, com todas as estrelas internacionais, para a realização de um amistoso contra o Haiti” (MOREIRA, 2010, p. 173)¹⁸⁶.

Então Presidentes das Repúblicas do Haiti - René Préval - e do Brasil - Luiz Inácio Lula da Silva – visitaram, respectivamente, em 2006 e 2008 o Brasil e o Haiti. Estas visitas ocorrem respectivamente depois de dois e de quatro anos de atuação da MINUSTAH. No ano da “visita oficial do Presidente Lula a Porto-Príncipe, [foi] inaugurado, [nesta capital], o Centro de Estudos Brasileiros ‘Celso Ortega Terra’. [E um anos depois] os Ministros Nelson Jobim e Celso Amorim visitam o Haiti.” (MRE. Grifo nosso)¹⁸⁷.

Pode-se ver que, além do estreitamento de laços entre o Brasil e o Haiti há, tanto em Moreira (2010), quanto nos referidos dados do MRE uma grande aproximação/associação da MINUSTAH com o Brasil. Em Moreira (2010), as estratégias usadas pelo Brasil, apesar dos desafios que enfrentaram, sugerem e passam a imagem de um Brasil pacificador e pacífico, ordenado, com qualidade de vida e solidário com o Haiti, o país onde estaria ocorrendo o oposto, onde não havia paz, nem riqueza. Apesar disso, não cabe atribuir à MINUSTAH o início - e tampouco a manutenção - do processo migratório de haitianos para o Brasil a partir de 2010, embora ela tenha contribuído. Os haitianos não teriam certamente esperado seis anos desta Missão das Nações Unidas no país deles para iniciarem sua vinda para o Brasil.

recebido no Brasil para a prática no Haiti (MOREIRA, 2010, p.73). Apesar de “Alguns militares chegaram a ser punidos por tentarem um contato mais aproximado com as nativas, o que é proibido pelas Nações Unidas” (p. 140), Moreira deixa claro que “Os resultados dos brasileiros foram, para muitos moradores, inacreditáveis [...] [Por estes motivos, a tropa brasileira recebeu] “por várias vezes generais e coronéis da Jordânia, do Sirilanka, do Peru, de Senegal, entre outros [...]” (MOREIRA, 2010, p. 283). Este autor afirma que o papel do Brasil na MINUSTAH foi central por ter sido reconhecido internacionalmente e ter trazido mais tranquilidade para o Haiti. Apesar do sucesso desta missão, que ele destaca nesta obra, outros estudos mostram os limites da MINUSTAH diante dos objetivos que se fixou, em termos militares e econômicos, defendendo que esta estaria ajudando mais a comunidade internacional no Haiti do que os próprios haitianos, que em vários sentidos, sofrem direta ou indiretamente a violência desta força militar internacional (SEGUY, 2014; THOMAZ, 2010).

¹⁸⁶ Além deste jogo, outro menos divulgado foi organizado pela MINUSTAH em Cité Militaire, com o intuito de estreitar o contato da população com a tropa brasileira, afirma Moreira (2010).

¹⁸⁷ Os ministros eram respectivamente da Defesa e das Relações Exteriores do Brasil. Estas informações nos foram encaminhadas por e-mail pela Divisão do Caribe do Itamaraty em 06/07/2015. Disponíveis em Anexo 7.

Como referido antes, em janeiro de 2010, o Haiti sofreu um terremoto, que fez estragos enormes no país. Os mortos foram contados em milhares¹⁸⁸, os feridos estimados em 300.000, os desabrigados em 1.500.000¹⁸⁹, as perdas materiais avaliadas em bilhões. De acordo com Seguy (2014), o

Plan d'action pour le relèvement et le développement d'Haiti/Plano de Ação para a Recuperação e o Desenvolvimento [d]o Haiti (PARDN), documento oficial do governo detalhando, em março de 2010, aos seus parceiros internacionais as necessidades a serem atendidas, estimava em “8 bilhões de dólares as perdas e danos” (p. 5) resultando do abalo. Esse número pouco depois foi reavaliado a 11.5 bilhões de dólares. (SEGUY, 2014, p. 24. Grifo do autor).

Giraldi, tal como Thomaz (2010), sugere que a cidade mais atingida foi a capital do país, Porto-Príncipe, pois assinala que “estima-se que 80% das construções foram seriamente danificadas, incluindo escolas, hospitais, postos policiais e o próprio palácio presidencial” (*Apud MORAES et al.*, 2013, p. 99). Para Thomaz (2010), Godoy (2011) e IHSI/BM/DIAL (2014), este acontecimento natural provocou deslocamentos interno e internacional de haitianos. De acordo com Thomaz (2010), ele motivou também o deslocamento de cidadãos de outras nacionalidades para o Haiti. No que toca ao deslocamento interno, ele afirma que:

Quando ficou evidente para muitos que a situação em Porto Príncipe era crescentemente insustentável, foram os laços familiares mantidos nas terras de origem que garantiram a evacuação de pelo menos meio milhão de pessoas que, com seus próprios meios, foram em busca de auxílio ali onde não há nem sombra das grandes organizações internacionais. Hoje temos notícias de pelo menos 80 mil pessoas que se dirigiram a Les Cayes, 20 mil a Jeremie, e assim por diante. Foram

¹⁸⁸ “Falava-se em mais de 150 mil vítimas. Hoje a cifra já chega a 250 mil [...]” (THOMAZ, 2010, p. 31). “**O devastador terremoto de 12 de janeiro de 2010**, que levou a um balanço dramático de mais de 220 mil mortos (de acordo com os dados do governo do Haiti), dos quais 96 empregados pela ONU, **deu um duro golpe a uma economia e infra-estrutura já instáveis**”. Fonte: ONU, MINUSTAH. *Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haiti*. Grifo nosso. Tradução nossa. Disponível em: <<http://www.un.org/fr/peacekeeping/missions/minustah/>>. Acesso em: 28/04/2016). Estas cifras são estimativas que levaram Thomaz a dizer que “o mais provável é que nunca saibamos o número exato de mortos. Daqueles que morreram vítimas do terremoto, e daqueles que morreram vítimas do abandono e da falta de meios da população haitiana” (THOMAZ, 2010, p. 31). Para Seguy (2014, p. 24) “No número oficial de 300 000 mortos, projetado pela Presidência da República, sem qualquer correspondência a um esforço de identificação dos corpos sepultados em valas comuns, só constam os mortos enterrados pelo governo. Não entram nessa contagem os mortos enterrados pelos familiares nem aqueles que foram abandonados debaixo dos escombros.”. Ainda de acordo com este autor “[...] os 300 000 mortos representam cerca de 10% da população da região mais atingida” (SEGUY, 2014, p. 25), a região Oeste. O estudo do IHSI/BM/DIAL (2014, p. 15) mostra que dos 19% da população do Oeste, que passou ao menos um dia em um campo/camp, 39,9%; 27,8% e 17,9% tiveram respectivamente seu alojamento completamente destruído, forte e levemente danificado. Porém, “Cabe notar que uma em cada dez famílias da região Oeste em 2012 vivia ainda em campos desta mesma região, ou seja 94 000 famílias, que somam 360 000 pessoas.” (IHSI/BM/DIAL, 2014, p. 14. Tradução nossa).

¹⁸⁹ Fonte: *Assistance mortelle* (PECK, 2012).

recebidos por parentes e amigos, por coletivos de camponeses que, em meio a imensa precariedade, foram mais eficazes do que as organizações internacionais (THOMAZ, 2010, p. 32-33).

Neste sentido, vê-se que a solidariedade entre haitianos diante dos estragos do terremoto foi também uma expressão de acolhimento entre compatriotas fundamental para milhares deles. As redes internas, e internacionais, constituídas por haitianos ligados sobretudo por laços familiares e de amizade, mobilizadas particularmente na desastrosa situação, porém pouco consideradas pela imprensa internacional e pelos estudos acadêmicos, foram consideradas por Thomaz (2010), Handerson (2015) e Bersani (2015), que mostraram a articulação entre haitianos e a mobilização de redes em resposta àquele fenômeno natural.

No entanto, estas redes, apesar de terem acolhido no país números muito expressivos em relação aos daqueles que se dirigiram para o exterior, não impediram a saída de milhares de haitianos do território nacional em busca de atendimento, de trabalho, de estudo, em suma, de uma “vida melhor”. Ainda nesta migração, os familiares e amigos são geralmente envolvidos, seja financeiramente, seja na busca de informações ou mesmo no acolhimento no novo local de residência. Este tipo de migração motivada por fatores ambientais¹⁹⁰ não é um fato isolado nem no Haiti, nem no mundo. Ao citar dados do Conselho Norueguês para Refugiados, Godoy ressalta que estes “indicam que, até o ano de 2008, por volta de 20 milhões de pessoas podem ter sido deslocadas por desastres naturais” (GODOY, 2011, p. 53).

O Brasil fez parte dos países procurados pelos haitianos logo após o terremoto aqui referido. De acordo com Costa (2012, p. 91) os primeiros haitianos chegaram em Manaus

¹⁹⁰ A relação entre o terremoto de 12 de janeiro de 2010 e a migração interna e internacional de haitianos é evidenciada pelo estudo do IHSI/BM/DIAL (2014) que afirma que “De fato, a primeira estratégia de resposta ao choque que representa a destruição ou um dano sério ao alojamento é a migração” (IHSI/BM/DIAL, 2014, p. 14). “40% das famílias residentes na região Oeste em 12 de janeiro de 2010 mudaram de residência. Este percentual é de 20% nas outras regiões naquela data. Trata-se de mobilidade residencial no interior da região Oeste: 88% dos que mudaram de residência permaneceram na região de origem” (IHSI/BM/DIAL, 2014, p. 15). Conforme Godoy (2011) o terremoto de 2010 provocou o deslocamento de “pelo menos 661 mil haitianos” para fora da capital, destes, no mínimo 160 mil “se mudaram para a região de fronteira com a República Dominicana” (GODOY, 2011, p. 46). Ele ainda afirma que a “República Dominicana foi o país indiretamente mais afetado pelo desastre.” (GODOY, 2011, p. 46), pois foi o destino de milhares de feridos haitianos que buscavam atendimento médico. Para o “Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) ainda cerca de 1,3 milhões de pessoas deslocadas internamente vivendo em condições precárias” (GODOY, 2011, p. 45). Este terremoto não foi o primeiro fenômeno natural a causar perdas humanas e materiais no país nos últimos anos (BAPTISTE, 2015; MORAES *et al.* 2013), embora tenha tido mais impacto nestes índices. No entanto, Seguy (2014) sugere que não há fatores ambientais puros, pois os elementos históricos e sociais ligados a estes fatores não são, nem podem ser, negligenciáveis.

em fevereiro de 2010. O caminho percorrido por estes, do Haiti até o Brasil, sofreu ramificações notáveis (HANDERSON, 2015). É pertinente pensar em trajetos diferentes antes e também depois da aprovação do Visto Humanitário¹⁹¹ em 2012 pelo CNIg. Embora para nosso referido entrevistado João Carlos Silva essa vinda de haitianos tenha pego de surpresa as autoridades do Acre e Tabatinga, Fernandes e Castro (2014) sustentam que o Brasil, enquanto “novo” destino para a emigração haitiana, apesar de chamar a atenção, não é uma grande surpresa quando se leva em conta “a história do Haiti”, e também a atração que constituía o Brasil para muitos países do mundo em crise a partir de 2008. A principal rota de 2010 a 2012 foi a via daqueles que saíram do Haiti para a República Dominicana, depois para o Panamá e para o Equador, em seguida para o Peru ou Bolívia e finalmente, para a fronteira norte do Brasil, notadamente nos Estados do Acre e de Amazonas (LOUIDOR *apud* MORAES *et al.* 2013). Outros lugares de partida como a República Dominicana e a Venezuela¹⁹² e outros caminhos e pontos de entrada foram registrados. Fernandes e Castro afirmam que “[...] 87,1% declararam ser o Haiti, e **10,0% indicaram a República Dominicana**, o restante apontou algum país da América do Sul” (FERNANDES e CASTRO, 2014, p. 48. Grifo nosso) como sendo o país onde a emigração para o Brasil começou. Realçam ainda que “Dentre aqueles que indicaram o Haiti, 35,4% informaram residir em Gonaïve, 25,1% em Porto Príncipe, 7,3% em Saint Marc, e 5,95% em Cap Haïtien” (FERNANDES e CASTRO, 2014, p. 48).

Estes dados indicam certos limites que qualquer tentativa de associação unilateral da emigração haitiana para o Brasil com o terremoto que atingiu gravemente o país, mas, como já aludido, principalmente a capital haitiana: Porto-Príncipe em janeiro de 2010. Os 12,9% de haitianos que começaram sua emigração para o Brasil fora do Haiti revelam que o terremoto não daria conta de dizer tudo sobre a imigração haitiana no Brasil. Ele é, no entanto, sem dúvida uma das causas.

¹⁹¹ Este visto incentiva o uso da via regular até então acessível a muito poucos haitianos que vinham para o Brasil. Sua concessão conjugada com outras ações levou posteriormente à redução de ingressos de haitianos por terra pelo norte e aumento significativo de ingressos dos mesmos de avião e por outras regiões, como mostram os dados do CONARE (2016).

¹⁹² Handerson disse que “Em meados de 2012, um grupo já residente em Venezuela há mais de quatro a dez anos, ingressava ao Brasil via Amazonas, particularmente Manaus” (HANDERSON, 2015, p. 179). Moraes *et al.* (2013, p. 106) mencionam as críticas segundo as quais a possibilidade de vinda ao Brasil de haitianos que já residiam na República Dominicana seria drasticamente minimizada com o fechamento da fronteira.

Godoy disse que “Os principais pontos de entrada dos haitianos são pelas cidades de Tabatinga e Manaus, no Estado do Amazonas, e Brasília e Eritaciolândia, no estado do Acre” (GODOY, 2011, p. 47)¹⁹³. A passagem pela Colômbia e a entrada por Roraima, Mato Grosso e Amapá foram respectivamente referidas por Godoy (2011) e Moraes *et al.* (2013).

Como mencionado por Moraes *et al.* (2013), alguns dos trechos daqueles que entram via terrestre no Brasil são percorridos de avião, outros de carro, taxi ou ônibus, barco, ou mesmo a pé. Apesar do dinamismo destas rotas, o Norte do Brasil seguiu sendo a principal porta de entrada dos haitianos que chegam neste país entre 2010 e 2014. Estes trajetos não são feitos sem riscos, dificuldades e perigos como aparece nas falas dos nosso entrevistados: Pereira, Molinari, Almeida e Parisi. Segundo o Padre Paolo Parisi, há um gasto humano e econômico na travessia de haitianos que vêm para o Brasil, entrando pela fronteira terrestre norte do país, notadamente pelo Acre¹⁹⁴. No percurso, acrescenta Parisi, eles têm seus bens e dinheiro extorquidos pelos seus traficantes - comumente chamados de “coiotes”¹⁹⁵ e em caso de falta do dinheiro cobrado, o imigrante pode sofrer até cárcere privada pelos seus traficantes, o que caracteriza o desrespeito de Direitos Humanos, afirmou¹⁹⁶. Ao assinalar o perigo e o risco que estes caminhos constituem particularmente para as imigrantes, Parisi ressaltou na entrevista que nós concedeu que há ainda “outra coisa que, infelizmente é dramática, que são as mulheres que vieram via Acre. Tivemos várias que, no Peru, foram estupradas [...]. Então, que chegam com esse drama de violência na carne”. Na ótica do referido entrevistado Pereira, neste mesmo percurso, também ocorre exploração entre imigrantes. A respeito desta forma de migração de haitianos, o CNIg disse que sempre a

¹⁹³ A respeito desta situação Silva fala na entrevista que nos concedeu que “O Brasil até bem pouco tempo tinha uma piada que era reiteradamente falada, que perguntava se o Acre existe. E com a migração haitiana o Acre mostra que existe e tem muita gente passando por lá. Os dados que eu consegui duas semanas atrás com o pessoal da Secretaria de Direitos Humanos fala em 27 mil. Não só haitianos, mas predominantemente de haitianos” (Entrevista realizada em 04 de novembro de 2014 em Manaus, Brasil).

¹⁹⁴ Entrevistado em 18 de novembro de 2015 no CEM. Realização Nossa.

¹⁹⁵ Fonte: OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. Entrevista ao Padre Paolo Parisi: *Missão Paz, um ano depois: o que mudou nas migrações?* Programa exibido na NET Cidade SP em 15/07/2015. Disponível em: <<http://observatorio3setor.com.br/media-center/videos/missao-paz-um-ano-depois-o-que-mudou-nas-migracoes/>>. Acesso em: 22/07/2015. E O GLOBO. *Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti*. Publicado em: 01/01/2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/acre-sofre-com-invasao-de-imigrantes-do-haiti-3549381>>. Acesso em 20/10/2014.

¹⁹⁶ Fonte: OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. Entrevista ao Padre Paolo Parisi: *Missão Paz, um ano depois: o que mudou nas migrações?* Programa exibido na NET Cidade SP em 15/07/2015. Disponível em: <<http://observatorio3setor.com.br/media-center/videos/missao-paz-um-ano-depois-o-que-mudou-nas-migracoes/>>. Acesso em: 22/07/2015.

avaliou insustentável “já que implicava na existência de tráfico de migrantes e crises nas pequenas cidades brasileiras na fronteira.” (CNIg, [s/d, s/p]). É neste sentido que o Governo Federal manifesta seu interesse em desestimular estas rotas - sugerem Illes e Almeida em respectivas entrevistas -, estimulando, no caso dos haitianos, a vinda de forma regular. É preciso dizer que conforme Nieto (2014), o risco que correram e a exploração sofrida pelos haitianos em território peruano começaram com a exigência de vistos para eles pelo Peru em janeiro de 2012.

Por outro lado estes mesmos caminhos também são marcados pela coragem, a solidariedade, a gentileza e o alívio experimentados por haitianas e seus compatriotas, como afirmam respectivamente dois dos envolvidos no acolhimento institucional destas pessoas na cidade de São Paulo: Pereira e Parisi¹⁹⁷.

A escolha do Brasil não é fruto do acaso. Diversas relações - políticas, geográficas, culturais e econômicas - entre o Brasil e o Haiti e as conjunturas nas quais cada um destes estava mergulhado antes e depois da criação da MINUSTAH, bem como depois da ocorrência do terremoto de 2010 teriam um efeito sobre a presença de cidadãos de um dos países no outro.

De acordo com o professor e pesquisador Sidney da Silva da UFAM, a migração de haitianos “tem a ver com a situação histórica de injustiças e pobreza impostas à população haitiana durante séculos. [Ele entende que] As notícias de crescimento econômico no Brasil animam aqueles que se encontram numa situação de falta total de perspectivas”¹⁹⁸. Para o entendimento de Moraes *et al.*:

O Brasil se torna cada dia mais atrativo para os haitianos, pois a liderança na MINUSTAH, a presença de diversas Organizações Não Governamentais – ONGs brasileiras atuando de modo expressivo na ilha, tais como a Viva Rio, a *ActionAid*, a *K9 Creixell*, a Pastoral da Criança, a Diaconia, o Grupo de Apoio à Prevenção da Aids – GAPA, entre outras, os símbolos, a cultura, as referências e o crescimento econômico do Brasil fizeram com que o país seja visto simpaticamente pela população do Haiti (MORAES *et al.*, 2013, p. 101).

¹⁹⁷ Em entrevista que nos concedeu em 15 de outubro de 2014 e em entrevista concedida ao OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. *Missão Paz, um ano depois: o que mudou nas migrações?* Programa exibido na NET Cidade SP em 15/07/2015. Disponível em: <<http://observatorio3setor.com.br/media-center/videos/missao-paz-um-ano-depois-o-que-mudou-nas-migracoes/>>. Acesso em: 22/07/2015.

¹⁹⁸ Fonte: IHU On-Line. *Haitianos: os novos imigrantes do Brasil. Entrevista especial com Duval Magalhães e Sidney da Silva*. Publicado em: 06/08/2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/45912-haitianos-os-novos-imigrantes-do-brasil-entrevista-especial-com-duval-magalhaes-e-sidney-da-silva>>. Acesso em: 12/08/2015.

Esta vinda de haitianos para o Brasil como destino escolhido principalmente para trabalhar, residir e estudar pode ser entendida dentro de uma conjuntura marcada por uma diversidade de fatores. Assim, segundo Márcia Maria de Oliveira, o fechamento ou a saturação de alguns países que acolheram historicamente haitianos “como é o caso da República Dominicana, Equador, Estados Unidos, França”; as questões de políticas migratórias – [restritivas]; a presença da MINUSTAH; a presença de “pastores religiosos, principalmente, das igrejas pentecostais e das igrejas evangélicas do Brasil”; parcerias celebradas entre Haiti e Brasil por Organizações Não Governamentais são os principais fatores.¹⁹⁹

Milesi (*Apud* REMHU, 2014) disse que a vinda de haitianos, dentre cidadãos de outras nacionalidades, para o Brasil deve ser entendida considerando a interferência e a interação de vários fatores. Nas palavras dela, são eles:

a abertura internacional do Brasil e o intercâmbio com outros países; a maior inserção do Brasil no circuito dos grandes fluxos da globalização; a percepção, independentemente de ser real ou imaginária, de que o Brasil não sofreu a crise de 2008 e anos seguintes; o fechamento cada vez mais incisivo das fronteiras de acesso aos países de tradicional imigração sul-norte – EUA, Japão, países da União Europeia; o crescimento da migração sul-sul; a realização de grandes eventos – Copa das Confederações, Copa do Mundo, a perspectiva dos Jogos Olímpicos 2016 – em nosso País; e a própria globalização do fenômeno migratório são alguns dos elementos que levam o Brasil a tornar-se, de forma crescente nos últimos anos, um país não apenas de trânsito, mas acima de tudo, como aquele que pode oferecer oportunidades de trabalho e condições de residência, devido à sua relativa estabilidade e prosperidade social e econômica. Soma-se ainda, um aspecto destacado reiteradamente pelos próprios imigrantes, que é o fato de o Brasil propiciar a obtenção dos documentos de estada e carteira de trabalho, o que lhes possibilita viver e trabalhar regularmente no País. [...] Há, também, fatores localizados como, por exemplo, a integração entre os países da América Latina, a presença dos brasileiros na ação da MINUSTAH no Haiti, a entrada do capital brasileiro em vários países do cone sul, o Acordo de Residência entre os países do Mercosul e Associados, são todos fatores que têm como contrapartida maior atração do Brasil junto à população desses países, bem como junto àqueles de outras nacionalidades que por eles transitam. É oportuno recordar, por exemplo, que a grande maioria dos haitianos e grande número de senegaleses e bengalis que solicitaram refúgio no Brasil chegaram ao País pelas fronteiras terrestres, após transitarem por países sul-americanos (*Apud* REMHU, 2014, p. 277-278).

De algum modo, a vinda de haitianos para o Brasil segue a lógica de uma dinâmica global de políticas e fluxos migratórios. É preciso considerar os vínculos existente

¹⁹⁹ Entrevistada em 04 de novembro de 2014 em Manaus. Bersani (2015, p. 27-28) fala da contribuição e da mediação de religiosas, Irmãs, “pertencentes à ordem brasileira Irmãs do Imaculado Coração de Maria e missionárias responsáveis pela coordenação da TKL (*Ti Kominote Legliz*), [que são] “comunidades eclesiais de base (CEB), comunidades inclusivistas ligadas principalmente à Igreja Católica” na sua pesquisa de campo no Haiti.

entre esta e os contextos político, econômico e ambiental nacionais haitianos, bem como os contextos político, econômico, social e cultural brasileiro, além das relações bilaterais Brasil-Haiti.

2.2.1.3 Haitianos no Brasil

Quando chegam ao Brasil, entrando pela via terrestre, uma das especificidades da maioria dos migrantes haitianos no Brasil é que estes eram inicialmente “inclassificáveis”²⁰⁰ neste país, nem com base na legislação brasileira sobre refúgio, tampouco pela Convenção de 1951, como refugiados apesar de solicitarem refúgio na sua chegada (GODOY, 2011). De acordo com este autor, “distintos agentes públicos apresentaram dúvidas sobre o *status migratório* aplicável a esta situação, [pois] este foi exatamente o tema da audiência pública organizada pelo Ministério Público Federal do Acre, nos dias 4 e 5 de maio de 2011” (GODOY, 2011, p. 47. Grifo nosso). A nosso ver, tratava-se de uma conversa relativa à política de acolhimento institucional destes migrantes. A propósito, Godoy afirma que “A chegada de haitianos ao Brasil demandou uma reflexão renovada sobre cenários não previstos claramente pela legislação migratória em vigor no país” (GODOY, 2011, p. 56).

No mesmo sentido, Fernandes e Castro defenderam que a vinda de haitianos gerou “o efeito positivo de levar o governo e a sociedade civil a iniciarem um processo de discussão da legislação migratória introduzindo nos debates a visão do respeito aos Direitos Humanos dos imigrantes.” (FERNANDES e CASTRO, 2014, p. 13). Entende-se que a

²⁰⁰ Os assim classificados são aqueles que entraram de forma irregular no território brasileiro e solicitaram refúgio na Polícia Federal. Esta solicitação é encaminhada ao CONARE. O “Estatuto do Refugiado [...] [é a] lei [que] instituiu as normas aplicáveis aos refugiados e aos solicitantes de refúgio no Brasil e criou o [...] CONARE – órgão responsável por analisar os pedidos e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado, bem como por orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados. A lei brasileira é reconhecida como uma das mais avançadas sobre o assunto, tendo servido de modelo para países da região. O CONARE é presidido pelo Ministério da Justiça e integrado pelo Itamaraty (que exerce a Vice-Presidência), pelos Ministérios da Saúde, Educação e Trabalho e Emprego, pela Polícia Federal e por organizações não-governamentais dedicadas a atividades de assistência – o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), a Associação Antônio Vieira (ASAV), o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) e as Cáritas Arquidiocesanas de Rio de Janeiro, São Paulo e Manaus. O ACNUR também participa das reuniões do órgão, porém sem direito a voto.” Fonte: MRE. *Refugiados e CONARE*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/153-refugiados-e-o-conare>>. Acesso em: 12/05/2016.

COMIGRAR²⁰¹ é o maior momento destas discussões sobre migrações, nas quais imigrantes de diversas nacionalidades participaram ampla e efetivamente.

Diante da afirmação de Reis de que os estrangeiros não participam “nas decisões a respeito de sua própria situação [e não têm] direitos políticos” (REIS, 2007, p. 44), poderíamos dizer que, com a COMIGRAR, o Brasil começa a apresentar indícios de uma postura nova em relação à forma de ver a imigração, embora ainda mantenha vigente, de modo frágil, o Estatuto do Estrangeiro de 1980. Este Estatuto ou a Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980 é considerado por nosso citado entrevistado Almeida como “uma lei difícil, uma lei que restringe muito” a vida do estrangeiro. A propósito, Márcia Maria de Oliveira disse:

A nossa política migratória tem muitas lacunas. Primeiro, a gente sempre questiona afinal se nós temos de fato uma política migratória, porque nós estamos lidando com os migrantes ainda com uma lei bastante defasada, uma lei ainda da década de 1980, baseada na lei de controle de fronteira, na lei de Segurança Nacional, que restringe muito o próprio conceito de migrante.²⁰²

No Artigo 2 do Estatuto do Estrangeiro em vigor desde 19 de agosto de 1980, lê-se: “Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socio-econômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional” (MJ, 2004, p. 49-50). O Art. 3 determina: “A concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão sempre condicionadas aos interesses nacionais” (MJ, 2004, p. 50). Este Artigo expõe aquilo que Deisy Ventura²⁰³ considerou uma absoluta “discrecionalidade - possibilidade de escolha ou margem de manobra para decisão, dentro da lei - do Estado quanto à permanência do estrangeiro em nosso território.”²⁰⁴

Paradoxalmente, Almeida indica - quando entrevistado - que é com base neste mesmo Estatuto que o Conselho Nacional de Imigração vem buscando muitas alternativas de

²⁰¹ O entrevistado João C. J. Silva entende que “a COMIGRAR esse ano foi evidentemente por conta dessa vinda dos imigrantes haitianos para esse cenário”. (Entrevista realizada em 04 de novembro de 2014 em Manaus).

²⁰² Entrevistada em 04 de novembro de 2014 em Manaus. Realização nossa.

²⁰³ Deisy de Freitas Lima Ventura é “Professora de Direito Internacional e Livre-Docente do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP); Professora da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP e membro da Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade.” Fonte: <http://lattes.cnpq.br/4248765154816650>

²⁰⁴ Fonte: UOL. *Política migratória brasileira é obsoleta e dificulta vida de estrangeiros*. Publicado em: 03/05/2014. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/opiniaao/columa/2014/05/03/politica-migratoria-brasileira-deixa-estrangeiros-em-situacao-precaria.htm>. Acesso em: 08/07/2015.

regularização - é o caso dos haitianos, por exemplo e a progressiva facilitação, a partir dos anos 2000, das “possibilidades de vinda de trabalhadores estrangeiros para o Brasil”.

A presença destes haitianos é, conforme exposto por Godoy (2011), antes de tudo um assunto de lei estatal. Sabe-se, no entanto, que o trabalho relativo ao acolhimento de haitianos pela Missão Paz na cidade de São Paulo e pela Congregação dos Scalabrinianos em outras partes do Brasil estava ocorrendo já nos primeiros meses do primeiro semestre de 2010, como afirmado por Handerson (2015) e pelos padres entrevistados Parisi e Molinari.

Os números estimativos de migrantes haitianos no Brasil nos seis anos considerados: 2010-2015 foram crescendo com o passar do tempo. De acordo com Fernandes e Castro (2014, p. 13)

Durante o ano de 2010 pequenos grupos de haitianos, que não somavam duas centenas de imigrantes, chegaram à fronteira brasileira com o Peru. Ao final de 2011 havia indicações da presença de mais de 4.000 haitianos no Brasil (COSTA, 2012; SILVA, 2013), número esse que não cessou de aumentar, sendo que ao final de 2013 estimava-se que o montante já teria ultrapassado a casa dos 20.000 imigrantes, com indicações de que o número total poderia chegar a 50.000 ao final de 2014.

No tocante aos números sobre imigrantes no Brasil há disparidades segundo as fontes. Na ocasião do *II Seminário: Migrações na Pan-Amazônia – fluxos, processos sociais e políticas*²⁰⁵, o presidente do CNIG, Paulo Sérgio de Almeida ressaltou a dificuldade de se saber ao certo o número de estrangeiros no país, pois, até mesmos órgãos do Governo Federal como o IBGE e o Ministério da Justiça apresentam números, às vezes, muito diferentes. Entretanto, “De acordo com os dados da Coordenação Geral do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), 2.186 haitianos ingressaram no Brasil e solicitaram refúgio, desde o terremoto de janeiro de 2010 até setembro de 2011.” (GODOY, 2011, p. 47). Observou-se um aumento expressivo nestas estimativas em praticamente dez vezes entre 2011 e 2014. Até 2013, o MRE estimava que o número de haitianos no Brasil ultrapassava 10.000 pessoas, das quais, conforme a Secretaria Nacional da Justiça, 6.052 já possuíam seus vistos permanentes até 30 de junho daquele ano (MORAES *et al.* 2013, p. 100). “No conjunto do fluxo migratório que chega ao país, aproximadamente 34 mil são originários do Haiti. 3,5 mil destes imigrantes se alocaram no estado de Santa Catarina, segundo dados compilados do Caged de 2014.”²⁰⁶.

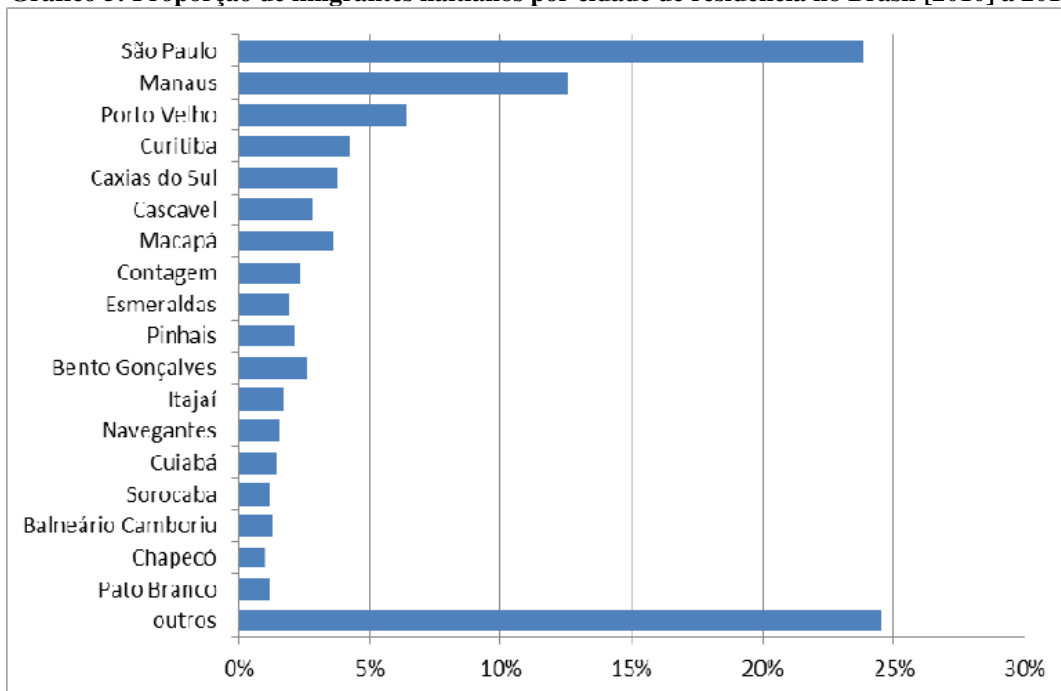
²⁰⁵ Este seminário foi realizado entre os dias 03 e 04 de novembro de 2014, na Universidade Federal do Amazonas, promovido pelo Grupo Estudos Migratórios na Amazônia.

²⁰⁶ Fonte: MTPS. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/noticias/1112-sine-sc-pretende-qualificar-imigrantes>>. Acesso em: 14/04/2016.

Com relação a 2015, o Ministério da Justiça estima em 60.000 o total de haitianos no território brasileiro²⁰⁷, enquanto o jornal *Le Nouvelliste* afirma haver mais de 60.000 haitianos vivendo no Brasil até outubro daquele ano²⁰⁸.

O trabalho de Fernandes e Castro (2014) mostra que a presença de haitianos no território brasileiro não é igualmente representada nas cidades. Como pode-se ver no gráfico a seguir, a cidade de São Paulo é a em que reside o maior percentual de haitianos, com praticamente 25% do total nos dados da Polícia Federal. Manaus e Porto Velho são sucessivamente a segunda e terceira maior cidade de residência dos haitianos. Tal como as capitais estaduais, várias cidades do interior de Estados são também locais de residência e de trabalho dos haitianos.

Gráfico 5: Proporção de imigrantes haitianos por cidade de residência no Brasil [2010] a 2014



Fonte: SINCRE/DPF (apud FERNANDES e CASTRO, 2014, p. 42. Grifo nosso).

O trabalho é considerado, tanto por eles quanto pelos representantes das instituições que os acolhem, como o núcleo da justificativa de sua vinda para o Brasil.

²⁰⁷ Disponível em: <<https://www12.senado.gov.br/noticias/videos/2015/08/governo-busca-impedir-acao-de-2018coiotes2019-na-entrada-de-imigrantes-no-pais-diz-jorge-viana>>. Acesso em: 07/04/2016.

²⁰⁸ Fonte: LE NOUVELLISTE: *Le Brésil, bras ouverts, attend tous les haitiens*. Publicado em: 07/10/2015. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/150801/Le-Bresil-bras-ouverts-attend-tous-les-Haitiens>>. Acesso em: 05/11/2015.

Segundo o entrevistado Paulo Sérgio de Almeida, este país é visto por boa parte deles como um lugar de oportunidade de trabalho, atrativo por conta do qual, como sugerem nossos outros entrevistados (Márcia de Oliveira; José Carlos Pereira; Valdecir Mayer Molinari; Paolo Parisi), tiveram de certa forma o acesso facilitado. Como apresentado a seguir, ao contrário do Brasil, o Haiti é apresentado pelos próprios haitianos como um território com raras oportunidades de trabalho e onde os estudos custam caro. É neste sentido que Paulo Sérgio de Almeida diz na entrevista que “A migração para o Brasil [sobretudo de haitianos] é uma migração para trabalho”.

O quadro abaixo apresenta, na ótica dos migrantes haitianos, que o trabalho é o principal motivo para migrar. O que sugere que se emigram é principalmente porque não encontram trabalho, em particular, no Haiti²⁰⁹.

Quadro 1: Motivos declarados para migração/2013

Motivos	Nº absoluto	%
Trabalho	209	61,5
Melhor qualidade de vida	50	14,7
Estudar	19	5,6
Ajudar a família	22	6,5
Crise no Haiti	7	2,1
Outros	13	3,8
Não responderam	20	5,9
Total	340	100

Fonte: Fernandes e Castro (2014, p. 59).

Na reconhecida, singular e exemplar decisão política brasileira que criou o Visto Especial Humanitário para haitianos que estavam para vir para o Brasil ou que já se encontravam nele, vê-se a importância dada ao não declarado aspecto econômico. A dimensão econômica continua tendo sua importância na teoria e explicação das migrações, inclusive no caso da emigração haitiana e sua consequente imigração no Brasil. Seria, no entanto, um reducionismo analisar esta imigração haitiana limitando-se nos aspectos econômicos. É sempre arriscado analisar qualquer tipo de migração sob apenas um aspecto. Sayad alerta que

²⁰⁹ Se ideias como esta são defendidas por muitos, Seguy (2014) lembra que o Haiti é também um lugar de oportunidade e de crescimento para os “trabalhadores expatriados”. De acordo com Pinto (2014), “A este novo tipo de migrante se lhe denominou “expatriado”, pelo fato de exercerem suas funções fora dos seus territórios nacionais, mas com vínculo empregatício desde a origem” (PINTO, 2014, p. 109). Isso não lhe retira, a nosso ver, a condição de migrante, até porque este mesmo estudo mostrou ao mesmo tempo quão difícil é oficializar a situação destes trabalhadores ditos “expatriados”.

toda emigração que se disse exclusivamente de trabalho tem o potencial de se transformar em “imigração familiar, ou seja, no fundo, em imigração de povoamento” (SAYAD, 1998, p. 20).

Não é possível explicar a presença desses novos fluxos no Brasil sem recorrer ao mercado de trabalho. Ademais, é no mercado de trabalho que é possível compreender a posição social que ocupam os imigrantes e que ocuparão os seus descendentes. No entanto, reduzir os movimentos migratórios exclusivamente a questões laborais implica reconhecer uma limitação analítica: as pessoas também migram por outros motivos (reuniões familiares, refúgio, asilo, entre outros fatores) que também são determinantes na mobilidade humana (CAVALCANTI, 2014, p. 13).

Portanto, caracterizar a imigração como exclusivamente de trabalho é problemático, pois, além do trabalho, ela sempre tem outras dimensões latentes ou explícitas relevantes para as análises sociológicas. Dentre estas, estudar, mas sobretudo assumir o papel de provedor(a) para os familiares, em geral, residentes no Haiti, motivaram a vinda de haitianos²¹⁰. A ajuda à família se realiza comumente pelas remessas. De acordo com a TV FOLHA, “80% dos haitianos que vivem no Brasil enviam dinheiro para suas famílias. US\$ 7,5 milhões é a estimativa mensal de remessas haitianas que partem do Brasil”²¹¹

Referindo-se a outro contexto, Basso sublinha que “[...] os atuais imigrantes na Europa constituem objetivamente [...] antes um *sujeito coletivo* que individual, enquanto “vanguarda” no opulento e dominante Ocidente” (BASSO, 2013, p. 36). Nieto (2014), Pereira e Molinari²¹² apontam que a migração haitiana é fundamentalmente ligada à família. De acordo com Molinari, o que moveu os haitianos para o Brasil “sempre foi: buscar trabalho, ganhar dinheiro e ajudar a família”. Pereira enfatiza em sua fala que para esta imigração, há uma efetiva mobilização dos recursos da família porque “em geral essa migração é concebida dentro do grupo familiar”. Ele acrescenta que “Há situações, essas são as mais recorrentes, em que a pessoa põe para o coitado ou o atravessador parte do patrimônio familiar, inclusive na condição de penhora”. Com relação às redes que envolvem familiares e amigos dos 56,6% dos entrevistados que falaram a respeito, 93,0% disseram ter contado com um apoio financeiro vindo de parentes e amigos (FERNANDES e CASTRO, 2014, p. 57).

²¹⁰ Ver *Quadro 1*.

²¹¹ Fonte: TV FOLHA. *HAITI, a nova fase da imigração*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=G5a3gtdnZW8>>. Acesso em: 12/09/2015.

²¹² Em entrevistas respectivamente concedidas em outubro e novembro de 2014 em Campinas e Manaus.

Para Nieto (2014), embora seja uma estratégia da família, a decisão final de migrar pode ser tomada pelo próprio migrante, em geral quando este é o chefe de família, ou pela família e, neste caso, a pessoa migrante, aquela com mais alto nível de escolaridade e solteira, acaba sendo uma “criação” e indicação desta instituição²¹³. É neste sentido que Nieto afirma que “A migração haitiana é fundamentalmente uma estratégia familiar. Todos os migrantes haitianos entrevistados manifestam que seu objetivo fundamental é apoiar economicamente suas famílias²¹⁴ no Haiti.” (NIETO, 2014, p. 36. Tradução nossa). Diante destas observações, percebe-se que a centralidade de uma das redes mobilizadas e mobilizadoras está assim posta²¹⁵.

A ajuda à família é concebida por meio de um trabalho remunerado. Neste sentido, o trabalho remunerado, assalariado se torna central por ser um meio, não um fim, de “normalização” das relações familiares, permitindo que pessoas desempenhem seu “papel” no seio da instituição que é a família.

Embora a moradia seja pouco mencionada como motivo da migração, residir e trabalhar são, na prática, uma dupla inseparável, pois para trabalhar, é preciso em geral residir²¹⁶. A respeito do tipo de moradia dos haitianos em 2013, o estudo de Fernandes e Castro (2014, p. 61) mostra que quase 70% dos entrevistados dividem a moradia com outros imigrantes, 15% moram em um quarto, 4,1% moram respectivamente em um apartamento individual e em uma casa de acolhimento e 3,5% está numa moradia cedida pela empresa. A questão da moradia, percebida por Duroux como sendo, em matéria de hospitalidade, “de

²¹³ Minha vinda para o Brasil está, de alguma forma, relacionada com esta interpretação. Uma vez na Universidade Cheikh Anta Diop – UCAD, recebi de um primo a proposta de ir estudar no Brasil. Como já pretendia migrar para a Espanha e iniciado o processo para isso, resolvi aumentar minhas possibilidades de sair do país para continuar meus estudos. Sendo aceito para estudar no Brasil, dentro do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G, cheguei no Brasil em 2002, tornando-me bacharel em Sociologia e licenciado em Ciências Sociais, respectivamente em 2006 e 2008 na UnB. Ficou mais evidente para mim que meu deslocamento para estudos era encarado pela família como um projeto migratório quando já estava no Brasil. Destaco que a esmagadora maioria dos senegaleses que migram para continuar seus estudos se dirigem para a França, “antiga” colonizadora.

²¹⁴ “Es importante señalar que el sentido de familia de los haitianos hace referencia a la familia ampliada o extensa. Normalmente, un hombre casado y con hijos además de velar económicamente por su familia nuclear, colabora también con bienestar económico de sus padres y hermanos y los de la esposa. La familia extensa no significa necesariamente que toda la familia viva junta bajo un mismo techo.” (NIETO, 2014, p. 36), tampouco no mesmo país. Os familiares residentes no Haiti ou em outros países são solicitados quando necessário por aqueles em trânsito para o Brasil (NIETO, 2014, p. 49).

²¹⁵ De acordo com Nieto (2014), estas redes de familiares recorrem muitas vezes às *Redes comerciales de migración*, que são agências de viagem especializadas cujo trabalho inclui a atuação dos coíotes.

²¹⁶ Vide *Imagem 9*

longe” aquela “que mais suscitou a produção da literatura especializada, na medida em que, por sua qualidade e localização, a habitação determina, com toda a evidência, a marginalização ou a inclusão social” (DUROUX, 2011, p. 1052), mostra claramente que as redes de haitianos são essenciais no acolhimento de seus compatriotas em território brasileiro. Rosello indica que “no cotidiano, são eles [os imigrantes] que provêm as necessidades dos novos [imigrantes] convidados” (ROSELLO, 2011, p. 1084. Grifo nosso). Mas independentemente do tipo de moradia, para continuar residindo no Brasil, para a grande maioria deles, é preciso estar trabalhando, tal como determinado pela RN N° 97 do CNIg.²¹⁷

Em decorrência da residência dos haitianos no Brasil, a “alteridade”, a identidade haitiana, a identidade nacional brasileira, as relações raciais e de gênero, o trabalho, as políticas sociais como o acesso à educação são algumas das questões que surgiram na cidade de SP e no Brasil. Os discursos sobre a imigração parecem tratar “dos ‘outros’, da ‘alteridade’ (i.e., do que não sou eu). [Mas tratam] *de si*, da *identidade* do eu – esta é uma das funções essenciais do discurso sobre a imigração: fala-se objetivamente de si quando se fala dos outros” (SAYAD, 1998, p. 20-21. Grifo nosso). Nosso entrevistado Silva assinalou que buscar garantir os direitos sociais aos imigrantes no Brasil é sobretudo perguntar-se se estes mesmo direitos são garantidos para os nacionais. O que gera, como afirma, “às vezes, uma má vontade política, no sentido de: ‘Poxa! Temos que garantir para nós’”. Neste mesmo sentido, Reis (2007) disse, no que toca às “políticas de migração e de nacionalidade”, que

pelas suas próprias naturezas, elas obrigam os atores sociais envolvidos nas suas produções a se expressarem em um discurso de nacionalidade, a tentarem responder à questão ‘quem somos nós’, ou ‘quem nós queremos ser’, e, nesse sentido, elas acabam sendo um reflexo interessante da forma como a imagem da nação é construída (REIS, 2007, p. 39).

Acolher institucionalmente imigrantes pode também ser uma forma de construir ou reforçar positivamente a imagem de quem acolhe. Ao autorizar a permanência e, posteriormente, a vinda de haitianos de forma simplificada e respeitosa em 2012 e sobretudo a partir de 2013, o Brasil está reforçando para si, para o Haiti, bem como para o mundo, a fama de ser um país acolhedor.

No conjunto do processo, este acolhimento institucional a haitianos realizado pelo Governo Federal, notadamente mediante o CNIg, apresentou características reveladoras de

²¹⁷ Resolução disponível em: Anexo 8.

certo dinamismo interno. De um acolhimento como paliativo e pontual àqueles poucos primeiros haitianos que chegaram no Brasil pela fronteira norte em 2010²¹⁸, passou-se para a criação do visto humanitário em 2012, que previu a concessão de 2.400 visto em dois anos, ou seja 1.200 por ano, como assinalado pelo ACNUR (2014). Depois, a cota de 100 vistos em média por mês foi retirada, e outras embaixadas brasileiras na República Dominicana, no Equador, no Peru e no Panamá também foram autorizadas a emitir o Visto Humanitário²¹⁹.

O acolhimento a haitianos no Brasil nos últimos anos produziu uma nova alteridade, apesar da evocada “vizinhança cultural” entre Haiti e Brasil²²⁰. Hoje em dia, ser negro com “cara de estrangeiro” em determinadas cidades brasileiras como Campinas, Manaus, São Paulo, e certamente Brasília, Rio Branco, Tabatinga Porto Velho, Curitiba, Caxias do Sul, Cascavel, Macapá, Contagem, dentro outras de maior proporção de haitianos no Brasil (*Gráfico 5*) - é praticamente sinônimo de *ser haitiano*. Ser negro e pesquisador da imigração haitiana no Brasil com “cara de estrangeiro” tende a tornar automaticamente haitiano o pesquisador²²¹.

2.2.1.4 Gênero: uma das diversidades entre imigrantes haitianos

Alguns estudos (HANDERSON, 2015; FERNANDES e CASTRO, 2014) mostram que migram para o Brasil cidadãos e cidadãs do Haiti de gerações diferentes, com

²¹⁸ De acordo com nosso entrevistado João Carlos J. Silva, as autoridades do Acre e Tabatinga achavam: “Ah vem um grupo e acabou. Então vamos ajudar esse grupo e daqui a pouco eles se ajeitam e vão embora”, o que não ocorreu. (Entrevistado em 04 de novembro de 2014, em Manaus)

²¹⁹ Em resposta à pergunta 1 do Conectas Direitos Humanos em 16/07/2013 sob o Número do protocolo do pedido: 09200000325201333, o MRE disse em 15/08/2013 que “A Resolução CNIg 102/2013 revogou não apenas a exclusividade da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe de conceder vistos especiais para cidadãos haitianos, mas também o teto de 1.200 vistos dessa natureza por ano, sem estabelecer novo teto. - Apenas estão autorizadas a conceder **vistos permanentes (VIPER)** especiais para cidadãos haitianos as **Embaixadas em Porto Príncipe, São Domingos, Lima, Quito e Panamá.**” (Grifo nosso). Fonte: CONECTAS Direitos Humanos. Disponível em: <www.conectas.org>. Acesso em: 06/02/2015.

²²⁰ Aqui lembramos que, apesar desta vizinhança, do final do século XVIII e durante o século XIX o chamado haitianismo atormentou a elite brasileira. Iteramos também que as relações bilaterais entre os dois países datam do início do século XX.

²²¹ Fato similar é assinalado por Handerson quando menciona um relato em que há associação de negros peruanos e colombianos a haitianos na Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru (HANDERSON, 2015, p. 144-145). Em inúmeras situações fui abordado tendo meu/minha interlocutor/a, de nacionalidade Brasileira ou haitiana, a convicção de que eu era haitiano, o que me permitiu observar que no imaginário de muitas pessoas, em seminários, encontros e palestras, pesquisar esta migração no Brasil parecia reservada a haitianos ou brasileiros.

níveis de instrução diferentes, capacidades e características diversas, em condições diferentes e com objetivos não necessariamente convergentes. Uma destas diferenças é a de classe, observada por Handerson (2015), entre os recebidos em abrigos no Norte do Brasil e os que dispensavam este tipo de apoio naquela região. Uma outra está ligada ao gênero. Quando se olha para o grau de instrução dos haitianos no Brasil, percebe-se diferenças entre homens e mulheres e variações de um ano para outro. De acordo com Fernandes e Castro (2014)

Em relação ao nível de instrução, observa-se [...] que, para o ano de 2011, a maioria dos imigrantes do sexo masculino declarou ter o primeiro grau incompleto, fato que não se repetiu em 2012, em que o nível de instrução com maior prevalência foi o segundo grau incompleto. No caso das mulheres, em 2011, dentre as que indicaram o nível de instrução, não havia diferença entre o número daquelas com o primeiro grau incompleto e o segundo grau incompleto. Em 2012, o nível de instrução segundo grau incompleto foi o mais apontado dentre as mulheres que declararam o nível de instrução (FERNANDES e CASTRO, 2014, p. 31).

Conforme os dados do estudo de Fernandes e Castro (2014) os perfis de instrução da maioria deles sofreram algumas alterações em 2013. Aqueles que têm segundo grau completo representaram o maior porcentual, tanto para homens (23,6%) como para mulheres (30,8%). Os dados levantados por esta pesquisa mostram que a soma dos “segundo grau incompleto” e “completo” ultrapassa os 50% no conjunto dos 275 homens e no das 65 mulheres.

Quadro 2 - Grau de instrução dos haitianos entrevistados por sexo/2013

Grau de instrução	Sexo			
	Homens		Mulheres	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Ensino fundamental incompleto	16	5,8	5	7,7
Ensino fundamental completo	56	20,4	10	15,4
Segundo grau incompleto	50	18,2	13	20
Segundo grau completo	65	23,6	20	30,8
Superior incompleto	22	8	4	6,2
Superior completo	29	10,5	4	6,2
Não responderam	37	13,5	9	13,8
Total	275	100	65	100

Fonte: Fernandes e Castro (2014, p. 46)

Se a procura por emprego é uma prioridade para muitos haitianos, as oportunidades variam, muitas vezes, segundo o sexo. É preciso também dizer que há aqueles

que ao saírem do Haiti vieram para estudar²²² ou estavam mais preocupados em conseguir uma vaga numa universidade ou num curso técnico no Brasil, no Estado de São Paulo ou na cidade de São Paulo²²³.

A propósito, mencionamos o PRÓ-HAITI²²⁴, que previu a concessão de “até 500 bolsas de estudo, por um período de, no máximo, 60 (sessenta) meses incluindo um semestre de curso de língua portuguesa” (CAPES, 2012a). O primeiro grupo de selecionados neste Programa Emergencial foi composto por 88 estudantes haitianos então matriculados em alguma universidade, escola superior, instituto ou centro de formação no Haiti. As universidades brasileiras anfitriãs destes estudantes são a UNICAMP, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, a Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. Destes 88 estudantes, 21,4% eram mulheres e 78,6% eram homens. A Unicamp é, das universidades brasileiras que aderiram a este Programa, a que mais admitiu estudantes com 45 aceitos em diversos cursos, o que representa 51% do primeiro grupo de selecionados. A chegada dos primeiros estudantes estava prevista para agosto de 2011 (CAPES, 2011b). O acolhimento institucional dado a estes estudantes, embora não seja o foco deste trabalho, foi positivamente avaliado por quatro daqueles que vieram estudar na UNICAMP e com os quais tivemos a oportunidade de conversar a

²²² É interessante lembrar que no Haiti “As famílias fazem grandes sacrifícios financeiros para que as crianças, de ambos os sexos, permanecem na escola por mais tempo possível, na expectativa de obter em contrapartida, vantagens proporcionais a estes esforços. Infelizmente, estas expectativas são geralmente frustradas [...]” (COMITÉ INTER-AGENCES FEMMES ET DÉVELOPPEMENT SYSTEME DES NATIONS UNIES, 1991, p. 97. Tradução nossa).

²²³ Três dos quatro haitianos com os quais tive a oportunidade de conversar na cidade de São Paulo manifestaram muito interesse em fazer - outra - faculdade. O doutorando em Sociologia na UNICAMP, Jean Fabien conta a grande admiração que um conterrâneo seu teve ao saber que ele estava estudando neste nível.

²²⁴ Criado em 28 de abril de 2010 (CAPES, 2012a), “O Programa Emergencial em Educação Superior **Pró-Haiti**–Graduação é coordenado pela Capes, em conjunto com a Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), e foi criado para auxiliar na reconstrução do Haiti, atuando no fortalecimento e na recomposição do Sistema de Educação Superior do país. O programa baseia-se na concessão de bolsas de estudos a estudantes das instituições de ensino superior de Porto Príncipe em instituições de ensino superior brasileiras (IES). **Objetivo:** Contribuir para a reconstrução do Haiti por meio de apoio à formação de recursos humanos em nível de graduação-sanduíche. **Modalidade – estudante (no Brasil)** Graduação Sanduíche. Benefícios: Mensalidade, Auxílio deslocamento, Auxílio instalação. Duração: 5 anos”. Fonte: CAPES: *Programa Emergencial Pró-Haiti*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/haiti/pro-haiti>>. Acesso em: 18/08/2015. Cabe assinalar que a duração inicialmente estabelecida para as atividades dos selecionados era apenas de 18 meses, incluindo os 6 meses de curso de língua portuguesa (CAPES, 2011c, p. 1). Esta duração foi posteriormente revogada, permitindo que os estudantes concluam sua graduação no Brasil de acordo com um dos participante deste programa na UNICAMP.

respeito²²⁵. Mas cabe sublinhar que de acordo com Télémaque alguns estudantes contemplados por estes programa “já tiveram sua bolsa cancelada ou limitada, sem que o Ministério da Educação tenha sido capaz de oferecer quaisquer garantias de continuidade do programa.” (TÉLÉMAQUE, 2012, p. 52).

Acontece que para outros imigrantes o ideal é que pudessem trabalhar e estudar ou fazer uma formação simultaneamente. As reuniões familiares foram também o motivo de migração de mulheres, homens e crianças para o Brasil. É neste sentido que o trabalho, ainda que motivo destacado, não poderia levar à omissão de outras dimensões, dentre as quais, optamos por dar mais atenção ao gênero na sua relação com a política de acolhimento institucional a haitianos.

A migração, como criticado por Morokvasic (1984), é comumente analisada no masculino, vista como privilégio reservado a homens. No que tange à emigração de haitianos, é preciso considerar e destacar a presença de mulheres em relação à de seus compatriotas. Se por um lado Renata Melo Rosa (*apud* COTINGUIBA, 2014, p. 81) aponta uma série de questões, dentre elas a “reprodução da desigualdade”, o fraco acesso à “educação formal em uma língua colonial”, como limitadores da emigração – concebida como uma saída para a “ascensão social” - das mulheres haitianas, por outro lado é preciso dizer que: primeiro, enquanto estratégia para ascender socialmente, a emigração é hoje um recurso para muitos haitianos e haitianas na cidade de SP e no Brasil, conforme sugerem nossos entrevistados. Segundo, outros estudos apontam que no Quebec em 2001, assim como na Guiana Francesa no fim do século XX ao início do XXI, elas constituíram, em algum momento, a maioria dos haitianos residindo naqueles territórios canadense e francês, respectivamente.

A respeito do Canadá, “Em 2001, 54% de todos os canadenses de origem haitiana eram mulheres, sendo 51% o percentual de mulheres na população como um todo” (STATISTIQUE CANADA, 2007, p. 11. Tradução nossa). Esta porcentagem já tinha sido um pouco maior 15 anos antes no caso do Quebec. O *Comité Inter-Agences Femmes et Développement Système des Nations Unies* (1991) mostrou que, de modo geral, 60% do haitianos que emigram são homens “dos quais 80% teriam entre 15 e 39 anos [e assinala que], por exemplo, as mulheres representavam 55,7% da população haitiana instalada em Quebec

²²⁵ Três destes estão hoje em Programa de Doutorado em Sociologia, Demografia e Química e um na Graduação em Letras da Unicamp.

em 1986.” (COMITÉ INTER-AGENCES FEMMES ET DÉVELOPPEMENT SYSTEME DES NATIONS UNIES, 1991, p. 49. Grifo nosso).

O *Statistique Canada*, no censo de 2001, mostrou que entre a população de origem haitiana, a porcentagem daqueles com diploma superior era, respectivamente, de 13,8% e 11,2% para homens e para mulheres: 54,1% destas estavam empregadas, sendo 60,5% para homens. No tocante à taxa de desemprego, foram registrados 15,7% para homens e 14,9% para mulheres. Portanto, os homens eram 0,8% mais suscetíveis ao desemprego do que mulheres. Quanto à renda, 41,3% das mulheres e 37,3% dos homens ganhavam uma renda baixa. Esta renda era em média de 20.000 dólares canadenses ao ano, isto é, \$ 10.000 a menos, o que equivale a quase 66% da renda da população em geral para o ano de 1999. Aqui também é preciso destacar que havia 4% a mais entre as mulheres que faziam parte do conjunto da população de origem haitiana do que entre os homens deste mesmo conjunto (STATISTIQUE CANADA, 2007).

Tabela 5 - Nível de escolaridade, emprego e renda dos canadenses de origem haitiana (2001)

	População de pessoas de origem haitiana			Total da população canadense		
	H*	M*	T*	H	M	T
População total em milhares	37,9	44,4	82,4	14 564,3	15 074,8	29 639,0
Porcentagem de graduados	13,8	11,2	12,4	16,0	14,9	15,4
Porcentagem de pessoas empregadas ¹	60,5	54,1	57,0	67,2	56,1	61,5
Taxa de desemprego	15,7	14,9	16,4	7,6	7,2	7,4
Porcentagem de pessoas que têm uma baixa renda	37,3	41,3	39,4	14,7	17,7	16,2

1. Constituído por pessoas de 15 anos e mais.

* H: Homens; M: Mulheres; T: Total.

Fonte: Statistique Canada (2007, p. 19. Tradução nossa).

Se a diferença entre homens e mulheres haitianos de origem e o conjunto de canadenses era pequena no que tange à formação superior e à taxa de ocupação, observa-se que a disparidade é gritante em relação à taxa de desemprego entre pessoas de origem haitiana (16,4%) e o conjunto de canadenses (7,4%), assim como em relação as pessoas que ganhavam uma renda baixa (39,4%) para o primeiro grupo e 16,2% para o segundo.

Em relação à Guiana Francesa, Luís E. Aragón fala que,

dentre os imigrantes vivendo na Guiana Francesa na virada do século XX para o XXI, ocupando a segunda posição com 32,14% do total, os haitianos somavam 6693

homens e 7450 mulheres, o que representa um quantitativo de 14143, ficando adiante dos brasileiros, que tinham 7171 e atrás apenas dos surinameses, que contavam naquele momento com 17654 (*Apud* COTINGUIBA, 2014, p. 86).

Com relação à República Dominicana, é preciso dizer que, de acordo com Jorge (2014), uma pesquisa nacional relativa à imigração²²⁶ indica que quase 90% da população imigrante daquele país é haitiana e que a taxa de mulheres chega a passar dos 35,5% do total de haitianos no país vizinho do Haiti. Jorge afirma com base nesta pesquisa que:

Se somarmos a esta população os filhos que têm pelo menos um de seus pais nascido no Haiti, teremos um total de 668 mil pessoas. Esta é a população considerada pelo documento como “de origem haitiana”, sendo 38% de mulheres e 62% de homens (JORGE, 2014, p. 30).

Embora bastante numerosos naquele país em relação ao Brasil, por exemplo, os haitianos de modo geral vivem situações delicadas tanto em termos de documentação (HANDERSON, 2015) quanto em termos de respeito de seus direitos como pessoas (SCARAMAL, 2006) e como trabalhadores (JORGE, 2014). Este último autor sustenta que “Os grandes empresários agrícolas e urbanos, dominicanos ou estrangeiros, conseguem submeter os trabalhadores haitianos a uma situação de superexploração muito superior à que conseguem com os dominicanos.” (JORGE, 2014, p. 28).

No que tange à taxa de ocupação a *Tabela 6* abaixo mostra que praticamente 59,7% dos imigrantes em geral estavam ocupados, 8,7% não estavam ocupados mas procuravam trabalho, 31,5% não estavam ocupados e não procuram trabalho em 2012. Quanto aos imigrantes haitianos naquele país, 65,5% estavam ocupados, 9,4% estavam desempregados, isto é, sem trabalho mas em busca de um, e 25,1% não trabalhavam nem procuraram trabalho naquele ano (ENI, *apud* JORGE, 2014).

A situação de homens e de mulheres era diferente. Respectivamente, 80,9% e 35,9% estavam ocupados, 7,3% e 13,4% estavam desempregados, 11,8% e 50,7% faziam parte dos desocupados que não procuraram trabalho. As taxas de desempregos e de desocupados que não procuraram trabalho foram nitidamente superiores entre as haitianas em relação aos seus compatriotas na República Dominicana.

²²⁶ Trata-se da “Primera Encuesta Nacional de Inmigrantes en la Republica Dominicana” - ENI realizada em 2012 e publicada em 2013 (JORGE, 2014, p. 29).

Tabela 6: REPUBLICA DOMINICANA: Distribución de la población de 10 años y más de origen extranjero por país de nacimiento, según sexo y condición de actividad. ENI-2012

Condición de actividad económica y sexo	País de nacimiento									
	Total		Haiti		Otros países		Total de nacidos en el extranjero		Rep. Dominicana de padres nacidos en el extranjero	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Total										
Ocupados	363,892	59.7	283,213	65.5	25,986	47.1	309,200	63.4	54,692	44.8
No ocupados que buscaron trabajo	52,729	8.7	40,622	9.4	2,497	4.5	43,119	8.8	9,610	7.9
No ocupados que no buscaron trabajo	192,254	31.5	108,325	25.1	26,424	47.8	134,749	27.6	57,505	47.2
No sabe/Sin información	590	0.1	118	0.0	319	0.6	437	0.1	152	0.1
Total	609,465	100.0	432,278	100.0	55,226	100.0	487,505	100.0	121,960	100.0
Hombres										
Ocupados	285,274	74.3	230,276	80.9	16,855	52.2	247,131	77.9	38,142	57.0
Desocupados que buscaron trabajo	27,041	7.0	20,877	7.3	1,642	5.1	22,519	7.1	4,522	6.8
Desocupados que no buscaron trabajo	71,431	18.6	33,535	11.8	13,657	42.3	47,191	14.9	24,239	36.2
No sabe/Sin información	282	0.1	118	0.0	133	0.4	251	0.1	31	0.0
Total	384,028	100.0	284,806	100.0	32,287	100.0	317,092	100.0	66,936	100.0
Mujeres										
Ocupados	78,619	34.9	52,937	35.9	9,132	39.8	62,069	36.4	16,550	30.1
Desocupados que buscaron trabajo	25,688	11.4	19,745	13.4	855	3.7	20,600	12.1	5,088	9.2
Desocupados que no buscaron trabajo	120,823	53.6	74,791	50.7	12,767	55.7	87,558	51.4	33,266	60.5
No sabe/Sin información	307	0.1	0	0.0	186	0.8	186	0.1	121	0.2
Total	225,437	100.0	147,473	100.0	22,940	100.0	170,413	100.0	55,024	100.0

Fonte: *Primera Encuesta Nacional de Inmigrantes en la Republica Dominicana. 2013:214* (Apud JORGE, 2014, p. 31).

Baseando-se na *Tabela 7*, que trata exclusivamente de mulheres, é possível dizer que a desocupação das haitianas na República Dominicana não está forçosamente ligada ao grau de instrução.

Tabela 7: Haitianas na República Dominicana: ocupação, idade e escolaridade²²⁷

OCUPAÇÃO		Idade	Escolaridade
Anterior	Atual		
Não trabalhava	Não trabalha	20	médio incompleto
Não declarada	Não trabalha	21	superior incompleto
Não declarada	Não trabalha	31	médio incompleto
Dona de casa	Não trabalha	37	sem escolaridade
Empregada doméstica	Não trabalha	39	sem escolaridade
Vendedora	Não trabalha	43	médio incompleto
Dona de casa	Não trabalha	48	não declarada
Empregada Doméstica	Não trabalha	49	superior incompleto
Comerciante	Não trabalha	56	médio completo
Cuidava de casa	Não trabalha	60	não declarada

Fonte: Dutra, 2014, p. 57.

²²⁷ Destas 10 mulheres, nenhuma estava em situação regular naquele país, de acordo com Dutra (2014).

Embora a fonte não tenha informado se estavam procurando trabalho ou não, o fato é que a condição de *Não trabalha* atingiu haitianas desde as *Sem escolaridade* até aquelas com *Superior incompleto*. A situação dos imigrantes haitianos é particularmente difícil no país fronteiriço. Entende-se, no entanto, que a situação das imigrantes é ainda mais precária em termos de trabalho e emprego, como mostram as *Tabelas 6 e 7*.

No caso do Brasil, as mulheres representam 20% do total de haitianos, de acordo com nosso entrevistado Parisi. Elas fazem os mesmos percursos que seus compatriotas, reivindicam, em certos casos, as mesmas atividades que estes, iniciam o processo migratório e o sustentam, trazendo os filhos ou o marido²²⁸ - ou assim o pretendem -, e imigram para se juntar a seus maridos ou algum parente residente no Brasil.

A quase totalidade dos nossos entrevistados (Oliveira; Molinari; Almeida; Parisi) concordam que, independentemente da taxa de mulheres na imigração haitiana, arrumar emprego é, desde o princípio deste afluxo, um desafio para a mulher haitiana se comparada com seu compatriota de sexo masculino. Num quadro geral, diz Almeida, as mulheres haitianas não se dirigem para atividades industriais que exigem força física, nas quais boa parte dos homens encontram trabalho. Elas teriam um perfil para “outro tipo de indústria, mas também têm um perfil mais para o comércio, os serviços, que são áreas onde o domínio do idioma é mais importante do que no setor industrial”²²⁹.

Ainda assim, constatamos, por outro lado, sobretudo nos estudos de Fernandes e Castro (2014) e Stefanelli (2015), bem como em alguma reportagem²³⁰, que a necessidade de aprender o português brasileiro é manifestada tanto entre homens quanto entre mulheres. A barreira linguística se coloca para ambos os sexos já no atendimento oferecido pelos Scalabrinianos, mas é mais acentuada entre as mulheres, na ótica dos entrevistados Parisi e

²²⁸ De acordo com o entrevistado Molinari, “muitas mulheres que vieram deixaram os maridos cuidando dos filhos, porque elas eram mais empreendedoras, eram mais ligadas ao trabalho ou principalmente à venda [...]”. Este lugar que a mulher ocupa na família haitiana é reiterado pelo *Comité Inter-Agences Femmes et Développement Système des Nations Unies* (1991, p. 152) de acordo com o qual existem quatro tipos de comerciantes: “aquelas agricultoras que revendem o excedente de sua produção familiar; as ‘madan Sara’, intermediária especializadas em circuitos entre as zonas rurais e urbanas; as ‘revandèz’ (literalmente ‘revendedoras’) dos centros urbanos e finalmente as ‘marchann fritay’ (vendedoras de frituras) [...]” e que as mulheres dominam quase todo o comércio informal. Parisi também fala (na entrevista) da vinda de mulheres, quando evoca suas maiores dificuldades na travessia até o Norte do Brasil e nas oportunidades de encontrar empregos para elas.

²²⁹ Entrevistado em 21 de janeiro de 2015 em Brasília-DF

²³⁰ Fonte: G1/FANTÁSTICO, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/07/imigrante-diz-que-muitos-brasileiros-consideram-haitianos-como-escravos.html>>. Acesso em: 21/07/2015.

Molinari²³¹. Fernandes e Castro (2014) mostram que “O idioma aparece como a maior fonte de problemas apontados pelos haitianos (56,5%), seguido do emprego (48,2%) e da habitação (42,1%)” (FERNANDES e CASTRO, 2014, p. 65).

Quando as haitianas se interessam por - ou são sugeridas a - uma vaga no setor industrial “masculino”, há resistência deste setor que aparenta estar predisposto a empregar só homens. Por isso o consenso acerca da recorrente menor oferta de vagas para elas do que para seus compatriotas entre nossos entrevistados (Molinari; Oliveira; Parisi; Almeida)²³². Outra dificuldade que se coloca à inserção laboral da mulher haitiana de modo geral é que o trabalho doméstico – mercado que mais se abriu no início para ela (Oliveira; Molinari; Perin²³³;) – não é o tipo de ocupação profissional que ela pretendia exercer no Brasil, por tanto ela aderiu muito pouco a este tipo de oferta de emprego por não se identificar com este tipo de trabalho (Oliveira; Molinari). Diante desta situação, em suas entrevistas, Márcia Maria de Oliveira disse: “Aqui nós temos uma tensão muito grande, uma dificuldade muito grande, o que vai, assim, em linhas gerais, retardar um pouco mais o ingresso da mulher haitiana no mercado de trabalho no Brasil”. Parisi afirma que as áreas que mais as empregam são os restaurantes e os hotéis. Porém algumas trabalham como empregadas domésticas.

A maior abertura do serviço doméstico para haitianas não é uma grande surpresa visto que as “[...] mulheres dedicadas ao trabalho doméstico remunerado [era de] 17,1%, em 2009 [...], 12,6% das mulheres brancas ocupadas eram trabalhadoras domésticas, enquanto 21,8% das mulheres negras desempenhavam a mesma função” (IPEA, 2012. Grifo nosso). Caberia dizer, portanto, que a concepção social de que a mulher negra é potencialmente

²³¹ Parisi sublinha que havia entre as mulheres haitianas atendidas pela Missão Paz aquelas que “só falavam crioulo e não francês”, por isso, às vezes, necessita-se de tradutor no atendimento, enquanto os homens em geral falam francês. Mas no caso de Manaus, Molinari destaca que como o Padre Gelmino falava francês, então ele lograva se comunicar com muitos haitianos, mas muitos haitianos que não estudaram não sabem falar francês. Muitos só falavam crioulo, disse.

²³² Molinari fala que no caso de Manaus, as empresas do Sul que vinham buscar trabalhadores tinham um contexto de uma pobreza de mão de obra masculina. Prosseguiu dizendo que muitas empresas que trabalhavam com frango tinham muitas mulheres trabalhando, mas precisavam de homens. Então elas viram a possibilidade de buscar aqui em Manaus justamente trabalhadores homens. As empresas vinham aqui e diziam: “Eu quero 100 homens”; “Mas leva algumas mulheres?”; “Não, não, não porque mulheres nós já temos 60 % na empresa, falta homem”. É nestas circunstâncias que Molinari vai dizer que “as mulheres tiveram muito mais dificuldade de ser absorvidas também no mercado. Tanto é que a gente tinha que negociar com essas empresas, praticamente dizer: ‘Não, vocês vão levar 30 homens, mas vão levar pelo menos 5 mulheres, faça uma ‘casa’ com mulheres’. Então a gente foi forçando um pouquinho para dar oportunidade também para as mulheres porque não era comum aparecer vaga para elas”.

²³³ Em *Irmã Santana Perin, Amor ao Haiti e aos Haitianos*. Publicado em: 20/10/2014. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.com>>. Acesso em: 01/06/2016.

empregada doméstica, ao passo que o homem negro é aquele que atua na construção civil já existia, como sugere o estudo do Ipea (2012), e é alimentada de certa forma por um quadro que, por sua vez, ainda a sustenta.

Parisi assinala que a taxa de mulheres haitianas foi menor nos últimos cinco anos. De acordo com ele “[...] a presença de mulheres foi de 10% até mais ou menos o ano passado. [2014]. Agora estamos falando de 20% de presença de mulheres porque os homens que encontraram trabalho fizeram, no último ano, chegar a esposa”. Estes homens e mulheres haitianos migraram notadamente de países do Caribe e da América do Sul, para o Brasil entre 2010 e 2015²³⁴.

Os testemunhos recolhidos junto aos Scalabrinianos entrevistados (Molinari; Parisi) afirmam que oferecer a primeira acolhida, que consiste em arrumar um lugar para dormir e um prato de comida para as mulheres haitianas, aquelas que solicitaram aquele tipo de apoio, não tem sido um grande desafio ante o pequeno número destas.

Vimos ao longo deste capítulo que as bases que sustentam a emigração haitiana para outros lugares e para o Brasil não se encontram apenas no seio das fronteiras nacionais da República do Haiti. São ao mesmo tempo histórico-estruturais, conjunturais e ligadas às redes, sendo a dimensão política preponderante, não exclusiva, em vários momentos deste processo. A emigração haitiana está relacionada também à secular degradação do meio ambiente, à fragilização econômica e social do Haiti.

A vinda expressiva de haitianos para o Brasil a partir de 2010 se entende não só diante do agravamento das condições de vida no país, com o advento do terremoto de janeiro de 2010, mas também com o histórico e gradual acirramento das políticas de fechamento, repatriamento, de expulsão e de controle de fronteiras, ora estendidas²³⁵, dos países de destino

²³⁴ Este processo migratório ainda continua, considerando que a emissão do Visto Humanitário para haitianos ainda vigora. “O Conselho Nacional de Imigração (CNIg), aprovou por unanimidade em reunião nesta quarta (12), a renovação por mais 12 meses, a contar de 30 de outubro de 2015, da Resolução Normativa N° 97, que dispõe sobre a concessão de visto humanitário para os imigrantes haitianos. A RN N° 97 prorrogada pelo CNIg vigora desde janeiro de 2012, e tinha sido renovada até outubro deste ano, possibilitando que as embaixadas brasileiras continuem expedindo o visto em caráter humanitário. Atualmente, esta modalidade de visto está sendo expedida na embaixada do Brasil em Porto Príncipe (Haiti) e em Quito (Equador).” Fonte: MTPS. *CNIg prorroga concessão de visto humanitário aos haitianos*. Publicado em: 04/10/2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br>>. Acesso em: 22/04/2016.

²³⁵ Podemos citar, no contexto de proteção e extensão de fronteiras europeias, o caso de *Frontex*. Segundo Drapier (2011), “Organismo especializado e independente, criado enquanto agência europeia pelo regulamento do Conselho n°2007/2004 de 26 outubro de 2004, Frontex é responsável pela execução das decisões comunitárias relativas à gestão das fronteiras exteriores. Frontex completa os sistemas nacionais de gestão das

tradicional de emigrantes haitianos²³⁶. Além destes elementos, cabe considerar as relações bilaterais entre o Brasil e o Haiti fortalecidas com a presença da MINUSTAH e a atuação do Brasil nesta Missão. Moraes *et al.* (2013) indicaram que o Brasil está em várias frentes no Haiti²³⁷. Há também o crescimento econômico do Brasil e sua maior visibilidade no mundo a

fronteiras dos Estados membros [...]. Frontex é responsável pela «coordenação da cooperação operacional baseada na informação no âmbito da União europeia em vista a reforçar a segurança nas fronteiras externas». É operacional desde o dia 03 de outubro de 2005.” Disponível em: <<http://ceriscope.sciences-po.fr/node/197>>. Acesso em: 13/10/2015.

²³⁶ Scaramal mostra que, paradoxalmente, os Estados Unidos da América e a República Dominicana, os dois países que mais recebem haitianos, são os que se revelam menos hospitaleiros com estes. Segundo ela, “Nos Estados Unidos da América, o controle do fluxo de migrantes haitianos teve início ainda na década de 1970 e foi exercido pela guarda-costeira americana, uma vez que a via marítima é a forma menos dispendiosa de chegar ao país. Entre as relações migratórias que os Estados Unidos estabeleceram com os países caribenhos até o ano 2000, o caso do Haiti sempre sofreu uma distinção: o refluxo dos migrantes haitianos pelos Estados Unidos foi feito ou por *interceptação*, ou por retorno forçado dos migrantes ao Haiti, ou ainda pelo encarceramento em prisões civis ou bases militares” (SCARAMAL, 2006, p. 96-97). Scaramal cita Patrick Gavigan, que afirma que: “Em 1980 se produziu uma mudança na política estadunidense, quando o governo de Carter se confrontou com afluências simultâneas de refugiados haitianos e cubanos. Carter se viu diante da impossibilidade de distinguir abertamente entre os dois grupos, razão pela qual foi criada uma nova classificação para os imigrantes, com base na qual foram admitidos 18.000 haitianos e 125.000 cubanos, não como refugiados ou asilados, mas como ‘**ingressados**’, cujos destinos seriam definidos posteriormente pela lei. O governo de Reagan voltou a mudar a política e, em setembro de 1981, estabeleceu o programa de interdição no mar, explicitando que os haitianos que conseguissem se esquivar do serviço da guarda-costeira seriam detidos por períodos prolongados em cárceres federais e nos centros do Serviço de Imigração e Naturalização (INS). Conforme informação do INS, foram interceptados 433 embarcações e, entre **1981 e 1991, 25.551 haitianos foram devolvidos a Porto Príncipe como resultado do programa. Somente 28 pessoas – do total que ‘ingressaram’ nos Estados Unidos – puderam apresentar recursos como refugiados.**” (GAVIGAN *apud* SCARAMAL, 2006, p. 94. Grifo nosso). Cabe lembrar que expulsões, prisões e recusas de refúgio a haitianos nos Estados Unidos iniciou em 1972, de acordo com Patrick Gavigan (*apud* SCARAMAL, 2006, p. 93). No tocante à República Dominicana, é preciso dizer que Scaramal (2006, p. 87) enfatiza que “Um *locus* de manifestação por excelência do anti-haitianismo é a República Dominicana, pólo de dispersão desse fenômeno pelo Caribe”. Handerson aponta a existência de uma sistemática e institucional prática de rejeição aos haitianos e dominicanos de origem haitiana em seu território. Nas suas palavras disse que “há nesse país uma forte discriminação racial contra os haitianos residentes em território dominicano. Isso se evidencia nas crises diplomáticas desses dois países ao longo da história política de ambos. Somando a sucessão de atos de violação de direitos humanos dos haitianos nesse país, em 2013, o Tribunal Constitucional negou a nacionalidade e a documentação de identidade aos filhos de haitianos nascidos na República Dominicana. Esta pesquisa sugere que a quantidade expressiva de haitianos chegados à América Amazônica que residiam na República Dominicana quando decidiram realizar a viagem está associada a esses acontecimentos, pois muito contribuíram para que os haitianos na República Dominicana seguissem a viagem para países como Equador, Chile, especialmente Brasil.” (HANDERSON, 2015, p. 89-90). A respeito das violações dos direitos dos migrantes e seus descendentes na República Dominicana, a Anistia Internacional disse: “Em setembro de 2013, o Tribunal Constitucional da República Dominicana proferiu uma sentença amplamente criticada que privava de forma retroativa e arbitrária da nacionalidade dominicana os dominicanos de ascendência estrangeira nascidos entre 1929 e 2010, a grande maioria dos quais descendia de haitianos.” (AI, 2015, p. 16). Ela também menciona a detenção de menores migrantes desacompanhados nos Estados Unidos, dizendo que “[...] Muitos desses menores fugiam da insegurança e da pobreza em seus países de origem.” (AI, 2015, p. 16).

²³⁷ “O Brasil, como forma de impulsionar o desenvolvimento do Haiti, mantém diversos projetos em seu território, com destaque para o auxílio na construção da usina hidrelétrica no Rio *Artibonite*, no sul do país. [...] A Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - ainda mantém na região uma unidade de validação de tecnologia, contando com unidades demonstrativas de milho, arroz, feijão e mandioca” (MORAES *et al.* 2013, p. 101-102. Grifo nosso). A recuperação vegetal, o esporte, o combate à violência contra as mulheres, a gestão do lixo, a alimentação em escolas e universidades, a formação profissional em construção civil, a saúde

partir de 2010 – e cujas base estariam nos dois *Governos Lula (2002-2010)* -, a relativa “facilidade” de acesso ao território pela via terrestre no Norte do Brasil e a sequência dada a esta presença tanto pela Igreja Católica como pelo Governo Federal e o Estado do Acre envolvidos desde o início. Ainda defendem que

[...] o acolhimento dos primeiros imigrantes haitianos em território brasileiro, que foi realizado de forma amigável, diferentemente do que ocorreu em outros destinos onde a migração haitiana foi duramente repreendida, criou a imagem de um país acolhedor, servindo de motivação para a escolha do Brasil como possível novo lar (MORAES *et al.*, 2013, p. 103)

Olhar para a sequência dada à presença de haitianos no Brasil, não só em 2010, mas também ao longo dos cinco anos seguintes é fundamental para compreender a dinâmica do recente e único fluxo expressivo de haitianos para este país.

Hall defende que a

“interpretação potente do conceito de diáspora [disseminação pelo mundo que é portadora da ‘promessa do retorno redentor’, de identidade e além de construtora desta] é a mais familiar entre os povos do Caribe. Tornou-se parte do nosso recém-construído senso coletivo do eu, profundamente inscrita como subtexto em nossas histórias nacionalistas” (HALL, 2003, p. 28. Grifo nosso).

A interiorização da emigração na sociedade haitiana²³⁸, relacionada com a preservação dos laços com familiares e com a terra de origem é outro elemento não marginal. Defende-se que a emigração haitiana para o Brasil também seria mal compreendida se desconsiderarmos as redes sociais que a sustentam e vem desempenhando um papel fundamental neste processo, daí importância de serem consideradas junto à discussão sobre política de acolhimento institucional.

compõem estas frentes (MORAES *et al.* 2013). De acordo com Ramalho e Goes “A Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) identificou parcerias com Banco Mundial, Organização Internacional para Migrações, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) [...], Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Escola Nacional de Administração Pública [...] (ENAP/MPOG), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/Ministério da Educação) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de empresas privadas [...]” (RAMALHO e GOES, 2010, p. 67). Patriota escreve que “O Brasil sustentou desde o princípio a necessidade de avanços concomitantes nos campos da segurança, da reconciliação política e do desenvolvimento.” (PATRIOTA, 2010, p. 70). Este autor sustenta que o mandato da MINUSTAH tem um “caráter multidimensional”, não podendo ser reduzido a “soluções puramente militares para problemas sociais, políticos e econômicos de origem histórica” (PATRIOTA, 2010, p. 70). Notemos, no entanto, que de acordo com a ONU (2015, p. 2), 45,6% do dinheiro – US\$ 380.355.700 - aprovado para a manutenção da paz no Haiti entre 01/07/2015 e 30/06/2016 era para militares e policiais da MINUSTAH (Cf. Anexo 10). O que mostra que o braço militar é, no tocante às categorias de despesas, a principal.

²³⁸ Ela faz parte do imaginário social haitiano (BAPTISTE, 2015; COTINGUIBA, 2014; HANDERSON, 2015). A mobilidade, disse Handerson (2015, p. 74) “tem no universo social haitiano” um “caráter constitutivo”.

III – Política de acolhimento institucional de haitianos em São Paulo: CNIg, Missão Paz e CPMig

O objetivo deste capítulo é tratar de forma detalhada o acolhimento institucional de imigrantes haitianos no Brasil, em particular na cidade de São Paulo, considerando o período 2010-2015. Sublinhemos, no entanto, que há pelo menos três décadas que o CNIg e a Missão Paz estão institucionalmente envolvidos no acolhimento aos imigrantes de diversas origens. Porém, a política de acolhimento institucional a imigrantes solicitantes de refúgio, mas não considerados refugiados pelo Brasil, é um assunto em si muito pouco discutido pelos estudos sociológicos. A própria palavra acolhimento não consta no dicionário de ciências sociais²³⁹, o que entendemos como um indício de que esta questão é marginal nesta área.

No entanto, partindo da observação de que debater sobre imigração na atual configuração política e territorial mundial é falar implícita ou explicitamente de política de acolhimento institucional – considerando que o acolhimento é a face comum da emigração e da imigração, isto é, a outra face da migração (inter)nacional e, percebendo o peso da dimensão política nos processos migratórios internacionais – a análise da política de acolhimento institucional para haitianos na cidade de São Paulo foi colocada no núcleo deste estudo sociológico. Aliás, esta dimensão parece ser especificamente sensível no caso da vigente política migratória brasileira. No Art. 107 da Lei 6.815 de 19 de agosto de 1980 ficou determinado o que segue: “O estrangeiro admitido em território nacional não pode exercer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil, sendo-lhe especialmente vedado (MJ, 2004, p. 80).

Para analisar a referida política de acolhimento institucional nesta cidade, foram escolhidas algumas instituições cujo papel é ou seria de grande importância no processo de acolher os haitianos que começaram a chegar no Brasil a partir do segundo mês de 2010. Este tipo de política permite o estabelecimento de uma relação entre *o dentro* e *o fora*, entre *anfitriões* e *hóspedes*. O Brasil, país cujo acolhimento institucional a haitianos está sendo analisado, é apresentado como uma terra acolhedora²⁴⁰, assim como o é seu povo, de acordo

²³⁹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de ciências sociais*. Instituto de Documentação. Rio de Janeiro, 1986.

²⁴⁰ O ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, mencionou a declaração da Presidenta Dilma, que falou da “disposição do Brasil de acolher os imigrantes” antes dele próprio defender, no final de 2015,

com Illes²⁴¹. Como visto no capítulo II, este país acolheu, em condições muito diferentes, diversos povos ao longo de sua história imigratória.

A chegada de boa parte dos haitianos em questão no Brasil é, sem dúvida, a mais tristemente visibilizada de todos os fluxos imigratórios recentes pela mídia nacional brasileira. A propósito, Télémaque (2012) diz que na mídia, em geral, a vinda de haitianos é vista como um problema, uma aceitação da miséria alheia, uma invasão haitiana, um risco para a população. Neste sentido, cabe dizer que a nova presença haitiana foi preocupação do Governo Federal, de alguns Estados e municípios, de outras instituições e da sociedade brasileira de modo geral. Stefanelli afirma que “[...] é notória a preocupação com esse contingente de pessoas [haitianas], tanto por parte da sociedade civil, instituições filantrópicas e ONGs, como dos órgãos públicos: prefeituras e governos estadual e federal.” (STEFANELLI, 2015, p. 41. Grifo nosso).

No entanto, os nacionais do Haiti estão sendo acolhidos pela República Federativa do Brasil, em muitos dos seus Estados e municípios e pelas representações da Igreja Católica no país, notadamente as da Congregação Scalabriniana. Este acolhimento não ocorre de forma homogênea no tempo e no espaço. Varia de acordo com os atores envolvidos, suas respectivas competências e a concepção que cada um deles tem sobre acolhimento de imigrantes. Deve-se notar que esta concepção não é forçosamente estática, muito pelo contrário, ela é sujeita a alterações, ampliações, como veremos adiante. A respeito desta realidade dinâmica, Duroux diz que: “É preciso evitar o imobilismo. Como qualquer outra tradição, a hospitalidade não se fixa de uma vez para todas. Trata-se de uma realidade viva, que evolui e se transforma, adaptando-se às mudanças do mundo” (DUROUX, 2011, p. 1077). Lembramos que os atores cujo trabalho de acolhimento é foco deste estudo são as seguintes instituições: o *Conselho Nacional de Imigração* - CNIG, a *Missão Paz de São Paulo* e a *Coordenação de Políticas para Migrantes* - CPMig da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC da Prefeitura de São Paulo. Para Mireille Rosello, a hospitalidade tem vários níveis e “[...] as práticas hospitaleiras dos indivíduos (oferecer, mesmo provisoriamente, abrigo e

quando se concedeu “o direito de solicitar residência permanente” a “43.871 imigrantes haitianos, [que] este ato reafirma o Brasil como uma nação de acolhimento, uma nação aberta a todos aqueles que querem paz e reafirma a nossa história, construída também através de fluxos migratórios intensos”. Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. *Governo brasileiro garante direitos para imigrantes haitianos*. Publicado em: 11/11/2015. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br>>. Acesso em: 22/04/2016).

²⁴¹ Fonte: *Entrevista FPA – Paulo Illes*. 2015. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/paulo-illes-trata-de-pol%C3%ADticas-para-migrantes-no-entrevistafpa>>. Acesso em: 20/09/2015.

comida em sua própria casa) não são as mesmas que as das nações (conceder um visto ou uma autorização de permanência, por exemplo).” (ROSELLO, 2011, p. 1084). Como veremos, juntas, as instituições aqui consideradas têm *práticas hospitaleiras* que lembram ao mesmo tempo às dos *indivíduos* e *das nações* sem se identificar a estas.

Considerando que não há hospitalidade sem acolhimento, embora haja acolhimento sem hospitalidade, pergunta-se se é possível falar de fato de um Brasil acolhedor ou, mais do que isso, hospitaleiro, com o advento da imigração de haitianos no país. O que dizer da cidade de São Paulo a respeito disso? Para responder a estas perguntas, é pertinente remeter ao acolhimento institucional reservado, ainda hoje, a haitianos na cidade.

Exemplos como os da República Dominicana e dos Estados Unidos da América, dois países cujas comunidades haitianas são bem mais expressivas seja por conta da proximidade geográfica ou da atração econômica²⁴², mas que violaram – e ainda violam, cada um à sua maneira – sistematicamente os direitos dos migrantes haitianos²⁴³ em detrimento das poucas normas internacionais às quais aderiram, são aqui referidos para fundamentar a apreciação do acolhimento institucional promovido, neste caso, pelo Governo Federal brasileiro²⁴⁴. Este acolhimento está ligado àquele que ocorre nos Estados e nos municípios brasileiros, particularmente no que toca à documentação relativa ao direito de permanecer regularmente no país e cuja emissão é de competência de um órgão federal.

Pensar sobre a política de acolhimento institucional para haitianos na cidade de São Paulo ainda demanda que se apresente a posição e participação do Governo Federal, da

²⁴² Estes elementos são isoladamente insuficientes para explicar fluxos migratórios. As condições de existência política e econômica no Haiti são tão fundamentais quanto as políticas imperialistas, as políticas econômicas macro e os obstáculos intermitentes mencionadas pelos estudos consultados (BAPTISTE, 2015; COTINGUIBA, 2014; HANDERSON, 2015; SASSEN, 2010; SCARAMAL, 2006; SEGUY, 2014). Além da aproximação geográfica, a República Dominicana também atrai “imigrantes econômicos” do Haiti.

²⁴³ Referimo-nos aos migrantes, potenciais solicitantes de refúgio ou de emprego, que saem do Haiti sem autorização de ingresso do Estado pelo qual pretendem passar ou em que pretendem ir, podendo ser interceptados, presos, repatriados, deportados em massa, violentados ou até mortos por agentes da segurança de Estados que pretendem alcançar ou em que já se encontravam (SCARAMAL, 2006). No caso específico da República Dominicana, nem mesmo os que lá nasceram, sendo descendentes de haitianos, estão isentos de discriminação institucional por parte do Estado, que lhes negam até mesmo a certidão de nascimento. Em *Adresse de Mme Mirlande Manigat, Secrétaire Générale du RDNP, à la Nation de*, publicado em: 09/01/2016, esta faz menção à grave crise com a República Dominicana durante a expulsão dos seus compatriotas, ela tinha pedido para candidatos presidenciais fazerem uma trégua e, juntos, se voltem para desenvolver uma posição comum (HAITI-REFERENCE).

²⁴⁴ Cabe destacar que a adesão dos Estados Unidos, bem como da República Dominicana, a estas normas é bastante modesta, como mostrado por ONU (2009) (Cf. Anexo 9). Com base nestes instrumentos internacionais, conclui-se que o Brasil é mesmo um país acolhedor, quando comparado a estes países e ao Haiti.

Missão Paz e da Prefeitura Municipal de São Paulo desde as primeiras chegadas de haitianos no Brasil, e mais precisamente na referida cidade em 2010.

3.1 São Paulo e suas migrações

É sem dúvida importante lembrar que o Estado de São Paulo e sua capital são parte das referências brasileiras, não só em termos de migração interna, mas também internacional. O Estado paulista é ainda, segundo o Museu da Imigração do Estado de São Paulo -MI, “um centro receptor significativo de correntes migratórias internacionais: são provenientes da América Latina, da África e do Extremo Oriente os novos rostos que, [...], testemunham a continuação da vocação de um Estado” que acolhe²⁴⁵. A cidade de SP, tal como o Estado do qual é capital, é marcada pela imigração na sua formação. Ainda conforme o MI,

São Paulo foi até 1870, uma ‘cidadezinha’ com não mais do que 24 mil habitantes. Com a expansão da lavoura cafeeira para a exportação e, em seguida, com a industrialização, esse cenário se transformou. A presença de amplos contingentes populacionais de fora, tanto do exterior como de outras regiões do país, foi determinante para que a cidade crescesse de forma rápida, exponencial (MI)²⁴⁶.

De acordo com Boris Fausto (*apud* SANTOS, 2012, p. 23) no ano de 1880 a população da cidade de São Paulo era de 35.000 habitantes. Quarenta e quatro anos depois, isto é, em 1924 ela passou a ter 600.000 habitantes. Com essas migrações, “[...] no final do século XIX, era predominantemente de estrangeiros: cerca de 55%, em 1893; já em 1920, somente 36%.” (FAUSTO *apud* SANTOS, 2012, p. 23).

Independentemente dos percentuais de imigrantes na cidade de São Paulo, estes alteraram alguns dos “territórios” desta durante o século XX e início do atual (PAIVA, 2011). Esta “alteração do espaço urbano por grupos de migrantes” ocorreu em bairros como Liberdade, Bom Retiro, Brás, Mooca ou Pari²⁴⁷. Os migrantes internos ou internacionais são,

²⁴⁵ Fonte: MI. Informações coletadas em 03/12/2015 em painéis expostos no próprio MI.

²⁴⁶ Fonte: MI. Informações coletadas em 03/12/2015 em painéis expostos no próprio MI.

²⁴⁷ De acordo com Paiva, o bairro da Liberdade em São Paulo “é rememorado como um bairro japonês muito embora atualmente, a presença de chineses e coreanos seja cada vez mais intensa. Este adensamento de fluxos migratórios altera a dinâmica do vivido naquele espaço e torna mais complexa sua dinâmica social, econômica e cultural.” (PAIVA, 2011, p. 14). Em relação ao Bom Retiro, Paiva fala que “de bairro judeu a partir da primeira

portanto, capazes de produzir “*territórios migrantes*”. Estes territórios não são nem material nem culturalmente neutros. No entanto, sua existência é fundamental para a promoção da “cultura imaterial: festas, culinária ou religiosidade [...]” (PAIVA, 2011, p. 16). Ainda assim, é preciso dizer que de acordo com este autor, a presença de bolivianos na capital de São Paulo “[...] em seus primeiros tempos foi exemplo da impossibilidade de constituição de um território migrante. Sua característica foi a de não deixar *marcas* na paisagem, daí sua *invisibilidade*.” (PAIVA, 2011, p. 26).

Paiva (2011) destaca que se os japoneses começam a se fixar na Liberdade em 1912, os bolivianos iniciam sua instalação na cidade de São Paulo nos anos 1950. A presença destes últimos se consolida, ganhando mais visibilidade na cidade, “nas décadas de 1980/1990²⁴⁸ – com a inserção destes como trabalhadores nas oficinas de costura do Bom Retiro.” (PAIVA, 2011, p. 25). No caso desta imigração em São Paulo, a Praça *Kantuta*, localizado no Pari “(zona norte da cidade)”, constitui (ocasionalmente) um território migrante de bolivianos (PAIVA, 2011)²⁴⁹. Neste sentido, este autor aponta que uma das atividades que ocorrem na Praça Kantuta, isto é, a feira, “representa um novo momento da relação da comunidade boliviana com a cidade; da *ilegalidade* à legalidade; da invisibilidade à visibilidade; do *ocultamento* à transparência.” (PAIVA, 2011, p. 27).

Existem outros canais de visibilizar migrações. Na cidade de São Paulo foram realizadas respectivamente em 2014 e 2015 a 8º e 9º Marchas dos Imigrantes que tivemos a oportunidade de acompanhar. Estas marchas, nas quais não observamos a presença de

metade do século XX, a presença de coreanos e bolivianos é predominante nos dias de hoje” (PAIVA, 2011, p. 14). Brás, Mooca e Pari também são, nas palavras de Paiva, “exemplos de territórios migrantes que sofreram transformações significativas na sua paisagem no transcurso do século XX.” (PAIVA, 2011, p. 14).

²⁴⁸ Ao analisar as migrações internas brasileiras, Baeninger (2011, p. 33) colocou São Paulo como um dos Estados que fizeram parte da *área de absorção* de fluxos de longa distância oriundos do Nordeste. Depois apontou que “Os movimentos migratórios, do início do século XXI, transformaram os grandes Estados de atração populacional dos anos 70 – São Paulo e Rio de Janeiro – em áreas de perdas migratórias.” (BAENINGER, 2011, p. 35).

²⁴⁹ “A Praça Kantuta não é um território boliviano durante todo o tempo, ao contrário da Praça da Liberdade. A feira ocorre apenas aos domingos o que implica numa sazonalidade constante do território ou se preferirmos, na permanência, em certa medida, da dualidade visibilidade e invisibilidade.” (PAIVA, 2011, p. 28). É oportuno dizer que mulheres negras em São Paulo, criaram a Feira Preta na Praça Benedito Calisto em Pinheiros. Ultimamente a Feira é realizada em Anhembi em São Paulo num evento anual, em um dia. Trata-se de uma feira de negócio, mas sobretudo de afirmação da negritude, da africanidade, de liberdade, de identidade/reconhecimento, portanto política e cultural, como sugere nosso entrevistado, o jornalista e escritor Osvaldo Faustino em 07/12/2014. A Feira Preta, a exemplo da Praça Kantuta, é ocasionalmente um lugar de orgulho e de afirmação de identidade negra e africana em última instância, para os negros brasileiros em SP. No que tange às ações políticas de negros em São Paulo, Rio de Janeiro e outros Estados do Brasil desde a abolição da escravidão em 1888 até a véspera da Segunda Guerra Mundial, consultar Gomes (2005).

haitianos, têm um grande valor simbólico e um teor político não desprezível. Primeiro, mostram que os imigrantes existem na cidade e se organizam para realizá-las; segundo, permitem enxergar a capital paulista como um lugar onde eles têm a possibilidade e a liberdade de se manifestarem, seja para denunciar restrições legais, porém discriminatórias, e abusos que sofrem por serem imigrantes, seja para conquistarem novos direitos como o acesso a creches para seus filhos, o direito de votar e de circular pelo mundo, ou simplesmente para mostrar sua cultura, questionar as condições de existência no país de origem, expor as diferenças de gênero, geração, raça, religião e cultura, dentre outras, internas aos grupos de imigrantes. As imagens a seguir mostram claramente a relação entre imigração e todas estas questões na cidade de SP.



Imagem 3: 8ª Marcha dos Imigrantes em São Paulo
Autoria nossa. Registrada em: 07/12/2014.



Imagem 4: 8ª Marcha dos Imigrantes em São Paulo
Autoria nossa. Registrada em: 07/12/2014.



Imagem 5: 8ª Marcha dos Imigrantes em São Paulo
Autoria nossa. Registrada em: 07/12/2014.



Imagem 6: 8ª Marcha dos Imigrantes em São Paulo
Autoria nossa. Registrada em: 07/12/2014.



Imagem 7: 8ª Marcha dos Imigrantes em São Paulo
 Autoria nossa. Registrada em: 07/12/2014.



Imagem 8: 9ª Marcha dos Imigrantes em São Paulo
 Autoria nossa. Registrada em: 29/11/2015.



Imagem 9: 9ª Marcha dos Imigrantes em São Paulo
 Autoria nossa. Registrada em: 29/11/2015.



Imagem 10: 9ª Marcha dos Imigrantes em São Paulo
 Autoria nossa. Registrada em: 29/11/2015.

As marchas, em aparência, reivindicam apenas questões de interesse dos imigrantes. Na prática, elas são um momento de reclamar mais direitos para toda a população residente, considerando, muitas vezes, sua diversidade como se pode ver na imagens acima. Um dos efeitos esperados é fazer da sociedade anfitriã uma sociedade efetivamente acolhedora na ótica dos imigrantes.

A 8ª Marcha dos Imigrantes, foi realizada para reivindicar o trabalho decente, cidadania universal, uma nova lei de imigração, direitos iguais, direito ao voto, à educação, à saúde e também para lutar contra a discriminação sofrida por migrantes, a xenofobia, a criminalização dos migrantes e dos movimentos sociais e migratórios, dentre outras reivindicações e lutas. Já para a 9ª Marcha, algumas das bandeiras de luta são: fronteiras

livres para as pessoas, fim das deportações, ratificação dos tratados internacionais, o direito de ser votado para que reside e trabalha na cidade²⁵⁰. Nosso entrevistado Silva diz que

O imigrante sofre um problema crónico, que aqui no Brasil, dificilmente as pessoas gostam de tocar nisso, que é o fato de não ter representação política, não poder participar. A gente fala muito em cidadania, cidadania, mas a gente retira o conteúdo político da cidadania, o que é um erro. O essencial dentro da cidadania é a questão política. E aí o imigrante contribui, participa, paga impostos e não tem direitos nem a uma escolha principalmente em eleições municipais (SILVA, 2014).

A dimensão econômica não está, portanto, isolada de outras dimensões como a política, a cultural e a religiosa também caras aos imigrantes, como evidenciado pelas *Imagens 5; 6 e 9*.

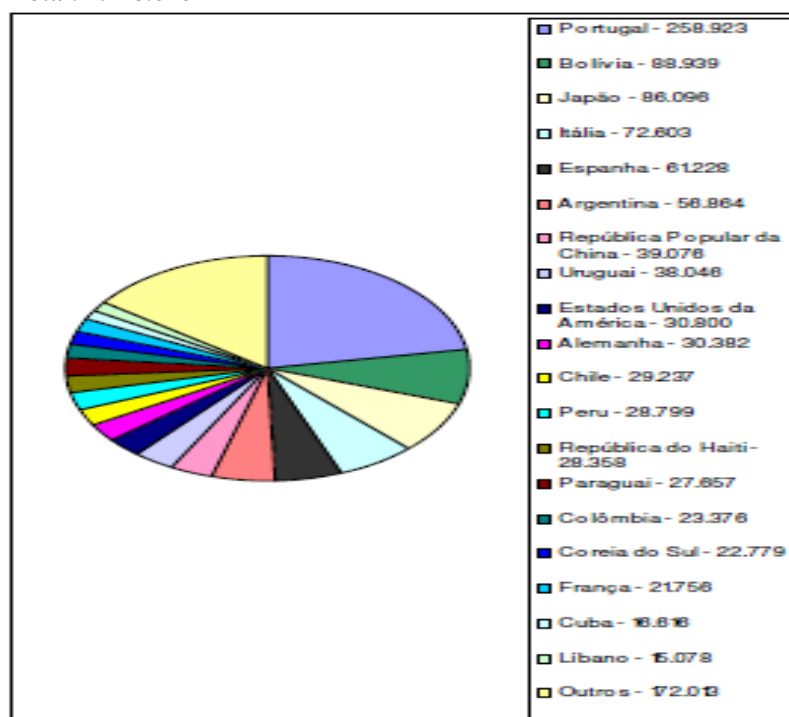
No caso da imigração haitiana no Brasil, a mediação desempenhou um papel fundamental neste processo de *visibilização* deles em âmbito nacional. No que tange aos imigrantes haitianos na cidade de São Paulo, embora não tenham ainda um “território migrante”, a exemplo da imigração japonesa ou boliviana, não permaneceram “invisíveis”. Foi também amplamente mostrada pela mídia sobretudo em 2014. Como veremos adiante, neste processo de *visibilização*, os próprios haitianos, contando com a colaboração da Missão Paz, tiveram um papel central.

3.2 CNIg e Estado brasileiro: articulações no acolhimento aos imigrantes haitianos no Brasil e em São Paulo

A República Federativa do Brasil acolhe formalmente pessoas de diversas nacionalidades dos cinco continentes. No capítulo II mencionamos a imigração que o Brasil conheceu antes e depois de sua independência política (1822), estendendo o olhar até a década em curso. No gráfico abaixo pode-se perceber que atualmente a imigração no Brasil envolve tanto países chamados desenvolvidos quanto aqueles considerados emergentes, bem como aqueles vistos como em desenvolvimento.

²⁵⁰ Mais detalhes sobre as *Marchas* em Anexo 11.

Gráfico 6: Número total de imigrantes com registros ativos no Brasil.
Total: 1.148.626



Dados do SINCRE do dia 19 outubro de 2015 (*Apud* CPMig/SMDHC, s/d, s/p. Grifo nosso).

Como bem destacado pelos dados do SINCRE (*Apud* CPMig/SMDHC, s/d), trata-se de apenas imigrantes regularizados. Um olhar sobre estes dados torna evidentemente insustentável e distante não só a ideia - rejeitada por Portes (1999) - de que são somente populações de “países pobres” que migram, bem como aquela segundo a qual haveria uma “invasão”²⁵¹ do Brasil por haitianos ao longo dos seis anos considerados, mesmo que se some ao número de haitianos então regularizados os 43.871, que ainda podiam solicitar o RNE até outubro de 2016. Na prática, a política de acolhimento institucional promovida pela República Federativa do Brasil aos imigrantes ainda beneficia muito mais algumas outras nacionalidades do que a haitiana. Não se deve perder de vista que, sendo prorrogada pela quarta vez - A primeira prorrogação em 2013, as demais, sucessivamente em 2014, 2015 e 2016 - a RN N°

²⁵¹ Eis algumas das fontes que defenderam a ideia de “invasão haitiana” no Brasil: OCC – ALERTA BRASIL. *Invasão de haitianos no Brasil*. Publicado em 28/05/2014. Disponível em: <<http://occalertabrasil.blogspot.com.br/2014/05/invasao-de-haitianos-no-brasil.html>>. Acesso em: 05/01/2016, e O GLOBO. *Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti*. Publicado em 01/01/2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/acre-sofre-com-invasao-de-imigrantes-do-haiti-3549381>>. Acesso em: 20/10/2014. Os títulos de artigos não deixam dúvidas, mas Illes, na entrevista dada à FPA em setembro de 2015, afirma que: “no ano de 2012, por exemplo, nós estávamos com um pouco mais de 16.000 haitianos, naquele mesmo período haviam entrado mais de 40.000 imigrantes da Europa no Brasil. Em nenhum momento se falou na grande imprensa que os europeus estavam invadindo o Brasil”.

97 é expressão de uma política temporária de acolhimento institucional a nacionais do Haiti, que está se tornando permanente na provisoriedade, tal como a MINUSTAH.

A política de acolhimento aos haitianos por parte de instituições públicas brasileiras envolve(u), além do CNIg e o MTPS, o Comitê Nacional para Refugiados - CONARE e o Ministério da Justiça -MJ, o Ministério de Relações Exteriores -MRE, o Estado do Acre e a Prefeitura de São Paulo, para citar apenas as mais destacadas. Nesta parte do capítulo III, o foco está mais no trabalho do CNIg em relação à imigração de haitianos no Brasil. Como veremos adiante, entender o contexto no qual atua este Conselho implica em olhar primeiro e principalmente para a atuação do CONARE.

Os pedidos, desde os primeiros solicitantes haitianos de refúgio no Brasil a partir de 2010, foram feitos junto à Polícia Federal, que encaminhou os mesmos para o CONARE. Este tipo de pedido lhes permitiu obter um protocolo²⁵², dando lhes o direito de tirar a Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS enquanto sua solicitação foi analisada pelo Comitê Nacional para os Refugiados (PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, 1997). O *non-refoulement*/A não devolução e a possibilidade de acesso à documentação se espalhou rapidamente entre os haitianos gerando uma chegada contínua deles pela mesma fronteira.

É preciso dizer que o caminho inicialmente explorado pelos cidadãos haitianos foi uma oportunidade para pessoas de várias outras nacionalidades dentre as quais os senegaleses se destacaram. Na *Reunião Técnica Intergovernamental sobre Políticas Migratórias envolvendo Trabalhadores Estrangeiros*, o Secretário da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social no Acre, Antônio Torres, informou que:

[...] nos últimos 3,5 anos, já ingressam no Brasil pela fronteira com Acre em torno de 22078 estrangeiros, de várias nacionalidades (Haiti, República Dominicana, Senegal, Nigéria, Colômbia, Camarões, Gâmbia, Nicarágua, República da Mauritânia, Equador, Serra Leoa, Bahamas, Gana), por meio da rota terrestre Equador-Peru-Bolívia-Brasil ou Haiti-República Dominicana-Panamá- Equador-Peru-Bolívia-Brasil (MPT, 2014).

Dados mais atuais fornecidos pelo governador do Estado acriano, Tião Viana, em entrevista mencionam que a fronteira do Acre com Peru foi desde 2010 a porta de entrada para mais de 43 mil pessoas de 15 nacionalidades, das quais a principal representada é a

²⁵² Um documento com foto emitido pela Polícia Federal, válido por no máximo seis meses em todo o território nacional brasileiro, que comprova a existência de um processo em andamento, mas que tem causado inúmeros constrangimentos para muitos imigrantes em bancos e com a Polícia Militar, por exemplo, por não ser aceito como documento de identificação.

haitiana²⁵³. Tal como o faziam os haitianos, os nacionais dos demais países exploraram mais uma vez as pistas traçadas pelos haitianos. À semelhança destes, solicitam refúgio como estratégia, afirma nosso entrevistado Almeida, “para conseguir uma residência e um emprego. Essas pessoas que conseguiram se empregar, o CNIg trabalhou uma modalidade, junto com o CONARE, para que pudessem obter residência no Brasil”.

A entrada pelo Norte está relacionada à atuação de redes de atravessadores. No tocante a estas redes, como bem ressaltado por Molinari, representantes da Congregação dos Scalabrinianos são incluídos, à sua revelia, logo sem seu consentimento, no pacote vendido nelas pelos coiotes. Nas palavras deste entrevistado nosso:

O fato é que dentro deste trabalho, você vai ter muitos momentos que o pessoal chega enganado e o coiote, na verdade, vendia um pacote completo. Ele vendia que a pessoa ia sair, atravessar, chegar em Tabatinga chegar aqui [na Paróquia São Geraldo²⁵⁴], como se nós fizéssemos parte desse pacote. ‘Vocês vão ter uma casa, um colchão, comida e trabalho’. Eles garantiam tudo. ‘Vocês chegando lá, procuram o Padre Valdecir e Padre Gelmino’.

As redes de atravessadores “que exploram a entrada irregular de haitianos no Brasil” são vistas pelo governo brasileiro como organizações criminosas, por tanto, contrapostas nas suas ações²⁵⁵. Neste esforço, como apontam Chade (*apud* MORAES *et al.* 2013) e o Ministério da Justiça e Cidadania²⁵⁶, o Brasil procurou envolver por meio da pressão diplomática o Peru e o Equador, os principais países de passagem dos haitianos (FERNANDES e CASTRO, 2014). Esta pressão teria como uma de suas origens a declaração do governador do Acre que teria dito que o MRE estaria sendo omissos diante da situação

²⁵³ Fonte: NOTÍCIAS DO ACRE. *Governo encerra política de imigração que atendeu mais de 40 mil estrangeiros*. Publicado em 20/05/2016. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br>>. Acesso em: 22/05/2015.

²⁵⁴ Esta instituição desenvolve as seguintes ATIVIDADES SOCIAIS: I. Casa de Apoio às Crianças filhas de Haitianos - 7h às 17h. II. Acolhida dos Migrantes III. Projeto Oportunidade e Renda (curso para migrantes com parceria do CETAM) IV. 3 Casas de Acolhida aos Migrantes (Zumbi e São Geraldo) V. Grupo da Pessoa Idosa VI. Pastoral da Criança VII. Serviço Pastoral do Migrante VIII. Alcoólicos Anônimos. Fonte: <http://www.arquidiocese.newmd.com.br/pagina/pagina/Paroquia_Sao_Geraldo_Majela_Setor_02>. Acesso em: 10/01/2015.

²⁵⁵ Estas redes são criminosas no sentido que buscam extorquir o máximo que podem da pessoa transportada. Como o comprovam as fontes consultadas, no seu modo de operar o roubo, a violência, o sequestro, a ameaça e abandono são comuns. Mas é preciso dizer que muitas vezes os migrantes não têm a real dimensão do perigo que se corre, recorrendo a estas redes. Por outro lado é possível perceber que mesmo quando percebido o risco de migrar clandestinamente, aqueles desejosos de migrar, mas sem nenhuma esperança de conseguir visto optam por este recurso diante de políticas violadoras do direito de circular das pessoas, num mundo globalizado, em nome da soberania estatal.

²⁵⁶ Fonte: Ministério da Justiça e Cidadania: *Governo do Peru aceita fazer plano coordenado com Brasil para combater entrada irregular de haitianos*. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br>>. Acesso em: 07/05/2016.

colocada pelo fluxo migratório com o qual o Estado estava se deparando. Nas suas palavras disse que este ministério “deveria dialogar com Peru e Equador, onde começa a rota, e exigir o visto dos imigrantes. Se esse visto fosse exigido resolveria 90% do problema”.²⁵⁷

Convergindo com a fala deste governador, o Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Acre, Nilson Mourão declarou que “a forma de desativar esta rota precisa ter todos os países envolvidos nela: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, República Dominicana, Haiti”²⁵⁸. Nessa ação, que acabou sendo realizada pelo Ministério da Justiça²⁵⁹, o governo brasileiro logrou a colaboração do Peru, que passou a exigir visto aos haitianos a partir de 2012 (FERNANDES e CASTRO, 2014), o que não foi o caso do Equador cujo Presidente da República, “Rafael Correa, manteve a tradição do Equador de cidadania global, pois o país não exige visto para nenhum estrangeiro.” (MORAES *et al.* 2013, p. 106), embora tivesse tentado restringir em 2013 o uso do seu território aos haitianos (FERNANDES e CASTRO, 2014)²⁶⁰.

Cabe ressaltar que a migração haitiana para o Brasil mostrou claramente, em três aspectos, a dimensão política deste fenômeno no qual o Estado brasileiro teve e continua tendo um papel fundamental:

- a) A regularização provisória da estadia aos solicitantes de refúgio entre 2010 e 2016;
- b) A autorização para a emissão do Visto Humanitário para haitianos em vigor há quase cinco anos – considerando as variações sobre representações diplomáticas brasileiras sediadas em países americanos e autorizadas a emitilo;

²⁵⁷ Fonte: G1. *Acre decreta situação de emergência social por causa de surto de imigração*. Publicado em 09/04/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 20/06/2014.

²⁵⁸ Fonte: KOMUKAI, Debora *et al.* (dir.). *SP Creole: a vida dos haitianos na capital paulista*. Universidade Metodista de São Paulo. Faculdade de Comunicação e Jornalismo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DEdea7zMeq8>>. Acesso em: 15/05/2015.

²⁵⁹ Vide: *Governo do Peru aceita fazer plano coordenado com Brasil para combater entrada irregular de haitianos*, o MJ trata desta articulação. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br>>. Acesso em: 07/05/2016.

²⁶⁰ “Importante notar que, dos países da América do Sul, somente quatro [**Argentina, Chile, Equador e Peru**], **em 2010, não exigiam visto para a entrada de haitianos** no seu território no caso de viagem de turismo. [...] **Mesmo com tais facilidades, nenhum desses países tornou-se o destino final para um grande número de imigrantes haitianos**, como foi o caso do Brasil. Tal fato pode indicar que essa migração não é gestada unicamente pelas facilidades de entrada no país, como preconizam os que criticam as medidas tomadas pelo governo brasileiro, mas é determinada pela intenção de chegar e de se estabelecer na região de destino” (FERNANDES e CASTRO, 2014, p. 12. Grifo nosso).

- c) A estratégia de envolver ao menos alguns dos países de passagem ou partida na tentativa de controlar as entradas irregulares de haitianos pela fronteira terrestre do Norte do país. Trata-se da chamada política de “extensão de fronteira” bastante aplicada pela União Europeia. Neste sentido, o Peru e Equador serviram, ou quase, de fronteira externa e de escudo para o Brasil.

Pode-se interpretar este último aspecto como uma prova de que a imigração haitiana em questão foi um assunto que extrapolou a relação bilateral Brasil-Haiti, envolvendo em algum momento diretamente quatro outros países: República Dominicana, Equador, Peru e Panamá em que as embaixadas brasileiras emitiram o Visto Humanitário em determinado momento, como visto anteriormente.

No entanto, antes de se chegar a estas situações, o tipo de acolhimento institucional que aqueles haitianos, que entravam irregularmente pelo Norte e por terra, tinham junto ao Governo Federal brasileiro era muito distinto do que costumam receber de países como a República Dominicana e os Estados Unidos, e também de países europeus que fazem atualmente parte da União Europeia²⁶¹. O acolhimento institucional, materializado neste caso, fundamentalmente, pelo fato de ter sua solicitação de refúgio registrada, pela aquisição do protocolo e da CTPS pelos solicitantes de refúgio, mostra que o Brasil, ao acolher haitianos que estavam nesta situação, estava cumprindo o teor de sua Lei 9.474 de 1997²⁶² e outros compromissos internacionais. Especificamente sobre estes, o presidente do CNIg disse, quando entrevistado, que

O CNIg, em relação aos haitianos, atua exclusivamente naqueles que ingressam pela via terrestre, porque eles acabam pedindo refúgio. Já há uma parceria nossa com o Ministério da Justiça, com o CONARE, para que todos estes casos sejam endereçados ao CNIg para concessão de residência. Então, o CNIg já concedeu mais de 9.000 residências para haitianos. Nós achamos que há mais de 20.000 casos ainda em tramitação a partir do Ministério da Justiça para vir aqui, para o CNIg.

²⁶¹ A União Europeia, depois da extensão de suas fronteiras mediante programas como *Frontex* e a “persuasão” a outros países que lhe servem de escudo contra a migração dos “indesejados”, além de tentar criar campos de refugiados fora de seu território, cogita atualmente deportar solicitantes de refúgio para regiões e países de onde saíram para poder dar um sentido a suas vidas. No que tange a este último plano, lembramos que a fala de Angela Merkel, respondendo a uma jovem refugiada palestina na Alemanha “que o processo para decidir os vistos é demorado [e] que a Alemanha não pode receber todos os refugiados, [sendo assim] alguns terão que retornar a seus países” é bastante reveladora deste tipo de intenção e prática (G1/FANTÁSTICO, 2015. Grifo nosso) que não passam de uma das mais flagrantes violações da Convenção de Genebra de 1951 e dos Direitos Humanos de pessoas em migração.

²⁶² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 13/05/2016.

Analisado a partir do ponto de vista da comparação com a Europa, os Estados Unidos e a República Dominicana, o primeiro acolhimento institucional a imigrantes haitianos pelo Governo Federal é, apesar dos seus problemas, sem dúvida muito mais respeitoso dos direitos da pessoa em mobilidade internacional, porém absolutamente esperado, pois condiz com o teor da legislação brasileira referente ao refúgio.

3.2.1 Acerca da não devolução dos haitianos

Em escalas internacional e regional existem normas às quais o Brasil aderiu e que defendem a liberdade de mobilidade humana, proibindo a deportação ou expulsões massivas (SCAMARAL, 2006; GODOY, 2011). Nas palavras de Godoy,

Tanto o artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos quanto o artigo 12 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos fazem menção à liberdade de locomoção e ao direito de se deixar o país de origem. Tal formulação encontra respaldo também em âmbito regional, no sistema interamericano de proteção aos direitos humanos, que contém cláusula específica sobre a proibição de expulsão coletiva. O artigo 22º da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) sobre liberdade de circulação ressalta o princípio de não devolução, ou *non-refoulement*, e frisa ser proibida a prática de expulsões coletivas em seu inciso 9º, que estabelece especificamente ser “proibida a expulsão coletiva de estrangeiros” (GODOY, 2011, p. 48).

Isto nos permite perceber parcialmente porque o Brasil não deportou haitianos, e tampouco cidadãos de países africanos, como o Senegal, que recorreram a esta forma de chegar no Brasil, considerando ainda que estes eram na sua quase totalidade solicitantes de refúgio. Baseando-se no estudo de Berger, Duroux escreve que “Numa espécie de círculo vicioso, quanto mais se estreita a via da imigração legal, mais os imigrantes clandestinos recorrem ao asilo” (DUROUX, 2011, p. 1070). Com base na imigração haitiana no Brasil dos anos 2010 a 2014, é possível dizer que a solicitação de refúgio não fundamentada em critérios relevantes revela, por um lado, uma necessidade de migrar daqueles que se percebem antecipadamente recusados de se mover diante de políticas migratórias clara e extremamente seletivas. Quando entrevistado, Almeida afirmou que “Se não for pelo refúgio, não há outra maneira das pessoas se documentarem no país”.

Os oriundos do chamado “Primeiro Mundo”, tendo políticas favoráveis a sua migração com dignidade pelo mundo não aparecem na lista das nacionalidades cuja imigração

irregular pelo Norte do Brasil foi midiaticizada, sem, entretanto, ter gerado expulsão coletiva. O caso citado por Pinto (2014) dos cerca de 60 mil espanhóis com visto de trabalho no Brasil em 2014, número que poderia ser muito maior, considerando que a contratação de um espanhol - ou de qualquer estrangeiro - demanda que a empresa justifique a não contratação de um brasileiro para o mesmo posto, que não ganhou nenhuma manchete de jornal, mostra que as políticas migratórias têm relação com a produção de imagens, dignas ou não, de imigrantes, portanto têm sua parte de responsabilidade também na produção do imaginário sobre os imigrantes. Sabe-se hoje que a entrada por via aérea no Brasil da maioria dos haitianos tornou quase imperceptíveis para a população nacional estas chegadas e diluiu a reprodução de imagens e discursos preconceituosos e exploradoras de momentos de fragilidade que mostravam os haitianos abrigados no Norte do Brasil, particularmente em Brasileia no Acre, como miseráveis e coitados, vindo de um país pobre e destruído e que no Brasil encontraram outro Haiti.

Sobre a condição jurídica de haitianos no Brasil, assinalamos que, apesar da pertinência dos argumentos de Cogo e Badet (2013) e de Rose Duroux (2011), apoiadas na Convenção de Genebra de 1951 e no Protocolo de Nova York de 1967, sabe-se que o Artigo 12 da Lei N° 9.474 de 22 de 1997 considerou outras “fontes de direito internacional dos refugiados” além da Convenção e do Protocolo aludidos.²⁶³ Quando se considera, por exemplo, a Declaração de Cartagena de 1984, pergunta-se se as solicitações de refúgio de haitianos no Brasil, inicialmente “inclassificáveis”, não poderiam ser apreciadas com base nesta Declaração, entendendo que o advento do terremoto de 12 de janeiro de 2010 foi uma circunstância que perturbou gravemente a ordem pública no Haiti, com a paralização da capital deste país cujo Estado é muitas vezes apontado como fraco.

O segundo elemento relevante, a nosso ver, é que se a vida das pessoas no Haiti, sua segurança ou liberdade não são ameaçadas pela violência generalizada, agressão estrangeira ou conflitos internos e tampouco há violação maciça dos direitos humanos no

²⁶³ Art. 12 da Lei N° 9.474 de 1997 disse: “Compete ao CONARE, em consonância com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 **e com as demais fontes de direito internacional dos refugiados:** I - analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado; II - decidir a cessação, em primeira instância, ex officio ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado; III - determinar a perda, em primeira instância, da condição de refugiado; IV - orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados; V - aprovar instruções normativas esclarecedoras à execução desta Lei” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; CASA CIVIL, 1997).

Haiti, como previsto pela Declaração de Cartagena (BARRETO, 2010, p. 16), o que justifica a permanência do braço militar e policial da MINUSTAH, uma missão de paz cuja “estratégia de saída” foi cogitada no final de 2009 (PATRIOTA, 2010), mas que vem intervindo há doze anos?²⁶⁴. Cabe salientar que de acordo com CPMig/SMDHC (s/d), o que justifica os vistos humanitários a haitianos são as “graves violações de direitos humanos sofridas pela população do país caribenho, decorrentes principalmente dos desastres naturais que o atingiram [...]” (CPMig/SMDHC, s/d, s/p.).

Se o governo brasileiro vinha se empenhando, em conformidade com o Protocolo relativo ao contrabando de migrantes por terra, mar e ar do ano 2000, ratificado em 2004 (ONU, 2009, p. 133), para desarticular as redes de traficantes de migrantes (coiotes) e pôr fim à entrada irregular de imigrantes haitianos, como conceber uma potencial devolução coletiva de haitianos neste e nos dois outros casos? Pergunta-se também se não caberia analisar as situações de muitos dos que ingressaram irregularmente a partir do previsto pela legislação brasileira em uma das três Resoluções Normativas Aplicáveis ao CNIg: a RN Nº 93/2010 relativa à “concessão de visto permanente ou permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima do tráfico de pessoas”.²⁶⁵ Embora pouco mencionado o objetivo: “para fins de exploração”, inexistente na ótica de Nieto (2014), o tráfico de migrantes foi referido tanto pelo CNIg (s/d) como por Pereira (2014), no caso desta imigração. O fato de que muitos haitianos tenham sido enganados, roubados e explorados em algum ponto da rota é assinalado por vários (NIETO, 2014), bem como por nossos entrevistados Pereira, Molinari E Parisi. Nesse sentido, o Visto humanitário parece ser uma escolha do Brasil diante da imigração haitiana. Como disse o CNIg (s/d, s/p) este visto foi “uma porta migratória adicional” que contempla um maior número de haitianos aos quais assegura o direito de vir, sem complicações, e de residir no Brasil.

²⁶⁴ No tocante a sua presença sabe-se que “Após a suposta abdução de Aristide, o Presidente do Supremo Tribunal haitiano, Bonifácio Alexandre, assumiu o comando do país em 29 de fevereiro de 2004 e solicitou ajuda à ONU para contenção da crise. O Conselho de Segurança da Nações Unidas – CSNU, atendendo ao pedido do mandatário interino estabeleceu a Força Multinacional Interina – MIF e, em abril de 2004 o Conselho aprovou a Resolução 1.542 dando origem à MINUSTAH [...]” (MORAES *et al*, 2013, p. 99).

²⁶⁵ Fonte: MTPS. *Resoluções Normativas aplicáveis ao CNIg*. Publicado em: 26/11/2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br>>. Acesso em: 22/04/2016. “Conforme definido pelo Protocolo de Palermo, em seu artigo 3º, a expressão “tráfico de pessoas” significa: o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração.” (SDH, 2013, p. 12-13).

Ainda com relação à documentação, Márcia Maria de Oliveira fala que os haitianos tiveram uma preocupação muito grande em buscar a documentação, que consideram “como uma exigência da condição migratória”. O estudo de Handerson (2015, p. 31) menciona a mediação da Pastoral da Mobilidade Humana em Tabatinga em fevereiro de 2010 entre os primeiros haitianos desejosos de solicitar refúgio e o ACNUR [CONARE]. Esta preocupação com a documentação por parte dos haitianos coincidiu com o teor de uma vigente legislação relativa ao refúgio que, de acordo com Barreto, é reconhecida aberta, avançada e respeitosa pela ONU (BARRETO, 2010).

A propósito da documentação de identificação nacional e também do trabalho que os haitianos conseguem em geral em “pouco” tempo de estadia no Brasil, Molinari afirma que “[...] queira ou não, para o migrante ter documento é fundamental. Uma pessoa sem documento é uma pessoa que vive numa instabilidade, no medo, numa insegurança tremenda”²⁶⁶. Sobre a falta de documentos, Basso disse que “Os *sans-papiers* [os irregulares], a figura mais exposta e sensível do mundo da imigração, não é outra coisa senão o protótipo do trabalhador precário e sujeito à chantagem[...] (BASSO, 2013, p. 37. Grifo nosso). O protocolo emitido pela Polícia Federal que os solicitantes de refúgio adquirem é, portanto, um sinal evidente de alívio, de segurança e de tranquilidade psicológica, embora nem sempre facilmente reconhecido como documento autêntico por profissionais de certas categorias profissionais. Sua “rápida” obtenção é percebida como uma facilidade de documentação por nossos entrevistados Parisi e Molinari. Esta constituiu, junto com o então crescimento econômico brasileiro, um atrativo para outros haitianos, residentes no Haiti ou em outros países do Caribe e da América do Sul e candidatos à emigração. Também é cabível dizer que ajudou a prevenir certos tipos de explorações destes sujeitos pelo mercado de trabalho, que procuraria colocar e manter deliberadamente na informalidade, na precariedade, numa maior exploração e inclusive na escravidão trabalhadores e trabalhadoras migrantes²⁶⁷. Permitiu que alguns pudessem dar seguimento aos seus sonhos de estudo ou de formação profissional. O

²⁶⁶ Entrevistado em 05 de novembro de 2014 em Manaus. Realização Nossa.

²⁶⁷ Entrevistado pela FPA, Illes diz que mesmo documentados os imigrantes são suscetíveis de serem escravizados no Brasil, se não o fossem seriam muito mais expostos a este tipo de situação. Neste sentido, a regularização poupou o Brasil de uma eventual associação de sua imagem a este tipo de prática criminosa. Entendemos que não é por acaso que no Brasil foi publicado em 2013 o *Manual de Recomendações de Rotinas de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo de Imigrantes* pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Esta Comissão foi criada em 31 de julho de 2003. Fonte: SDH. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br>>. Acesso em: 06/06/2014.

documento, mesmo provisório, é fundamental para aquele que acaba de chegar seja para estudo, seja para trabalho ou para estar junto com seus parentes, ou ainda para ter sua liberdade de circulação no território nacional brasileiro assegurada e respeitada, oficialmente.

Referindo-se à garantia de direitos pelo governo brasileiro para mais de 43.800 migrantes de nacionalidade haitiana, que passaram oficialmente a ter, a partir de 12 de novembro de 2015, a possibilidade de solicitar a *Cédula de Identidade de Estrangeiro* - CIE permanente, mais conhecida como *Registro Nacional de Estrangeiros* - RNE dentro do prazo de um ano, o MTPS ressaltou que:

Os beneficiários são imigrantes haitianos que ingressaram no Brasil pela fronteira terrestre com o Acre, a partir de 2010, e contavam, desde então, com documentos provisórios de solicitação de refúgio. A carteira de trabalho, por exemplo, tinha validade de apenas um ano (MTPS)²⁶⁸.

A regularização dos haitianos que vinham solicitando refúgio no Brasil a partir de 2010, embora provisória, foi fundamental tanto para eles, quanto para o Estado brasileiro.

3.2.2. Acolhimento na provisoriedade

O acolhimento institucional que haitianos vêm usufruindo a partir de medidas legais estabelecidas pelo Governo Federal, especialmente pelo CNIg, reforça uma das afirmações centrais de Sayad (1998) conforme a qual o imigrante é pensado como aquele localizado – e que em si se enxerga, muitas vezes, como situado – num mundo eternamente provisório, estando ele ou não num “estado mais duradouro”. Segundo este estudioso,

Uma das características fundamentais do fenômeno da imigração é que, fora algumas situações excepcionais, ele contribui para dissimular a si mesmo sua própria verdade. Por não conseguir sempre pôr em conformidade o direito e o fato, a imigração condena-se em engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: Não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade (SAYAD, 1998, p. 45).

²⁶⁸ Fonte: MINISTERIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. *Governo brasileiro garante direitos para imigrantes haitianos*. Publicado em: 11/11/2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br>>. Acesso em: 22/04/2016.

O número acumulado de 43.871 imigrantes haitianos que residiam no Brasil com uma identidade provisória de solicitantes de refúgio é, a nosso entender, mais um elemento ilustrativo desta situação de provisoriedade²⁶⁹, ainda assim estratégica também para os próprios imigrantes que, com ela, passam a se ver como portadores provisórios de certos direitos. Para Milesi, estes solicitantes de refúgio sabem da provisoriedade de tais documentos, “mas alimentam sempre absoluta e firme esperança de que os terão de maneira definitiva.” (*Apud* REMHU, 2014, p. 278).

Sobre o conhecido como “Visto Especial Humanitário” obtido por aqueles haitianos que ingressam regularmente no Brasil, Almeida afirma que este “É um visto permanente, só que tem um condicionante porque depois de um certo tempo, ele [o haitiano] tem que se apresentar para renovar seu documento [...]”. Este visto tinha inicialmente um período de vigência de dois anos, isto é, 2012 e 2013 (ACNUR, 2014). Como dito anteriormente, havia sido prorrogado algumas vezes, por períodos de 12 meses. Segundo o *Portal Brasil*, a vigência da RN N° 97 foi novamente prorrogada “até final de outubro de 2017”.²⁷⁰ Percebe-se que no Brasil a condição dos haitianos, mesmo detentores de uma *Cédula de Identidade de Estrangeiro* permanente por razões humanitárias, está ligada à provisoriedade.

A documentação, no caso da imigração haitiana, não se limita a um documento para registro de experiência profissional e cumprimento das leis trabalhistas ou a uma identidade provisória (protocolo) ou definitiva (CIE) de 5 anos de validade que, pela Resolução Normativa N° 97 do CNIg de 2012, deve ser renovada por igual período, depois de

²⁶⁹ “Para o presidente do CNIg, Paulo Sérgio de Almeida, ‘a entrega da [primeira] carteira de Identidade definitiva ao Lobenson [Mereus no final de 2015] simboliza a atitude de acolhida que o Brasil tem demonstrado em relação aos imigrantes e particularmente aos haitianos. É ainda um exemplo concreto da coordenação eficaz entre órgãos que atuam na governança das migrações: o Ministério do Trabalho e Previdência Social e CNIg; Ministério da Justiça e Departamento de Polícia Federal. Esse documento lhe garante segurança em relação a sua situação migratória e lhe permite plenas garantias de acesso a direitos’, avaliou.” Fonte: MTPS. *Primeiro haitiano recebe a Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE)*. Grifo nosso. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/noticias/1347-primero-haitiano-recebe-cedula-de-identidade-de-estrangeiro>>. Acesso em: 29/03/2016.

²⁷⁰ Fonte: Portal Brasil: *Governo prorroga visto humanitário para haitianos*. Publicado em 14/09/2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/09/governo-prorroga-visto-humanitario-para-haitianos> Acesso em: 18/12/2016.

comprovada a situação laboral do interessado²⁷¹. Ela também disse respeito à emissão e publicação de documentos de comunicação, de orientação, de prevenção e combate por instituições como o então Ministério do Trabalho e Emprego e o Instituto Migrações e Direitos Humanos –IDMH²⁷² e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Apesar do reconhecimento de que houve acolhimento institucional especial para haitianos pelo Governo Federal – acolhimento este que se traduz pela regularização e pela abertura de suas fronteiras para haitianos sobretudo com a criação do Visto Humanitário pela RN N° 97 em 2012, – tanto por pesquisadores (HANDERSON, 2015; BAPTISTE, 2015), quanto por padres Scalabrinianos entrevistados, bem como pelo então Coordenador da CPMig Paulo Illes, este acolhimento fez surgirem elogios, recomendações, sugestões e críticas construtivas ao longo dos últimos anos. Ele é, no que se refere ao Governo Federal e ao CNIg um acolhimento institucional marcado pela provisoriedade, apesar da afirmação de Illes de que se trata de uma imigração que “veio para ficar”.

3.2.3 Além da documentação no acolhimento institucional a haitianos

No documento publicado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em 2014, a *Comissão Permanente de Integração Bi-Nacional Brasil-Bolívia* defendeu que “É necessário um acompanhamento do haitiano em São Paulo, para evitar que ele seja submetido ao tráfico de drogas, prostituição e trabalho escravo.” (MPT, 2014, s/p). Estas recomendações/preocupações são de grande pertinência, pois questões próximas a elas são mencionadas pelos entrevistados Molinari, no tocante aos haitianos contratados em Manaus, e por Pereira, no que se refere aos contratados na Missão Paz na cidade de São Paulo.

²⁷¹ Com esta medida fica explícito que o visto é humanitário, mas a permanência no Brasil é econômica. Sem um vínculo econômico, a iminência do desaparecimento da razão humanitária se evidencia. Em outros termos, os haitianos beneficiários do Visto Especial Humanitário têm o direito de permanecer no Brasil enquanto forem economicamente produtivos aos olhos do Estado.

²⁷² Referimo-nos especificamente às Resoluções Normativas N° 97 e 102 do CNIg, à *ANN PALE POTIGÈ: Cartilha Crioulo haitiano-português* (MTE; IMDH, 2012) e à *Guia de informações sobre trabalho aos haitianos* (MTE; CNIg; IMDH; CJ, 2012). Como os próprios títulos dos manuais indicam, o primeiro serve principalmente para facilitar o aprendizado do português, e também do crioulo, e consequentemente possibilitar a comunicação entre haitianos e brasileiros. Fornece algumas informações sobre algumas cidades brasileiras, sobre saúde e sobre a Polícia Federal. Quanto à referida *Guia*, esta informa essencialmente sobre os direitos do trabalhador no Brasil. A nosso ver, este trabalhador é nela concebido como um trabalhador pouco qualificado.

De acordo com Molinari, muitas empresas que foram buscar haitianos em Manaus não foram fazer caridade. Nas suas palavras disse: “Não tem empresa capitalista que visa dar bem-estar. Elas visam lucro, precisam de mão-de-obra. Quanto mais mão de obra tiver e quanto mais ela for barata, melhor é”.

Pereira fala de empresas que “ofereciam salários precarizados de R\$ 600,00 aos imigrantes haitianos e africanos” quando os contratavam na Missão Paz. Com relação a estas remunerações frustrantes, a haitiana A. Marthine, no Brasil há 5 anos, fala de seu primeiro emprego no setor industrial em que ficou um mês no Paraná, e de seu segundo salário de R\$ 500,00 recebido mensalmente por três meses de trabalho num restaurante na cidade de São Paulo.²⁷³

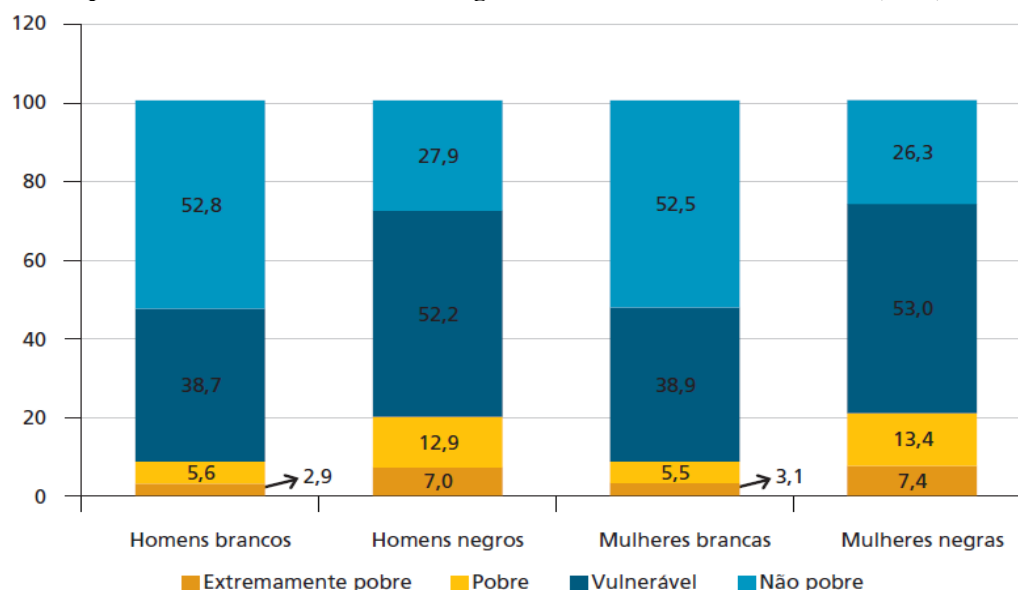
Citado por Lima *et al.* (2013, p. 57), Soares fala “do peso da discriminação de cor e de gênero” que sofrem as mulheres negras brasileiras. Ele sustenta que sofrem “a discriminação setorial-regional-ocupacional que os homens da mesma cor e a discriminação salarial das brancas do mesmo gênero” (SOARES *apud* LIMA *et al.* 2013, p. 57). Este estudo mostra que embora mais instruídas do que os homens negros entre 1999 e 2009, tanto no ensino médio, quanto no superior, as mulheres negras têm a mais baixa mediana do rendimento mensal do trabalho principal em 2009, recebendo menos de 55% da mediana do rendimento mensal do homem branco no seu trabalho principal (LIMA *et al.* 2013). Conforme o Ipea, em 2009 os homens negros recebiam 53%, as mulheres brancas 55% e as mulheres negras 30,5% da renda média dos homens brancos (IPEA, 2012, p. 35). Em 2009, a renda média dos homens brancos era de R\$ 1.491,00, a das mulheres brancas de R\$ 957,00, a de homens negros de R\$ 833,50 e a de mulheres negras de R\$ 544,40. Entende-se, neste último caso, quando Pestana (2010, p. 84) afirma que a mulher negra não tem na realidade salário, mas sim uma gorjeta.

O gráfico abaixo reforça o diagnóstico apontado pelos estudos de Lima *et al.*, (2013) e Ipea (2012). Com base nele caberia dizer que a extrema pobreza, a pobreza e a vulnerabilidade no Brasil em 2009 afetavam essencialmente a população negra. A soma dos percentuais de mulheres negras extremamente pobres e pobres são os maiores (20,8%).

²⁷³ Fonte: CANÇÃO NOVA. *Maranathá*. Publicado em 09/12/2015. Disponível em: <<http://www.missaonspaz.org/#!/V%C3%ADdeo-da-Can%C3%A7%C3%A3o-Nova-sobre-o-trabalho-da-Miss%C3%A3o-Paz/cu8s/566874f00cf29cc386495854>>. Acesso em: 10/12/2015.

Seguidos da dos homens negros (19,9%) que, sozinha, ultrapassa a soma total dos percentuais dos brancos e brancas extremamente pobres e pobres (17,1%) naquele ano.

Gráfico 7: Distribuição da população por sexo e cor/raça, segundo a situação de pobreza definida com base no Programa Brasil Sem Miséria – Brasil (2009)



Fonte: Ipea *et al.* (2011, *apud* SILVA, 2013, p. 116)

Elaboração: Silva (2013)

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos. Grifo da autora.

Apesar das lutas que negras e negros vêm travando, em particular a partir de 1888, ano d abolição da escravidão no Brasil, este é o retrato em vigor no Brasil na véspera do início da imigração haitiana. Retomando as palavras de Morokvasic, podemos dizer que os imigrantes em questão não criaram no Brasil estas “hierarquias de poder” e de valorização social relativas à raça, à etnicidade e ao gênero (MOROKVASIC, 2010).

Embora muitos haitianos no Brasil se beneficiem de um visto humanitário a partir de 2012, com base na RN N° 97, e da regularização com base na Resolução Normativa N° 27 de 1998, da qual aqueles que entraram de forma irregular desde 2010 também vinham se beneficiando (FERNANDES e CASTRO, 2014), a imigração haitiana é sobretudo vista como uma imigração laboral. Na prática os haitianos são, em última instância, concebidos como trabalhadores imigrantes no Brasil, tanto pelos entrevistados Almeida, Parisi e Molinari,

quanto por representantes do IMDH, da CPMig, os diplomatas brasileiros no Haiti (VIDAL²⁷⁴ e IRIGARAY²⁷⁵) e pelo *CIBAI Migrações*²⁷⁶, ainda que acolhidos por razões humanitárias. Conforme afirmado por Cavalcanti,

Os imigrantes haitianos passaram a ser a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal em 2013, superando os portugueses. Assim, a sua população cresceu, aproximadamente, dezoito vezes, passando de pouco mais 814 imigrantes em 2011, para 14.579 empregados no mercado de trabalho formal em 2013 (CAVALCANTI, 2014, p. 13).²⁷⁷

É preciso, no entanto, assinalar que esta formalização é essencialmente de trabalhadores de sexo masculino. Ao longo dos três anos analisados – 2011; 2012; 2013 – embora tenha aumentado respectivamente, o percentual de mulheres trabalhando formalmente não ultrapassou os 14% conforme o estudo de Dutra *et al.* (2014). De 10% em 2011 para 14% em 2013. Cabe sublinhar que para o MTPS, “Nas situações de migração laboral é competência da Coordenação-Geral de Imigração - CGIg autorizar o trabalho do estrangeiro”.²⁷⁸

²⁷⁴ Fonte: *LE NOUVELLISTE: Le Brésil, bras ouverts, attend tous les haitiens*. Publicado em 07/10/2015. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/150801/Le-Bresil-bras-ouverts-attend-tous-les-Haitiens>>. Acesso em: 05/11/2015.

²⁷⁵ O Cônsul brasileiro no Haiti Vitor Hugo Irigaray fala de organizações que apresentam os haitianos como “muito trabalhadores. Os que estão em Brasília, por exemplo, trabalham o dia todo, trabalham a noite se for preciso para ter mais dinheiro em caixa” Fonte: TV FOLHA. *HAITI, a nova fase da imigração*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=G5a3gtdnZW8>>. Acesso em: 12/09/2015.

²⁷⁶ O Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações - *CIBAI Migrações*, atualmente dirigido por Lauro Bocchi, foi criado em 16 de abril de 1958, passando “a substituir o Secretariado [Secretaria Católica de Imigração] no acolhimento, regularização dos documentos, acompanhamento, na realização de cursos de português e intermediação com empresários para colocação dos imigrantes. Deu especial atenção à numerosa comunidade italiana. Na década de 1970 e 80, com o avanço das ditaduras em países latino-americanos, o CIBAI Migrações dedicou-se também aos latinos que aqui acorriam, fugindo das perseguições. Na década de 90 passou atender orientais e em seguida africanos. No século XXI voltou-se também às centenas de estudantes internacionais que estão em Porto Alegre e municípios circunvizinhos e ao atendimento do fluxo migratório de haitianos, senegaleses e imigrantes procedentes de outros países africanos e orientais.” (Grifo nosso). Fonte: CIBAI Migrações. Disponível em: <http://www.cibaimigracoes.com.br>>. Acesso em: 19/05/2016.

²⁷⁷ Este recorde é também sublinhado por Almeida em sua fala no *II Seminário Internacional Migrações na Pan-Amazônia* realizado em Manaus nos dias 03 e 04/11/2014 pelo Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia – GEMA da Universidade Federal do Amazonas, e pelo MTPS – então MTE – em *Governo brasileiro garante direitos para imigrantes haitianos*. Publicado em 11/11/2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br>>. Acesso em: 22/04/2016.

²⁷⁸ A CGIg é, para Almeida “em geral um órgão administrativo, [...] de uma parcela das resoluções do CNIg, que mexem com o tema da vinda de trabalhadores estrangeiros” (Entrevistado em janeiro de 2015). Os MTPS, MRE e MJ são os envolvidos nas questões migratórias brasileiras. Fonte: MTPS. *Autorização de Trabalho*. Publicado em 03/09/2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br>>. Acesso em: 22/04/2016.

A concepção que relaciona migração e trabalho é enfatizada em depoimentos de mulheres e homens haitianos em diversas fontes consultadas²⁷⁹. De acordo com Pereira, esta concepção é real na sociedade brasileira e tende a ser assimilada pelos próprios imigrantes. O que os leva, muitas vezes, a recusar convites para participar de saraus e encontros, vistos por eles como atividades irrelevantes. “Eu estou aqui para trabalhar e, é nisso que está o meu valor” seria portanto uma justificativa usual, assinalou.²⁸⁰

Se no *Gráfico 7* as situações dos homens negros e das mulheres negras brasileiros chamam a atenção, é preciso considerar plenamente o fato de Iphonia Valcin²⁸¹; A. Marthine e suas compatriotas serem trabalhadoras negras e haitianas em São Paulo. Os salários aos quais aludem, pequenos para as necessidades materiais de pessoas residentes em grandes cidades, muito inferiores às expectativas dos haitianos de enviar remessas para seus familiares ou para quitar dívidas levaram o Grupo de Pesquisa de Trabalho e Migrações na Amazônia da UFAC a dizer que “A situação do migrante é preocupante, eles evidenciam em suas entrevistas a decepção por não obterem a promessa do ‘sonho brasileiro’ de salários vultosos, em vez do salário mínimo, e condições péssimas de trabalho” (*Apud* MPT, 2014).²⁸²

Ainda sobre as condições de trabalho e também sobre os ramos de atividades destes imigrantes no Brasil, o MTPS afirma que os haitianos “[...] estão inseridos principalmente no mercado de trabalho do Sudeste e Sul do Brasil, nas agroindústrias de abate

²⁷⁹ Fontes: ZERO HORA. *Sonhos paridos*. Publicado em 02/10/2015. Disponível em: <<http://videos.clicrbs.com.br/rs/zerohora/video/geral/2015/10/sonhos-partidos/137856/>>. Acesso em: 06/10/2015; CANÇÃO NOVA. *Maranathá*. Publicado em 09/12/2015. Disponível em: <<http://www.missaonspaz.org/#!/V%C3%ADdeo-da-Can%C3%A7%C3%A3o-Nova-sobre-o-trabalho-da-Miss%C3%A3o-Paz/cu8s/566874f00cf29cc386495854>>. Acesso em: 10/12/2015; TV FOLHA. *HAITI: a nova fase da imigração*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=G5a3gtdnZW8>>. Acesso em: 12/09/2015.

²⁸⁰ Tal concepção, além de ser uma forma de limitação e discriminação não tão percebida, tão material, de acordo com este entrevistado, reduz as possibilidades de análise e de percepção da complexidade inerente à imigração, e aos imigrantes, neste caso, haitianos em São Paulo, que é não só econômica, mas também política – embora não resulte em refúgio –, ambiental, intelectual e afetiva.

²⁸¹ Esta sugere que no centro de São Paulo sempre há trabalho. O problema é que “paga muito pouco” e que o Real desvalorizou muito em relação ao Dólar, sendo que ela, seu marido e sua irmã enviam juntos US\$ 300,00 cada mês. Diante disso, o Duval Fernandes fala que para os haitianos a cotação a R\$ 3,00 era praticamente fatal. Fonte: TV FOLHA. *HAITI: a nova fase da imigração*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=G5a3gtdnZW8>>. Acesso em: 12/09/2015. Diante disso, os salários pagos, em particular às imigrantes na cidade de SP, está longe de tornar, como diria Morokvasic, uma “bênção” o trabalho que exercem.

²⁸² Esta decepção em relação ao salário é registrada por Fernandes e Castro (2014) e apontada por Pereira (2014). Ela aparece sobretudo em depoimentos das haitianas, como já indicado.

de aves e suínos”²⁸³. O referido Grupo de Pesquisa de Trabalho e Migrações na Amazônia da UFAC aponta que os “Haitianos são contratados essencialmente por empresas do ramo frigorífico e pelo setor da construção civil” (*Apud* MPT, 2014, s/p). O presidente do CNIg Paulo Sérgio de Almeida afirma em entrevista que “[...] o trabalho que é preenchido pelos haitianos, tipicamente, é um trabalho nas indústrias e, na maioria dos casos, um trabalho que exige força física. É uma atividade mais corporal, mais manual, [...]”. Na avaliação da entrevistada Márcia Maria de Oliveira

Existe um mercado para o trabalho do migrante já, quase que garantido aos homens. Os haitianos encontram este mercado aberto na construção civil, na área da produção de alimentos, na área da manutenção e serviços gerais. É um mercado de trabalho que não exige alta qualificação, é um mercado de trabalho que não está sendo completamente atingido pelos trabalhadores brasileiros.

É preciso assinalar que de acordo com GPTMA alguns destes ramos de atividades, isto é, os frigoríficos e a construção civil, são “setores onde o MPT encontra constantemente situações de trabalho superexplorado e em condições de trabalho escravo” (*Apud* MPT, 2014, s/p). Robert Delice, haitiano e professor de matemática no seu país, mas operário em São Paulo, denuncia no seu depoimento as injustiças e a concepção do trabalhador haitiano como escravo por muitos brasileiros e brasileiras nas empresas²⁸⁴.

A respeito desta questão, Almeida defende, no entanto, que os haitianos estão vindo para trabalhar formalmente no Brasil, não para serem escravizados. Embora existam problemas trabalhistas, estes não envolvem exclusivamente haitianos. Envolvem brasileiros e outras nacionalidades. Daí a importância em não se estigmatizar. O MTE está combatendo este tipo de prática, ressaltou na sua fala no *II Seminário Internacional Migrações na Pan-Amazônia* realizado em novembro de 2014 pelo Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia - GEMA em Manaus. O quadro a seguir não discrimina as nacionalidades, mas permite perceber que algo está sendo feito no Brasil no combate contra as novas formas de trabalho escravo que envolve, certamente, brasileiros e estrangeiros.

²⁸³ Fonte: MTPS. *Governo brasileiro garante direitos para imigrantes haitianos*. Publicado em 11/11/2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br>>. Acesso em: 22/04/2016.

²⁸⁴ Fonte: G1/FANTÁSTICO, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/07/imigrante-diz-que-muitos-brasileiros-consideram-haitianos-como-escravos.html>>. Acesso em: 21/07/2015.

Quadro 3: Operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo – 2015
Atualizado com informações do COETE em 19/01/2016

UF	N.º Operações	N.º de estabelecimentos inspecionados	Trabalhadores cujos contratos foram formalizados no curso da ação fiscal	Trabalhadores em condições análogas às de escravo	Pagamento de indenização	Alis Lavrados
AC	1	1	8	0	R\$ 0,00	31
AM	4	6	34	23	R\$ 96.616,24	121
BA	2	4	12	6	R\$ 0,00	33
CE	6	14	159	70	R\$ 217.378,61	143
GO	5	6	7	3	R\$ 9.640,00	88
MA	8	15	134	107	R\$ 526.981,27	189
MG	21	37	65	432	R\$ 705.256,29	549
MS	5	5	19	25	R\$ 26.238,48	46
MT	28	46	51	44	R\$ 122.275,75	273
PA	10	28	83	36	R\$ 150.714,34	340
PE	2	2	2	0	R\$ 0,00	40
PR	4	7	20	10	R\$ 30.036,51	48
RJ	21	43	39	87	R\$ 700.240,15	296
RO	2	2	3	2	R\$ 2.861,18	13
RR	1	1	2	1	R\$ 0,00	12
RS	5	5	37	32	R\$ 133.340,07	73
SC	4	6	45	48	R\$ 64.687,61	95
SP	5	5	48	66	R\$ 322.490,11	76
TO	9	24	49	18	R\$ 66.720,88	282
TOTAL	143	257	817	1010	R\$ 3.175.477,49	2748

Observação: O presente quadro, quando comparado com o quadro geral de operações, apresenta divergências quanto ao número de operações realizadas. Isso se deve ao fato de que neste quadro as operações são distribuídas por Unidade Da Federação. Assim uma mesma operação do quadro geral pode ser duplicada no presente quadro para atender ao critério de separação por UF, quando a fiscalização alcançou mais de um Estado.

Fonte: MTPS. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br>>. Acesso em: 15/04/2016

Esta situação afeta quase todos os Estados brasileiros. No entanto, Minas Gerais e Maranhão se destacaram, respectivamente com 432 e 107 no total de 1.010 trabalhadores em condições análogas às do trabalho escravo identificados nas 143 operações (Quadro 3).

Apesar do destaque dado à dimensão laboral – que de fato é central para estes imigrantes, sem nunca deixar de sê-lo para a PEA brasileira – como motivo da migração, o atendimento aos imigrantes haitianos realizado pela Missão Paz na cidade de São Paulo revelou que as solicitações destas pessoas são realmente diversas. Muitos vieram em busca de trabalho, outros vieram para trabalhar e estudar, há aqueles cuja prioridade são os estudos e aqueles que vieram principalmente para se juntarem a seu cônjuge, seus pais, sua mãe, em suma, a seus familiares ou amigos.

Considerando este leque de questões, os desafios da migração haitiana na cidade de São Paulo e no Brasil extrapolam de longe a inserção no âmbito laboral e de documentação. É perceptível que o acolhimento dado pelo Governo Federal é entendido tanto pela Embaixada do Haiti no Brasil quanto pelos padres scalabrinianos entrevistados, bem como por alguns órgãos do próprio Governo Federal como algo limitado, pois as demandas

ultrapassavam a abertura das fronteiras e da concessão de visto. O Conselheiro da Embaixada do Haiti no Brasil, Jackson Bien-Aimé disse que

Um dos problemas da imigração é a integração no país de destino, sobretudo a comunicação. Outro problema: os diplomas de nível superior das universidades do Haiti não são reconhecidos no Brasil, assim como os diplomas de nível médio. É necessário facilitar o acesso à educação aos haitianos. Outra questão é o número de crianças haitianas abandonadas no Brasil, muitas vezes as crianças haitianas vêm da República Dominicana (MPT, 2014, s/p).

O acolhimento institucional oferecido aos haitianos pelo Governo Federal não foi marcado pela espontaneidade, mas sim por um longo processo de reflexão, assinalou Almeida. O Visto Especial Humanitário foi criado dois anos depois da chegada e ingresso de forma irregular pelo Norte do Brasil dos primeiros haitianos. A respeito do envolvimento do Conselho Nacional de Imigração no acolhimento a imigrantes haitianos, seu presidente Almeida disse na entrevista que

Em relação aos haitianos, o CNIg vem atuando com a questão desde o início, a partir do terremoto de janeiro de 2010. No próprio ano de 2010 o CNIg criou um grupo de trabalho para acompanhar a questão da chegada dos haitianos ao Brasil, e graças a este acompanhamento, às reflexões que foram feitas nesse grupo de trabalho que, em janeiro de 2012, foi aprovada a Resolução N° 97, que criou visto especial humanitário para os haitianos²⁸⁵.

É preciso dizer que questões de alojamento, de aprendizagem da língua portuguesa do Brasil e da cultura brasileira, de formação profissional, de inserção profissional e de integração, elementos fundamentais de uma política de acolhimento institucional para imigrantes, não eram inicialmente preocupação do Governo Federal e tampouco do CNIg. Ao emitir e entregar a carteira de trabalho, o Governo Federal, estava preocupado, por um lado, em evitar o trabalho escravo, oficializar o vínculo trabalhista, cobrar impostos, desencorajar preventivamente a dependência dos imigrantes do Estado, encorajando implicitamente a ocupação efetiva entre os imigrantes e com isso sua participação ao desenvolvimento do país.

²⁸⁵ O CNIg não permaneceu estática desde sua criação em 1980. Desse modo, seu presidente, quando entrevistado, disse: “É um órgão criado pela lei vigente, mas ele mudou muito a sua característica ao longo dos anos. Ele se democratizou [...]. Ele incorporou mais participantes da sociedade civil e aumentou a participação de outras áreas do Estado”. Ele ainda acrescenta que o CNIg mudou muito as suas visões sobre a questão migratória, o que o leva a achar que hoje a visão predominante no Conselho é de que o país tem que ser um país aberto, um país que permita a mobilidade de pessoas e possa fazer com que aqueles que venham para ele consigam se desenvolver como pessoas, mas também contribuir com o desenvolvimento.

Mas os diálogos com outras instituições, dentre as quais as da sociedade civil paulistana²⁸⁶, e com o Governo Municipal de São Paulo, por exemplo, têm levado de certa forma a mudanças na concepção que se tem sobre a migração e a pessoa migrante e consequentemente a políticas promotoras de mais direitos aos imigrantes²⁸⁷.

Apesar destes diálogos, inclusive internos do CNIg, constatamos que na política de acolhimento do Governo Federal, pensada por este Conselho, as especificidades dos desafios das imigrantes em geral e das imigrantes haitianas – considerando as inúmeras diferenças entre elas, sejam de escolaridade, de experiência migratória e profissional, de estado civil, de formação profissional – são, de acordo com nosso entrevistado Almeida, percebidas pelo CNIg, embora ainda faltem, diretrizes neste sentido. Nas palavras dele:

O CNIg sim, sempre teve uma preocupação específica com as mulheres migrantes. Inclusive, na política migratória que nós estabelecemos, ali está colocada claramente a atenção especial que o Estado deveria conferir às mulheres migrantes com as vulnerabilidades adicionais que elas têm com relação aos migrantes em geral. Essa política [...] não foi aprovada, então, formalmente hoje não há uma diretriz em relação a isso. O que há é que nas discussões do CNIg, pela política que ele tem, inclusive propôs, sempre há um cuidado em relação à questão que trata das mulheres migrantes. Em relação às mulheres haitianas, a preocupação sempre foi em garantir com que elas possam ter acesso ao emprego. E aí o CNIg propôs, isso é algo que está ainda em tramitação, não operacionalização, primeiro que as mulheres tivessem prioridade no acesso ao curso de idioma português, através do PRONATEC. E também que nós tivéssemos nos nossos centros de emprego, no Sistema Nacional de Emprego, a possibilidade de atendimento aos imigrantes, uma possibilidade onde algumas das nossas unidades do Sistema nacional de Emprego estivessem preparadas para lidar com os imigrantes, particularmente para as mulheres migrantes, onde os atendentes seriam sensibilizados para ter este atendimento específico. [...] Mas são medidas ainda que estão em estudo, que são propostas que ainda não se concretizaram.

A inexistência de tais políticas pode piorar a situação destas mulheres, que além da condição de mulher, são imigrantes e negras. Concordando com a teoria, Almeida cita nesta fala a OIT, dizendo que para esta Organização Internacional, o migrante “é um

²⁸⁶ De acordo com Pereira, percebendo que uma boa parte dos haitianos estava chegando aliciada, contrabandeada, traficada, “a Pastoral fez um documento, no final de 2010, início de 2011, com apoio de todos as equipes locais, núcleos daqui de São Paulo, fez uma carta com o apoio de todos os outros núcleos e ainda outras organizações, outros parceiros, [...] exigindo que o Estado facilitasse a entrada legal desses imigrantes como uma forma de prevenir e inibir o tráfico de pessoas, contrabando, a servidão por dívida. E, na época, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) não ficou muito afim de dialogar sobre isso – Até tinha algumas pessoas no Conselho com interesse de fazer um diálogo nessa direção, mas como o Conselho tem uma parte vinculada ao Ministério do Trabalho, outra parte vinculada ao Ministério da Justiça e ainda uma outra parte representada pela sociedade civil, os interesses são muito distintos, divergentes”.

²⁸⁷ Os diversos momentos de diálogos entre as instituições como o CNIg, a Missão Paz a Prefeitura de SP e Governo Federal, não necessariamente entre todas elas, são mencionados nas falas de Pereira, Parisi, e Illes.

trabalhador mais vulnerável, e a mulher migrante é mais vulnerável ainda pela sua própria condição como mulher [...]”. Ainda de acordo com o Presidente do CNIg, a autonomia destas mulheres passa pelo trabalho, que evita a exposição delas a situações “de extrema vulnerabilidade”, isto é, atividades que geram processos de exploração, de violência contra elas, afirma. Neste sentido, o grande desafio é, na sua ótica, “o Estado estar preparado para oferecer as políticas que garantam o acesso, principalmente, ao trabalho às mulheres imigrantes”.

A existência de tais preocupações é reveladora de um novo olhar sobre as migrações internacionais e os imigrantes, mais inclinado para o respeito aos Direitos Humanos de imigrantes internacionais de ambos os sexos do que para o medo ao estrangeiro e para a seletividade minuciosa geralmente baseada na classe, na competência para determinadas profissões, na raça e na cultura, na história imigratória do Brasil. Entende-se que é neste sentido que Almeida afirma que

a política migratória brasileira é insuficiente para lidar com a realidade atual. [...] Nós entendemos que qualquer política migratória deva tomar em conta o direito a migrar das pessoas. [Este direito significa] que ninguém pode ser criminalizado pelo simples fato de exercer um direito, que é o direito de buscar melhores condições de vida e trabalho em outro país.

Sem a formalização em lei destas novas formas de ver e entender a imigração, o acolhimento institucional a imigrantes permanece uma incerteza, uma questão circunstancial, uma política pontual pensada a partir de variáveis pontualmente elegidas, como foi o caso do terremoto e da nacionalidade no tocante à imigração haitiana no Brasil. O Visto Humanitário é, por um lado, uma grande prova de acolhimento institucional, mas por outro, uma expressão de uma política de acolhimento marcada pela provisoriedade, que se mostrou insuficiente diante da revelação de que estes imigrantes, além de trabalhadores com diversos perfis, carregam uma história de grande relevância simbólica para o mundo negro e para a humanidade, falam outro idioma, têm outra cultura, são negros, têm algumas demandas específicas para crianças, homens e mulheres, e demandas coletivas, que expressam e oferecem serviços diferentes dos que lhes são oferecidos.

Os esforços constatados nos últimos anos, seja em termos de vigilância em relação ao trabalho escravo, seja em termos de oferta de cursos de português e de divulgação de direitos dos trabalhadores haitianos no Brasil mostram que a política pública vem procurando caminhar para além da simples emissão de documentos.

3.2.3.1 Migração e relações de poder: Brasil – Haiti

A posição que um país ocupa no cenário internacional determina por sua vez sua posição na relação bilateral no que tange à migração e, consequentemente, ao acolhimento (SAYAD, 1998; GRASSI, 2011). No cenário mundial e regional, o Brasil detém vantagens sobre o Haiti, ainda que a história do Haiti carregue uma das revoluções mais ousadas e emblemáticas dos últimos 250 anos. Na relação migratória entre o Brasil e o Haiti, o país que recebe é o Brasil, logo é aquele que domina, conforme sugere Sayad (1998). Importa, contudo, notar que neste caso, mesmo quando o Haiti recebe imigrantes brasileiros, estes gozariam de posições privilegiadas na sociedade acolhedora e não seriam socialmente imigrantes. Embora não se refira especificamente aos brasileiros, Seguy (2014) sugere algo neste sentido. O Brasil está nesta relação à frente de toda a discussão sobre a imigração haitiana. Nas suas “negociações” com o Haiti sobre a migração aqui estudada, os consensos parecem mais resultar de uma colaboração do Haiti do que de um acordo propriamente dito. É neste sentido que entendemos a fala do Conselheiro da Embaixada do Haiti no Brasil, Jackson Bien-Aimé na Reunião Técnica Internacional, quando disse que: “no Haiti existem campanhas nos rádios, TVs e jornais para orientar os cidadãos haitianos sobre a existência de um só caminho lícito para chegar ao Brasil” (Apud MPT, 2014).

*É bom reiterar que a decisão de criar este caminho coube somente ao Estado brasileiro*²⁸⁸. O CNIg destacou que para criar o Visto Humanitário para haitianos em 2012 levou em conta, dentre outros elementos:

- a) a “demanda de migrantes haitianos ao Brasil”;
- b) a grave situação por que passa o Haiti e a responsabilidade que o Brasil tem com aquele país;
- c) a intensificação de “Denúncias de tráfico de pessoas, roubos, achques e violência contra os haitianos na travessia desde o Equador/Peru ao Brasil” (CNIg, s/d).

²⁸⁸ Neste sentido concordamos com Reis (2007) quando defende que o Estado é ainda a instituição que decide se recebe ou não em seu território pessoas que vêm de fora deste.

Um país sem condições de formar boa parte de sua juventude, nem de empregar muitos daqueles formados²⁸⁹ poderia impedir que esta juventude saísse, inclusive para países que os repelem – por uma razão ou outra – ou os selecionam minuciosamente por meio de suas políticas restritivas quando se conformam às normas destes países? Não seria, nestes casos, a emigração “um bom negócio” tanto para os emigrantes quanto para o governo haitiano, considerando as remessas, as redes de solidariedades, o orgulho - enquanto valor social - de fazer parte da diáspora e de ser provedor de - melhor - qualidade de vida de quem permanece na origem?

No que toca às restrições, concebemos que para o Haiti, o Brasil só deixou de fato de se enquadrar neste perfil de países quando adotou o Visto Especial Humanitário em 2012, mas sobretudo com a ampliação deste com a RN N° 102 de abril de 2013, que retirou o limite então estabelecido no número de vistos anuais (Anexo 8). Estes vistos são, conforme Almeida, nosso entrevistado, obtidos sem outro condicionante que não o fato de ser haitiano.

Observando os dados do CONARE no gráfico a seguir, vê-se que com uma maior abertura da política migratória específica, a entrada irregular de haitianos entra efetivamente em declínio. Assim, o processo migratório de haitianos para o Brasil, deu a oportunidade para este país mostrar para o mundo que a chamada migração irregular, clandestina é também consequência das restritivas políticas migratórias estatais. Estas, nas suas ilusórias crenças de eficácia contra as entradas não reguladas de migrantes, acabam alimentando redes exploradoras, muitas vezes criminosas, mas sem dúvida muito lucrativas de traficantes internacionais de migrantes. No caso do Brasil com a imigração daqueles haitianos que entraram de forma irregular, o *Estadão* informa que segundo dados da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, a “rede de coiotes já faturou US\$ 60 milhões – o equivalente a mais de R\$ 185 milhões – nos últimos quatro anos”²⁹⁰. A propósito, os haitianos gastam US\$ 2.912,72, em média no trajeto (FERNANDES e CASTRO, 2014, p. 57).

²⁸⁹ A falta de trabalho e, em certos casos, de oportunidades de estudo, aparece tanto nas pesquisas acadêmicas (BAPTISTE, 2015; HANDERSON, 2015; STEFANELLI, 2015) como na fala dos nossos entrevistados (Molinari, Oliveira, Almeida, Parisi).

²⁹⁰ Fonte: ESTADÃO. *Rede de ‘coiotes’ já faturou US\$ 60 mi com haitianos, diz relatório*. Publicado em 23/05/2015. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral.rede-de-coiotes-ja-faturou-us-60-mi-com-haitianos-diz-relatorio,1692709>>. Acesso em: 15/01/2016.

Gráfico 8: Haitianos: visto e entradas por mês no Brasil em 2015



Fonte: Departamento de Polícia Federal (até 20/03/2016 *apud* CONARE, 2016, p. 4. Grifo nosso).
Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/justicagovbr/sistema-de-refugio-brasileiro-balano-at-abril-de-2016>>.
Acesso em: 13/05/2016.

É interessante observar que o *Gráfico 8* mostra que ao longo dos meses do período considerado, as entradas terrestres de haitianos no Brasil, em número expressivo de 1.321 pessoas no início, declinaram significativamente no final para 25 pessoas, contrariamente às entradas aéreas e aos vistos concedidos que eram respectivamente de 731 e 889 em janeiro e passaram na mesma ordem para 2.149 e 2.295 em dezembro.

O que chamamos aqui de política de “extensão de fronteira” - uma iniciativa do Brasil e sob sua direção - combinada com o aumento da capacidade de emissão de vistos principalmente, na capital haitiana²⁹¹, tinha, na ótica de Illes, como objetivo desestimular a entrada irregular de haitianos, portanto, combateu as redes de coíotes e reduziu drasticamente as entradas terrestres de imigrantes geralmente marcadas pelo perigo, a violação dos Direitos

²⁹¹ “De acordo com representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Brasil emitiu até julho de 2015, aproximadamente 26 mil vistos humanitários para imigrantes haitianos, sendo 20 mil em Porto Príncipe e outros 6 mil em Quito. Na embaixada em Porto Príncipe, o MRE emite mensalmente, cerca de 2.000 vistos para imigrantes haitianos.” Fonte: MTPS. *CNIg prorroga concessão de visto humanitário aos haitianos*. Publicado em: 04/10/2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br>>. Acesso em: 22/04/2016. Cabe considerar a colaboração da OIM para este aumento da capacidade de emissão de vistos pela Embaixada do Brasil em Porto-Príncipe.

Humanos – como destacado por Costa (2011) e os entrevistados Pereira, Molinari, Illes e Parisi – além de geralmente mais caras.

A nova forma de ingresso da quase totalidade dos haitianos é determinada pelo Brasil. Este país também determina o período de vigência desta nova modalidade de acolher haitianos baseada na RN N° 97 e válida agora até de outubro de 2017.

3.3 Missão Paz: estrutura e acolhimento na cidade de São Paulo

Enquanto instituição religiosa, a Missão Paz “faz parte da Congregação Scalabriniana²⁹² de acolhida aos i-migrantes na cidade de São Paulo.” (STEFANELLI, 2015, p. 44). Como mostra a Figura 1, esta instituição “É composta pelo Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes - CPMM, a Casa do Migrante - C[d]M, o Centro de Estudos Migratórios - CEM e a Igreja Nossa Senhora da Paz.” (STEFANELLI, 2015, p. 47. Grifo nosso). Esta composição indica que há uma atribuição de funções a cada componente.

²⁹² “A Congregação Scalabriniana foi fundada por **João Batista Scalabrini** [1839-1905], sacerdote italiano que sempre se preocupou com a causa das migrações, sendo chamado de ‘pai dos imigrantes’. [...] Em **28 de novembro de 1887**, foi fundada a Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeu, após aprovação do Papa Leão XIII. Idealizada por Scalabrini, a Congregação de São Carlos seria um instituto religioso de sacerdotes italianos que, após conveniente preparação espiritual e cultural, se comprometiam a trabalhar em benefício de **imigrantes italianos nas Américas**. *São Carlos Borromeu era o santo de devoção de Scalabrini*, por ter levado uma vida dedicada aos pobres e por ser de sua região. Mais tarde, essa congregação se chamaria Congregação de São Carlos Scalabrinianos” (STEFANELLI, 2015, p. 44-45. Grifo nosso). Olhando para o contexto maior e atual, “A Congregação dos Missionários de São Carlos - Scalabrinianos - é uma comunidade internacional de religiosos, que, em 34 países [Haiti é um destes] dos cinco continentes, acompanham os migrantes das mais diversas culturas, crenças e etnias. [...] A Congregação é composta por cerca 700 religiosos.” Fonte: MISSÃO PAZ (grifo nosso). Disponível em: <<http://www.missaospaz.org>>. Acesso em: 07/01/2016.

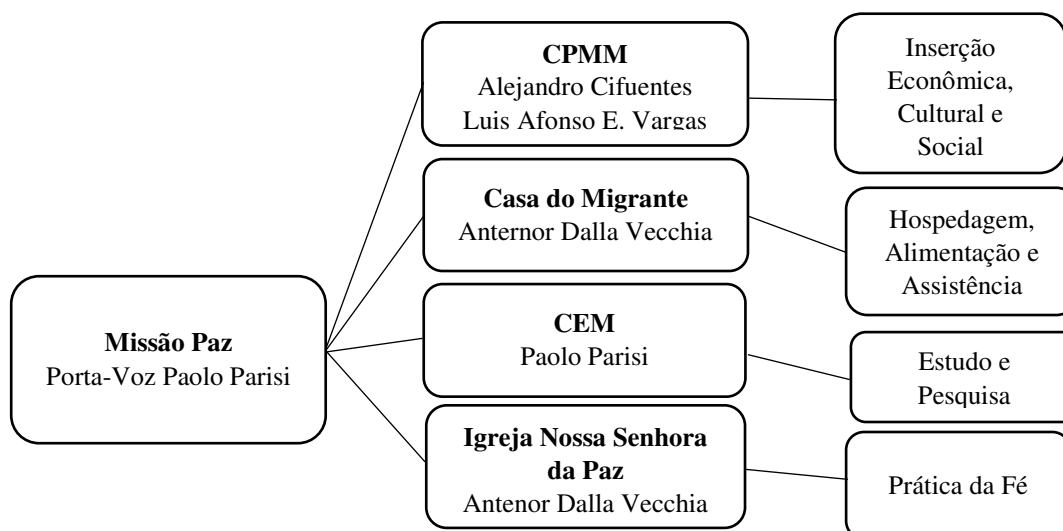


Figura 1 – Missão Paz, composição, responsáveis e funções de cada componente

Fonte: Stefanelli, 2015, p. 49; grifo nosso.

Explora-se mais os três primeiros elementos considerando que são os mais destacados no acolhimentos pela própria Missão Paz²⁹³. *Há muito tempo que o elemento religioso não entra nos critérios de seletividade no atendimento da Missão Paz. Esta atende independentemente da prática ou da declaração de pertencer a uma confissão religiosa, seja qual for.* Nas palavras de nosso entrevistado Parisi, a preocupação desta instituição é o “ser humano”.

O trabalho do Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes – CPMM, de acordo com a própria Missão Paz, “teve início em 2012, resultante da fusão entre o Centro Pastoral dos Migrantes – CPM, de 1977 e o Programa de Mediação, criado em 2011.” (MISSÃO PAZ. Grifo nosso).²⁹⁴ A respeito deste programa, Parisi assinalou, quando entrevistado, que seu surgimento está relacionado com a chegada dos haitianos na cidade. Ele foi “composto por uma equipe multidisciplinar de mediadores preparados para viabilizar soluções a problemas em diferentes âmbitos através dos eixos trabalho, saúde, educação, atenção à mulher e vida em comunidade.” (MISSÃO PAZ). Enquanto o CPM, inaugurado em 1977 na Igreja Nossa Senhora da Paz, foi um serviço pensado para atender imigrantes latino-americanos em exílio por causa de ditaduras na região, informa a Missão Paz. Consequentemente “O CPMM é

²⁹³ Para mais informações a respeito do acolhimento realizado pela Missão Paz indicamos o trabalho de Stefanelli (2015).

²⁹⁴ Os dados desta fonte estão disponível em: <<http://www.missaospaz.org>> e acessados em 07/01/2016.

composto pelos eixos: trabalho, jurídico, saúde, comunidade e família e educação” (STEFANELLI, 2015, p. 48).

Destes, o Eixo Trabalho é o que tem menos experiência (PARISI *apud* STEFANELLI, 2015, p. 48). A chegada dos haitianos na cidade de São Paulo tem levado a Missão Paz a oferecer novos serviços como o Eixo Trabalho, sustentam Caffeu e Cutti (2012). Este Eixo é fundamental visto que a associação da migração haitiana com o trabalho é explícita. Sua importância também está no fato de que beneficia nacionais de muitos outros países e empresas de diversos cantos do país. O setor de Cursos nasce de uma procura dos próprios imigrantes, faz parte do Eixo Trabalho e busca amenizar as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o que o leva a promover “parcerias com várias instituições de ensino que oferecem descontos ou gratuidade em cursos das mais diversas áreas do conhecimento e em várias regiões da cidade de São Paulo”.²⁹⁵ Este Eixo busca simultaneamente “evitar que [imigrantes] caiam nas malhas do trabalho escravo.” (CAFFEU e CUTTI, 2012, p. 108. Grifo nosso).

Parisi havia manifestado a necessidade de contratar mais uma advogada para o Eixo Jurídico e Documentação (*apud* STEFANELLI, 2015, p. 50). Tal contratação foi confirmada quando diz que é na busca de uma maior ampliação dos serviços do CPMM que o atendimento jurídico passou a ter “duas advogadas e não mais uma. E pela documentação, para se ter uma ideia, passam cinco mil pessoas por ano, só para documentação.” (PARISI, 2015)²⁹⁶. A instituição informa que “Os temas mais frequentes para orientação jurídica são: Falta de pagamento por parte dos donos de empresas; Separação de casais; Guarda de menores; Violência Doméstica.” (MISSÃO PAZ).

Quanto ao Eixo que cuida da saúde, este se preocupa mormente em acompanhar “a saúde física e psíquica dos imigrantes e refugiados, por meio do atendimento ou encaminhamento e orientação sobre o acesso e fluxo do Sistema Único de Saúde” (MISSÃO PAZ). Tal como no Eixo Trabalho, este também conta com parcerias desenvolvidas na busca

²⁹⁵ As capacitações são oferecidas nas seguintes áreas: “Construção Civil, Beleza, Moda, Saúde e atenção ao próximo, Qualificação em serviços domésticos, Qualificação em serviços de Varejo Alimentar.” Fonte: MISSÃO PAZ. Disponível em: <<http://www.missaonspaz.org>>. Acesso em: 07/01/2016.

²⁹⁶ A ampliação dos atendimentos teria começado nos anos 1960, com a cessação do que conviria chamar de “reserva nacional”. Mas olhando particularmente para o trabalho do CPMM, o ano 2010 foi considerado como um marco a partir do qual se registrou uma significativa ampliação dos serviços. A propósito, Parisi disse que a partir daquele ano “[...] começa a se ampliar ainda muito mais os serviços” (Entrevistado em novembro de 2015)

de melhor atender os imigrantes e “é composta por uma técnica de saúde, uma psicóloga e voluntários” (MISSÃO PAZ). Parisi esclarece na entrevista que a Missão Paz tem seis médicos voluntários nesse momento; ela encaminha e acompanha pessoas necessitadas deste tipo de atendimento.

Segundo a Missão Paz, o Eixo Comunidade e Família tem os três seguintes objetivos principais:

1. *Promover o diálogo com os imigrantes e refugiados para compreender suas necessidades, orientando-os de forma que eles tenham uma vida digna, junto às suas famílias.*
2. *Conhecer e entender o dia a dia dos imigrantes e refugiados dentro do contexto de suas famílias e das comunidades que fazem parte, de maneira a auxiliá-los para que se sintam fortalecidos em suas identidades e para a maximização de soluções de forma a viverem de maneira digna, íntegra e feliz no novo país/cidade de acolhida.*
3. *Sensibilizar e conscientizar a sociedade brasileira sobre a importância da acolhida e da superação dos preconceitos em relação a pessoas de outras culturas, etnias e religiões (MISSÃO PAZ).*

No tocante ao Eixo Educação, este busca assegurar a matrícula de filhos de imigrantes na rede pública de ensino, promove ações juntos à comunidade educativa, os alunos de redes pública e privada de ensino no intuito de informar e sensibilizar acerca dos desafios de imigrantes e refugiados, prevenindo com isso, de algum modo, a xenofobia, por exemplo e colaborando assim para uma maior e melhor inserção dos imigrantes na sociedade paulistana, paulista e brasileira (MISSÃO PAZ).

Há uma comunicação e colaboração mais evidente entre alguns Eixos que compõem o CPMM e outros setores da Missão Paz. É o caso do Eixo Educação com o CEM referido, tanto pela Missão Paz, quanto por Stefanelli (2015) e, também da CdM com o Eixo Trabalho.

Segue a figura que resume os Eixos do CPMM e permite visualizar um pouco da abrangência e da complexidade do acolhimento institucional realizado pela Paróquia Nossa Senhora da Paz.

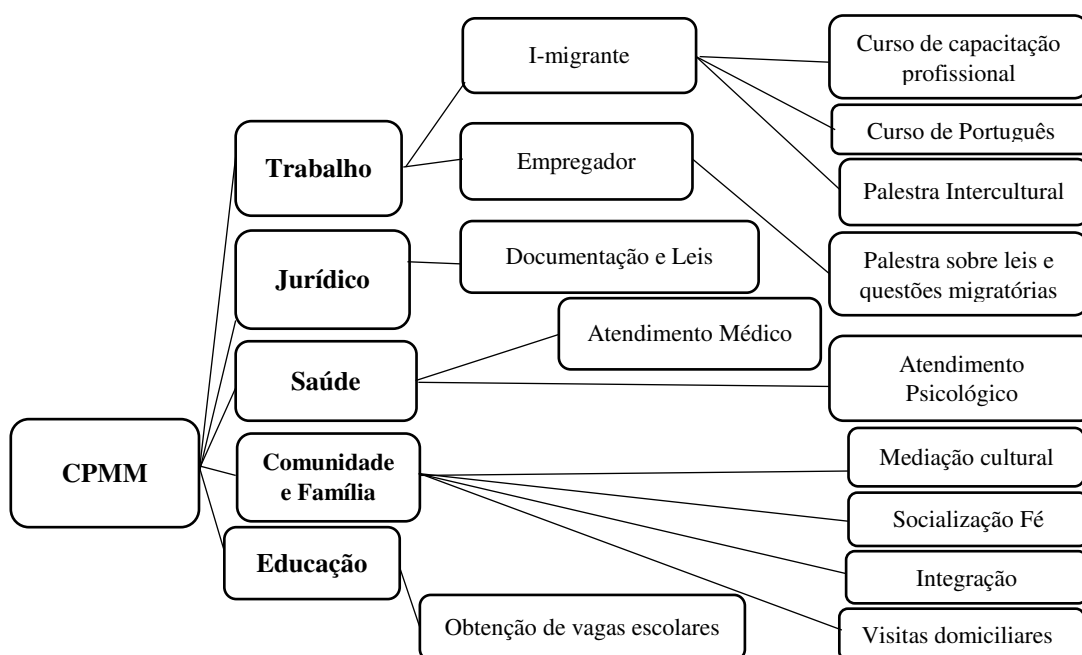


Figura 2 - Eixos que compõem o CPMM.
 Fonte: Stefanelli, 2015, p. 49. Grifo nosso

Quanto às atividades da Casa do Migrante, a Missão Paz informa no seu site que “Os serviços de acolhida ao Migrante dos Scalabrinianos começaram em 1978, durante a década de maior deslocamento das pessoas do campo para as cidades e também as ditaduras militares na América Latina.” (MISSÃO PAZ). Seu surgimento é em certo sentido apreciado pela instituição como uma resposta negativa “à política migratória adotada pelo Estado de São Paulo no momento em que a sociedade local passou a ver os migrantes como um problema.” (MISSÃO PAZ).

No seu histórico de funcionamento, a Casa do Migrante já desempenhou o papel de “creche para os filhos dos imigrantes italianos, [de] casa de acolhimento para imigrantes internacionais, especialmente latino-americanos fugindo das ditaduras militares, migrantes internos oriundo do Norte e Nordeste” (STEFANELLI, 2015, p. 53). Segundo a Missão Paz, a CdM atendeu nos primeiros momentos brasileiros que migraram internamente. Estes chegaram a constituir cerca de 95% dos atendidos (MISSÃO PAZ). Era “uma fase que vinham muitos do nordeste para São Paulo e eles precisavam de acolhida”, destacou nosso entrevistado Parisi. Em 1978 a CdM atendeu refugiados do Vietnã, “e após 1988 novos rostos foram chegando (MISSÃO PAZ). O padre Dalla Vecchia disse que

o principal objetivo da Casa do Migrante é que o migrante se sinta realmente acolhido e possa, nesse curto espaço de tempo, organizar suas ideias e se

reestruturar, [pois se trata de um lugar em que ele deva] se sentir em casa, para onde deve retornar com alegria (DALLA VECCHIA *apud* STEFANELLI, 2015, p. 54).

Esta Casa tem suas normas²⁹⁷ feitas para o bom funcionamento da mesma e às quais os admitidos devem se submeter. Nelas é perceptível que se levou em conta a questão de gênero e também de geração. Este manual propõe que os migrantes admitidos comecem por serem abertos para acolher e respeitosos, para assim esperarem, por sua vez, ser acolhidos e respeitados. Ele adverte que as agressões sejam verbais e físicas aos alojados e funcionários acarretam o desligamento do hospedado da Casa. Também estabelece um horário determinado para diversas atividades como o banho, as refeições, o descanso, a lavagem de roupas, as brincadeiras das crianças, reservando, quando necessário, um horário para homens e outro para mulheres. É o caso dos tanques para lavar roupas.

Estas normas da CdM revelam a “uma série de serviços” aos quais Parisi aludiu, dizendo que ela tem “110 vagas para pessoas dormirem, se alimentarem, atendimento psicológico, atendimento através da brinquedoteca para as crianças, lugar para lavar as roupas”²⁹⁸. Encaminhar para cursos profissionalizantes, orientar sobre os serviços que a cidade de São Paulo oferece, são mais alguns dos serviços/atividades/facilidades que a CdM oferece. Segundo Stefanelli, “Para isso, [a CdM] conta com 11 funcionários registrados de acordo com a legislação trabalhista brasileira, sendo 1 gerente administrativo e financeiro, 1 assistente social, 3 cozinheiras e 6 porteiros.” (STEFANELLI, 2015, p. 52-53. Grifo nosso). Neste pouco tempo o número de funcionários passou para 13, aos quais se somam 10 voluntários (MISSÃO PAZ)

A Casa do Migrante tem dormitórios masculinos e dormitórios femininos. A ala masculina para a qual são destinadas 85 das 110 vagas, representa 77,2% das camas e a feminina, com 25 vagas, representa consequentemente 22,8% do total (MISSÃO PAZ). De acordo com Stefanelli (2015, p. 57), são “10 aposentos para homens, sendo 9 deles de vagas fixas e 1 deles com 7 leitos para pernoite” e 4 aposentos para mulheres. Para serem hospedadas, as mulheres podem estar sozinhas ou acompanhadas de filhas ou filhos. Neste último caso, prossegue a autora, a idade dos filhos deve ser inferior a oito anos. Caso

²⁹⁷ As normas da CdM nos foram encaminhadas por e-mail pela secretária do Paolo Parisi no segundo semestre de 2015 e têm como título: Bem-Vindo(a) à Casa do Migrante, s/d.

²⁹⁸ Entrevistado em 18 de novembro de 2015

contrário, a permanência na Casa não seria possível para estas mulheres. Os homens em situação similar excepcionalmente seria aceitos na ala masculina.

O acolhimento realizado pela CdM é de grande importância. Como disse Parisi²⁹⁹, para o imigrante desamparado na cidade, “a primeira necessidade é um lugar para dormir, depois é a documentação e o trabalho”. A Figura 3 apresenta os serviços da CdM.

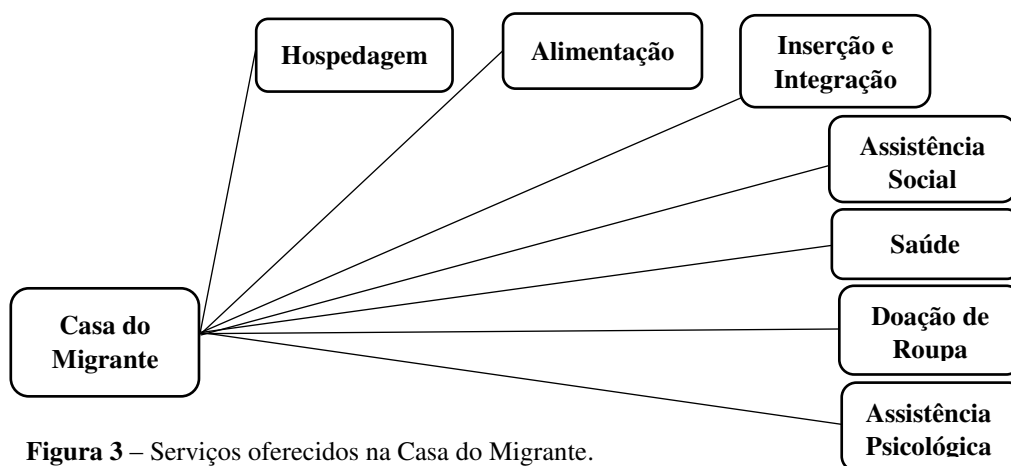


Figura 3 – Serviços oferecidos na Casa do Migrante.
Fonte: Stefanelli (2015, p. 53).

O depoimento de Jean Emmanuel Daléant, de nacionalidade haitiana, que passou por quatro países – Cuba, Panamá, Equador, Peru – antes de chegar no Acre, de onde seguiu para a cidade de São Paulo, mostra a importância de se ter um local que acolhe, orienta, promove o conhecimento de informações cruciais já nos primeiros momentos de estadia numa cidade como São Paulo, quando não se dispõe de recursos financeiros, nem sociais e tampouco culturais necessários para iniciar uma vida na capital paulista³⁰⁰. Ademais a vinda deste haitiano do Acre para São Paulo seria apenas um exemplo dos 30% de imigrantes dentre aqueles que ingressaram pelo Acre e seguiram a viagem até São Paulo, tendo 70% prosseguido para a região Sul do Brasil. Diante disso, o governador Tião Viana disse que o

²⁹⁹ Fonte: PROGRAMA DA TVT: *Bom Para Todos: Refugiados 2/3* Publicado em 29/11/2015. Disponível em: <<http://www.tvt.org.br/index.php/bom-para-todos/7822-bom-para-todos-refugiados-2-3>>. Acesso em: 12/05/2016.

³⁰⁰ Fonte: PROGRAMA DA TVT: *Bom Para Todos: Refugiados 1/3*, publicado em 29/11/2015. Disponível em: <<http://www.tvt.org.br/index.php/bom-para-todos/7823-bom-para-todos-refugiados-1-3>>. Acesso em: 12/05/2016.

Acre não é destino final dos imigrantes³⁰¹. Concordando com Pereira, Gelmino Costa afirma que “É bom sempre lembrar que, muitos haitianos, não sabemos quantos, foram para São Paulo por iniciativa própria, pois sempre São Paulo exerce um fascínio enorme sobre o imaginário dos imigrantes [...]” (COSTA, 2012, p. 95). De acordo com nosso entrevistado Pereira, daqueles que chegam na cidade de São Paulo, vindo do Acre, ou do Norte, a partir do projeto Mediações, muitos seguem viagem para outras cidades, do Sul, do Nordeste, do Sudeste, do Centroeste, onde conseguirem trabalho dentro daquela pequena margem de escolha, outros procuram pessoas conhecidas ou contatos já residentes no interior de SP.

O Centro de Estudos Migratórios é de 1969. Ele é parte da Federação dos Centros de Estudos Migratórios Scalabrinianos, é dotado de “uma biblioteca especializada em migrações” e passou a publicar a *TRAVESSIA – Revista do Migrante* – desde 1988. Está na rua do Glicério desde a década de 1990 (MISSÃO PAZ). Tal como a CdM, o CEM participa do acolhimento realizado pela Missão Paz. No entanto, suas ações são, à primeira vista, menores em relação a esta questão, se comparadas às do CPMM e da CdM, destaques no acolhimento. Embora suas atribuições primordiais sejam outras, o CEM contribui no acolhimento institucional na medida em que suas publicações e a participação de seu pessoal em encontros, seminários e audiências públicas, por exemplo, ao longo dos anos ajudam a visibilizar a questão migratória e influenciam as políticas públicas migratórias, que são, como assumido por este estudo, políticas relativas ao acolhimento a imigrantes no sentido amplo da palavra.

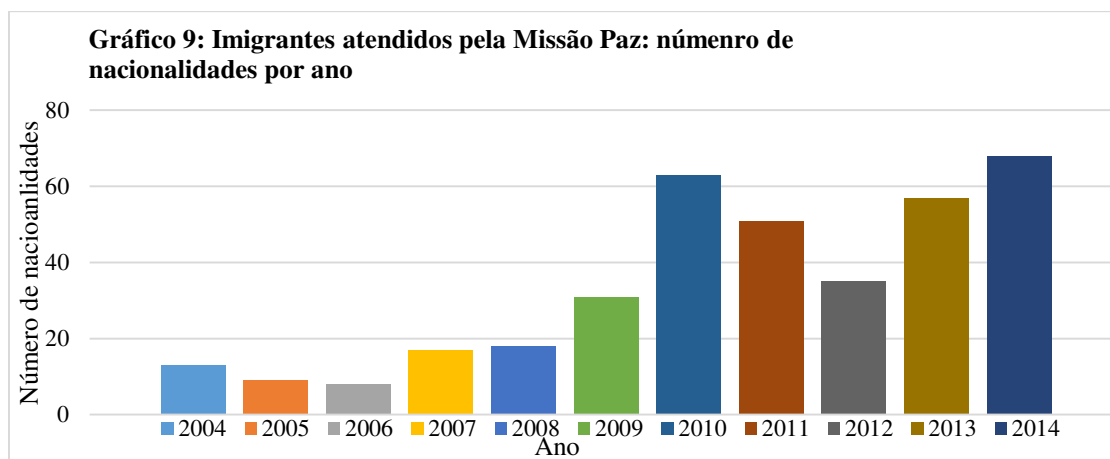
Quanto à Igreja Nossa Senhora da Paz, dirigida atualmente pelo Padre Antenor Dalla Vecchia, esta, quando construída em 1940 em SP, tinha como objetivos: “*Resgatar da identidade dos italianos no exterior; Renovar da missão scalabriniana junto aos italianos; Buscar pelo atendimento religioso e cultural dos italianos que viviam em São Paulo* (MISSÃO PAZ. Grifo do autor). Para Stefanelli, ela “representa a parte religiosa da MP, composta pelas paróquias Latino-americanos, Italianos e Territorial Glicério, tem como objetivo a evangelização das diferentes nacionalidades a que atende.” (STEFANELLI, 2015, p. 62). Ela ainda realiza missas ou grupos de oração destinadas a comunidades de imigrantes

³⁰¹ Fonte: NOTÍCIAS DO ACRE. *Governo encerra política de imigração que atendeu mais de 40 mil estrangeiros*. Publicado em 20/05/2016. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br>>. Acesso em: 22/05/2015. Pereira disse: “Os imigrantes haitianos quando eles chegam à região norte, porque geograficamente é mais perto do Haiti, mais perto de outras origens de onde eles vêm, [...] vão para Manaus ou para Rondônia, e de Manaus e Rondônia, eles vêm descendo: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Brasília, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo. Mas os quatro principais são Brasileia, por onde entram no Acre, de Brasileia para Manaus ou Rondônia, e aí o quarto destino deles priorizado é São Paulo”.

bolivianos, chilenos, italianos, paraguaios e peruanos³⁰². Conforme Stefanelli, esta Igreja “conta ainda com esses altares que oferecem acolhimento e propiciam a prática da fé de regiões específicas da América Latina, democratizando o espaço como um convite a esses imigrantes” (STEFANELLI, 2015, p. 71). Outros eventos como casamentos de ou com imigrantes, datas especiais para determinada comunidade, por exemplo, são nela celebrados ou comemorados, disse Parisi³⁰³.

O acolhimento realizado pela Missão Paz, como já referido, foi se ampliando e se complexificando. Há anos ultrapassou os critérios da “reserva nacional” e “reserva confessional”, passando a acolher pessoas independentemente de sua origem, mas também de sua crença religiosa. “Hoje 90% dos acolhidos são imigrantes e/ou solicitantes de refúgio.” (MISSÃO PAZ).

Considerando as estatísticas dos últimos anos relativas ao acolhimento da instituição aos i-migrantes, percebe-se que há efetivamente uma grande diversidade de nacionalidades (*Gráfico 9*), de geração e étnico-racial e que a questão de gênero é considerada.



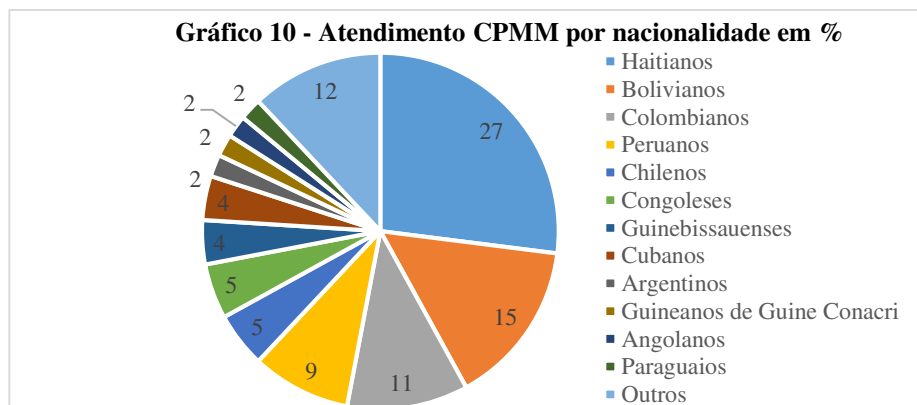
Fonte: Stefanelli (2015, p. 73. Grifo nosso).

³⁰² “Grupo de Oração Igreja N.Sª da Paz: 1º Sábado do mês: Bolivianos; 2º Sábado do mês: Peruanos; 3º Sábado do mês: Paraguaio; Domingos (a consultar): Chilenos. Missas em Italiano: 1º Domingo do Mês, Igreja Nossa Senhora da Paz, às 11:00. A cada mês é organizada por um grupo regional ou associação de italianos presentes na cidade.” Fonte: MISSÃO PAZ. Disponível em: <<http://www.missaonspaz.org>>. Acesso em: 07/01/2016.

³⁰³ Fonte: OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. *Missão Paz, um ano depois: o que mudou nas migrações?* Programa exibido na NET Cidade SP em 15/07/2015. Disponível em: <<http://observatorio3setor.com.br/media-center/videos/missao-paz-um-ano-depois-o-que-mudou-nas-migracoes/>>. Acesso em: 22/07/2015.

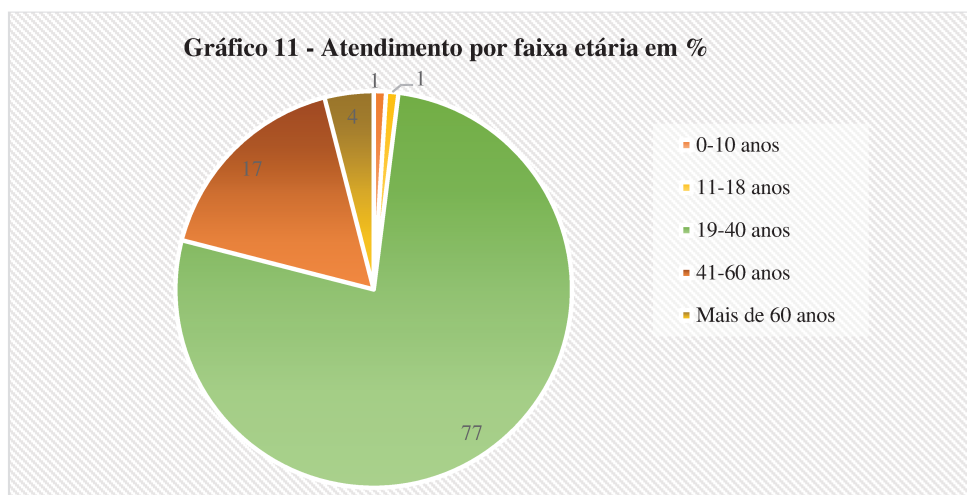
Neste gráfico vê-se que a quantidade de nacionalidades, mais expressiva a partir de 2010, apesar de suas oscilações, não registrou nenhuma queda – entre este ano e 2014 -, que a tenha levado aos números registrados em 2009, quando a Missão Paz recebeu pessoas de 31 nacionalidades diferentes. Ela estaria ligada, dentre outros fatores, ao crescimento econômico do Brasil, pois coincide com um momento em que, de acordo com Almeida, em vários países do mundo se falava e vivia os efeitos da crise econômica, que obriga muitos cidadãos de diversas origens a engrossarem o efetivo de migrantes no mundo, indo para outro país, sendo o Brasil então muito atrativo para milhares de imigrantes.

As estatísticas que apresenta o *Gráfico 10* mostraram que no primeiro semestre de 2013, os haitianos representaram o maior percentual com 27% dentre as nacionalidades atendidas pelo Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes, seguidos dos bolivianos com 15% e os colombianos com 11%.



Fonte: Missão Paz. Grifo nosso.

Os resultados do CPMM que se estendem de 01 de fevereiro a 30 de junho de 2013, mostram que dos atendimentos que este Centro realizou, 1% tinha respectivamente entre 0 e 10 anos de vida e entre 11 e 18 anos de idade; 77% eram a pessoas com idade entre 19 e 40 anos; 17% para pessoas que tinham entre 41 e 60 anos de idade e 4% tinham mais de 60 anos. Portanto, o *Gráfico 11* expõe a relação entre imigração e geração. Voluntárias ou não, as migrações envolvem pessoas de diversas faixas etárias e gerações.



Fonte: Missão Paz. Grifo nosso.

A propósito das crianças, Paolo Parisi disse ao G1 que além de ter a facilidade de aprender o idioma da sociedade de residência e de se aculturar, elas ligam a nova realidade e o lugar de origem. Estas crianças frequentam escolas públicas brasileiras, somando 1.005 matriculados³⁰⁴.

O acolhimento institucional realizado pela Missão Paz inclui moradia, trabalho, educação, saúde, cultura, espiritualidade, inserção e integração social. Na prática ele é de difícil delimitação na concepção do padre responsável pela Missão Paz e pelo seu CEM.

No entanto, a Missão Paz, tal como a São Geraldo de Manaus da mesma Congregação, há décadas tem como critério fundamental para seu atendimento o grau de vulnerabilidade em que o i-migrante que a procura para este fim se encontra. Considerando a capacidade real de acolhimento da CdM, diante da demanda efetiva e maior dos migrantes por um espaço para dormir, geralmente nos seus primeiros momentos de estadia na cidade de São Paulo, entende-se porque é plausível que este critério referido por Pereira e por Stefanelli (2015) seja central na seleção dos hospedados nesta casa³⁰⁵. Dalla Vecchia (*apud* STEFANELLI, 2015, p. 56) mostrou que junto ao critério de vulnerabilidade, em determinadas circunstâncias a nacionalidade do candidato pode ser determinante para sua

³⁰⁴ Fonte: G1/FANTÁSTICO, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/07/imigrante-diz-que-muitos-brasileiros-consideram-haitianos-como-escravos.html>>. Acesso em: 21/07/2015.

³⁰⁵ Em 2014 a Missão Paz acabou abrindo seu auditório e outros espaços de suas dependências para abrigar imigrantes, na sua maioria haitianos, disse nosso entrevistado Parisi.

admissão ou inadmissão na casa, quando o número de nacionais de um mesmo país é suscetível de causar problemas previsíveis.

Sejam quais forem os critérios destacados de elegibilidade, a motivação fundamental da Congregação Scalabriniana para realizar este tipo de acolhimento é religiosa e humanitária tal como o destacam respectivamente os padres entrevistados Molinari e Parisi.

3.3.1 Missão Paz: Acolhimento aos haitianos entre 2010 e 2015

O trabalho de acolhimento de haitianos pela instituição religiosa católica – Missão Paz³⁰⁶, não poderia ser analisado fora do contexto de atuação da Congregação Scalabriniana da Igreja católica no território nacional brasileiro, tampouco fora de uma concepção religiosa ligada a esta questão. Na cidade de Manaus, capital de Amazonas, um dos principais Estados de entrada dos haitianos no Brasil por terra e de forma irregular, Molinari afirmou na entrevista que a Paróquia São Geraldo começa toda uma história de acompanhamento, de atendimento a partir de 2010. Esta instituição vai ter a passagem de quase 3.000 haitianos em 2011. Em 2012 começou um momento muito crítico com a chegada, em menos de um mês, de quase 1.200 haitianos.

O acolhimento aos imigrantes haitianos pelos scalabrinianos no Brasil não começou com a Missão Paz. Relacionando esta presença da Congregação Scalabriniana no Brasil com a recente imigração haitiana, Parisi sublinha em nossa entrevista que

[...] tem um elemento de confiança nessa tradição de acolhida, e tem depois o fato do nosso grupo estar deslocado, com outros nomes no Brasil: em Manaus, em Cuiabá, no Rio de Janeiro, aqui em São Paulo, em Santos, em Curitiba, Porto Alegre, então em uma série de cidades, onde eles já nos conhecem. Por exemplo, em Manaus, passaram 5.000, onde foram acolhidos. Já em Manaus, muitos sabiam que havia uma outra estrutura semelhante aqui. Então eles circulam muito entre essas instituições. Então, às vezes eles chegam e falam *Olha, o Padre Gelmino, de Manaus*, [...].

A referência reiterada de Manaus na fala de Parisi é um índice importante. Os imigrantes sabiam da existência desta rede de scalabrinianos no Brasil – não necessariamente depois da sua chegada neste país, como destaca anteriormente por Molinari – e de fato

³⁰⁶ O foco no atendimento e acolhimento aos haitianos não deve induzir o leitor a suspeitar que em algum momento a Missão Paz deixou de atender e acolher pessoas de outras nacionalidades em busca dos mesmos serviços prestados por esta instituição.

recorreram a ela. Dentre aqueles imigrantes haitianos que a Missão Paz acolheu, alguns vieram de cidades acrianas, outros de Manaus, mas há também aqueles que desembarcaram diretamente em SP. Em relação à cidade de Manaus, o entrevistado Molinari afirma que o trabalho dos Scalabrinianos no atendimento aos haitianos foi fundamental, apesar dos desafios que estes profissionais tiveram, sobretudo a partir de 2012, para responder a solicitações e necessidades daqueles haitianos que os procuraram. A Paróquia *São Geraldo* em Manaus acolheu imigrantes haitianos desde o primeiro semestre de 2010. Nas palavras do nosso entrevistado Molinari:

Os primeiros que chegaram procuraram a [Igreja], porque era mais próximo. Como eles chegaram no porto, foram procurar a catedral. Só que chegaram lá, foram trazidos para cá porque o pessoal dizia: ‘bom, lá na Paróquia São Geraldo tem padres que trabalham com migrantes, então vamos levar os migrantes para a Paróquia’, como se os migrantes fossem “problema” só para os padres da Paróquia. [...] Os primeiros migrantes que chegam aqui vão chegar pelo mês de março, abril, e a partir do mês de agosto, então nós vamos ter uma chegada em massa. Então, nos últimos meses de 2010, tivemos mais de 1.000 e poucos haitianos que já entraram. Todos eles que chegavam, vinham até a Paróquia. [...] Então a partir daí que vai originar todo um trabalho na missão que a gente desenvolve, buscando dar este primeiro momento de acolhida, de acompanhamento para a documentação [...].

De acordo com Moraes *et al.* (2013), o Estado do Acre estava também recebendo, paralelamente e em números maiores, imigrantes haitianos. No processo de acolhimento daqueles imigrantes, o governo acriano se destacou mais do que qualquer outra instituição no seio de seu território. Ao se referir ao acolhimento institucional aos imigrantes de diversas nacionalidades, em sua maioria haitianos, pelo Estado, Antônio Torres, secretário da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social no Acre

explicou que existe um Fluxograma de atendimento no Acre, consistente em: 1. Protocolo de Termo de Solicitação de Refúgio na Polícia Federal em Brasília; 2. Emissão de CPF e CTPS em Rio Branco; 3. Recrutamento empresarial para postos de trabalho no próprio abrigo com a vinda de empresas sediadas em outros Estados (se não os imigrantes não saem do abrigo)³⁰⁷; 4. Apoio do Governo do Acre, mediante a contratação de empresa de transporte de ônibus interestadual, para prosseguimento de viagem. Além disso, o Estado do Acre mantém serviços de acolhimento temporário no abrigo de Rio Branco³⁰⁸: atendimentos técnicos (documentação); psicossociais (palestra sobre direito do trabalho e lei Maria da Penha), jurídicos, médicos, alimentação e atividades culturais (festividades). [...]. A

³⁰⁷ Tal como o assinalou Handerson (2015), a presença de haitianos em diversos Estados brasileiros se deve à localização nacional destas empresas que os empregavam.

³⁰⁸ De acordo com G1, o abrigo com capacidade de 240 vagas, que já abrigou mais de mil, tem agora apenas 8 abrigados no início de 2016. “Segundo o secretário de Justiça e Direitos Humanos do Acre, Nilson Mourão, esse é um dos menores números de imigrantes no abrigo de Rio Branco desde a instalação, em junho de 2014.” Fonte: G1. Publicado em 05/01/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/01/apenas-8-estao-em-abrigo-no-ac-que-ja-acolheu-mais-de-mil-imigrantes.html>>. Acesso em: 22/05/2016.

gestão do abrigo é realizada pelo Governo do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS. Por fim, o secretário da SEDS ressaltou que a única verba que recebem da União é exclusivamente para o custeio da alimentação dos imigrantes que albergam no Abrigo em Rio Branco. (*Apud* MPT, 2014, s/p).

Depois de um ano de vigência do Visto Humanitário, o Estado do Acre, que vinha dando assistência a estes imigrantes, reconhece a precariedade das condições em que se encontravam, particularmente na cidade de Brasiléia e Etipaciolândia e chegou a decretar o estado de emergência social nestes municípios em abril de 2013. O então e ainda governador (reeleito) do Estado do Acre, Tião Viana disse ao G1 que

O decreto é de um grito de alerta de que a situação chegou ao limite. Transbordou o suportável e nós precisamos de ajuda, e do papel institucional e constitucional do Governo Federal numa questão dessa gravidade. O governo do Acre já assumiu R\$ 3 milhões em gastos. A União nos ajudou com R\$ 600 mil, mas nós precisamos de uma medida definitiva.³⁰⁹

Como assinalado por Molinari, Parisi, Pereira (entrevistados) e por Antônio Torres, percebe-se que depois de um tempo de espera para a regularização provisória da condição de estadia com a obtenção do protocolo, do CPF e da CTPS no Acre e em Amazonas, respectivamente, números expressivos destas pessoas seguiam viagem para outros Estados brasileiros. O caso da estudante Nadine Talleis, uma haitiana de 29 anos de idade³¹⁰ é outro exemplo de vinda de haitianos do Norte para a cidade de SP.

Outros, sobretudo os primeiros que lá chegaram, no caso de Amazonas, permaneceram no Estado³¹¹ e na sua capital, onde muitos arrumaram trabalho, como afirmado pelo entrevistado Molinari. Com efeito, os Estados brasileiros de trânsito dos imigrantes haitianos, são também de residência para alguns deles. São Paulo não é o único Estado que

³⁰⁹ Fonte: G1. *Acre decreta situação de emergência social por causa de surto de imigração*. Publicado em 09/04/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 20/06/2014.

³¹⁰ Nadine que tem uma deficiência visual, “chegou ao Brasil, em 2013 pelo Acre e encontrou pessoas em Brasília que acabaram tornando-se sua ‘família adotiva’. Hoje ela estuda Direito e trabalha como auxiliar administrativa da faculdade, o que lhe garante bolsa integral.” (MTPS). Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br>>. Acesso em: 22/04/2016.

³¹¹ Em 2013, a Casa do Migrante Jacamim, da Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SEAS do Governo do Estado do Amazonas recebeu 73 estrangeiros de 13 nacionalidades cujos motivos da migração eram *Refúgio*, *Busca emprego* ou *Trânsito*. Destes, 41 são haitianos: 33 mulheres e 8 homens, em busca de emprego (33) ou em trânsito (08). Em 2014, esta Casa recebeu 62 estrangeiros de 14 nacionalidades cujos motivos de migração eram: *Refúgio* (01) e *Busca emprego* (16). Neste ano, 17 dos 62 estrangeiros eram haitianos: 7 mulheres e 10 homens. Fonte: Casa do Migrante Jacamim/ SEAS. Estes números são irrisórios em relação aos atendimentos aos haitianos pela *São Geraldo* em Manaus e pela *Missão Paz* em São Paulo.

recebeu os imigrantes haitianos que transitaram majoritariamente por estes dois Estados pelos quais entraram no Brasil via terrestre até 2015³¹². Saindo destes Estados - vindo do Haiti ou de outro país - os haitianos fixam residência em outras capitais estaduais e também em cidades interioranas de outros Estados brasileiros. Embora distante de pelo menos 3.450 Km (*Imagem 11*) dos principais Estados de entrada da maioria dos haitianos, é preciso tratar que a cidade de SP é a que mais se destaca no Brasil³¹³ em termos de acolhimento institucional que estes imigrantes recebem, por mais que tenhamos assinalado que é também um lugar de trânsito para muitos haitianos e de retorno para alguns deles. A migração haitiana no Brasil indica, em contexto nacional, que não há cidade de trânsito que não possa se transformar em cidade de residência, nem cidade de residência que não possa se tornar de trânsito e até de retorno.

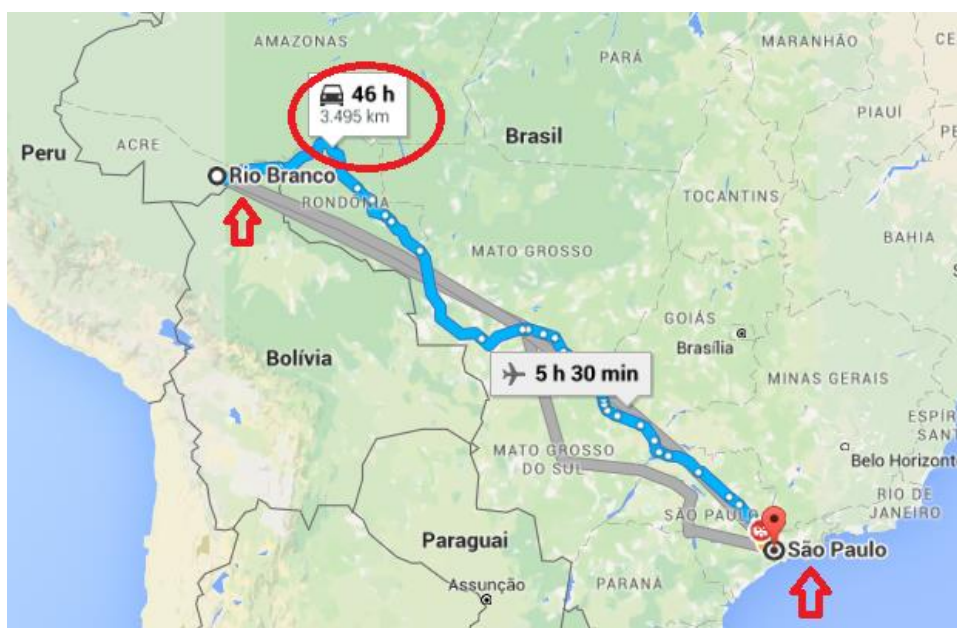


Imagem 11: Distância Rio Branco/São Paulo em Km.

Gerada em 05/05/2016 em <<https://www.google.com.br/maps>>. Inserção nossa

³¹² Outros haitianos, em números bem menores, vêm também ingressando desde 2010 no Brasil mediante autorização de trabalho. Estes não aparecem na televisão brasileira, como é o caso dos seus compatriotas que entraram via terrestre pelo Norte do país em condições difíceis, solicitando refúgio principalmente nas cidades de Brasília, Tabatinga e Manaus, por exemplo.

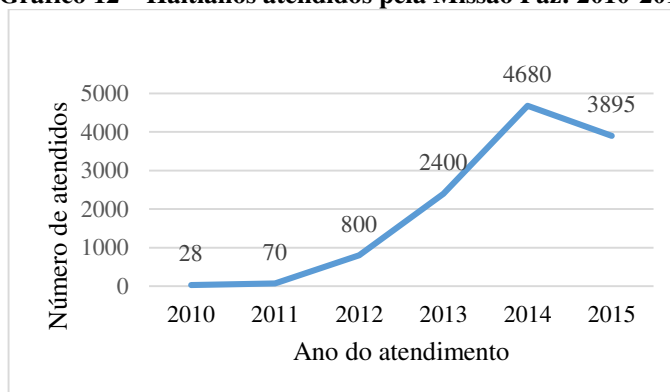
³¹³ Vide *Gráfico 5*.

O deslocamento destes imigrantes, haitianos na sua maioria, do Acre para a cidade de São Paulo se efetua geralmente de ônibus e dura muito mais que as 48 horas de tempo previsto de viagem quando realizada de carro³¹⁴.

É pertinente relembrar que, como mencionado pelo Secretário Antônio Torres, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social no Acre, no caso deste Estado, o governo apoiou aqueles que desejavam seguir, contratando empresas de transporte de ônibus interestadual³¹⁵. Este é um dos momentos em que o deslocamento de imigrantes no território brasileiro gerou uma tensão entre Estados, em vez de ser encarada como uma questão nacional, da União.

O lugar que a Missão Paz ocupa no processo de atendimento aos haitianos na cidade de São Paulo é sem dúvida preponderante. Segundo Parisi³¹⁶ em 2010 chegaram na Missão Paz os primeiros 28; em 2011 foram 70; em 2012 o número passou para 800; em 2013 foram 2.400; em 2014 somaram 4.680. No ano seguinte a instituição religiosa recebeu até então aproximadamente 1.600 haitianos. Conforme os dados da Missão Paz, dos 6.929 atendimentos, 3.895 foram para haitianos em 2015.

Gráfico 12 – Haitianos atendidos pela Missão Paz: 2010-2015



Fonte: Elaboração nossa.

³¹⁴ O documentário *SP Creole* (KOMUKAI, Debora *et al.*), mostra um pouco do percurso Rio Branco-São Paulo. Entretanto, lembramos que os haitianos saem também de outros Estados que não Acre e Amazonas com destino a outros locais e também à cidade de São Paulo, da mesma forma que saem desta cidade para outras cidades brasileiras.

³¹⁵ Este apoio foi visto pelo Estado de São Paulo como uma atitude inapropriada, já que os imigrantes chegaram na cidade sem que a SMDHC da Prefeitura desta tenha sido informada com antecedência pelo Governo acriano, por meio de sua Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.

³¹⁶ Os números dados por Paolo Parisi quando o entrevistamos diferem pouco dos que forneceu quando falou ao *FANTÁSTICO* da edição de 19/07/2015. Optamos por usar os dados de julho de 2015 por serem os primeiros e também os mais difundidos. Fonte: G1/FANTÁSTICO, 2015.

Nos anos 2010 e 2011, o número de haitianos atendidos pela Missão Paz é visivelmente pequeno, embora tenha aumentado em mais do dobro, do primeiro para o segundo ano. Mas é a partir de 2012 que se nota um aumento ainda mais expressivo em números absoluto do atendimento aos haitianos. O aumento se manteve até 2014, sendo de 150% entre 2010 e 2011; de 1042% entre 2011 e 2012; de 200% entre 2012 e 2013 e de 95% entre 2013 e 2014. De 2014 para 2015 foi registrada uma diminuição de 16,77% nos atendimentos aos haitianos. Ela se deve provavelmente à redução do número de entradas de haitianos pelo Norte, à recepção no Terminal da Barra Funda em São Paulo dos ônibus que chegam do Acre pela Prefeitura - o que permite o encaminhamento imediato da maioria dos que chegam para seus destinos³¹⁷ -, ao aumento do atendimento aos solicitantes de visto no Haiti e à consolidação das redes de haitianos na cidade de São Paulo e no Brasil.

O atendimento oferecido pela Missão Paz é individual ou coletivo³¹⁸, mas um não excluindo o outro. Observando apenas o atendimento individual, considerando os serviços social, psicológico, jurídico de saúde, de documentação e de trabalho, os haitianos representaram mais de 64%, quase 2/3 dos atendidos pela Missão Paz em 2014. Os bolivianos, com 9,6% constituíram a segunda nacionalidade mais atendida. O terceiro lugar sendo dos peruanos com 6,6% dos atendimentos nestes serviços oferecidos (MISSÃO PAZ). A esmagadora maioria dos que foram auxiliados pela Missão Paz para tirar a CTPS na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo, entre abril e agosto de 2014 era de haitianos.

Quanto aos atendimentos coletivos, os bolivianos se destacaram das demais nacionalidades com 49,9% do total deste tipo de atendimentos em 2014. Foram seguidos dos paraguaios (14,2%) e dos chilenos (8,4%). Os haitianos, em sétimo lugar, receberam 703 atendimentos, isto é, apenas 3,7% do total naquele ano.

Em 2015, Parisi assinalou que até início de julho de 2015, um quarto (¼) dos haitianos que passaram pelo Brasil foram atendidos pela Missão Paz, o que corresponde a mais de 10.000 solicitações que receberam algum tipo de serviço prestado por esta instituição.

³¹⁷ Assunto referido por Illes quando entrevistado pela FPA em setembro de 2015.

³¹⁸ “Por atendimentos coletivos entendemos o oferecimento e utilização de espaços da Missão Paz por parte de grupos de imigrantes/refugiados. Em geral, são usados o auditório, um salão menor, algumas salas, a cozinha industrial e quando os eventos são maiores a lona de circo externa. As finalidades são muito diferentes: associações, ensaios, reuniões, festas, comemorações, treinamentos por parte de consulados, etc.”. Fonte: MISSÃO PAZ. Disponível em: <<http://www.missaonspaz.org>>. Acesso em: 07/01/2016.

Se até os primeiros dias de julho de 2015 a Missão Paz ajudou na realização de contratos formais de trabalhadores imigrantes de nacionalidade haitiana por diversas empresas que lá iam à procura de trabalhadores, no mês de abril registrou-se a pior contratação em termos numéricos. Entretanto, junho foi até então o melhor mês do ano em termos de contratações: “214 haitianos contratados na Missão Paz” por empresas. Os setores que mais contratavam naquele ano eram os restaurantes e hotéis, mas antes, era a construção civil – que na data da entrevista estaria empregando só 5% dos haitianos ocupados³¹⁹

Apesar da evidência de que os haitianos residentes hoje no Brasil, em particular na cidade de São Paulo, apresentem uma diversidade de competências, há setores que lhe são geralmente abertos, obrigando certos profissionais a ingressar em setores de atividades completamente diferentes daqueles de sua formação adquirida e de sua experiência profissional. É neste sentido que Parisi cita o exemplo de um médico e advogado haitianos que aceitam trabalhar com limpeza, começando debaixo para depois “devagarinho” ter as suas conquistas³²⁰, e que Fernandes afirma que o grande problemas que os brasileiros têm é que não estão aproveitando esse capital [humano]³²¹

De acordo com Stefanelli, o acolhimento que a Missão Paz e sua CdM vêm realizando fez desta instituição uma “referência de acolhimento aos i-migrantes que chegam à cidade de São Paulo” (STEFANELLI, 2015, p. 54). A tradição de acolhimento aos migrantes pela Missão Paz é reconhecida também pela Prefeitura Municipal de São Paulo cuja então Coordenação de Políticas para Migrantes disse, a respeito dos migrantes, haitianos na sua

³¹⁹ Fonte: OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. *Missão Paz, um ano depois: o que mudou nas migrações?* Programa exibido na NET Cidade SP em 15/07/2015. Disponível em: <<http://observatorio3setor.com.br/media-center/videos/missao-paz-um-ano-depois-o-que-mudou-nas-migracoes/>>. Acesso em: 22/07/2015. Relativamente à contratação de haitianos no Brasil, o Grupo de Pesquisa de Trabalho e Migrações na Amazônia da Universidade Federal do Acre afirma que “As empresas que atuam no Haiti são parceiras da atuação humanitária no Haiti, sendo as mesmas que estão contratando trabalhadores haitianos no Brasil” (*Apud* MPT, 2014). Podemos então entender porque nos últimos anos havia muita procura e oferta de trabalho na construção civil no Brasil, se, como mostra o artigo de Moraes *et al.* (2013, p. 102), já no Haiti, o governo brasileiro em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai em Porto Príncipe tinha como um dos objetivos do seu centro de formação profissional formar até mil pessoas por ano em construção civil.

³²⁰ Fonte: OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. *Missão Paz, um ano depois: o que mudou nas migrações?* Programa exibido na NET Cidade SP em 15/07/2015. Disponível em: <<http://observatorio3setor.com.br/media-center/videos/missao-paz-um-ano-depois-o-que-mudou-nas-migracoes/>>. Acesso em: 22/07/2015.

³²¹ Fonte: TV FOLHA. *HAITI, a nova fase da imigração*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=G5a3gtdnZW8>>. Acesso em: 12/09/2015.

grande maioria, que foram transportados do Acre para São Paulo pelo governo acriano, que “Aqui [na cidade de SP] encontraram guarida na tradicional Casa do Migrante e na Missão Paz, instituição que serve de referência para os recém-chegados à cidade desde a década de 1930.” (CPMig, 2014, p. 4).

Entendemos que a *Imagem 12* representa muito bem a atual filosofia da Missão Paz em relação à migração e o acolhimento aos que migram pelo mundo. Um mundo em que as fronteiras estariam despedaçadas e no qual as pessoas, independentemente de seu sexo, origem, nacionalidade, raça, cultura, religião, classe, navegassem livremente. Nesse sentido, entende-se que ao dizer que “Então, nós somos à favor, é claro, de uma cidadania universal”, lembrando que terrorista é terrorista, que imigrante e refugiado não são terroristas, sendo preciso tratar de maneira diferente cada caso, a fala de Parisi converge com a representação abaixo.



Imagem 12: cidadania universal.

Fonte: MISSÃO PAZ. Título nosso. Disponível em: <<http://www.missaonspaz.org>>. Acesso em: 07/01/2016

Apesar do seu trabalho de acolhimento exemplar ser reconhecido, que a torna uma referência (CPMig, 2014; STEFANELLI, 2015), é preciso dizer que a Missão Paz tem ciência de que esta visibilidade tem gerado uma procura maior, nos últimos anos, pelos seus serviços, revelando por outro lado suas limitações em relação ao espaço físico disponível na Casa do Migrante, por exemplo. Sobre esta procura dos imigrantes à Missão Paz, o pesquisador do CEM, Pereira, que entrevistamos, disse: “Eles têm chegado, sobretudo de setembro para cá (15 de outubro de 2014), entre 30 a 40 por dia lá na Pastoral. [...]. Eles já saem do Haiti sabendo onde vão chegar”. É neste sentido que se entende a afirmação feita por Parisi em novembro de 2015 ao dizer que

[...] os dois momentos mais desafiadores foram 2014 e 2015. Porque até 2013 nós tínhamos capacidade de acolhê-los. Em 2014 tivemos aquele grande grupo que veio

do Acre e tivemos que abrir auditórios, salões. *Aquele ano chegamos à loucura!* Eu lembro ainda, foi dia 11 de Abril de 2014, uma data que ficou marcada.

Naquele ano a Missão Paz chegou a ceder, numa noite, espaço para ao todo 350 dormirem nos seus compartimentos, enfatizou Parisi³²²

Além da colocada insuficiência de vagas na Casa do Migrante nos últimos anos, a inexistência de espaço para atendimento de famílias na Casa é uma questão sobre a qual a Missão Paz está refletindo para encontrar uma solução, no entanto difícil, já que “A estrutura está tombada como obra de arte”, sublinha Parisi. As mulheres com filhos de oito anos ou mais de idade, assim como homens com crianças, embora considerados em situação de vulnerabilidade, têm menos possibilidades de serem admitidos na CdM, o que, a nosso ver, vai contra uma política que prioriza e pretende prosseguir priorizando aqueles em situação de maior vulnerabilidade. Diante das regras adotadas para o bom funcionamento da CdM e para permitir que o imigrantes perceba e consiga se adaptar à realidade da cidade de São Paulo, cabe dizer que com sua aplicação os migrantes se sentem - muito - bem acolhidos, mas dificilmente se sentiriam em sua casa.

A questão de gênero como preocupação se coloca explicitamente no caso do acolhimento institucional da Missão Paz, principalmente na divisão do espaço da Casa do Migrante por sexo, na busca de inserção laboral, o que inclui a formação profissional, na busca de vagas em creches para crianças, no ensino da cultura brasileira para imigrantes, nas publicações do CEM.

3.4 Prefeitura de São Paulo e a política de acolhimento aos imigrantes haitianos

O objetivo agora é analisar a política de acolhimento institucional aos imigrantes haitianos pela Prefeitura de São Paulo nos últimos anos. Nas palavras de Souza, “No governo municipal de São Paulo, o tema das migrações foi contemplado ainda durante a campanha do candidato Fernando Haddad³²³ em 2012.” (SOUZA, 2015, p. 225). Diante disso, é possível

³²² Fonte: OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. *O trabalho da Missão Paz com refugiados*. 2014. Disponível em: <<http://observatorio3setor.com.br>>. Acesso em: 20/02/2015.

³²³ “O 11º Eixo do seu Plano de Governo, intitulado Dignidade, Cidadania e Direitos Humanos, estabelecia então cinco prioridades para Migrações e Trabalho Escravo, a saber: a) Mapeamento dos imigrantes de São Paulo; b)

dizer que o município de São Paulo é uma das raríssimas entidades políticas municipais - se não a única - em que o tema das migrações entrou na campanha eleitoral.

Neste sentido, o foco está nas ações realizadas pela Coordenação de Políticas para Migrantes criada no âmbito da SMDHC de São Paulo em 27 de maio de 2013³²⁴. Já no ano de criação desta Secretaria foi realizada a 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes entre 29 de novembro e 1º de dezembro por iniciativa da SMDHC, mediante sua CPMig, afirmou o Secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili (*Apud* SMDHC, 2014, p. 11). De acordo com este documento, esta Conferência Municipal teve quatro eixos temáticos³²⁵ e fez parte do processo de preparação “da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR), e foi a primeira etapa do processo em todo o Brasil.” (SMDHC, 2014, p. 12). Estes elementos já apontam certo protagonismo da cidade de São Paulo sobre esta questão na atualidade migratória brasileira.

É, no entanto, desafiador pensar numa política de acolhimento desta Prefeitura destinada apenas a haitianos, dada a inexistência de um atendimento exclusivo para nacionais de determinado país, exceto casos de atendimentos coletivos. Mas veremos, conforme destacou Illes ao ser entrevistado pela FPA em 2015, como a presença haitiana, embora não expressiva em termos numéricos na cidade de São Paulo, quando comprada com nacionalidades como a boliviana, japonesa, italiana ou chinesa³²⁶, influenciou a política migratória para o conjunto de imigrantes residentes nela.

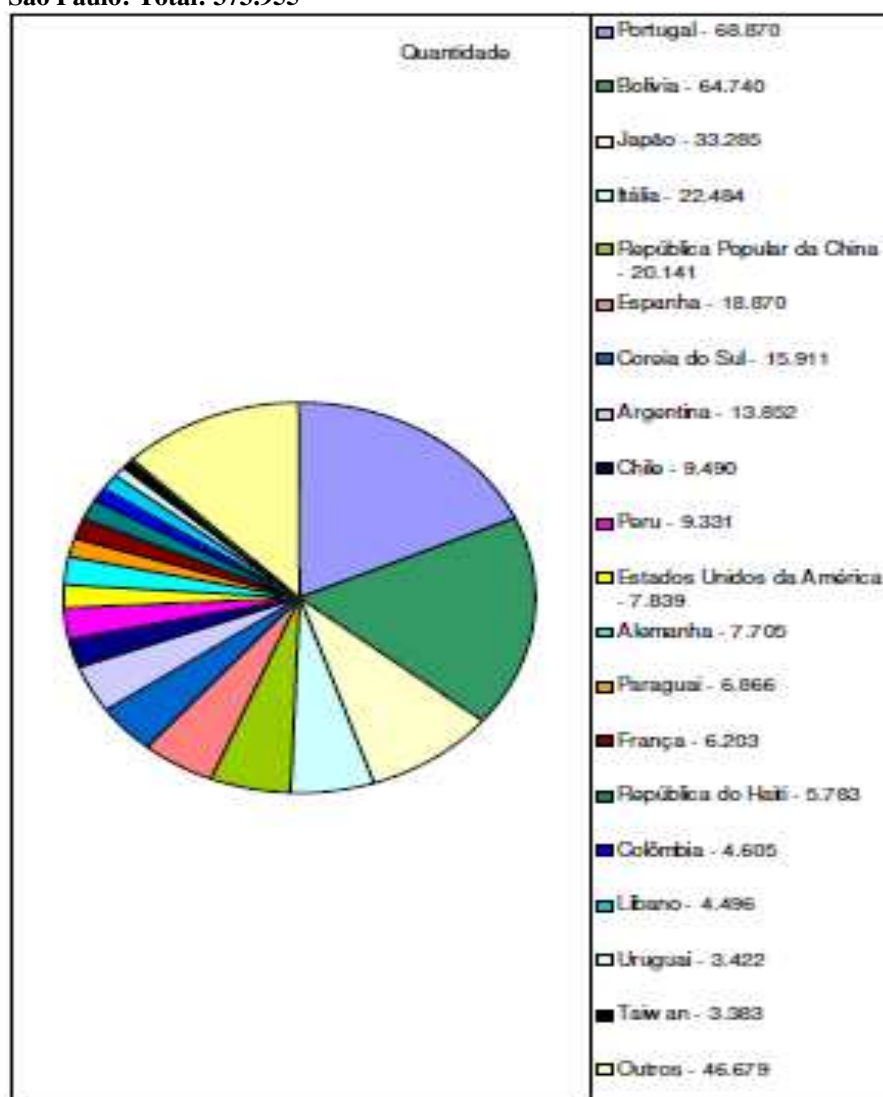
Promoção e valorização da participação; c) Implantação de programas que combatam práticas análogas ao trabalho escravo; d) Orientação a todas as Secretarias com interface nesse tema e formação dos [seus] trabalhadores; e) Apoio as feiras e espaços abertos de convivência dos imigrantes na cidade de São Paulo. A SMDHC, responsável pelas ações desse Eixo, acolheu ambos os temas de forma separada em sua estrutura. Segundo o artigo 242 da Lei de sua criação, o tema das migrações coube a CPMig, e o do trabalho escravo a um cargo único e comissionado: a Assessoria Especial para a Promoção do Trabalho Decente.” (SOUZA, 2015, p. 225-226. Grifo da autora).

³²⁴ Esta Coordenação de Políticas para Migrantes tem como atual Coordenadora-geral, Camila Baraldi. Esta sucedeu ao Paulo Illes, então Coordenador-geral quando realizamos a pesquisa de campo.

³²⁵ São os seguintes: I - promoção e garantia de acesso a direitos sociais e serviços públicos; II - promoção do trabalho decente; III - inclusão social e reconhecimento cultural; IV - legislação federal e política nacional para as migrações e refúgio (SMDHC, 2014, p. 12).

³²⁶ Vide *Gráfico 13*.

Gráfico 13: Número total de imigrantes com registros ativos no Município de São Paulo: Total: 373.955



Dados do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCARE) do dia 19 de outubro de 2015 (Apud CPMig/SMDHC, s/d, s/p. Grifo nosso).

Os dados deste gráfico mostram que no final de 2015 no Município de SP havia não só imigração Sul-Sul, mas também imigração Norte-Sul, imigração regional e imigração de longuíssima distância. Neste ano, havia 5.783 haitianos, 6.203 franceses, 7.705 alemães, 7.839 estadunidenses, 18.870 espanhóis, 64.740 bolivianos e 68.870 portugueses com registro ativo neste município. Fica evidente que os cidadãos do Haiti não estão dentre as nacionalidades cujos cidadãos são mais numerosos no Município de São Paulo. O que não deve impedir que se perceba que em SP, cidade referência nacional, tanto em migração interna, quanto em migração internacional, residem quase 10% dos 60.000 haitianos estimados residentes no Brasil pelo Ministério da Justiça em 2015.

Respectivamente em 2014 e 2015, os cidadãos de nacionalidade haitiana tiveram o maior número de registros no Brasil com 10.685 no primeiro ano e 8.135 no segundo. Em ambos os anos foram respectivamente seguido por bolivianos e colombianos. O número de registros de haitianos em 2014 e 2015 no Município de São Paulo totalizou 2.061 e 1.484, respectivamente (SINCARE *apud* CPMig/SMDHC, s/d.). O que mostra uma diminuição nos registros tanto no Brasil quanto na cidade de SP.

Embora recente, a criação da CPMig é fundamental para os imigrantes residentes na cidade de São Paulo. Ela vem realizando trabalhos muito importantes para os referidos cidadãos nacionais de outros países e residentes nesta cidade. Uma delas, e talvez a principal, é a participação eleitoral em âmbito municipal. A propósito, entrevistado, Silva salienta que

O imigrante sofre um problema crônico, que aqui no Brasil, dificilmente as pessoas gostam de tocar nisso, que é o fato de não ter representação política, não poder participar. A gente fala muito em cidadania, cidadania, mas a gente retira o conteúdo político da cidadania, o que é um erro. O essencial dentro da cidadania é a questão política. E aí o imigrante contribui, participa, paga impostos e não tem direitos nem a uma escolha [...] principalmente em eleições municipais.

Hoje, no município de São Paulo, os imigrantes têm representantes eleitos nos Conselhos Participativos Municipais³²⁷. O que é um exemplo distintivo desta cidade em relação ao resto do Brasil. Para o Secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, o momento da votação era histórico e que São Paulo saiu na frente em relação à garantia do direito ao voto para os imigrantes³²⁸. “Os conselheiros imigrantes se integrarão aos que já estão trabalhando e terão o mesmo papel e direitos de fiscalizar e propor políticas

³²⁷ A *Imagem 13* mostra momentos da primeira participação de imigrantes numa eleição municipal na cidade de São Paulo para eleger seus primeiros representantes no Conselho Participativo. De acordo como a CPMig, é o Decreto nº 54.156, de 1º de agosto de 2013 que definiu o escopo de atuação destes órgãos: “O Conselho Participativo Municipal (...) é um organismo autônomo da sociedade civil, reconhecido pelo Poder Público Municipal como instância de representação da população de cada região da Cidade para exercer o direito dos cidadãos ao controle social, por meio da fiscalização de ações e gastos públicos, bem como da apresentação de demandas, necessidades e prioridades (...)”. A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio das coordenações de Políticas para Migrantes e da Política de Participação Social, buscou desde o princípio, em parceria com outros órgãos da Prefeitura, como Subprefeituras, a Secretaria Municipal de Relações Governamentais (SMRG) e a Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos (SNJ), inserir a população de imigrantes nesse processo, o que foi alcançado na assinatura do **Decreto nº 54.645, de 29 de novembro de 2013**. Este decreto prevê a criação da cadeira de conselheiro extraordinário nos Conselhos Participativos, “visando garantir a participação dos imigrantes moradores da Cidade”, complementando, assim, o decreto anteriormente citado.” Fonte: CPMig/SMDHC. Grifo nosso. Publicado em: 30/03/2014. Título: *Imigrantes elegem os seus representantes nos Conselhos Participativos Municipais*. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/noticias/?p=168815>. Acesso em: 25/04/2016.

³²⁸ Idem

públicas”, afirmou Rogério Sottili³²⁹. Esta participação política está na sua segunda edição. Na primeira, os 20 conselheiros de 12 nacionalidades diferentes – nenhum deles sendo haitiano – foram eleitos em 30 de março de 2014 para um mandato de dois anos. Das 32 subprefeituras da cidade, 19 tiveram pelo menos 1 conselheiro imigrante. Trata-se daquelas que contam com “pelo menos 0,5% de estrangeiros em sua população [...] A Subprefeitura da Sé, por ter mais de 10 mil imigrantes residentes nos seus distritos, elegeu dois conselheiros.”³³⁰. Na segunda eleição, os imigrantes teriam “35 cadeiras garantidas em 29 subprefeituras, que contam com uma parcela representativa dessa população dentro de seus habitantes. As exceções são M'Boi Mirim, Cidade Tiradentes e Capela do Socorro.”³³¹. Na prática foram eleitos 31 imigrantes como conselheiros em cadeiras extraordinárias para o biênio 2016-2017. Dentre estes 2 são haitianos.³³²



Imagem 13: Imigrantes votando em São Paulo.

Autor: Comunicação/SMDHC, 2014.

A inclusão política é sem dúvida uma das reivindicações mais centrais, sua ausência uma das provas mais evidentes de discriminação legalmente determinada e ainda em

³²⁹ Fonte: SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO. *Representantes de imigrantes tomam posse no Conselho Participativo Municipal*. Publicado em: 28/04/2014. Disponível em: <<http://capital.sp.gov.br/portal/noticia/2192#ad-image-0>>. Acesso em: 31/08/2015.

³³⁰ Idem

³³¹ No geral, cada Subprefeitura terá uma vaga para imigrantes. Nas Subprefeituras da Mooca, Vila Mariana, Sé e Vila Maria serão duas vagas; e em Pinheiros, três. No caso dos conselheiros brasileiros, estes passaram de 1.113 na primeira eleição para 1.162 este ano. Fonte: SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO. *Paulistanos escolhem novos membros do Conselho Participativo*. Publicado em: 06/12/2015. Disponível em: <<http://capital.sp.gov.br/portal/noticia/7328#ad-image-0>>. Acesso em: 30/08/2016.

³³² São eles: Chrisner Louis e Yvener Guillaume. Fonte: Prefeitura de SP. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/relacoes_governamentais/CMP%202015/FINALIMI GRANTES.pdf>. Acesso em 30/10/2016.

vigor na esmagadora maioria dos países e das grandes cidades do mundo e do Brasil. Ao longo do trabalho enfatizamos a dimensão política, mostrando que no fundo esta parece a mais relevante, pois é quase sempre a esfera explicitamente reservada aos nacionais, na qual os imigrantes não podem, por lei, se envolver. Neste sentido, admitir que imigrantes tenham uma expressão política na esfera municipal paulistana, por meio da qual passam a ser representados na esfera da política municipal, é um salto significativo de qualidade na política pública para imigrantes nesta cidade brasileira.

3.4.1 Imigração, educação e hospedagem na cidade de São Paulo

3.4.1.1 CPMig: Imigração e educação

A SMDHC desenvolveu um curso de formação continuada, no âmbito da *Meta nº 65 do Programa de Metas Municipais*, objetivando capacitar e sensibilizar os “servidores municipais para o atendimento qualificado a imigrantes e pessoas em situação de refúgio” (CPMig/SMDHC, 2015a, s/p). Os objetivos desta formação são:

- a) *Oportunizar formação continuada aos servidores e servidoras do quadro administrativo das unidades escolares sobre a questão da migração em São Paulo, visando o combate a práticas de xenofobia no ambiente escolar;*
- b) *Compreender a importância do acesso à educação para a inserção social do migrante, considerando as diferenças culturais como elementos de enriquecimento;*
- c) *Discutir o acesso a direitos e serviços públicos de pessoas migrantes local e nacionalmente, com especial enfoque no direito à educação.* (CPMig/SMDHC, 2015a, [s/p]).

A Prefeitura de São Paulo não está apenas preocupado com a participação política dos migrantes internacionais. A educação é aqui uma ferramenta que permite envolver

pessoas influentes em unidades de grandes relevância social, que são as escolas³³³. Combater questões como a xenofobia, promover a inserção social dos migrantes por meio da educação são políticas benéficas para a sociedade acolhedora e para os acolhidos.

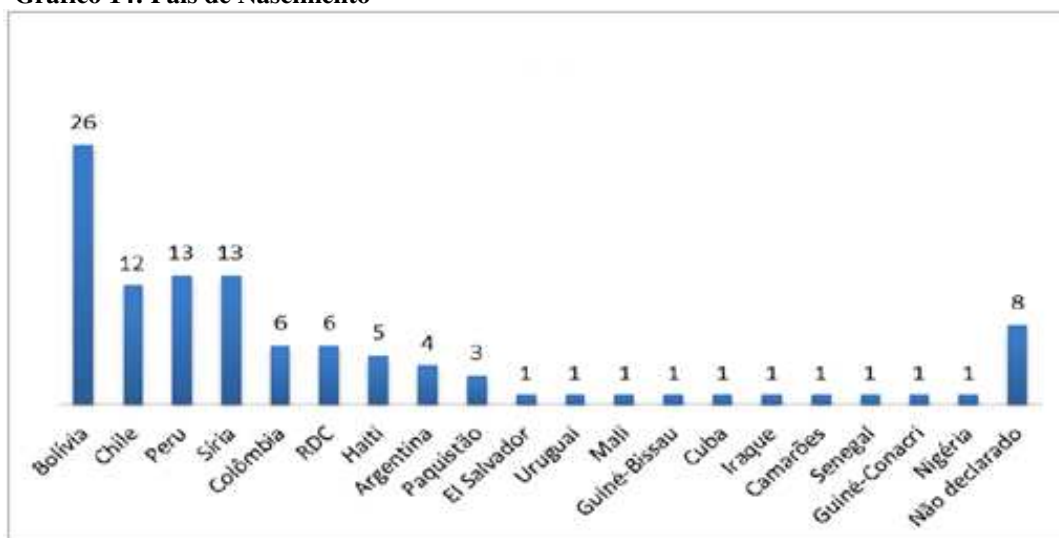
A pertinência deste tipo de ação está no fato que, embora tenha sido desde sua formação uma cidade na construção da qual contribuíram significativamente imigrantes, São Paulo testemunhou e ainda testemunha práticas institucionais de discriminação contra imigrantes, sejam eles oriundos da chamada América Latina, da Ásia, da África ou do Caribe. Observamos anteriormente que na contratação de imigrantes, haitianos na sua maioria, havia, por parte das empresas contratantes, discriminação baseada na cor, na origem e também no sexo. Neste exemplo, é possível concluir que mesmo sendo de classe média, mas quando originária de um destes lugares, é esperado que a pessoa esteja sujeita a práticas discriminatórias seja com base na cor da pele, seja na origem e/ou no pelo. Silva afirma que “no Brasil essa vinda dos haitianos tem um papel importante também para a gente discutir a questão da tolerância, que é um problema. Porque às vezes a gente não quer escancarar.”³³⁴ Neste sentido, a educação como meio de transformação para o exercício da cidadania para todos, com a prevenção da xenofobia e da discriminação, é um caminho promissor.

A preocupação da CPMig/SMDHC com a educação levou em conta as potenciais necessidades de curso de português e de capacitação/formação dos próprios migrantes no município de São Paulo. O relatório de dados levantados a respeito, por meio de uma enquête disponibilizada entre 25/11/2014 e 31/12/2014 na página de *facebook* da CPMig, permitiu identificar que estas necessidades existiam tanto em pessoas com 19 anos de idade quanto naquelas que têm até 67 anos de vida, bem como em mulheres e homens, imigrantes.

De acordo com a CPMig/SMDHC (2015b, p. 5), 36% destas pessoas que se interessaram por estes cursos são mulheres, 61% são homens e 3% não declarados. Olhando por país de nascimento e por importância numérica, o gráfico a seguir mostra que o Haiti é o sétimo país que mais manifestou interesse nesta política, com cinco interessados de um total de 106.

³³³ Conforme o Relatório referido, das 13 Diretorias Regionais de Educação (DREs) na cidade de São Paulo e mais de 80 mil servidores, participaram e foram formados neste curso, respectivamente, 7 DREs e 209 servidores públicos. Ele também assinala que há cerca de 3.800 crianças e jovens imigrantes matriculados na rede municipal (CPMig/SMDHC, 2015a). O que indica que há ainda um grande desafio neste sentido.

³³⁴ Entrevistado em 04 de novembro de 2014 em Manaus.

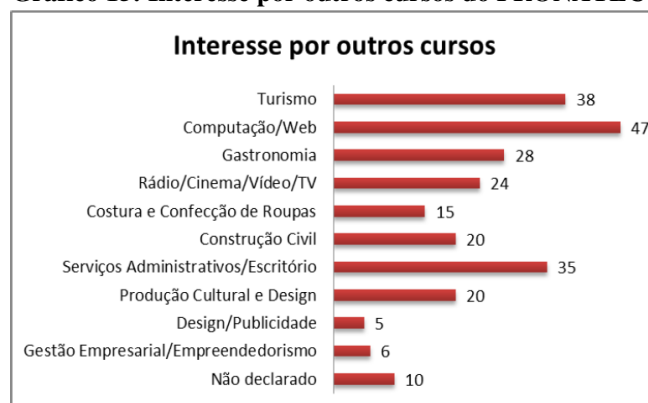
Gráfico 14: País de Nascimento

Fonte: CPMig/SMDHC, 2015b, p. 5. Grifo nosso.

Conforme esta enquete, as línguas espanhola, árabe, francesa, inglesa e crioula são as cinco principais faladas pelos imigrantes que responderam àquela pesquisa. É preciso dizer que os hispanofalantes são numericamente muito maiores do que a soma dos falantes das quatro outras línguas nativas de migrantes. Dos respondentes, 94% tinham ao menos algum interesse em fazer o curso de língua portuguesa, sendo 84% muito interessados nisso. Neste mesmo levantamento, os imigrantes no município de São Paulo demonstraram sua vontade de realizar uma capacitação profissional.

No seguinte gráfico percebe-se que os trabalhos que exigem bastante força física não são aqueles nos quais a maioria gostaria de se formar. Isto assinala que os imigrantes não estão necessariamente mais interessados nos mercados que lhes são reservados, como aliás, mostrou o trabalho de Caffeu e Cutti (2012) no que toca aos haitianos em São Paulo³³⁵.

³³⁵ Enquanto aqueles que procuraram trabalhadores na Missão Paz entre 06/02/2012 e 24/04/2012 se concentraram principalmente em: “Serviços Gerais Domésticos (41%); Serviços Gerais Empresa (35%); Campo/Caseiro (15%) e Construção Civil (11%)” os imigrantes tinham habilidades e/ou interesse em: “Construção Civil (29%); Serviços Gerais Empresa (22%); Indústria (15%) e Com. Alimentício (8%)”. Os Serviços Gerais Domésticos apareceram em 11º lugar neste quesito (CAFFEU e CUTTI, 2012, p. 109-110).

Gráfico 15: Interesse por outros cursos do PRONATEC

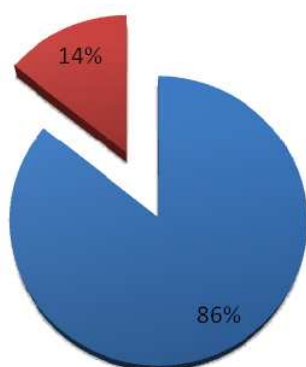
Fonte: CPMig/SMDHC, 2015b, p. 14. Grifo nosso.

3.4.1.2 CPMig: Imigração e hospedagem

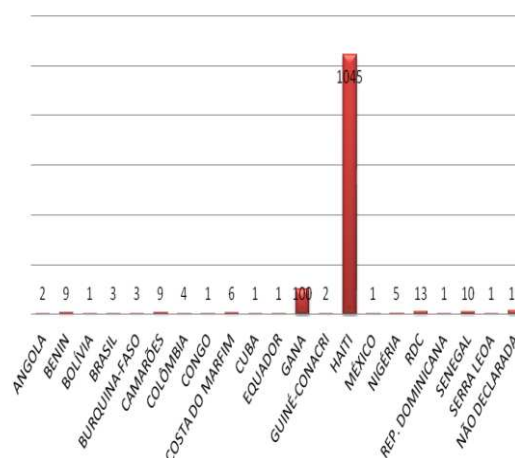
Tal como no acolhimento da Missão Paz, na busca em atender as necessidades de imigrantes, a CPMig da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo também colocou por três meses e 20 dias – maio a agosto de 2014 – um abrigo emergencial à disposição dos imigrantes, na sua maioria haitianos, como o demonstram os *Gráficos 16 e 17*.

Gráfico 16: Relação haitianos/demais nacionalidades acolhidos no Abrigo Emergencial

■ HAITIANOS ■ OUTRAS NACIONALIDADES



Fonte: CPMig, 2014, p. 8. Grifo nosso

Gráfico 17: Imigrantes atendidos no Abrigo Emergencial por nacionalidade

Fonte: CPMig, 2014, p. 7. Grifo nosso

A emergência aqui significa que a Prefeitura de São Paulo não tinha até então espaço para acolher imigrantes. Diante da superioridade da procura por abrigo em relação à oferta, - superioridade essa ocasionada pela chegada do Acre de imigrantes a partir de abril de 2014, a Missão Paz cobrou do Ministério da Justiça e da Prefeitura de São Paulo, pois na época só tinha, além da Casa do Migrante, o Arsenal da Esperança, afirma nosso entrevistados. Emergencial, este abrigo também conheceu momentos de superlotação, chegando a abrigar mais do que o dobro de sua capacidade, de acordo com a CPMig (2014, p. 4). Neste sentido esta Coordenação disse que

O Abrigo Emergencial³³⁶ da Prefeitura de São Paulo foi um equipamento provisório criado para atender o grande fluxo de imigrantes que começou a chegar semanalmente na cidade a partir de abril, localizado na Rua do Glicério, nº 164, no bairro da Liberdade. A estrutura funcionou do dia 8 de maio a 28 de agosto de 2014, e em cento e dez dias de funcionamento o Livro de Registro conta 2349 migrantes, de 20 nacionalidades diferentes. O local contava com 150 leitos fixos, divididos em três quartos e um galpão, mas chegou a atender 357 pessoas em sua noite mais movimentada, pois a orientação era não negar atendimento a ninguém. Com uma equipe fixa de sete orientadores, foi oferecido aos abrigados, além de bagageiro, duchas quentes e tanques para lavar roupa, uma refeição diária de segunda a sexta-feira, três refeições aos finais de semana, aulas de português básico e encaminhamento para trabalho.

Se por um lado a falta de coordenação no “envio” de imigrantes de um Estado para outro foi criticada, por outro lado, Illes manifesta sua solidariedade ao Acre por ser um lugar de passagem para imigrantes, com pouca infraestrutura, embora tenham chegado sem aviso prévio e de forma “concentrada” do Acre na cidade de São Paulo.³³⁷

O acolhimento no Abrigo Emergencial levou em conta a diferença de sexo. De acordo com Parisi, naquele espaço, 110 vagas foram reservadas e destinadas a homens e 10 vagas a mulheres, estas constituindo 16% dos acolhidos neste abrigo.³³⁸ Estas reservas de vagas correspondem às estatísticas de atendimento da CPMig indicados no *Gráfico 18*.

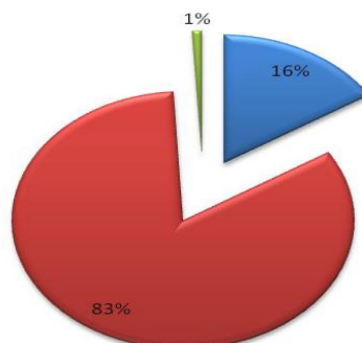
³³⁶ Embora a CPMig tenha gerenciado a estrutura do Abrigo Emergencial, ela contou com a colaboração de outras “Secretarias Municipais de Governo (SGM), Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE), Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)” e da Subprefeitura da Sé (CPMig, 2014, p. 4).

³³⁷ Fonte: OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. Entrevista ao Padre Paolo Parisi e Paulo Illes. 2015. Disponível em: <<http://observatorio3setor.com.br/media-center/radio/refugiados-no-brasil/>>. Acesso em: 15/10/2015.

³³⁸ Fonte: OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. *O trabalho da Missão Paz com refugiados*. 2014. Disponível em: <<http://observatorio3setor.com.br>>. Acesso em: 20/02/2015.

Gráfico 18: Imigrantes atendidos no Abrigo Emergencial segundo o Sexo

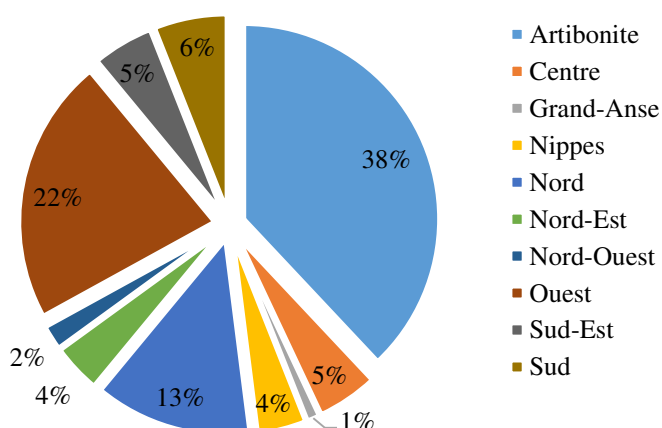
■ FEMININO ■ MASCULINO ■ NÃO DECLARADO



Fonte: CPMig, 2014, p. 6. Grifo nosso

Embora a capital do Haiti tenha sido mais afetada do que as outras partes do país que o terremoto de 12 de janeiro de 2010 atingiu, os haitianos naturais dos dez departamentos do país fizeram parte dos primeiros acolhidos pela Prefeitura de São Paulo, no seu Abrigo Emergencial, em sua maioria nascidos em Artibonite (38%). O segundo e terceiro maiores percentuais são compostos, respectivamente, por haitianos naturais do Departamento Oeste com 22% e Norte com 13% (*Gráfico 19*).

Gráfico 19: Naturalidade por Departamento dos haitianos atendidos no Abrigo Emergencial na cidade de São Paulo



Fonte: CPMig, 2014, p. 9. Grifo nosso

Sendo provisório, este primeiro abrigo gerenciado pela Prefeitura foi fechado “[...] no mesmo dia da abertura do primeiro **Centro de Referência e Acolhida para**

Imigrantes da cidade de São Paulo (CRAI-SP)³³⁹, para onde grande parte dos que ainda estavam no equipamento provisório foram encaminhados.” (CPMig, 2014, p. 4. Grifo do autor). Trata-se precisamente do Centro de Acolhida do CRAI – Bela Vista (*Tabela 8*). Um pouco mais de dois meses depois da inauguração deste, o Centro de Acolhida do CRAI – Pari (*Tabela 9*) foi, por sua vez, inaugurado.

Tabela 8 - Centro de Acolhida do CRAI – Bela Vista

Dados Técnicos	
Centro de Acolhida - Bela Vista	
Data da Inauguração	28 de agosto de 2014
Entidade Conveniada	Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS)
Endereço	Rua Japurá, 234 - Bela Vista
Contato	(11) 3112-0074 / recepcao@sefras.org.br
Recursos Humanos	28 pessoas: 1 gerente; 1 assistente técnico; 3 técnicos; 3 orientadores dia; 5 orientadores noite; 2 cozinheiros; 13 agentes operacionais
Capacidade de Atendimento Noite	110
Capacidade de Atendimento Dia	80
Pessoas acolhidas (ago 2014 a out 2015)	478
Nacionalidades Atendidas	47
Média de Dias que os acolhidos passam na casa	81,2

Fonte: CPMig, 2015c, s/p., grifo nosso. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br>

Tabela 9 - Centro de Acolhida do CRAI – Pari

Dados Técnicos	
Centro de Acolhida - Pari	
Data da Inauguração	01 de novembro de 2015
Entidade Conveniada	Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas
Endereço	Rua Allan Kardec, s/n - Pari
Contato	(11) 2539-5593
Recursos Humanos	35 pessoas: 1 gerente; 1 assistente técnico; 4 técnicos; 6 orientadores dia; 9 orientadores noite; 2 cozinheiros; 12 agentes operacionais
Capacidade de Atendimento Noite	150
Capacidade de Atendimento Dia	75
Atendimentos Realizados*	-
Nacionalidades Atendidas*	-
Média de Dias que os acolhidos passam na casa*	-

*Dados ainda não disponíveis

Fonte: CPMig, 2015c, s/p., grifo nosso. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br>

Cabe destacar que o CRAI foi oficialmente inaugurado “no dia 11 de novembro de 2014, quando foi aberto o serviço de referência.” (CPMig, 2015, s/p.)³⁴⁰.

³³⁹ O Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI) busca promover o acesso a direitos e a inclusão social, cultural e econômica dos imigrantes na cidade de São Paulo, por meio do atendimento especializado a esta população, da oferta de cursos e oficinas, além do serviço de acolhimento. A criação do espaço atende à Meta 65 do Programa de Metas da atual gestão da Prefeitura de São Paulo, que prevê a **criação e implementação de Política Municipal para Migrantes na cidade**. O projeto é uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). **A gestão do CRAI é realizada em parceria com o Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras)**. O serviço também conta com o apoio da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça (SNJ/MJ). **Em 2015, ainda no âmbito do CRAI, foi aberto um novo centro de acolhida para imigrantes no bairro do Pari, desta vez em parceria com a organização Missão Scalabriniana**. “Além das duas casas ligadas ao CRAI, há duas outras casas de acolhida conveniadas com a Prefeitura através da SMADS: Centro Social Nossa Senhora Aparecida, gerenciada pelas Irmãs Palotinas (com capacidade para 80 mulheres e crianças); e o Arsenal da Esperança, gerenciado pelo Servizio Missionario Giovani (SERMIG), cujas instalações funcionam na antiga Hospedaria do Imigrante e que acolhe 1200 pessoas em situação de rua, mantendo cerca de 200 vagas destinadas especificamente à população migrante. Contabilizando todas elas, a **Prefeitura de São Paulo conta neste momento com mais de 540 vagas de pernoite** especializadas no atendimento a imigrantes e pessoas em situação de refúgio.” Fonte: CPMig/SMDHC, 2015c, s/p. Grifo nosso. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 29/03/2016.

³⁴⁰ “A cerimônia de inauguração contou com a presença do Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, entre outras autoridades, convidados, lideranças de comunidades migrantes e moradores do entorno.” (CPMig, 2015, s/p).

Desde seu início, os serviços do CRAI priorizam o atendimento dos refugiados e imigrantes considerados mais vulneráveis, embora estejam colocados à disposição de todas as pessoas em situação de imigração, como informa a Coordenação de Políticas para Migrantes da SMDHC. Segundo ela, os serviços são para “toda população imigrante da cidade de São Paulo, em trânsito ou residente, independentemente de sua nacionalidade, situação migratória ou do amparo legal para a sua permanência em território nacional” (CPMig).³⁴¹

Além da hospedagem, cabe mencionar a promoção da chamada *bancarização* dos imigrantes residentes no Município, que consiste num acordo da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania com a Caixa Econômica Federal, assinado em 04 de outubro de 2013, “com base no artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993; nos Acordos de Residência para Nacionais dos Estados-Parte do MERCOSUL e Associados de 2002, [...] bem como demais ditames constitucionais e legais vigentes [...]” (CPMig/SMDH, 2013, p. 1), e com o Banco do Brasil, assinado em 22 de abril de 2014 para a abertura de conta em banco de imigrantes e refugiados no mesmo Município de São Paulo,

com base no artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993; nos Acordos de Residência para Nacionais dos Estados-Parte do MERCOSUL e Associados de 2002, [...] na Resolução Normativa do CNIg/MTE Nº 97, de 12/01/2012, modificada pela Resolução Normativa do CNIg/MTE 102/2013 [...], na Resolução Normativa CONARE/MJ Nº 13, de 23 de março de 2007, na Lei Nº 9474/1997 [...], e demais ditames constitucionais e legais vigentes [...]” (CPMig/SMDHC, 2014a, p. 1).

Ambos os Acordos tiveram uma vigência de dois anos a partir da data de sua assinatura. Além disso a descentralização na emissão de CTPS para imigrantes da cidade, conseguida por meio de “articulações com o Ministério do Trabalho e Emprego” (CPMig/SMDHC, [s/d, s/p])

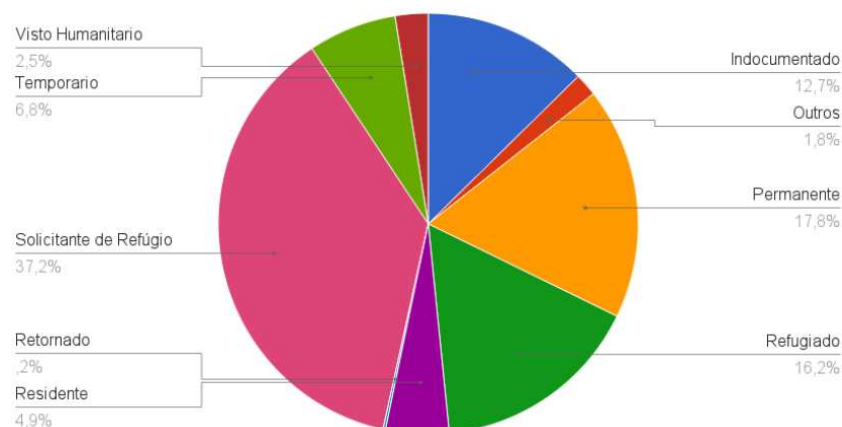
3.5 CRAI e os perfis dos imigrantes

O *Gráfico 20* mostra a diversidade de status migratório das pessoas atendidas pelo CRAI no período entre novembro de 2014 e novembro de 2015. Os refugiados somados aos solicitantes de refúgio totalizam 53,4%, sendo 16,2% para os primeiros e 37,2% para os

³⁴¹ Vide <http://www.prefeitura.sp.gov.br>

segundos. Aqueles que têm o Visto Humanitário são apenas 2,5%, enquanto os indocumentados constituíram 12,7% e os brasileiros retornados são 2% do total. Illes fala na referida entrevista à FPA que “Temos hoje só em São Paulo um pouco mais de 7.000 solicitantes de refúgio, em torno de 2.800 que são refugiados na cidade de São Paulo”.

Gráfico 20: Perfil dos atendidos [status migratório] – Referência

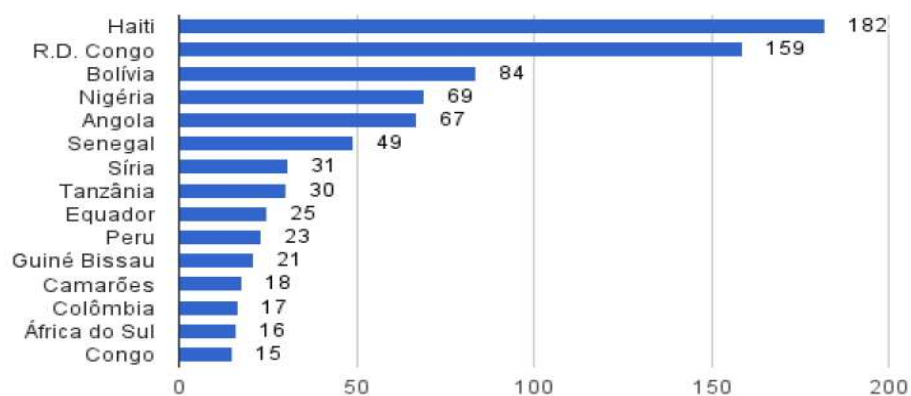


Dados fornecidos pelo centro de referência

Fonte: CPMig, 2015c, s/p. Grifo nosso

Ao lado da diversidade de status migratório está a diversidade de nacionalidades atendidas, dentre as quais a haitiana teve o maior número, com 182, seguida da congolesa - RDC com 159 atendidos. A nacionalidade boliviana, nigeriana, angolana e senegalesa seguiram respectivamente a congolesa com 84; 69; 67 e 49 atendimentos naquele período (Gráfico 21).

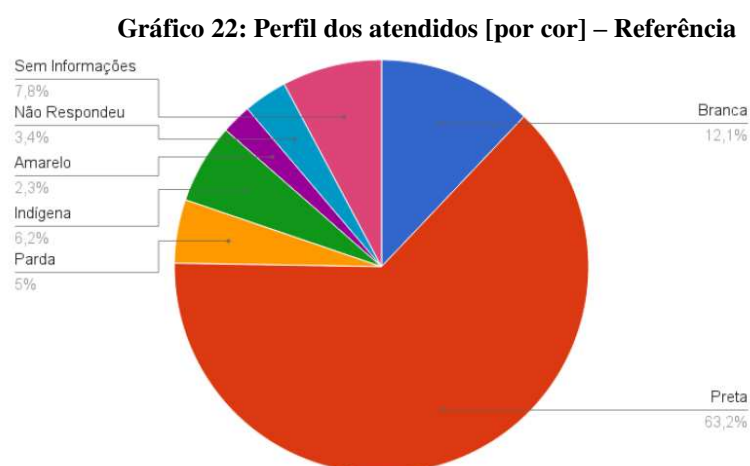
Gráfico 21: Perfil dos atendidos [por nacionalidade] – Referência



Dados fornecidos pelo centro de referência

Fonte: CPMig, 2015c, s/p. Grifo nosso.

No atendimento do CRAI, de acordo com o *Gráfico 22*, a grande maioria dos que contaram com os serviços do Centro de Referência são de cor preta com 63,2%. A segunda maior porcentagem é de pessoas de cor branca com 12,1%. Pessoas de cor parda representaram 5% neste quesito, as de cor amarela 2,3% e as indígenas 6,2%³⁴².



Dados fornecidos pelo centro de referência
Fonte: CPMig, 2015c, s/p. Grifo nosso

Neste atendimento, as mulheres que receberam os serviços do CRAI constituíram quase 40% das pessoas atendidas. É o que mostra o gráfico a seguir.



Dados fornecidos pelo centro de referência
Fonte: CPMig, 2015c, s/p. Grifo nosso

³⁴² Entendendo “indígena” como etnia, não como cor.

De acordo com Illes³⁴³, os dados da Polícia Federal estimam a 390.000 imigrantes na cidade de São Paulo, no entanto, dados de consulados e da sociedade civil estimam a 600.000 ou mais imigrantes na cidade de São Paulo. A propósito das disparidades das estatísticas dos órgãos públicos relativas aos imigrantes no Brasil, reiteramos a afirmação feita por Almeida no *II Seminário Internacional Migrações na Pan-Amazônia* em 2014 segundo a qual ao certo *ninguém sabe quantos imigrantes são*.

Nas suas ações relativas à política de acolhimento de imigrantes, a Prefeitura Municipal de São Paulo, pela voz do então Coordenador Geral da CPMig, analisou a imigração de haitianos como muito positiva, em termos de visibilidade. Portanto, Illes disse à FPA que o entrevistou o que segue:

Acho que os imigrantes do Brasil devem ser muito grato aos imigrantes do Haiti por ter colocado o tema na vitrine, realmente, e ter essa visibilidade provocada aqui, e ter feito com que São Paulo aprofundasse a construção da política migratória, que o Governo Federal também se posicionasse. Então teve posicionamento da Presidente, dos ministros, do prefeito Fernando Haddad. A atual estrutura que vem sendo desenvolvida pela Prefeitura de São Paulo, pensando nos imigrantes é devedora à imigração haitiana”.

Cabe dizer que a colaboração e influência da Igreja Católica no trabalho desenvolvido pelas autoridades públicas municipais na cidade de São Paulo, com foco nos imigrantes, incluindo brasileiros retornados, é um elemento constante. De acordo com a CPMig/SMDHC, (s/d) outros parceiros foram órgãos federais tais como o Ministério da Justiça e o então Ministério do Trabalho e Emprego.

Apesar de todos os esforços para a não criminalização da imigração, para a promoção da inserção econômica, educacional e, inclusive política, para a hospedagem e assistência de diversas formas, bem como das provas de solidariedade da sociedade por meio de doações nos primeiros momentos de estadia dos imigrantes na cidade de São Paulo, reconhecidos e elogiados pela Missão Paz e pelos imigrantes, algumas questões permanecem espinhosas. É o caso do racismo, da negrofobia, da xenofobia e da discriminação institucional e social, da vulnerabilidade, não só laboral, sobretudo da imigrante, aqui representada pela

³⁴³ Entrevistado pela FPA em 2015.

mulher haitiana, algumas das quais denunciadas pelos próprios haitianos, por certos pesquisadores e também por representantes institucionais como Parisi e Illes³⁴⁴.

Aqui aparece, de acordo com Illes, o primeiro dos dois paradigmas entre os quais o povo brasileiro anfitrião se encontra. Este paradigma consiste no reconhecimento do fato de que “O brasileiro é um povo acolhedor, [uma frase ‘comum’ entre] os próprios imigrantes. Os testemunhos dos imigrantes são muito interessantes neste sentido. Geralmente eles comparam a realidade da Europa com o Brasil [...]”, disse à FPA (Grifo nosso).

O Segundo paradigma, prossegue Illes, consiste em saber que por outro lado os próprios imigrantes e, também quem pesquisa a temática dizem que: “nós não somos tão acolhedores”. Continuando, Illes afirma que “Isso tem se aprofundado com a migração haitiana, e graças também ao papel que a grande imprensa exerce, justamente de incitar essa xenofobia”. A respeito da percepção do estrangeiro sobre o país anfitrião Pierre Brunel afirma que “Nenhum estrangeiro jamais vê um país como os autóctones gostariam que visse” (*Apud* MANZI e TOUDOIRE-SURLAPIERRE, 2011, p. 803).

Embora a cidade se destaca em escala nacional em termos de acolhimento institucional a imigrantes, o trabalho da CPMig da Prefeitura Municipal de SP, mais voltado para a elaboração de políticas para imigrantes, demorou para re-agir diante da migração haitiana, hoje reconhecida como propulsora/aceleradora desta “política municipal em construção e implementação” (CPMig/SMDHC, s/d) na cidade.

Cabe ressaltar que se “Atualmente não há uma política nacional para a população imigrante que estabeleça ações e programas para o recebimento e inclusão dos imigrantes na sociedade brasileira.” (CPMig/SMDHC, s/d), a cidade de São Paulo criou uma que poderia inspirar as demais cidades de concentração de imigrantes.

³⁴⁴ No caso destes representantes, ver OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. Entrevista ao Padre Paolo Parisi e Paulo Illes. 2015b. Disponível em: <<http://observatorio3setor.com.br/media-center/radio/refugiados-no-brasil/>>. Acesso em: 15/10/2015.

Considerações finais

Esta pesquisa analisou a política de acolhimento institucional de imigrantes haitianos na cidade de São Paulo, dentro de uma contexto nacional. Para isso, olhou para o acolhimento oferecido: pelo Governo Federal, tendo como referência o CNIg, para o qual a dimensão econômica é central, pela Missão Paz, com seu olhar mais abrangente, e sob vários aspectos, próximo ao da CPMig da Prefeitura de São Paulo, também considerada neste processo de acolhimento.

No início, esta política envolveu diretamente a sociedade civil, notadamente a Congregação dos Scalabrinianos em Manaus, o Governo Federal, mediante o registro de solicitações de refúgio pela Polícia Federal, o Comitê Nacional para Refugiados, responsável pela análise destas solicitações e alguns Estados como Acre, Amazonas, que tiveram posturas e grau de envolvimento muito diferentes diante da migração predominantemente haitiana nos últimos anos. Posteriormente, porém não de forma linear, outras, dentre as quais se destacam a Missão Paz, o Conselho Nacional de Imigração e a CPMig, vieram se somar às primeiras instituições dando um novo rumo ao acolhimento institucional a imigrantes haitianos no Brasil, e particularmente na cidade de São Paulo.

Embora tenha sido possível observar disparidades sobre a própria concepção de política de acolhimento institucional a imigrantes no Brasil e na cidade de São Paulo, estas instituições dialogaram, buscaram soluções e se solidarizaram em vários momentos a partir de 2010, ano em que os imigrantes haitianos começaram a formar um fluxo para o Brasil, fluxo este que se mantém ainda hoje, tendo mudado substancialmente de natureza em 2015 quando se registrou um progressivo declínio de entradas irregulares pela fronteira norte do Brasil, e um crescente aumento de entradas regulares via aérea.

Enquanto para os Scalabrinianos a migração é um direitos de todos, independe de qualquer circunstância, e que o acolhimento é um atendimento “ao chamado do Evangelho”, o que o torna uma *submissão*, um *acolhimento incondicional*, para o Governo Federal brasileiro, a imigração, inclusive de haitianos, não era um direito universal nem atemporal a partir do momento em que cabe a ele decidir se recebe ou não, e em quais circunstâncias, candidatos ao ingresso no Brasil, seja esta para uma estadia de curta duração, seja para uma permanência maior. A imigração é neste sentido um privilégio, *condicional*. Para a quase

totalidade dos Estados nacionais atuais, os imigrantes devem ser previamente avaliados e selecionados antes de serem admitidos. Em suma, devem se submeter a formas de controle anteriores a sua chegada no território estatal que os recebe, e posteriores também e sua chegada, isto é, coextensivas a sua permanência no local. Embora tenha regularizado aqueles haitianos que entraram de forma irregular, o Brasil se empenhou para acabar com esta forma de ingresso no seu território.

O começo da vinda de haitianos para o Brasil, via terrestre e de forma irregular, embora tenha chamado a atenção da mídia, gerado preocupações para o Estado e a sociedade, não levou a repatriações ou expulsões coletivas como se viu acontecer e ainda se vê acontecer, em vários países do mundo, em particular nos Estados Unidos da América, no Canadá, em diversos países europeus e na República Dominicana, por exemplo. Neste sentido, o Brasil deu um bom sinal de país acolhedor, pois, legalmente, não admite que solicitantes de refúgio sejam reconduzidos aos países de origem, e permite que adquiram num prazo relativamente curto um documento de identidade provisório e uma carteira de trabalho igualmente provisória.

Ainda pensando especificamente sobre a política de acolhimento de haitianos pelo Governo Federal, é preciso lembrar que milhares de haitianos permaneceram nesta provisoriedade por anos antes de ter o direito de adquirir uma *Cédula de Identidade de Estrangeiro* de cinco anos de validade. Em 2012, o CNIg autorizou mediante a RN nº 97 que os haitianos passem a beneficiar de um Visto Especial Humanitário, o que apenas se mostrou como início de uma solução. Estas normas, sem dúvida humanitárias, procuravam pôr fim à imigração irregular de haitianos e incentivar a migração regular, registrada e controlada. Por razões humanitárias, parte daqueles haitianos, que aqui entraram irregularmente, tiveram sua presença no Brasil regularizada pelo Conselho Nacional de Imigração com base na RN Nº 27 de 1998.

Pesquisadores como Handerson (2015) e o entrevistado Pereira, e instituições como a Missão Paz, a CPMig e, obviamente, o próprio CNIg reconhecem a importância desta medida política de acolhimento institucional a imigrantes haitianos, incomum na história das migrações internacionais. Muito menos na de migrações de populações negras fora do continente africano nos últimos 120 anos. Nem mesmo o caso das facilidades de obtenção de visto dada aos sírios pelo Brasil pode ser igualado ao Visto Especial Humanitário.

No que toca à cidade de São Paulo, o responsável pela Missão Paz, Paolo Parisi defendeu que, embora plausível a abertura do Brasil para a imigração haitiana, o visto não foi suficiente. Embora exemplar, tendo atendido a uma necessidade da sociedade civil e dos movimentos populares internos, como assinalado por Pereira³⁴⁵, a Resolução Normativa 97 tem gerado críticas por parte dos Scalabrinianos, e da ONG Conectas Direitos Humanos, por exemplo, por não ter suscitado os resultados esperados, o que teria levado, dentre outros fatores, o CNIg a retirar em 2013 o teto do número de 1.200 vistos anuais estabelecido pela RN 97 para haitianos e a prorrogar o tempo de vigência desta Resolução de janeiro de 2012.

As entrevistas que realizamos junto a Pereira em 2014, as concedidas por Parisi em 2014 e 2015 mostram que, ainda que a Missão Paz venha realizando conversas, tanto com empregadores interessados em contratar, quanto com candidatos a uma vaga de emprego, no intuito de prevenir a exploração, o trabalho escravo e promover o respeito dos direitos de trabalhadores migrantes há casos de abusos por parte de empresas e, como ressaltado por Almeida em 2014 no *II Seminário Internacional Migrações na Pan-Amazônia*, resgates de trabalhadores imigrantes e também nacionais escravizados.

Embora esta Resolução tenha sido justificada pelo agravamento das difíceis condições de vida dos haitianos com o advento do terremoto em janeiro de 2010, não podemos ignorar que no Haiti, desde junho de 2004, a MINUSTAH, uma missão das Nações Unidas, está atuando para restabelecer a “perdida” estabilidade nacional. É evidente que a deterioração da vida material das pessoas dificilmente mobilizaria uma intervenção militar internacional ainda presente no Haiti. A permanência do braço militar da MINUSTAH no país caribenho, cujo 45,6% dos gastos para a manutenção da paz entre 01/07/2015 e 30/06/2016 eram para militares e policiais desta Missão, é indicador do lugar que este braço ocupa nesta e também da gravidade da situação ainda hoje. Apesar disso, os haitianos solicitantes de refúgio não foram assim reconhecido por falta de identificação de justificativas elegíveis para tal reconhecimento.

Aliás, cabe notar que este não reconhecimento fez com que se perceba na imigração haitiana no Brasil o emaranhado de algumas fronteiras comumente referidas nos estudos sobre migrações. Regularizados e recebidos em razão da deterioração das condições de vida por causas ambientais, muitos deles foram traficados por coiotes, foram enganados e

³⁴⁵ No ato da defesa desta dissertação em 30 de novembro de 2016.

tiveram seus direitos violados no percurso, solicitaram refúgio, beneficiaram de uma permanência por razões humanitárias e são vistos como imigrantes econômicos, embora sua demanda por educação superior, sobretudo entre os jovens, não pareça desprezível. Os haitianos beneficiários do Visto Humanitário têm um visto que é permanente, porém de médio prazo e que depende de uma razão econômica para ser renovado. Com a imigração haitiana na cidade de São Paulo foi possível ver a coexistência do acolhimento incondicional com o acolhimento condicional, da hospitalidade institucional com o acolhimento institucional.

Com a concessão do Visto Humanitário, uma das prioridades do governo brasileiro era desarticular as redes dos contrabandistas de migrantes presentes em todos os países envolvidos neste processo migratório. Sendo assim, fica reforçada a observação de Fernandes e Castro (2014), Pereira (entrevistado) de que boa parte dos haitianos sem visto que entram pela fronteira norte, por terra e de forma irregular, são imigrantes contrabandeados. A participação da Irmã Santana Perin, que residiu no Haiti por décadas, do *II Seminário Internacional Migrações na Pan-Amazônia* também sugere algo neste sentido. Com relação a sua vinda a Manaus, Molinari disse: “O carisma dela é um carisma voltado para **o tráfico de pessoas**, mas como ela tinha vivido 22 anos no Haiti e ela chega praticamente com o forte dessa migração haitiana.”.

Neste sentido, constatada a impertinência das justificativas das solicitações de refúgio dos haitianos pelo CONARE e de seu encaminhamento para o CNIg, aplicar a *RN N° 27/1998* nos pareceria tão justificável e conforme à lei quanto aplicar a *RN N° 93/2010* no que tange, por exemplo, àqueles que são traficados dentre os 43.871 imigrantes haitianos que entraram pelo Acre nos últimos anos. Entretanto, entende-se que a *RN N° 97 de 2012*, possibilitada pela *RN N° 27/1998*, é mais benéfica tanto para os haitianos quanto para o Brasil.

Uma das vantagens para o Brasil é que a responsabilidade de renovação ficou nas mãos do beneficiário deste tipo de visto. As reflexões diante desta situação apontam que por um lado o Visto Humanitário permitiu que o Brasil corrigisse a imagem de um país que historicamente adotou uma política de embranquecimento, recorrendo ao incentivo da imigração de europeus, e que agora permite, por razões humanitárias, que cidadãos da primeira República Negra, portanto, negros: pobres ou não, com ou sem qualificação profissional ou contrato de trabalho venham residir no Brasil se assim o desejarem. Interpreta-se que isso teria levado o CNIg (s/d) a dizer que “um europeu, por exemplo, não tem essa possibilidade de imigrar [a]o Brasil” que os haitianos têm. No entendimento de Pereira e

Baeninger, além de não colidir com a MINUSTAH, o Visto Humanitário para haitianos alivia esta Missão³⁴⁶.

Por outro lado, é preciso dizer que uma vez no Brasil, as próprias autoridades ligadas à concessão do Visto Humanitário associam principalmente a presença dos haitianos ao trabalho, isto é, à economia mais do que ao humanitarismo. Isto é, o que sugerem, tanto a fala de nosso entrevistado Almeida quando alude à comprovação da situação laboral no momento de renovar a CIE, quanto a de Vitor Irigaray³⁴⁷ dizendo que haitianos “são muito trabalhadores”. O tipo de visto de que beneficiam os haitianos, embora tenha simplificado a sua vida em termos burocráticos e realçado a imagem do Brasil país acolhedor, demanda internamente uma contrapartida. Nosso referido entrevistado Parisi disse que apesar da abertura de porta de frente, “não podemos ser ingênuos, o Brasil precisava de algum tipo de mão de obra que o brasileiro não queria fazer. Então, é humanitário, mas também tem o interesse de grandes corporações aí.”.

A consolidação da imagem do Brasil país aberto para receber haitianos e acolhedor de estrangeiros - imigrantes ou não - no cenário internacional convive com a vigência de uma lei migratória *difícil*, pouco acolhedora, em vigor desde 1980. As dificuldades para ingressar e permanecer de forma regular no Brasil, levaram muitos haitianos a passarem, como disse a referida entrevistada Márcia Maria de Oliveira, pela “porta dos fundos”, contando com a ajuda de criminosos para passar por um caminho longo, difícil, perigoso e caro, mas paradoxalmente de fácil acesso quando comparado até então com a seletiva e excludente via regular. Neste paradoxo, a definição daquele que acolhe, de si e do acolhido, parece prevalece sobre a definição do acolhido em relação ao anfitrião. O privilégio dos *estabelecidos* sobre os *outsiders* se confirma na relação entre brasileiros e haitianos.

Como sugerido por Rossana (2007), receber ou não estrangeiros, sejam quais forem as circunstâncias, é prerrogativa dos Estados. Ainda assim, o indeferimento das solicitações de refúgio de todos os haitianos no Brasil e em qualquer outro país participante, militarmente, da MINUSTAH é, a nosso entender, problemática. Perguntamo-nos como recusar a condição de refúgio a nacionais de um país em que se está intervindo militarmente para promover a estabilidade e a paz. Diante disso, interpretamos que o Visto Humanitário,

³⁴⁶ Falas na defesa desta dissertação em 30 de novembro de 2016.

³⁴⁷ Fonte: TV FOLHA. *HAITI, a nova fase da imigração*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=G5a3gtdnZWs>>. Acesso em: 12/09/2015.

em vez do reconhecimento da solicitada condição de refúgio pelos haitianos – traficados, contrabandeados ou não -, é uma saída singular, encontrada pelo Governo Federal, que humanizou mais ainda a ótica do Brasil com relação à imigração, ante a vinda de haitianos. Humanizou porque fez do Brasil um país singular, excepcional, humano, sobretudo aos olhos dos haitianos, por criar um novo e adicional mecanismo legal migratório, simplificando, como nunca havia feito, as condições para a obtenção de um visto permanente, por dignificar a imigração de qualquer haitiano que assim o desejar. Autorizar a obtenção de um visto humanitário a cidadãos de determinada nacionalidade é antes de tudo dizer a estes que o Brasil, ao concedê-lo, está sendo uma nação humanitária. Aliás, Vainer (1995) mostrou que no Brasil a relação entre imigração e identidade nacional brasileira é estreita e secular. É uma saída singular porque livrou-o de uma potencial situação delicada, que consistiria em fazer dele o único país a reconhecer, se o fizesse, os haitianos como refugiados, denunciando indiretamente os países que negaram o status de refugiado aos haitianos que o solicitaram. Tal reconhecimento, por outro lado, significaria, como assinala o CNIg (s/d), uma aplicação deturpada do “instituto de refúgio”.

Apesar de tudo, pergunta-se se o deferimento das solicitações de refúgio dos haitianos pelo Brasil não seria o reconhecimento de que, após seis anos de intervenção militar da ONU, o trabalho da MINUSTAH, como sugere Maria Adélia de Souza³⁴⁸ em *Complicações*³⁴⁹, não promoveu a paz e a estabilidade esperadas no Haiti. Neste sentido, o Visto Humanitário, exclusivo para haitianos, parece justificar a permanência da MINUSTAH e a participação brasileira nesta Missão.

Estas perguntas mostram que a dimensão política não ocupa um lugar secundário na imigração haitiana no Brasil e sobre acolhimento que lhe é reservado. Este acolhimento é também expressamente relacionado à economia e à provisoriedade. Atualmente a vigência do Visto Humanitário se estende até outubro de 2017.

A razão humanitária é vantajosa para haitianos na medida que livra muitos dos que já se encontravam no Brasil da clandestinidade, da exploração laboral, do aliciamento para o tráfico de entorpecentes, permite a migração na dignidade e no respeito, contempla praticamente todos os haitianos que desejam imigrar para o Brasil, não tem as restrições que o

³⁴⁸ Professora aposentada da FFLCH da USP.

³⁴⁹ Fonte: UNIVESP TV. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Kh0NjU0XSWM>>. Acesso em: 15/11/2015.

“instituto de refúgio” impõe ao refugiado ou solicitante de refúgio e dá direito a uma permanência de cinco anos renováveis, sem que para isso as outras modalidades de mobilidade sejam alteradas.

No que tange à política de acolhimento na cidade de SP, a Missão Paz, embora não distinga as pessoas imigrantes pelo seu status migratório, o grau de vulnerabilidade na sua classificação ocupa um lugar primordial. A Missão Paz é reconhecidamente o ponto de referência no acolhimento a haitianos. Está envolvida neste trabalho desde 2010. E desde então vem buscando colaborações, dentre as quais a do Governo Federal. A cobrança enfática desta instituição junto ao Governo Federal se baseia no seu entendimento de que as autoridades federais brasileiras convidaram os haitianos, que a rota usada pelos haitianos até o Norte do Brasil estava violando os direitos e a dignidade destes imigrantes e que uma ação do Governo Federal que criasse outra forma de vinda deles era necessária. Então, acolher, na ótica da Missão Paz, é se preocupar com os imigrantes desde as condições nas quais fazem o percurso, a forma de ingresso, as demandas iniciais, a orientação jurídica, trabalhista, a formação profissional, a aprendizagem do idioma nacional brasileiro, a educação, a saúde. Em resumo, a política de acolhimento institucional é vivida pela Missão Paz como algo dinâmico, abrangente, completo e voltado prioritariamente para os mais necessitados do momento.

Ao chegarem em SP capital, haitianos procuram atendimento e hospedagem na Missão Paz. Isso “porque foi a primeira instituição que abriu as portas quando eles chegaram em São Paulo. Isso já criou uma tradição de mais de cinco anos. Então, apesar de existir outros lugares hoje em dia, e isso é bom, eles ainda confiam muito na Missão Paz”, afirma nosso entrevistado Parisi. A Missão Paz contou com as importantes colaborações do CNIg, conforme dito pelos entrevistados Parisi e Pereira, e também da PMSP³⁵⁰. Sem estas, seu desafio no atendimento a haitianos seria certamente muito maior. Sem Protocolo ou CIE para sua identificação no Brasil ou sem CTPS – documentos emitidos pelo Governo Federal, os esforços de promover oportunidade de emprego formal a estes imigrantes e de ensino dos seus direitos trabalhistas teriam um efeito reduzido.

Quanto à Política de Acolhimento a imigrantes desenvolvida pela Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo, mediante a CPMig da SMDHC, pode se dizer que esta,

³⁵⁰ OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. Entrevista ao Padre Paolo Parisi e Paulo Illes. 2015b. Disponível em: <<http://observatorio3setor.com.br/media-center/radio/refugiados-no-brasil/>>. Acesso em: 15/10/2015.

embora recente, vem fazendo esforços consideráveis na busca de promoção de direitos, inclusive políticos, para imigrantes na cidade. Sabemos que os imigrantes têm representantes nos Conselhos Participativos da cidade desde 2014. Além de trabalhadores, passam a ser também atores políticos, neste caso.

No entanto, a preocupação com imigrantes haitianos foi bem mais recente. O mês de abril de 2014 foi um marco no envolvimento da Prefeitura de São Paulo na política de acolhimento voltada para esta imigração. A criação do Abrigo Emergencial, que, segundo nosso entrevistado Parisi, contou com a colaboração da Missão Paz, foi o primeiro abrigo administrado pela Prefeitura. Depois, com a colaboração do MJ, foi aberto o CRAI com seus centros de acolhida em Bela Vista e Pari, por exemplo. Com isso, a cidade de SP se tornou a primeira no país a dispor de um Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes. Tal como na CdM, no CRAI, os refugiados e imigrantes em situações de maior vulnerabilidade são priorizados.

Pode-se dizer, ainda assim, que inicialmente a imigração haitiana na cidade de SP não foi uma real preocupação do Governo Estadual, nem mesmo da Prefeitura, mas sim da Missão Paz, como sugerido por Parisi. Mediante solicitações, cobranças, colaborações, diálogos e encontros entre os atores hoje envolvidos no acolhimento na cidade – responsáveis ou não por cuidar da migração na capital paulista – foi surgindo uma maior convergência no acolhimento institucional a haitianos.

Em termos de acolhimento institucional, São Paulo é a cidade que hoje acolhe imigrantes - haitianos – adotando, segundo o entrevistado da FPA, Illes, o paradigma de Direitos Humanos, paradigma esse, que já vem, a nosso entender, sendo adotado pela Missão Paz há anos. Acolher independentemente da situação migratória, considerando as mais diversas demandas dos imigrantes é uma prática incorporada no atendimento desta instituição. Avalia-se que este paradigma está no cerne do acolhimento dada aos imigrantes pela CPMig da SMDHC. Considerando o trabalho da CPMig e da Missão Paz, sustenta-se que o acolhimento a imigrantes haitianos - mas não só a estes - na cidade de São Paulo está mais próximo do incondicional ao condicional, particularmente nos últimos anos do período analisado.

Neste processo de acolhimento institucional, a cidade é ao mesmo tempo destino, ponto de passagem e lugar de retorno de imigrantes haitianos residentes no Brasil nos últimos

anos (CAFFEU e CUTTI, 2012; PEREIRA; ILLES³⁵¹). O centro de São Paulo é um lugar de residência provisória para boa parte dos imigrantes haitianos na cidade. A periferia constitui a residência “definitiva” para a maior parte deles (PEREIRA; ILLES)³⁵².

Na capital paulista, a Casa de Acolhida de Bela Vista da Prefeitura de SP e a CdM da Missão Paz desempenham um papel fundamental para a cidade de SP e para o Estado brasileiro. Nelas, o acolhimento é provisório e obriga os migrantes hospedados a administrar seu tempo, a perceber a lógica da vida na cidade de São Paulo, a ver que precisam buscar sua autonomia, podendo contar com o apoio da instituição que os hospedou, mas cuja Casa não é o lar do anfitrião.

Considerando os casos da Missão Paz e da CPMig da SMDHC vê-se que as respectivas políticas de acolhimento institucional a imigrantes - haitianos -, embora tivessem alguma particularidade, apresentam vários pontos comuns. A propósito, pode-se concluir que o denominador comum entre as instituições cuja política de acolhimento a imigrantes haitianos é analisada é que a migração é um direito humano e que se deve acolher, atender e orientar sem tornar os acolhidos dependentes econômicos nem para a cidade nem para o país.

A política de acolhimento institucional a imigrantes coordenada em âmbito nacional nasce depois de anos de imigração expressiva de haitianos, sustenta nosso entrevistado Parisi. Esta provocou o debate, provocou reflexão e levou à adoção de um novo modelo, embora no Brasil ainda vigore a Lei 6.815, e que o país não tenha ainda ratificado a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e os Membros de suas Famílias de 1990³⁵³, tampouco ratificado a Convenção de 1975³⁵⁴ e que no geral os haitianos estejam:

- a) inseridos formalmente em atividades laborais difíceis ou mal pagas, e ultimamente ficando desempregados;

³⁵¹ Em suas referidas e respectivas entrevistas de 2014 e 2015

³⁵² Idem

³⁵³ Deisy Ventura associa a não ratificação desta Convenção à falta e interesse do “Congresso Nacional, no qual tramita, desde 2010”. Fonte: UOL. *Política migratória brasileira é obsoleta e dificulta vida de estrangeiros*. Publicado em: 03/05/2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2014/05/03/politica-migratoria-brasileira-deixa-estrangeiros-em-situacao-precaria.htm>>. Acesso em: 08/07/2015.

³⁵⁴ Vide indicadores do Brasil em Anexo 9.

- b) enfrentando dificuldades para terem seus diplomas reconhecidos e para ingressarem em faculdades, e
- c) enfrentando práticas negrófobas e discriminatórias criticadas, tanto por eles próprios, quanto por algumas instituições.

Na cidade de São Paulo a Missão Paz ofereceu seus serviços de acolhimento institucional a imigrantes haitianos que julgaram pertinente solicitá-los, seja individual ou coletivamente. Com o envolvimento da SMDHC nas questões relativas à imigração, por meio de sua CPMig, desde 2013, o Município de São Paulo vem construindo e implementando uma política migratória municipal que se materializa em “ações e programas para o recebimento e inclusão dos imigrantes na sociedade brasileira.” (CPMig/SMDHC, s/d, s/p).

Pode-se dizer que, embora esteja se consolidando oficialmente uma abrangente e permanente política de acolhimento institucional a imigrantes na cidade de São Paulo, que se estende da moradia à inserção política, passando pela formação, o aprendizado do idioma oficial, a assistência jurídica e médica, a mediação para o trabalho formal, a atenção às mulheres e refugiados, bem como às crianças, esta política se depara com o desafio de encontrar oportunidades de trabalho para as mulheres haitianas e de outras nacionalidades.

Baseando-se na ótica do CPMig e da Missão Paz, bem como de alguns haitianos, caberia dizer que a imigração haitiana na cidade de São Paulo não é percebida como um fenômeno passageiro, provisório. Se Illes afirma – em entrevista à FPA em 2015 - que a imigração haitiana no Brasil veio para ficar, nosso entrevistado Parisi destacou no mesmo ano a chegada de esposas trazidas pelos maridos nos últimos tempos, após certa estabilidade da situação destes. O desejo de permanecer no Brasil aparece no depoimento de Iphonia Valcin, Abel Martine, Mario Casseus³⁵⁵.

Defende-se que lidar com a imigração como um fenômeno permanente que precisa ser tratada, respeitando os direitos dos imigrantes permite estabelecer uma melhor política de integração dos imigrantes e boas relações entre a sociedade anfitriã e a população migrante. A existência de uma política de acolhimento institucional a imigrantes abrangente e permanente, independente das mudanças de governos, é recomendável para assegurar o direito a uma vida digna e a uma participação efetiva destas pessoas na vida social.

³⁵⁵ Fonte: TV FOLHA. *HAITI: a nova fase da imigração*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=G5a3gtdnZW8>>. Acesso em: 12/09/2015.

Estudar o papel desempenhado pela própria comunidade haitiana na Cidade de São Paulo e no Brasil no acolhimento de haitianos seria um desafio relevante e interessante que poderia mostrar que os imigrantes não assumiram uma posição de passividade ou secundária neste processo. Realizar um estudo apenas sobre a condição das imigrantes haitianas no Brasil é outro que se coloca para a academia, por tratar-se de mulheres negras e imigrantes.

Bibliografia

ANISTIA INTERNACIONAL. **Anistia Internacional – Informe 2014/15. O Estado dos Direitos Humanos no mundo**. Brasil, 2015.

ASSIS, Gláucia de Oliveira e KOSMINSKY, Ethel V. Seção Temática: Gênero e migrações contemporâneas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(3): 336, setembro-dezembro/2007, p. 695-697.

AURAIX-JONCHIERE, Pascale. Castelo. Entre acolhida e hospitalidade. In: MONTANDON, Alain (dir.). **O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. Editora Senac São Paulo, 2011, p. 471-481

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1987.

BAENINGER, Rosana. **Migração, Migrações**. In: IDÉIAS. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciência Humana*. Ano 2, Nova Série, 1º Semestre 2011, p. 31-41.

_____. **São Paulo e suas migrações no final do século 20**. *São Paulo Perspec.* [online]. 2005, vol.19, n.3, pp.84-96. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30/11/2015.

BAENINGER, Rosana e ANTICO, Cláudia. Questões recorrentes da emergência da migração internacional no Brasil. In: PATARRA (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas: FNUAP; São Paulo. 1996. p. 259-268.

BAENINGER, Rosana e PERES, Roberta Guimarães. **SOS Português: imigração haitiana em São Paulo**. 39º Encontro anual da ANPOCS. GT 23 Migrações Internacionais: Legislações. Estados e Atores Sociais. Caxambu, 2015.

BAPTISTE, Chaneline Jean. **Transição para a vida adulta e migração internacional: o caso dos jovens haitianos na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em demografia). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. A Lei Brasileira de Refúgio – Sua história. In: Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto (Org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. 1.ed. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010, p. 12-21. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/migrante/images/arquivos/refugio-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 15/05/2015.

BASSO, Pietro. Imigração na Europa. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013, p.29-41.

BERSANI, Ana Elisa. **O (extra)ordinário da ajuda: histórias não contadas sobre desastre e generosidade na Grand'Anse, Haiti**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

BINET-MONTANDON, Christiane. Acolhida. Uma construção do vínculo social. In: MONTANDON, Alain (dir.). **O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. Editora Senac São Paulo, 2011, p. 1171-1184.

BOUDON, Raymond e BOURRICAUD, François. **Dictionnaire critique de la sociologie**. Presses Universitaires de France, Paris, 1982.

CAFFEU, Ana Paula e CUTTI, Dirceu. **Só viajar! Haitianos em São Paulo: Um primeiro e vago olhar**. In: *Travessia. Revista do migrante*. CEM – Ano XXV, n° 70, Janeiro - Julho/2012, p. 107-113.

CAPES. **Anexo I**. 2012a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/haiti/pro-haiti>>. Acesso em: 18/08/2015.

_____. **Portaria N°092, de 28 de abril de 2010**. 2011a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/haiti/pro-haiti>>. Acesso em: 18/08/2015.

_____. **Resultado Programa Emergencial Pró-Haiti**. 2011b. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/haiti/pro-haiti>>. Acesso em: 18/08/2015.

_____. **Manual de Orientações Técnico-Financeiras do Programa Pró-Haiti**. 2011c. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/haiti/pro-haiti>> Acesso em: 18/08/2015.

_____. **Portaria N° 171, de 06 de dezembro de 2012**. 2012b. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/haiti/pro-haiti>>. Acesso em: 18/08/2015.

CATARINO, Christine et MOROKVASIC, Mirjana. **Femmes, genre, migration et mobilités**. In: *Revue européens des migrations internationales*. vol. 21 – n°1 (2005). Mis en ligne le 22 septembre 2008, consulté le 16 avril 2015. URL: <http://remi.revues.org/2534>; DOI : 10.4000/remi.2534.

CAVALCANTI, Leonardo. Imigração e mercado de trabalho no Brasil. Características e tendências. In: CAVALCANTI, Leonardo *et al.* (Org.). **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014, p. 11-22. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/obmigra/home.htm>>. Acesso em: 12/01/2015.

CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. **Breve glossário sobre migração e pastoral**. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/images/downloads/2011/09/Verbetes-2011-Correc%CC%A7a%CC%83o-Port-CSEM-21.pdf>>. Acesso em: 03/09/2015.

CHIZIANE, Paulina. **O Alegre Canto da Perdiz**. Ed. Ndjira. Maputo, 2010.

COGO, Denise, BADET, Maria Souza. **Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores: Migrantes no Brasil**. Bellaterra: Instituto Humaitas Unisinos; Instituto de la Comunicación de la UAB, 2013.

COMITÉ INTER-AGENCES FEMMES ET DÉVELOPPEMENT SYSTEME DES NATIONS UNIES. **La Situation des FEMMES HAITIENNES**. Port-au-Prince, 1991.

CONARE. **Sistema de Refúgio brasileiro, desafios e perspectivas**. 2016. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/justicagovbr/sistema-de-refugio-brasileiro-balano-at-abril-de-2016>>. Acesso em: 13/05/2016.

CONDON, Stéphanie. « **Migrations antillaises en Métropole** », *Les cahiers du CEDREF* [En ligne], 8-9 | 2000, mis en ligne le 28 août 2009, Consulté le 10 juillet 2015. URL: <http://cedref.revues.org/376>

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. **Migração haitiana ao Brasil**. Disponível em: <www2.camara.leg.br>. Acesso em: 22/04/2016.

CONSTITUTION IMPERIALE DE 1805. Haiti. Disponível em: <<http://haiti-reference.com/pages/plan/histoire-et-societe/documents-historiques/constitutions/constitution-imperiale-1805/>>. Acesso em: 04/04/2016.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MIGRANTES; SECRETARIA MUNICIPAL DE DIEREITOS HUMANOS E CIDADANIA. **Acordo de Cooperação – SMDHC/BB**. 2014a. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 29/03/2016.

_____. **Acordo de Cooperação – SMDHC/CAIXA**. 2013. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 29/03/2016.

_____. **Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI). Relatório Anual 2014-2015**. 2015c. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 29/03/2016.

_____. **Enquete sobre curso de português e capacitação/formação profissional: sistematização de dados**. 2015b. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 29/03/2016.

_____. **Perguntas frequentes**. S/d. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 29/03/2016.

_____. **Relatório final, abrigo emergencial PMSP**. 2014b. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 29/03/2016.

_____. **Relatório Final da Qualificação da Atenção à População Migrante por agentes públicos na área de Educação**. 2015a. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 29/03/2016.

COSTA, Gelmino A. **Haitianos em Manaus: Dois anos de imigração – e agora!** In: *Travessia. Revista do migrante*. CEM – Ano XXV, n° 70, Janeiro - Julho/2012, p. 91-97.

_____. **Imigração haitiana em Manaus: Presença da Pastoral do Migrante (relato)**. In: *Travessia. Revista do migrante*. CEM – Ano XXIV, n° 68, Janeiro - Julho/2011, p. 83-87.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios**. 2014. 154f. Dissertação (Mestrado em história e estudo culturais). Fundação Universidade Federal de Rondônia. 2014.

DORNELAS, Sidnei. Resenha – **La diaspora haitienne: Territoires migratoires et réseaux transnationaux** (Cédric Audebert – Rennes (FR), Presses Universitaires de Rennes, 2012, 195 p. In: *Travessia. Revista do migrante*. CEM – Ano XXVIII, n° 75, Julho – Dezembro/2014, p. 127-132.

DRAPIER, Christian. "Frontex dans le contexte de la situation à la frontière gréco-turque", *CERISCOPE Frontières*, 2011, Disponível em: <<http://ceriscope.sciences-po.fr/node/197>>. Acesso em: 13/10/2015.

DURAND, Jorge. **El oficio de investigar**. Centro de Investigación y Docencia Económicas, Universidad de Guadalajara. Disponível em: <https://www.academia.edu/6086900/I_El_oficio_de_InvEstIgar>. Acesso em: 06/06/2014.

DUROUX, Rose. Imigração. França/Europa. In: MONTANDON, Alain (dir.). **O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. Editora Senac São Paulo, 2011, p. 1051-1078.

DUTRA, Delia. Haitianas na República Dominicana. In: **Mulher migrante: Agente de resistência e transformação**. Brasília: Csem, 2014. p. 54-59. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/index.php/csem-em-foco/3068-relatorio-de-pesquisa-sobre-mulher-migrante>>. Acesso em: 15/12/2015.

DUTRA, Delia *et al.* Os estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro: Perfil geral na série 2011, 2012 e 2013. In: CAVALCANTI, Leonardo *et al.* (Org.). **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014, p. 48-81. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/obmigra/home.htm>>. Acesso em: 12/01/2015.

DUTRA, Luiza Corrêa de Magalhães. **O Acolhimento Institucional dos Refugiados e Migrantes no Brasil: um estudo de caso sobre a integração social dos haitianos residentes em Porto Alegre/RS**. Monografia (Graduação em Sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2014.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.

FERNANDES, D. e CASTRO, M.C.G. Projeto: **Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral**. Belo Horizonte, 2014.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário de ciências sociais**. Instituto de Documentação. Rio de Janeiro, 1986.

GALEANO, Eduardo. La maldición blanca. In: **República Dominicana y Haiti: El derecho a vivir**. Fundación Juan Bosch. COLECCIÓN BOSCH VIVE, NO. 9 Santo Domingo, República Dominicana, 2014, p. 459-463.

GEORGE, Pierre. **As migrações internacionais**. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1977, Introdução, Primeira Parte: Cap. I; II e III e Segunda Parte: Cap. V.

GODOY, Gabriel Gualano de. **O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar**. In: RAMOS, André de Carvalho *et al.* 60 anos de ACNUR, Perspectivas de futuro. São Paulo, 2011, p. 45-68.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Ed., 2005.

GOENDER, Jacob. **O épico e o trágico na história do Haiti**. Estudos avançados 18 (50), 2004, p. 295-302. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 06/03/2014.

GOTMAN, Anne. Marcel Mauss. Uma estação sagrada da vida social. In: MONTANDON, Alain (dir.). **O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. Editora Senac São Paulo, 2011, p. 73-81.

GRASSI, Marie-Claire. Hospitalidade. Transpor a soleira (2011a). In: MONTANDON, Alain (dir.). **O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. Editora Senac São Paulo, 2011, p. 45-53.

_____. Hóspede. Uma figura da ambiguidade e do estranho (2011b). In: MONTANDON, Alain (dir.). **O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. Editora Senac São Paulo, 2011, p. 55-62.

HALL, Stuart. “Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior”. In: Hall, Stuart – **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, Brasília: Representação da UNESCO, 2003, p. 25-50.

HANDERSON, Joseph. *Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. 2015. 429f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). UFRJ/Museu Nacional. 2015.

HOUAISS, Antônio e SALLES VILLAR, Mouro de. **Dicionário houaiss da língua portuguesa**. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Objetiva. Rio de Janeiro, 2001.

IANNI, Octávio. A questão racial no Brasil. In: LOVELL, Peggy A (Org.). **Desigualdade racial no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991. p. 15-32.

IHSI/Banque Mondiale/DIAL. **Enquête sur les Conditions de Vie des Ménages Après Séisme** (ECVMAS 2012): Synthèse des premiers résultats. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipea. **Retrato das desigualdades de Gênero e Raça**. 4ª Ed. Brasília, 2012.

ITO, Ruri. Immigration et travail de *care* dans une société vieillissante: le cas du Japon. In: FALQUET, Jules *et al.* (dir.). **Le sexe de la mondialisation**. Genre, classe, race et nouvelle division du travail. Editions SciencesPo Les Presses, Paris, 2010, p.137-150.

JORGE, Otávio Calegari. Codemò: escravos sem grilhões: vida operária ao redor da zona franca CODEVI em Ouanaminthe, Haiti. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

JUVIN, Hervé. Cultura e globalização. In: JUVIN, Hervé e LIPOVETSKY, Gilles. **A globalização ocidental: controvérsia sobre a cultura planetária**. Barueri, SP: Manole, 2012, p. 69-122.

KALY, Alain Pascal. “Os estudantes africanos no Brasil e o preconceito racial”. In: Castro, Mary Garcia. (Org.). **Migrações internacionais: contribuição para políticas**. 1ª ed. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento: IPEA, 2001, p. 463-478.

_____. À procura de oportunidade ou desembarque por engano: Migração de africanos para o Brasil. In: PAIVA, Odair da Cruz (Org.). **Migrações internacionais: desafios para o século XXI**. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2007, p. 97- 140.

LE MENAHEZE, Sophie. Jardim. Hospitalidade ao ar livre. In: MONTANDON, Alain (dir.). **O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. Editora Senac São Paulo, 2011, p. 483-488.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio A. de (Coor.). **Migração interna; textos selecionados**. Ed: Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 1980, p. 89-114.

LEONARD-ROQUES, Véronique. Cidade-Refúgio. A urbe ideal. In: MONTANDON, Alain (dir.). **O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. Editora Senac São Paulo, 2011, p. 501-508.

LEONEL FILHO, João Batista. **Operações de manutenção da paz da ONU : a eficácia do emprego dos contingentes de tropas no Timor Leste, na República Democrática do Congo e no Haiti**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília. Instituto de Relações Internacionais, 2010, Cap. 4. p. 115-134.

LIMA, Márcia *et al.* Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no Mercado de trabalho (1995-2009). In: MARCONDES, Mariana Mazzini *et al.* (Org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. 160 p. Cap. 2. p. 53-80.

LIPOVETSKY, Gilles. O reino da hipercultura: cosmopolitismo e civilização ocidental. In: JUVIN, Hervé e LIPOVETSKY, Gilles. **A globalização ocidental: controvérsia sobre a cultura planetária**. Barueri, SP: Manole, 2012, p.1-67.

MANZI, Joachim e TOUDOIRE-SURLAPIERRE, Frédérique. O estrangeiro: O desconhecido que bate à minha porta. In: MONTANDON, Alain (dir.). **O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. Editora Senac São Paulo, 2011, p. 795-804.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão. In: **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 71-99.

MILESI, Rosita. Em defesa dos direitos dos migrantes. In: *REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 275-280, jul./dez. 2014.

MINISTÈRE DE L'INTERIEUR; DIRECTION GENERALE DES ETRANGERS EN FRANCE; DÉPARTEMENT DES STATISTIQUES, DES ÉTUDES ET DE LA DOCUMENTATION. **Infos migrations n° 63 - février 2014. Aperçu sur les migrations mondiales en 2013**. Disponível em: <[http://www.im_63_migrations_monde\(1\).pdf](http://www.im_63_migrations_monde(1).pdf)>. Acesso em: 08/08/2015.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA; DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS. Lei N° 6.815 de 19 de Agosto de 1980. In: **Guia prático para orientação a estrangeiros no Brasil**. 3ª Ed. Brasília, 2004, p. 49-96.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO; INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS; COMPANHIA DE JESUS. **Guia de informações sobre trabalho aos haitianos**. Brasília: s.ed., 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Ann pale potigè**. 2ª Ed. Brasília, 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Memórias da reunião técnica intergovernamental sobre políticas migratórias envolvendo trabalhadores estrangeiros: haitianos, senegaleses e outras nacionalidades**. 2014. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br>>. Acesso em: 21/12/2014.

MONTANDON, Alain. Christian Hirschfeld. Uma apologia da humanidade. In: MONTANDON, Alain (dir.). **O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. Editora Senac São Paulo, 2011, p. 881-886).

MORAES, Isaias Albertin de *et al.*. **A imigração haitiana para o brasil: causas e desafios**. In: *Revista Conjuntura Austral* | ISSN: 2178-8839 | Vol. 4, nº. 20 | Out. Nov. 2013, p. 95-114. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/download/35798/27329>>. Acesso em: 15/01/2015.

MOREIRA, Luciano Rodrigues. **Combate de paz**. São Paulo: Baraúna, 2010.

MOROKVASIC, Mirjana. **Birds of Passage are also Women...** In: *International Migration Review*. Vol. 18, No. 4, Special Issue: Women in Migration (Winter, 1984), pp. 886-907. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2546066?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 18/05/2015.

_____. «**Femmes et genre dans l'étude des migrations: un regard retrospectif**» In: Les cahiers du CEDREF – Centre d'enseignement, d'études et de recherches pour les études féministes [En ligne] 16 | 2008, mis en ligne le 01 janvier 2011, Consulté le 04 mars 2015. Disponível em: <http://cedref.revues.org/575#text>>. Acesso em: 04/03/2015.

_____. **Le genre est au cœur des migrations**. In: FALQUET, Jules *et al.* (dir.). **Le sexe de la mondialisation**. Genre, classe, race et nouvelle division du travail. Editions SciencesPo Les Presses, Paris, 2010, p. 105-119.

MOROKVASIC, Mirjana et PENEV, Goran. «**Serbie, pays de toutes les migrations**», *P@ges Europe*, 21 mai 2014 - La Documentation française © DILA. Mis à jour le 20/05/2014. Disponível em: <http://www.ladocumentationfrancaise.fr/pages-europe/d000727-serbie-pays-de-toutes-les-migrations-par-mirjana-morokvasic-et-goran-penev/article#>>. Acesso em: 20/05/2015.

NIETO, Carlos. **Migración haitiana a Brasil. Redes migratorias y espacio social transnacional**. – 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014. E-Book.

NOGUEIRA, A. F. A raça negra. In: **A raça negra sob o ponto de vista da civilização da África: usos e costumes de alguns povos gentílicos do interior de Mossamedes e as colônias portuguesas**. Typographia Nova Minerva. Lisboa, 1880, p. 15-31. Disponível em: <http://books.google.com/> Acesso em: 10/01/2015.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA, USP. **A cruzada filantrópica: a assistência social institucionalizada em São Paulo 1880-1920**. Série Dossiê NEV nº1 – 1991.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **Ações do Conselho Nacional de Imigração (CNIg): políticas públicas para migração – 2014**. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/obmigra/publicacoes-diversas/>>. Acesso em: 21/04/2016.

OCDE - Nations Unies/DAES. **Les migrations internationales en chiffres**. Octobre 2013. Disponível em: <http://www.oecd.org/fr/els/mig/les-migrations-internationales-en-chiffres.pdf>>. Acesso em: 15/03/2015.

OLIVEIRA, Márcio de. **O tema da Imigração na Sociologia Clássica.** *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, n° 1, 2014, pp. 73-100. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v57n1/03.pdf>>. Acesso em: 14/03/2015.

OLIVEIRA, Orlandina & STERN, Cláudio. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. México. In: MOURA, Hélio A. de (Coor.). **Migração interna; textos selecionados.** Ed: Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 1980, p. 245-265.

ORGANISATION DES NATIONS UNIES. **Conseil de Sécurité. Résolution 1542 (2004) Adoptée par le Conseil de sécurité à sa 4961e séance, le 30 avril 2004.** 2004. Disponível em: <[http://www.un.org/fr/documents/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542\(2004\)](http://www.un.org/fr/documents/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542(2004))>. Acesso em: 28/04/2016.

_____. **Assemblée générale. Crédits approuvés au titre des opérations de maintien de la paix pour l'exercice allant du 1er juillet 2015 au 30 juin 2016.** 2015. Disponível em: <http://www.un.org/fr/documents/view_doc.asp?symbol=A/C.5/69/24>. Acesso em: 28/04/2016.

ORGANISATION INTERNATIONALE POUR LES MIGRATIONS. **Brochure d'information: L'Organisation Internationale pour les Migrations en bref.** Juillet 2010. Disponível em: <http://www.acpmigration-obs.org/sites/default/files/iom_in_brief_fr.pdf>. Acesso em: 12/05/2014;

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONOMICOS E SOCIAIS. Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna: Excertos do Manual VI ds ONU. In: MOURA, Hélio A. de (Coor.). **Migração interna; textos selecionados.** Ed: Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 1980, p. 311-352.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº97. Trabalhadores migrantes.** 1949. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OIT-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Internacional-do-Trabalho/convencao-no-97-da-oit-trabalhadores-migrantes-revista-em-1949.html>>. Acesso em: 14/05/2015.

OUALI, Nouria. «**Mondialisation et migrations féminines internationales**», *Les cahiers du CEDREF* [En ligne], 12 | 2004, mis en ligne le 20 juin 2010, Consulté le 11 juillet 2015. Disponível em: <<http://cedref.revues.org/545>>. Acesso em: 11/07/2015.

PAIVA, Odair da Cruz. **Territórios da migração na cidade de São Paulo: entre afirmação e negação da condição migrante.** In: IDÉIAS. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciência Humana*. Ano 2, Nova Série, 1º Semestre 2011, p. 13-30.

PATARRA, Neide Lopes. **Brasil: país de imigração?** In: *e-metropolis* n° 09. Ano 3 | junho de 2012, p. 6-18. Disponível em: <<http://emetropolis.net>>. Acesso em: 08/10/2015.

_____. **Migrações Internacionais de e para o Brasil contemporâneo. Volumes, fluxos, significados e políticas.** Jul./set. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a02.pdf>>. Acesso em: 06/07/2013.

PATARRA, Neide Lopes e BAENINGER, Rosana. **Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica – Brasil no Mercosul.** 2004. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: 20/05/2014.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. Haiti: Desafios e oportunidades no pós-terremoto. In: IPEA, **Boletim de Economia e Política Internacional**. Número 02 Abr. – jun. 2010 p. 69-75.

PEIXOTO, João. “**As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas**”. SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2004. Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf>>. Acesso em: 02/09/2013.

PERROT, Danielle. Dádiva. Hospitalidade e reciprocidade. In: MONTANDON, Alain (dir.). **O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. Editora Senac São Paulo, 2011, p. 63-72.

PESTANA, Maurício. **30 anos de arte pela igualdade**. Volume 1, Instituto Bata-Kotô/SEPPIR, 2010.

_____. **O negro nos meios de comunicação**. In: Coleção Conheça Mais. Brasília: FCP, 2012, p. 11-25.

PICHÉ, Victor. **Les théories migratoires contemporaines au prisme des textes fondateurs**. 2012, p. 153-178. Disponível em: <http://www.ined.fr/fichier/s_rubrique/314/population_fr_2013_1_migrations_textes_fondamentaux_thories_migratoires.r.seaux.migratoires.2.fr.pdf>. Acesso em: 20/04/2015.

_____. **Les fondements des théories migratoires contemporaines**. 2015, p. 19-60. Disponível em: <http://francoiscrepeau.com/wp-content/uploads/2015/07/Piche_-_Les_fondements_des_theories_migratoires_contemporaines_-_2013.pdf>. Acesso em: 15/09/2015.

PINTO, Niston Cezar Pereira. **A nova emigração espanhola: os rumos da emigração após a crise econômica**. In: *Travessia. Revista do migrante*, CEM – Ano XXVIII, nº 75, Julho – Dezembro/2014, p. 103-114.

PORTES, Alejandro. **Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação**. Celta Editora. Portugal, 1999. Cap. 1 e 5.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; CASA CIVIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. 1997 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 13/05/2016.

RAMALHO, Antonio Jorge Rocha e GOES, Fernanda Lira. Aspectos do financiamento das operações de paz da ONU: Implicações para a política externa Brasileira. In: IPEA, **Boletim de Economia e Política Internacional**. Número 02 Abr. – jun. 2010 p. 61-68.

RAVENSTEIN, Ernst Georg. As Leis da Migração. In: MOURA, Hélio A. de (Coor.). **Migração interna; textos selecionados**. Ed: Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 1980, p. 25-88.

REA, Andrea, TRIPIER, Maryse. **Sociologie de l'immigration**. Editions La Découverte, Paris, 2008.

REIS, Rossana Rocha. **Políticas de imigração na França e nos Estados Unidos (1980-1998)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007, p. 15-56.

REY, A. e REY-DEBOVE, J. (dir.). **LE PETIT ROBERT 1: Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française**. Paris-XI^e, 1984.

ROMAN, Myriam e TOMICHE, Anne. Parasitismo. Ser hóspede à custa daquele que recebe. In: MONTANDON, Alain (dir.). **O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. Editora Senac São Paulo, 2011, p. 835-854.

ROSELLO, Mireille. Imigração. Discursos e contradições. In: MONTANDON, Alain (dir.). **O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. Editora Senac São Paulo, 2011, p. 1079-1087.

ROY, Michel. Centro de alojamento e reinserção social. A hospitalidade institucionalizada. In: MONTANDON, Alain (dir.). **O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. Editora Senac São Paulo, 2011, p. 597-603.

SANTOS, Hélio. **Negro não é problema, é solução**. In: *Caros Amigos*. Ano VI. Núm. 69. Dez. 2002, p. 30-37.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **O racismo institucional**. In: Coleção Conheça Mais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2012.

SASAKI, Elisa M. e ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Teorias das migrações internacionais**. XII Encontro Nacional da ABEP 2000, Caxambu, outubro de 2000.

SASSEN, Saskia. Mondialisation et géographie globale du travail. In: FALQUET, Jules *et al.* (dir.). **Le sexe de la mondialisation**. Genre, classe, race et nouvelle division du travail. Editions SciencesPo Les Presses, Paris, 2010, p. 27-41.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, 1998.

_____. **Les trois “âges” de l’émigration algérienne em France**. *Revue Actes de la recherche em sciences sociales*. Vol. 15, juin 1977, p. 59-79.

_____. **O retorno – elemento constitutivo da condição do imigrante**. Volume especial de *Travessia – Revista do Migrante*, ano XIII, número especial, jan. 2000.

SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. **Haiti: fenomenologia de uma barbárie**. Goiânia: Câne Editorial, 2006. Cap. 3.

SCHEMEIL, Yves. Banquetes públicos. Redes de sociabilidades no mundo. In: MONTANDON, Alain (dir.). **O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. Editora Senac São Paulo, 2011, p. 1195-1212.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Manual de Recomendações de Rotinas de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo de Imigrantes**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br>>. Acesso em: 06/06/2014.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SEPP/PR. **Estatuto de Igualdade Racial. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. **Documento final da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 29/03/2016.

SEGUY, F. **Catástrofe de janeiro de 2010, a “internacional comunitária” e a recolonização do Haiti**. Tese (Doutorado em sociologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2014.

SILVA, Juremir Machado da. Apresentação à edição brasileira: A ocidentalização do mundo. In: JUVIN, Hervé e LIPOVETSKY, Gilles. **A globalização ocidental: controvérsia sobre a cultura planetária**. Barueri, SP: Manole, 2012, p. vii-viii.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. **Frantz Fanon e o ativismo político-cultural negro no Brasil: 1960/1980**. In: *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 369-390, julho-dezembro de 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/36621>>. Acesso em: 29/08/2016.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: MARCONDES, Mariana Mazzini *et al.* (Org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. 160 p. Cap. 4. p. 109-131.

SIMMEL, Georg. **O estrangeiro**. In: *RBSE (Revista Brasileira de Sociologia da Emoção)*, Vol. 4, nº 12, dezembro de 2005, p. 265-271.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). **Migração interna; textos selecionados**. Ed: Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 1980, p. 211-244.

SJAASTAD, Larry A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). **Migração interna; textos selecionados**. Ed: Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 1980, p. 115-143.

SOARES, Afonso M. Ligório. **Negros**. Cadernos de migração. Centro de Estudos Migratórios. São Paulo, 1996.

SOUZA, Beatriz de Barros. **Pelos imigrantes: Experiências com Direitos Humanos e Imigração na Prefeitura de São Paulo (2013-2014)**. In: *ARACÊ – Direitos Humanos em Revista*. Ano 2. Número 3. Set. 2015, p. 221-238.

STATISTIQUE CANADA. 2007. **La communauté haïtienne au Canada, 2001**. No CS89-621/12-2007F-PDF p. 1-19. Disponível em: <http://publications.gc.ca/collections/collection_2007/statcan/89-621-X/89-621-XIF2007011.pdf>. Acesso em: 08/08/2015.

STEFANELLI, Mércia Maria Cruz. **Lugar de hospitalidade na cidade: acolhimento aos migrantes na Missão Paz – São Paulo/SP (2004-2014)**. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade). Universidade Anhembi Murumbi. 2015.

TAVOILLOT, Pierre-Henri. Prefácio. In: JUVIN, Hervé e LIPOVETSKY, Gilles. **A globalização ocidental: controvérsia sobre a cultura planetária**. Barueri, SP: Manole, 2012, p. ix-xi.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. 1ª Ed. Brasília: Ipea, 2008. p. 15-43.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou**. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a02.pdf>>. Acesso em: 08/07/2015.

TREMBLAY, Jean-Marie. Louis XIV, Roi de France (1680) Le code noir. Édit du Roi sur les esclaves des îles de l'Amérique. 2011, p. 1-18. Extrait de: Lucien Peytraud. **L'esclavage aux Antilles françaises avant 1789: d'après des documents inédits des archives coloniales** (pp. 158 à 166) Hachette (Paris) 1897 XXII-472 p. Disponível em: <<http://classiquesuqac.ca>>. Acesso em: 03/08/2015.

UNESCO. **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256POR.pdf>>. Acesso em: 07/04/2013.

UNITED NATIONS; DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS; POPULATION DIVISION. **International Migration Report 2006: A Global Assessment**. New York, 2009. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/2006_MigrationRep/exec_sum.pdf>. Acesso em: 12/12/2015.

VAINER, Carlos B. Estado e Migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo 2ª ed., FNUP, 1995, p. 39-52.

VILELA, Elaine Meire. **Imigração internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

VILLA, Miguel. Una nota acerca del proyecto de investigación sobre migración internacional en Latinoamérica – IMILA. In: PATARRA (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas: FNUAP; São Paulo. 1996. p. 107-124.

VILLEN, Patricia. **Qualificação da imigração no Brasil: um novo capítulo das políticas migratórias?** In: *Rev. Ruris*. Vol. 6. Número 1. 2012, p. 107-126.

WARGNY, Christophe. **Haïti n'existe pas. 1804-2004: deux cents ans de solitude**. ed. Autrement. Paris. 2004.

ANEXOS

Anexo 1: Links e sites consultados

ACNUR Brasil. **Refúgio no Brasil: Uma Análise Estatística, Janeiro de 2010 a Outubro de 2014.** Disponível em:

<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3%2Ffileadmin%2FDocumentos%2Fportugues%2FEstatisticas%2FRefugio_no_Brasil_2010_2014>. Acesso em: 11/10/2015.

ACNUR. **Novo grupo de haitianos recebe residência permanente no Brasil.** Publicado em: 15/02/2012. Disponível em: <<http://www.acnur.org>>. Acesso em: 14/11/2015.

ACNUR. **Abrigo público acolhe primeiros refugiados em São Paulo.** Publicado em: 31/10/2014. Disponível em: <<http://www.acnur.org>> Acesso em: 27/05/2016.

DELFIM, Rodrigo Borges. **Dólar alto, crise econômica e xenofobia afetam diáspora haitiana no Brasil, afirma pesquisador.** Entrevista ao Joseph HANDERSON. Publicado em: 22/02/2016. Entrevistado por. Disponível em: <<http://migramundo.com>>. Acesso em: 20/03/2016.

ESTADÃO. **Rede de ‘coiotes’ já faturou US\$ 60 mi com haitianos, diz relatório.** Publicado em: 23/05/2015. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,rede-de-coiotes-ja-faturou-us-60-mi-com-haitianos-diz-relatorio,1692709>>. Acesso em: 15/01/2016.

G1. **Acre decreta situação de emergência social por causa de surto de imigração.** Publicado em: 09/04/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 20/06/2014.

G1. **Apenas 8 estão em abrigo no AC que já acolheu mais de mil imigrantes.** 05/01/2016. <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/01/apenas-8-estao-em-abrigo-no-ac-que-ja-acolheu-mais-de-mil-imigrantes.html>>. Acesso em: 22/05/2015.

HAITI-REFERENCE. Un Guide de Référence sur Haiti. Disponível em: <<http://haiti-reference.com/pages/>>. Acesso em: 20/03/2016.

IHU On-Line. **Haitianos os novos imigrantes do Brasil: Entrevista especial com Duval Guimalhães e Sidney da Silva.** Publicado em: 06/08/2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/45912-haitianos-os-novos-imigrantes-do-brasil-entrevista-especial-com-duval-magalhaes-e-sidney-da-silva>>. Acesso: 12/08/2015.

MISSÃO PAZ. Disponível em: <<http://www.missaospaz.org>>. Acesso em: 07/01/2016.

MTPS. **CNIg prorroga concessão de visto humanitário aos haitianos.** Publicado em: 04/10/2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br>>. Acesso em: 22/04/2016.

MTPS. **Governo brasileiro garante direitos para imigrantes haitianos.** Publicado em: 11/11/2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br>>. Acesso em: 22/04/2016.

MTPS. **Primeiro haitiano recebe a Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE).** Publicado em: 27/11/2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/noticias/1347-primero-haitiano-recebe-cedula-de-identidade-de-estrangeiro>>. Acesso em: 29/03/2016.

MTPS. **Resoluções Normativas aplicáveis ao CNIg**. Publicado em: 26/11/2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br>>. Acesso em: 22/04/2016.

NOTÍCIAS DO ACRE. **Governo encerra política de imigração que atendeu mais de 40 mil estrangeiros**. Publicado em: 20/05/2016. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br>>. Acesso em: 22/05/2015.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. **São Paulo inaugura casa para refugiados**. Disponível em: <<http://observatorio3setor.com.br>>. Acesso em: 22/05/2015.

ONU. MINUSTAH. **Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haiti**. Disponível em: <<http://www.un.org/fr/peacekeeping/missions/minustah/>>. Acesso em: 28/04/2016.

ROCHA, Guilherme Salgado. **Irmã Santana Perin, Amor ao Haiti e aos Haitianos**. Entrevista à Irmã Santana Perin. Publicado em: 20/10/2014. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.com>>. Acesso em: 01/06/2016.

STATISTIQUES MONDIALES: *République d'Haiti Statistique*. Disponível em: <<http://www.statistiques-mondiales.com/haiti.htm>>. Acesso em: 05/06/2016

TERRA. **Número de migrantes no mundo cresceu 41% entre 2000 e 2015, segundo ONU**. Publicado em: 12/01/2016. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br>>. Acesso em: 19/05/2016.

TVE. **Jornal**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nDldVyQTvxU>>. Acesso em: 01/06/2014.

Anexo 2: Imagens em movimento

2004 BRAZIL VS HAITI 6 - 0 stade Sylvio Cator. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bAK2PfyhNM&nohtml5=False>>. Acesso em: 09/04/2016.

ASSISTANCE MORTELLE. Direção: Raul Peck. 2012. VELVET FILM, INC, FIGUIER PRODUCTION, Arte France –RTBF – ENTRE CHIEN ET LOUP.

BRASIL e Peru cobrança vistos dos haitianos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h2UNAolfA90>>. Acesso em: 22/05/2016.

CENAS DO BRASIL. TVNBR. Edição de 15/05/14. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2LGe_GcDIA0>. Acesso em: 22/05/2015.

COISAS Belas e Sujas. Direção: Stephen Frears. 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OFNi5iDI_iw>. Acesso em: 16/08/ 2015.

CRISE faz haitianos trocarem o Brasil pelo Chile. TV FOLHA. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 17/05/2016.

DIÁLOGOS CONECTAS. Como é ser migrante no Brasil? 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?t=843&v=A3LmVhx9ZaY>> Acesso em: 21/05/2015.

ENTREVISTA ao Padre Paolo Parisi e Paulo Illes. Realização: OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. 2015b. Disponível em: <<http://observatorio3setor.com.br/media-center/radio/refugiados-no-brasil/>>. Acesso em: 15/10/2015.

ENTREVISTA FPA – Paulo Illes. Realização: Fundação Perseu Abramo. 10/09/2015. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/paulo-illes-trata-de-pol%C3%ADticas-para-migrantes-no-entrevistafpa>>. Acesso em: 20/09/2015.

ESPECIAL - Vida dos Haitianos no Acre – 09/01/2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fNY44GVI-xw>>. Acesso em: 25/07/2015.

HAITI: a nova fase da imigração. TV FOLHA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=G5a3gtdnZW5>>. Acesso em: 12/09/2015.

HAITIANOS não podem passar para o brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8BfN9RGiaDQ>>. Acesso em: 22/05/2016.

IMIGRANTE diz que muitos brasileiros consideram haitianos como escravos. Realização: G1/FANTÁSTICA. Edição do dia 19/07/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/07/imigrante-diz-que-muitos-brasileiros-consideram-haitianos-como-escravos.html>> Acesso em: 20/07/2015.

IMMIGRATION et délinquance: l'enquête qui détruit les préjugés. Realização: Gilles Cayattes. Disponível em: <http://www.dailymotion.com/video/x2ar1m4_immigration-et-delinquance-l-enquete-qui-derange-infra-rouge-france-2_news#from=embed>. Acesso em: 20/03/2015.

JEAN CHARLES. Direção: Henrique Goldman. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7HmBxZNFxDM>>. Acesso em: 30/08/2015.

JOURNAL international. TV5MONDE. Edition du 21/06/2016 01h GMT. Disponível em: <<http://www.tv5monde.com>> Acesso em: 21/06/2016.

LA ULTIMA Cena. 1976. Direção: Tomas Gutierrez Alea. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g_CPbHIgnF4>. Acesso em: 20/08/2014.

MISSÃO PAZ, um ano depois: o que mudou nas migrações? Realização: OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. 2015a. Disponível em: <<http://observatorio3setor.com.br>>. Acesso em: 22/07/2015.

O TRABALHO da Missão Paz com refugiados. Realização: OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. 2014. Disponível em: <<http://observatorio3setor.com.br>>. Acesso em: 20/02/2015.

PARIS mon paradis. Realização: Éléonore Yameogo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5BDj0ow5hnA>>. Acesso em: 10/09/2015.

QUEIMADA. Direção: Marlon Brando e Gillo Pontecorvo. 1969. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tQBHr8pjGXI>>. Acesso em: 20/08/2014.

SÃO PAULO dos imigrantes. TV FOLHA. 23/01/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 20/04/2015.

SONHOS PARTIDOS. ZERO HORA. 02/10/2015. Disponível em: <<http://videos.clicrbs.com.br/rs/zerohora/video/geral/2015/10/sonhos-partidos/137856/>>. Acesso em: 06/10/2015.

SP CREOLE: a vida dos haitianos na capital paulista. Direção: KOMUKAI *et al.* Universidade Metodista de São Paulo. Faculdade de Comunicação e Jornalismo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DEdea7zMeq8>>. Acesso em: 15/05/2015.

‘TERRA PROMETIDA’. TV FOLHA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KQLVQkBZMvQ>>. Acesso em: 18/06/2014.

TRÊS ÔNIBUS desembarcam por dia em São Paulo com imigrantes haitianos - Repórter São Paulo. TVBRASIL. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dHCb4CQSibs>>. Acesso em: 22/05/2016.

WELCOME. Direção: Philippe Lioret. 2009. Disponível em: <<http://www.filmesonlinegratis.net/assistir-bem-vindo-legendado-online.html>>. Acesso em: 16/08/2015.

Anexo 3: Relatório de pesquisa de campo

Iniciamos o mestrado em março de 2014. No final do segundo semestre, com a iminência da conclusão da realização de disciplinas, a pesquisa de campo foi paulatinamente iniciada com uma entrevista dada pelo pesquisador do CEM José Carlos Alves Pereira. Mas ao longo do primeiro semestre do curso, foi feito o levantamento da bibliografia pertinente existente nas bibliotecas das universidades estaduais do Estado de São Paulo: a UNICAMP, a USP e a UNESP; na da PUC-SP; nas de algumas universidades federais tais como a Universidade Federal Fluminense - UFF e a UnB, no Google Acadêmico, no Scielo, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* - CLACSO. A este levantamento seguiu uma seleção, as leituras e os fichamentos.

No segundo semestre de 2014 participamos do *II Seminário Internacional Repensando Gênero e Feminismos*, que ocorreu do dia 09 a 11 de setembro na Universidade Estadual de Campinas. Nos dias 29 e 30 de outubro participamos do *Encontro Internacional – Associação Internacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores, 150 Anos depois*, no IFCH/UNICAMP.

Entre os dias 03 e 04 de novembro participamos do *II Seminário: Migrações na Pan-Amazônia – fluxos, processos sociais e políticas*, promovido pelo Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia – GEMA da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus. Este seminário foi extremamente importante por ter como questão central discutir o fluxo migratório de nacionais do Haiti para o Brasil a partir de 2010. Participaram e entrevistaram neste encontro pesquisadores e pesquisadoras brasileiros da questão da migração internacional³⁵⁶. Além deles falaram um professor pesquisador haitiano da Universidade Federal do Amapá, dois representantes da Pastoral do Migrante de Manaus, um representante do Governo Federal, um da Associação dos Haitianos em Manaus, para citar apenas estes. A tentativa de agendar uma entrevista com o professor Dr. Sidney Antônio da Silva do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas, infelizmente não foi exitosa. No início da tarde do dia 04 entrevistamos a professora e pesquisadora Márcia Maria

³⁵⁶ Programação do evento em Anexo 6.

de Oliveira da Universidade Federal de Roraima que lida há quase 30 anos³⁵⁷ com o tema das migrações. No final da mesma tarde a professora e pesquisadora Dra. Gláucia de Oliveira Assis da Universidade do Estado de Santa Catarina concedeu a segunda entrevista. Entrevistamos também o professor pesquisador João Carlos Jarochinski Silva da Universidade Federal de Roraima. Neste mesmo dia, uma das entrevistas, marcada para mais cedo com a Irmã Valdiza da Pastoral dos Migrantes foi cancelada, por ela, por causa de um imprevisto.

Neste seminário conheci o Presidente do Conselho Nacional de Imigração, Paulo Sérgio de Almeida. Além dele conheci Dr. Leonardo Cavalcanti, Coordenador Científico e pesquisador do Observatório das Migrações Internacionais e professor da UnB no Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas - CEPPAC-UnB.

No dia 07 do mesmo mês, participamos do *Seminário Vozes e Olhares Cruzados 3* e do *Lançamento da Revista Travessia sobre a Imigração Paraguaia em São Paulo*, realizado pela *Missão Paz*. Ainda no dia 13 do mês apresentamos um trabalho intitulado: *Imigração e Trabalho: O Caso das Haitianas em São Paulo* no Workshop³⁵⁸ *Gênero e Geração do I Seminário Internacional Migrações e Mobilidade na América do Sul*, que ocorreu nos dias 12, 13 e 14 na UnB. O objetivo era submetê-lo a mais uma discussão.

No dia 07 de dezembro de 2014, participamos da 8ª *Marcha dos Imigrantes* na cidade de São Paulo. Marchou-se, dentre outros motivos, “Pelo trabalho decente, pela cidadania universal, por uma nova lei de migração no Brasil, pelo direito ao voto, pelo direito a educação, pela não discriminação dos/as migrantes, pelo fim da violência”. Não conhecemos nenhum haitiano naquela marcha. Ao perguntar a respeito para uma das organizadoras, fomos informados que o protagonismo era dos imigrantes da América Latina, notadamente bolivianos.

Em 10 de dezembro participamos do *Seminário São Paulo de Todos os Imigrantes*, realizado nas dependências da Câmara Municipal de São Paulo. Logo depois deste seminário, conhecemos Cleyton Abreu, responsável pelas questões jurídicas dos migrantes e refugiados no Centro de Referência e Acolhida ao Imigrante, da Prefeitura de São Paulo, inaugurada em novembro de 2014 e localizada na Rua Japurá – Bela Vista, São Paulo – SP. Este nos levou

³⁵⁷ Informação fornecida pela autora quando entrevistada.

³⁵⁸ Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/obmigra/programa.htm>>.

(eu, o Secretário da Associação do Senegaleses na cidade de São Paulo e três assistentes sociais) para visitar o CRAI.

No terceiro semestre participamos e apresentamos um trabalho sob o título: *Imigração e Trabalho: O Caso das Haitianas em São Paulo* no III *Encuentro de las Ciencias Humanas y Tecnológicas para la integración de la América Latina y el Caribe – Internacional del Conocimiento: Diálogos en Nuestra América*, que ocorreu nos dias 7, 8 e 9 de maio de 2015 em Goiânia – Goiás, no intuito de mostrar resultados preliminares a partir de dados secundários e provocar um pequeno debate. Ainda se acreditava na possibilidade de compor uma amostra significativa de haitianas a serem entrevistadas. Mas posteriormente o título foi alterado diante real dificuldade de se ter a oportunidade de dialogar com elas, apesar da mediação da Missão Paz e de outros contatos. As conversas, ao longo do meu terceiro semestre, com a haitiana Chandeline Jean Baptiste, então mestranda em demografia³⁵⁹, já apontavam este desafio que ela teve que enfrentar, mesmo sendo haitiana. Nas suas palavras:

[...] a migração haitiana para o Brasil é em linhas gerais jovem e masculina. Dentre os 20 entrevistados, 19 entrevistados eram do sexo masculino e apenas 1 do sexo feminino. Destaca-se que embora o ambiente fosse de fato muito mais masculino que feminino, as poucas moças elegíveis para a pesquisa em sua grande maioria negaram-se a responder o questionário, especialmente em função das entrevistas serem gravadas. Provavelmente isso pode ter a ver com a relação de gênero no Haiti. A nossa hipótese é que os meninos haitianos parecem mais abertos do que as meninas. As moças têm um comportamento muito tradicional se comparadas aos rapazes. Talvez isso também possa ter a ver com o acesso à educação favorável aos rapazes, permitindo-lhes maior desenvoltura frente a situações novas que lhes são colocadas (BAPTISTE, 2015, p. 80).

Do final de setembro para o início de outubro de 2014, com a colaboração do orientador desta pesquisa, entramos primeiramente em contato com a Missão Paz de São Paulo³⁶⁰. O objetivo era agendar uma entrevista com um dos pesquisadores do Centro de Estudos Migratórios - CEM³⁶¹ da referida Missão. Trata-se de Dr. José Carlos Alves Pereira,

³⁵⁹ Atualmente ela é doutoranda em Demografia no IFCH-UNICAMP. Pesquisou no mestrado a transição para a vida adulta de jovens haitianos imigrantes em São Paulo. A leitura de sua dissertação de mestrado intitulada: *Transição para a vida adulta e migração internacional: o caso dos jovens haitianos na cidade de São Paulo*, defendida no primeiro semestre de 2015 no Programa de Pós-Graduação em Demografia também permitiu perceber a dificuldade que ela também teve de entrevistar haitianas.

³⁶⁰ No que diz respeito ao acolhimento e atendimento a i-migrantes, a Missão Paz de São Paulo é uma das referências nacionais. Acolhe migrantes de várias origens, mas desde 2010 está acolhendo haitianos em números crescentes na Casa do Migrante, dando assistência jurídica e na busca de trabalho, auxiliando em diversas outras questões como foi revelado pelo pesquisador José Carlos em 2014 em entrevista e durante conversas e visitas ao CEM.

³⁶¹ “Surgiu em 1969 e integra a Federação dos Centros de Estudos Migratórios Scalabrinianos, que congrega os demais Centros de Estudos da Congregação, presentes em vários países (São Paulo, Nova York, Paris, Roma, Basileia, Buenos Aires, Manila, Cidade do Cabo). Ele conta também com uma biblioteca especializada em

pesquisador do CEM, *membro do Conselho Editorial da Revista Travessia* e da *Colegiada Executiva do Serviço Pastoral dos Migrantes*, que gentilmente aceitou nosso convite para conversar a respeito da migração haitiana. Esta entrevista aberta e coletiva ocorreu no dia 15 de outubro de 2014 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. O conteúdo da entrevista ajudou a elucidar inúmeras dúvidas acerca da migração brasileira e paulistana, fornecendo informações novas e valiosas sobre a imigração haitiana para a capital paulista e seus desdobramentos nos territórios da cidade e do país. Este primeiro encontro possibilitou e facilitou não só a visita ao CEM e, posteriormente, à Casa do Migrante localizada na Baixada do Glicério, no bairro Liberdade – São Paulo, nas dependências da Paróquia Nossa Senhora da Paz - Missão Paz.

A primeira visita ao CEM foi realizada no dia 07 de novembro de 2014 após as atividades do *Seminário Vozes e Olhares Cruzados 3* e do *Lançamento da Revista Travessia sobre a Imigração Paraguaia em São Paulo*. O pesquisador José Carlos guiou nossa visita exploratória ao CEM e, mais uma vez, falou das atividades que o Centro desenvolve.

Conheci durante uma destas visitas, por intermédio de José Carlos, o Padre Paolo Parisi, Coordenador da Missão Paz e do Centro de Estudos Migratórios³⁶². Em mais uma visita, não programada tal como a anterior, precisamente no 08 de março de 2015, encontramos o Padre Paolo Parisi. Falamos rapidamente da nossa pesquisa, manifestando o interesse de saber as impressões dos haitianos que acabaram de chegar sobre o acolhimento recebido na capital paulista. Imediatamente fomos conduzidos pelo Padre para a Casa do Migrante onde nos foram apresentados 2 haitianos e 3 haitianas, 1 congolês e 1 gabonês, todos hospedados na Casa do Migrante da Missão Paz com os quais conversamos. Explicamos as grandes linhas da pesquisa, colocando-nos à disposição para tirar eventuais suas dúvidas. A conversa que durou uns 30 minutos girou em torno disso. Na realidade fomos entrevistados por um dois haitianos. Dentre as perguntas, algumas eram: “Por que está pesquisando a imigração haitiana? Qual era o objetivo desta pesquisa? Passado o momento de

migrações e desde 1988 publica a TRAVESSIA - Revista do Migrante”. Fonte: MISSÃO PAZ. Disponível em: <http://www.missaonspaz.org/#!/cem/c18w>.

³⁶² “Nascido em Marostica, no nordeste da Itália, ele começou a trabalhar com essa causa no sul daquele país em 1984 auxiliando moradores do norte da África [...]. Chegou ao Brasil em 1992 e atuou em missões no Guarujá, no litoral paulista, e no Grajaú, na Zona Sul, antes de se instalar no endereço atual. O espaço, mais conhecido como Missão Paz, é comandado desde 2010 pelo padre Paolo Parisi. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/materia/paulistano-nota-dez-paolo-parise-paroquia-imigrantes/>>. Acesso em: 10/11/2015.

desconfiança/curiosidade, o mesmo haitiano manifestou interesse em prosseguir seus estudos, querendo saber como poderíamos ajudá-lo nisso. Durante o tempo da conversa, podemos observar que duas das três mulheres que estavam perto, uma delas gestante, se afastaram e continuaram a conversa delas. O fato de não ter dirigido a palavra às haitianas, depois de me apresentar era proposital e fazia parte de uma estratégia para iniciar uma conversa de forma mais tranquila. Não sabíamos se eram casadas ou se estavam namorando. Mas sabíamos que culturalmente, no Haiti, o homem é geralmente o chefe de família.

Nos despedimos sem pegar o número de telefone do único rapaz apesar dele ter se mostrado posteriormente mais simpático e aparentemente disposto a colaborar com a pesquisa. Felizmente, na volta para casa, encontramos o mesmo rapaz. Neste encontro pegamos o número de telefone dele. Este era o primeiro contato com haitianos para tratar de assuntos ligados a minha pesquisa, na Missão Paz. O único contato conseguido nesta ocasião não se manteve pois nunca atendeu nem retornou ligações. Provavelmente teria mudado de Estado como acontece com muitos hospedados.

No dia 5 de novembro de 2014 entrevistamos uma funcionária da Casa do Migrante de Manaus, mantida pelo Estado, pela manhã, e o Padre Valdecir Mayer Molinari no final da tarde nas dependências da *Paróquia São Geraldo* de Manaus. Procurado por volta de 11 horas deste dia, o *Padre Valdecir* marcou o encontro para as 17 horas. Voltamos ao local no horário estabelecido. No seu escritório, localizado do outro lado da rua em frente à *São Geraldo*, foi realizada a entrevista, que durou uma hora de tempo.

Em 21 de janeiro de 2015 as 11 horas, depois de receber por e-mail a confirmação no dia 19 de janeiro, isto é dois dias antes, consegui finalmente entrevistar o Secretário de Inspeção do Trabalho e Presidente do Conselho Nacional de Imigração: Paulo Sérgio de Almeida, em Brasília – DF, após mais uma tentativa de agendamento por e-mail. Esta entrevista foi a única de um representante do Estado brasileiro.

Em 18 de novembro de 2015 foi realizada a entrevista ao Padre Paolo Parisi nas dependências do CEM da Missão Paz em São Paulo por volta de 10 horas. No mesmo dia participamos do *IV Seminário Vozes e Olhares Cruzados: Rostos Femininos das Migrações no Brasil* na Missão Paz.

No dia 19 de novembro conseguimos adquirir alguns estudos relativos ao acolhimento institucional da Missão Paz e à Pastoral do Migrante e disponíveis na biblioteca do CEM da Missão Paz com a colaboração da bibliotecária Socorro.

Em termos de pesquisa de campo, é preciso dizer que a mudança de foco não invalida em nada os dados coletados anteriormente, pois o novo foco era a primeira parte do plano de campo inicial. No que tange às entrevistas, era inicialmente previsto realizar as primeiras com pesquisadores e representantes das instituições diretamente envolvidas no acolhimento dos haitianos em geral. Em seguida seriam realizadas entrevistas com haitianos e haitianas. Diante da dificuldade que tivemos e do passar do tempo que temos para concluir a pesquisa, resolvemos fazer o recorte e aprofundar a primeira etapa de entrevistas.

Não logramos entrevistar Paulo Illes, o então Coordenador de políticas para migrantes da CPMig da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, mas em diversas ocasiões conversamos e participamos dos mesmos eventos sobre a imigração na capital paulista. Esta entrevista seria na prática complementar porque temos acesso a pelo menos duas outras entrevistas em uma das quais ele foi entrevistado junto com o padre Paolo Parisi³⁶³.

Como dito antes, a reformulação da pesquisa se deveu à dificuldade de estabelecer um diálogo com haitianas. Embora minoritárias em relação aos seus compatriotas, entendemos que é de grande relevância pesquisar a condição da imigrante negra no Brasil hoje. É considerando este fato que o título ganhou posteriormente sua forma atual: *Imigração haitiana e política de acolhimento institucional na cidade de São Paulo: 2010-2015*.

As entrevistas são analisadas a partir de uma aproximação do que apontam as pesquisas acadêmicas, fontes audiovisuais, conversas com haitianos e observações diretas. Se inicialmente a mulher haitiana era o centro deste estudo, agora ela é parte importante da análise que se propõe esta dissertação, que se volta, em algum momento, para o lugar que a haitiana ocupa no acolhimento institucional em relação ao homem, com destaque na Casa do Migrante da Missão Paz, nos espaços do CPMig e na política do CNIg.

³⁶³ A) FPA - Entrevista ao Paulo Illes. Disponível em: < <http://novo.fpabramo.org.br/content/paulo-illes-trata-de-pol%C3%ADticas-para-migrantes-no-entrevistafpa>>. Acesso em: 11/09/2015. B) OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. Entrevista ao Padre Paolo Parisi e Paulo Illes. 2015. Disponível em: <<http://observatorio3setor.com.br/media-center/radio/refugiados-no-brasil/>>. Acesso em: 15/10/2015.

Anexo 4: Termo de consentimento livre para entrevistas

Bom dia, meu nome é Kassoum DIEME. Sou mestrando em Sociologia na Universidade Estadual de Campinas. Estou realizando uma pesquisa sobre a integração da população migrante haitiana no mercado de trabalho brasileiro. Convido-o (a) para participar da pesquisa, por meio desta entrevista.

Vou fazer algumas perguntas relativas ao fenômeno migratório no mundo e a forma como é visto pela instituição em que atua. A partir disso farei outras, sobre a migração de haitianos e haitianas para o Brasil. Estas outras incluirão o início deste processo, os acertos e desafios da instituição, a natureza das re-ações da mesma e do Estado Brasileiro. Pedirei comentários acerca da relação entre o imigrante e a sociedade nacional.

Para o sucesso deste estudo a sua especial colaboração, respondendo às perguntas colocadas será central. Toda a entrevista poderá, com o seu consentimento, ser gravada, para uso posterior no processo de redação da dissertação de mestrado.

Esclarecemos que sua identidade será mantida em sigilo, se assim o desejar. Neste caso os resultados do estudo serão sempre apresentados e referidos com menção codificada do nome do entrevistado. Dessa forma, você não será identificado(a) quando o material ou seu registro for utilizado, seja para propósito de publicação científica ou educativa. A sua privacidade será assegurada e as gravações realizadas serão somente para utilização do estudo. Após a utilização poderão ser destruídas.

Sua participação é voluntária e muito importante. Contamos com sua colaboração. Entretanto, você poderá se recusar a qualquer momento, não havendo nenhum dano pessoal, caso sua decisão seja a de interromper sua participação.

O pesquisador responsável (Professor Dr. Mário Augusto Medeiros da Silva) poderá esclarecer quaisquer dúvidas sobre o estudo, bastando contato por e-mail (mariomed@unicamp.br).

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo. Autorizo o pesquisador Kassoum Dieme a coletar, usar, divulgar e dispor dos dados fornecidos para os fins declarados neste documento.

Declaro que:

- ☐ Fui informado sobre os objetivos desta pesquisa, motivo pelo qual meus dados serão coletados, usados, divulgados, conforme descrito acima, caso tenha dado esta autorização acima.
- ☐ Compreendo que meus dados poderão ser usados e divulgados, além desta pesquisa, para estudos e publicações que tenham objetivos afins, caso tenha dado esta autorização acima.
- ☐ As informações que forneci são verdadeiras e corretas, refletindo o melhor de meu entendimento.
- ☐ Tomei conhecimento do conteúdo deste consentimento informado através das declarações acima, que foram lidas para mim.
- ☐ Participo deste estudo voluntariamente e dou meu consentimento livremente à coleta e ao processamento dos dados fornecidos.

Nome do participante (em letra de forma) e Assinatura da participante

Obrigado pela sua colaboração e confiança.

Data ____/____/____

Anexo 5: Roteiro norteador das entrevistas

1. Gostaria de saber um pouco de sua relação com a questão migratória.
2. Poderia também falar um pouco sobre a instituição?
3. Há quanto tempo é que o ela atende imigrantes? E no caso dos haitianos quando começou?
4. O que leva as pessoas a deixarem seu país e ir para outro? Estes motivos seriam comuns também entre haitianos no Brasil? O que dizem as haitianas a respeito?
5. A instituição onde você trabalha atua junto aos imigrantes de diversas origens. O que representam os haitianos em geral e as haitianas em particular no público que ela atendeu?
6. Na sua análise, o que estaria por trás da busca do Brasil pelos haitianos, sobretudo a partir de 2011, e como explicar que o Norte seja a região por onde a maioria dos imigrantes haitianos entram?
7. Já teria acontecido no Brasil algo que lembre a imigração haitiana? Você pensa que esta imigração tem suas semelhanças e especificidades com relação a outros fluxos migratórios?
8. As mulheres são parte expressiva do conjunto de imigrantes internacionais. O que representam no Brasil e qual seria o apoio mais importante que a instituição poderia trazer para a imigrante haitiana?
9. No que diz respeito aos haitianos, há critérios específicos para acolhê-los no Brasil?
10. Haveria uma preocupação específica da instituição para com as migrantes internacionais no geral e haitianas em particular?
11. Como você avalia a política migratória brasileira diante do “direito de circular” de quem quer migrar?
12. Quais os desafios da imigrante haitiana no Brasil?

Anexo 6: Programação do “II Seminário Internacional Migrações na Pan-Amazônia”

O Seminário Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, processos sociais e políticas, tem como objetivo discutir com pesquisadores locais, nacionais e internacionais a problemática das migrações no contexto Pan-Amazônico, buscando entender as razões pelas quais imigrantes de diferentes nacionalidades circulam entre os vários países da região em busca de melhores oportunidades de emprego, de aperfeiçoamento profissional, de novas experiências etc. Além disso, o seminário focará uma realidade complexa e recente na região, que é a presença dos haitianos, a partir de 2010. Frente a este novo cenário, pretende-se fornecer novos aportes teóricos para a compreensão do fenômeno da migração na atualidade e, ao mesmo tempo, contribuir para a formulação de políticas públicas que visem incluir imigrantes nessas condições de vulnerabilidade. Nessa perspectiva, o seminário abordará, questões como: a acolhida aos haitianos e solicitantes de refúgio, a inserção no mercado de trabalho, os desafios socioculturais e o exercício da cidadania.

REALIZAÇÃO



Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia GEMA

APOIO

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS/Museu Amazônico Departamento de Antropologia





II Seminário Internacional Migrações na Pan-Amazônia



3 a 4 de novembro de 2014

Informações pelos telefones
(92) 9181-5480



Inscrição e programação:
www.ppgas.ufam.edu.br

Local: Auditório da Academia Amazonense de Letras – AAL
R. Ramos Ferreira, 1009

Seminário Internacional: Migrações na Pan-Amazônia		
Dia 03/11/14 – Segunda-feira		
8.30 - Credenciamento	- Feminização da migração na Amazônia à luz dos estudos de Gênero - Márcia Oliveira - UFRR	10.30hs - Haitianos na Amazônia
9.00hs. Abertura solene do seminário	16.00hs Mesa - Migrações e Direitos - Conselho Nacional de Imigração - CNIG Paulo Sergio de Almeida -	- Inserção sociocultural dos haitianos em Manaus Sidney Silva -UFAM/IBP
9.30 hs. - Desafios teórico-metodológicos aos Estudos Migratórios	- Obstáculos para o exercício da cidadania: quando os imigrantes descobrem o Brasil - Denise Jardim - UFRGS	- Espaços de experiências, lugares de memória: o Brasil no trajeto dos imigrantes haitianos. Kátia Couto -UFAM
- A pesquisa com a perspectiva transnacional das migrações. Potencialidades e desafios metodológicos Leonardo Cavalcanti - CEPFAC/UNB	- Da Segurança ao Humanitarismo - as diferentes visões do fenômeno migratório estabelecidos nas legislações. João Carlos J. Silva - UFRR - Refugiados Colombianos em Manaus Lucia Puga - UEA	- O SUS e o desafio dos imigrantes: acesso universal? Fabiane Vinente- FIOCRUZ
10.30 Migrações e Mercado de Trabalho	Dia 04/11/10 – Terça-feira	- Identidade religiosa e imigração: o caso dos haitianos residentes em Porto Velho Ailton Artur da Silva Ribeiro - UNIR
- A imigração haitiana e sua relação com o trabalho - Geraldo Cotiniquiba- UNIR	8.30 hs - Haitianos no Brasil	12.30hs Almoço
-Haitianos em Santa Catarina: Inserção Laboral e remessas de migrantes - Luis Felipe - NEPO/UNICAMP	- Língua história: uma contribuição para os estudos sobre a imigração haitiana para o Brasil Haitianos em Porto Velho Marília Pimentel -UNIR	13.30hs - Desafios à Acolhida dos Migrantes.
- A língua como fator de inserção de haitianos no mercado de trabalho em Porto Velho - Cleonete Martins Aguiar - UNIR	- Gênese, circuitos e lógicas da mobilidade haitiana no/para Brasil Joseph Handerson UNIFAP	- Pe. Valdecir Molinari - Pastoral Migrantes - Manaus
12.30 hs Almoço	- A presença haitiana em São Paulo Roberta Guimarães - NEPO/UNICAMP	- Estenio Garcia- Projeto AMA HAITI
13.30 hs: Migração e Relações de Gênero	- O discurso da mídia sobre o processo migratório haitiano: a construção de uma identidade Daniele Samora - UNIR	- Ira. Valdiza. Pastoral dos Migrantes
- Migração, Família e Gênero - Gláucia Assis - UDESC /IBP		16.00hs - Organizações e Respostas Institucionais.
- Migração e Família: a dinâmica familiar de guianenses na cidade de Boa Vista -RR - Arieche Ktiene da Silva Lima - UFRR		- Associação dos Haitianos de Manaus - Jackson Dimanche
		- Avanços e Desafios no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com destaque às Políticas Públicas adotadas pelo Governo do Estado do Amazonas/SEJUS Cristiano Naveca Chixaro.

Anexo 7: Cronograma das Relações Bilaterais (Brasil-Haiti)

1910	Convenção de arbitramento entre Brasil e Haiti, celebrada em Washington.
1928	Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Haiti, com abertura de legação em ambos os países.
1953	O Decreto 32.081 eleva a representação brasileira em Porto Príncipe ao nível de Embaixada.
1966	Assinatura de Convênio de Intercâmbio Cultural, no Rio de Janeiro.
1982	Visita do Ministro das Relações Exteriores do Haiti Jean Robert Estimé a Brasília. Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica bilateral.
1991/1994	Durante o Governo de Raoul Cédras, o Brasil retirou seu Embaixador de Porto Príncipe, embora tenha mantido sua Missão em funcionamento, em nível de Encarregatura de Negócios.
2004	<p>Após período de insurgência e deposição do Presidente Jean-Bertrand Aristide, a Resolução 1542 do Conselho de Segurança, em 30 de abril, determinou a criação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti.</p> <p>Tropas brasileiras integrantes da MINUSTAH chegam a Porto Príncipe, comandadas pelo General-de-Divisão Augusto Pereira.</p> <p>Realiza-se no Haiti o “Jogo pela Paz”, com a presença do PR Luiz Inácio Lula da Silva e da seleção brasileira de futebol.</p>
2006	René Préval, recém-eleito Presidente do Haiti, visita o Brasil.
2007	Operação da MINUSTAH, comandada pelo Brasil em Cité Soleil, resulta no controle da área de Bois Neuf.
2008	<p>Inaugurado, na capital Porto Príncipe, o Centro de Estudos Brasileiros "Celso Ortega Terra".</p> <p>Visita oficial do Presidente Lula a Porto-Príncipe.</p>
2009	Os Ministros Nelson Jobim e Celso Amorim visitam o Haiti.
2010	<p>Visita do Ministro da Defesa Nelson Jobim ao Haiti para averiguar as consequências do terremoto de janeiro.</p> <p>Assinatura do Acordo Tripartite Brasil – Cuba – Haiti para o Programa de Fortalecimento da Autoridade Sanitária do Haiti.</p> <p>Participação do Presidente Préval na I Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (CARICOM).</p> <p>Brasil torna-se o primeiro país a efetuar contribuição financeira ao Fundo de Reconstrução do Haiti, no montante de US\$ 55 milhões.</p>
2011	<p>Visitas do Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota ao Haiti (fevereiro e junho).</p> <p>Ministro da Defesa Nelson Jobim participa da cerimônia de posse do Presidente do Haiti.</p>
2012	Visita da Presidenta Dilma Rousseff ao Haiti.
2013	<p>Visita do Primeiro-Ministro do Haiti, Laurent Lamothe a Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro (maio).</p> <p>Visita do Ministro das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado a Porto Príncipe (novembro).</p>

Fonte: Itamaraty: Divisão do Caribe, 6 Jul. 2015.

Anexo 8: Resoluções Normativas N° 97; N° 102; N° 113

1 – Resolução Normativa N° 97, de 12 de janeiro de 2012

N° 10, sexta-feira, 13 de janeiro de 2012

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

59



2.4. Somente poderão ser comercializados materiais cujas especificações técnicas cumpram as normas técnicas fixadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e de acordo com o Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade (SBC) e com as resoluções do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

3. Definir que os recursos destinados ao Fimac FGTS serão fixados anualmente a partir da disponibilidade do Fundo, alcançando-se R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) para o exercício de 2012.

4. Determinar que o Gestor da Aplicação e o Agente Operador regulamentem as disposições complementares a esta Resolução no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

5. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO DOS SANTOS PINTO
Presidente do Conselho
Interino

RESOLUÇÃO N° 681, DE 10 DE JANEIRO DE 2012

Alterar e consolidar as regras sobre aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que possuam lastro em operações nas áreas de Habitação, de Saneamento Básico e de Infraestrutura Urbana, ou em operações urbanas consorciadas, e de outras providências.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso da competência que lhe confere o inciso I do artigo 3º e tendo em vista o disposto no caput e nos incisos II e IV do artigo 9º, ambos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e

Considerando que os investimentos em Habitação, Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana são fundamentais no processo de crescimento da economia brasileira, pela capacidade de geração de empregos formais por parte das respectivas cadeias produtivas, e para o desenvolvimento urbano sustentável, com reflexo na qualidade de vida do trabalhador;

Considerando que, além do financiamento tradicional, o FGTS pode atuar de forma complementar, incentivando o mercado secundário, por meio de instrumentos financeiros mais flexíveis, que possuam lastro em operações das áreas de Habitação, de Saneamento Básico e de Infraestrutura Urbana e em operações urbanas consorciadas, que auxiliem na superação das restrições de crédito;

Considerando que as operações realizadas por meio de instrumentos do mercado financeiro devem ser submetidas às políticas setoriais de Habitação, Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana e em operações urbanas consorciadas, que possam a vigorar nos termos das FCGTS, resolve:

1. Alterar e consolidar as regras sobre aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que possuam lastro em operações nas áreas de Habitação, de Saneamento e de Infraestrutura Urbana e em operações urbanas consorciadas, que possam a vigorar nos termos dos itens subsequentes desta Resolução.

2. Autorizar o Agente Operador do FGTS a adquirir cotas de FIIs e de FIDCs, debêntures e CRIs, que possuam lastro em operações das áreas de Habitação, de Saneamento Básico e de Infraestrutura Urbana e em operações urbanas consorciadas, sociedades de propósito específico (SPEs) ou entidades afins, respeitada a área de atuação de cada empresa.

2.1. Os instrumentos de formalização dos investimentos deverão prever prazo de duração e as respectivas condições de liquidação ou resgate.

2.1.1. Nas operações da área de Habitação todas as unidades dos empreendimentos deverão enquadrar-se nos parâmetros do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e será exigida a quitação, parcial ou total, dos investimentos realizados durante os prazos de carência e amortização, conforme ocorre a comercialização das unidades.

2.2. Os agentes financeiros habilitados a operar com recursos do FGTS, de acordo com as normas vigentes, poderão atuar na estruturação dos fundos e papéis para seu lançamento no mercado e posterior aquisição pelo Agente Operador do FGTS.

3. Estabelecer que os investimentos nessas áreas de aplicação, além da atualização aplicável às cotas vinculadas, serão cobrados as seguintes taxas:

a) taxa de juros nominal mínima de 7% (sete por cento) ao ano, sendo, no mínimo, 6% (seis por cento) para remuneração do FGTS e 1% (um por cento) de taxa de risco do Agente Operador, para as áreas de Saneamento e Infraestrutura Urbana, para as operações urbanas consorciadas e para a área de Habitação na hipótese de todas as unidades construídas no empreendimento enquadrarem-se nos parâmetros da área de Habitação Popular definidos por este Conselho;

b) taxa de juros nominal mínima de 9% (nove por cento) ao ano, sendo, no mínimo, 8% (oito por cento) para remunerar o FGTS e 1% (um por cento) de taxa de risco do Agente Operador, para a área de Habitação na hipótese de todas as unidades construídas no empreendimento não se enquadrarem nos parâmetros da área de Habitação Popular definidos por este Conselho; e

c) no caso da área de Habitação, a média das taxas consignadas nas alíneas "a" e "b" deste item, ponderada pelo valor das respectivas unidades, na hipótese de haver unidades enquadradas e não-enquadradas nos parâmetros da área de Habitação Popular definidos por este Conselho.

3.1. Os custos relativos à estruturação dos fundos e papéis constituir-se-ão encargos dos tomadores e deverão ser cobrados pelos agentes financeiros, à vista no ato da operação ou distribuído ao longo da vigência da operação, segundo percentual pactuado livremente entre as partes.

4. Autorizar o Agente Operador a investir até:

a) 80% (oitenta por cento) do valor de cada empreendimento na área de Habitação, limitado a 90% (noventa por cento) dos custos de produção, e integralizar os recursos em conta específica remunerada de titularidade do tomador, os quais serão liberados conforme o fluxo programado de execução dos projetos; e

b) 50% (cinquenta por cento) do valor de cada operação/empreendimento nas áreas de Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana e integralizar os recursos em conta específica remunerada de titularidade do tomador, os quais serão liberados conforme o fluxo programado de execução dos projetos.

4.1. No caso de aquisição de papéis ou cotas de fundos de investimentos listados em operações urbanas consorciadas, fica o Agente Operador autorizado a definir o percentual de investimento, baseado na análise de cada operação.

4.2. O Agente Operador avaliará e mitigará os riscos de crédito, mercado, liquidez, legal e operacional de modo que os investimentos apresentem rating que se situe nos padrões de classificação nas faixas de baixo risco.

4.2.1. Na mitigação dos riscos serão exigidas as garantias admitidas pela legislação do FGTS.

4.2.2. O Agente Operador assegurará ao Fundo, no conjunto dos investimentos realizados na forma desta Resolução, o rendimento mínimo igual à atualização monetária das cotas vinculadas acrescida de juros nominais de 6% (seis por cento) ao ano.

5. As operações de investimentos a serem realizadas deverão ser submetidas às políticas setoriais de Habitação, Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana e estar em consonância com as diretrizes de aplicação dos recursos do FGTS.

6. Determinar que o Agente Operador apresente a este Conselho, observada a regulamentação do Gestor da Aplicação, relatórios das operações controladas, inclusive das anteriores à vigência desta Resolução, contendo as dados sobre os empreendimentos.

6.1. O Gestor da Aplicação definirá por meio de instruções normativas específicas para cada uma das áreas, as informações que deverão constar no relatório e sua periodicidade.

6.2. O Agente Operador disponibilizará no Canal FGTS as informações sobre as operações objeto desta Resolução e as incluirá nas apresentações semestrais, de que trata a Resolução nº 515, de 29 de agosto de 2006.

7. Determinar que o Agente Operador contrate operações com base nos saldos remanescentes dos valores alocados anteriormente à publicação desta Resolução, para cada área orçamentária, na forma disposta a seguir:

a) Habitação: R\$ 12.000.000.000,00 (doze bilhões de reais);

b) Saneamento Básico: R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais);

c) Infraestrutura Urbana: R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais).

8. Determinar que o Gestor da Aplicação elabore, anualmente, proposta orçamentária para execução das operações de que trata esta Resolução.

9. Determinar ao Gestor da Aplicação e ao Agente Operador que regulamentem esta Resolução, no âmbito das respectivas competências.

10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

11. Revogar as Resoluções nºs 578, de 2 de dezembro de 2008, e 591, de 24 de março de 2009.

PAULO ROBERTO DOS SANTOS PINTO
Presidente do Conselho
Interino

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 97, DE 12 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º A nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

Art. 3º Antes do término do prazo previsto no caput do art. 1º desta Resolução Normativa, o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da consolidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor.

Art. 4º Esta Resolução Normativa vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada.

Art. 5º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

COORDENAÇÃO GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 12 de janeiro de 2012


O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu as seguintes decisões de autorização de trabalho:

Processo: 4609032367201152 Empresa: ARCELORMITTAL PROJECTS AMERICA DO SUL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FALKO ZULEIKER Passaporte: CAVVHT08V. Processo: 4609030377201153 Empresa: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SC UDES. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIO JORGE CARDOSO COELHO FREITAS Passaporte: H0308. Processo: 4609041103201189 Empresa: LIZA LIZ COMERCIO E COMERCIO DE ROUPAS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VICTORIA EUGENIA VILLAFANE CASTRO Passaporte: 13038803. Processo: 460904038277201175 Empresa: 1 M S DO BRASIL SUPORTE E ASSISTENCIA TECNICA EM EQUIPAMENTOS SIDERURGICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDRIAS DITLOF Passaporte: C7NJKC19. Processo: 46090434010201156 Empresa: OPMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RONALD L SALADINO Passaporte: 444892643. Processo: 4609040106201114 Empresa: SCHAIHN ENGENHARIA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WILSON RAMIRO YAUIRIPARI MAMANI Passaporte: 7919285. Processo: 4609040107201151 Empresa: SCHAIHN ENGENHARIA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WALTER ZURITA GOMEZ Passaporte: 6592935. Processo: 4609040393201189 Empresa: CALZADONA BRASIL COMERCIO DE MODA E ACESSORIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Susana Manuela Martins Alves Passaporte: J531222. Processo: 4609040393201189 Empresa: CALZADONA BRASIL COMERCIO DE MODA E ACESSORIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREA LUISA SILVA SAO HENTO Passaporte: 1769471. Processo: 46090401914201191 Empresa: ABBASSY DO BRASIL SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL ANDRES REYES GONZALES Passaporte: CC1019015403. Processo: 46090401915201135 Empresa: ABBASSY DO BRASIL SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID RODRIGO ESPINOSA VASQUEZ Passaporte: C80153327. Processo: 4609040195201121 Empresa: MSG GLOBAL SOLUTIONS DO BRASIL DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA EM SISTEMAS E SOFTWARE LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DORIS BRIGHT SIMON Passaporte: C1W3RXTM3. Processo: 46090401957201176 Empresa: MSG GLOBAL SOLUTIONS DO BRASIL DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA EM SISTEMAS E SOFTWARE LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SERGIO RAPUN HERNANDEZ Passaporte: AAA603021. Processo: 46090402073201139 Empresa: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAN KILDEGAARD HANSEN Passaporte: 20251802. Processo: 46090401104201134 Empresa: ENGEXPOR BRASIL GERENCIAMENTO DE PROJETOS E OBRAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CAMILO ARMANDO VILA DANTAS PEDREIRA Passaporte: J436111. Processo: 46090401101201109 Empresa: ENGEXPOR BRASIL GERENCIAMENTO DE PROJETOS E OBRAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUI CARLOS DIAS PEREIRA DA SILVA Passaporte: L873211. Processo: 46090401102201145 Empresa: ENGEXPOR BRASIL GERENCIAMENTO DE PROJETOS E OBRAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIO ALBERTO CLEMENTE CARDOSO Passaporte: J235848. Processo: 46207006876201113 Empresa: PSG INTERNATIONAL TESTING PIPELINES DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Mariano Jose Vidal Trumant Passaporte: AD 983918. Processo: 46205021346201115 Empresa: EM-BIRAL BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MANUEL ANTONIO TRINDADE MESSIAS Passaporte: H332074. Processo: 46205017819201171 Empresa: VILAMINHO BRASIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RUI ALBERTO BARROS FERNANDES Passaporte: H374921. Processo: 46090309303201181 Empresa: BAHIA DOURADA MOVEIS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DANIELE FAVERO Passaporte: A33626286. Processo: 46217006823201175 Empresa: EGS INCORPORACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER MEDRAN PASTOR Passaporte: AAB156673. Processo: 46217006823201121 Empresa: EGS INCORPORACOES LTDA Prazo: Indeterminado Es-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/arquivos/diario>, pelo código 00012012011300059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2 - Resolução Normativa Nº 102, de 26 de abril de 2013 e Resolução Normativa Nº 113, de 09 de dezembro de 2014

		96	ISSN 1677-7042	Diário Oficial da União - Seção 1	Nº 81, segunda-feira, 29 de abril de 2013
ORÇÃO: 52000 - Ministério da Defesa UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO			Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 VALOR
0906		Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)			994.972.774
28 844		OPERAÇÕES ESPECIAIS			994.972.774
28 844		Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional			994.972.774
TOTAL - FISCAL					241.945.808
TOTAL - SEGURIDADE					733.026.966
TOTAL - GERAL					994.972.774
ORÇÃO: 56000 - Ministério das Cidades UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)					
FUNCIONAL		PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO			Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 VALOR
0906		Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)			2.577.897
28 844		OPERAÇÕES ESPECIAIS			2.577.897
28 844		Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional			2.577.897
TOTAL - FISCAL					40.600
TOTAL - SEGURIDADE					2.537.297
TOTAL - GERAL					2.577.897
ORÇÃO: 56000 - Ministério das Cidades UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)					
FUNCIONAL		PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO			Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 VALOR
0905		Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)			14.522.595
28 843		OPERAÇÕES ESPECIAIS			14.522.595
28 843		Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional			14.522.595
TOTAL - FISCAL					5.765.722
TOTAL - SEGURIDADE					8.756.873
TOTAL - GERAL					14.522.595
ORÇÃO: 61000 - Secretaria de Assuntos Estratégicos UNIDADE: 61201 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)					
FUNCIONAL		PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO			Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 VALOR
0906		Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)			443.555
28 844		OPERAÇÕES ESPECIAIS			443.555
28 844		Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional			443.555
TOTAL - FISCAL					443.555
TOTAL - SEGURIDADE					443.555
TOTAL - GERAL					443.555

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 21, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA, no uso da competência que lhe confere o art. 3º, inciso I, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no DOU de 30 de junho de 2010, seção 2, página 75, e tendo em vista o disposto nos arts. 538 e 553 do Código Civil Brasileiro, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04941.002790/2012 12, resolve:

Art. 1º Aceitar a Doação de um terreno com área correspondente a 132,00m², situado à Avenida Guararapes, no Loteamento Alves de Souza Leite nº 93, no município de Paulo Afonso, estado da Bahia, doado pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF à UNIÃO. As características e confrontações do imóvel estão constantes em escritura pública de doação lavrada, em 01 de novembro de 2012, no Tabelionato de Notas e Protesto da Comarca de Paulo Afonso - BA, livro nº 43-C, fls. 027/028 e versos, sob nº 39.587, por Ana Paula Alves da Silva e registrada no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas, Títulos, Documentos e Pessoa Jurídica da Comarca de Paulo Afonso - BA, em 16 de novembro de 2012, sob nº de Matrícula R-2-16.239.

Art. 2º O imóvel objeto desta Portaria destina-se à construção da Agência da Receita Federal em Paulo Afonso/BA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ANTONIO ROCHA DIAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012013042900096

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 25 de abril de 2013

Consoante o disposto no art. 4º e parágrafos da Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, na Portaria nº 194, de 17 de Abril de 2008, e na Nota Técnica SRT/MT nº 004/2013, DIVULGO as Centrais Sindicais que atendem aos requisitos previstos no art. 2º da referida Lei, com seus índices de representatividade, as quais serão fornecidos os respectivos Certificados de Representatividade - CR.

a) Central Única dos Trabalhadores, com índice de representatividade de 33,60%;

b) Força Sindical, com índice de representatividade de 13,80%;

c) UGT - União Geral dos Trabalhadores, com índice de representatividade de 11,20%;

d) CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, com índice de representatividade de 9,20%; e

e) NCST - Nova Central Sindical de Trabalhadores, com índice de representatividade de 8,10%.

Processos Nºs: 46000.001565/2013-38 e 46031.000361/2013-12

Assunto: Representatividade das Centrais Sindicais - 2013

Considerando os termos da Lei 11.648, de 31 de março de 2008, que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais, e que infere ao Ministério do Trabalho e Emprego a competência de aferir os requisitos de representatividade, com as instruções delimitadas por meio da Portaria nº 194, de 17 de abril de 2008 tendo, nesse sentido, a criação do Grupo de Trabalho com as suas atribuições instituídas através da Portaria nº 1.390, de 28 de agosto de 2012, sendo seus membros designados formalmente para o desenvolvimento dos trabalhos relativos ao ano de 2013 (ano-base 2012) por meio da Portaria nº 1.528, de 26 de setembro de 2012 e ainda, considerando os pareceres das Notas Informativas Nºs. 03/2013/SRT/MT e Nºs. 005/2013/SRT/MT, elaboradas pela Secretaria de Relações do Trabalho, resolve: INDEFERIR o recurso provido pela Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB e ACIMAR o resultado final da apuração da representatividade sindical de 2013, conforme parecer da Nota Técnica SRT/MT nº 004/2013.

MANOEL DIAS

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 102, DE 26 DE ABRIL DE 2013

Altera o art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º. O caput do art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores."

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 81, segunda-feira, 29 de abril de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

97

Art. 2º. Fica revogado o parágrafo único do art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 2012.

Art. 3º. Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 371, DE 26 DE ABRIL DE 2013

§ 3º as atas aprovadas podem ser divulgadas em sites das representações de governo, trabalhadores e empregadores em função do interesse e disponibilidade de meios.

Art. 9º As CLRBs podem se reunir extraordinariamente, à vista de situação relevante, por convocação de seu coordenador ou por solicitação do coordenador de uma das bancadas, na forma do regimento interno.

Art. 10 Em caso de dúvidas, as mesmas deverão ser encaminhadas e dirimidas pelo CNPBB.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua aprovação.

Batista, São José, Palhoça, São Pedro de Alcântara e Tijucas" no Estado de Santa Catarina; do SINCAP - SINDICATO NACIONAL DO COMÉRCIO ATAC - DE PEDRAS PRECIOSAS, Carta Sindical: L008 P040 A1941, CNPJ: 33.907.585/0001-87, os municípios de Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitópolis, Antonio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, Palhoça, São Pedro de Alcântara e Tijucas" no Estado de Santa Catarina; do SINDILUB - Sindicato Interindustrial do Comércio de Lubrificantes, Processo nº: 46000.011354/95-89, CNPJ:

Fonte: Diário Oficial da União, Seção 1, 2012, p. 96-97

Resolução Normativa nº 113, de 09 de dezembro de 2014.

Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve: [...] Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Fonte: OBMigra (2014, p. 21)

Anexo 9: Indicadores sobre Migração Internacional

1 – Haiti

Haiti

<i>Indicator</i>	<i>1995</i>	<i>2005</i>
Population		
Total (<i>thousands</i>).....	7 391	8 528
Males (<i>thousands</i>).....	3 625	4 202
Females (<i>thousands</i>).....	3 767	4 326
Rate of growth per 1,000 population ^a	14.3	14.3
Rate of natural increase per 1,000 population ^a	17.0	16.9
International Migrant stock^b		
Total (<i>thousands</i>).....	22.2	30.1
Males (<i>thousands</i>).....	9.0	11.5
Females (<i>thousands</i>).....	13.2	18.5
Percentage of population.....	0.3	0.4
Refugees^c		
Total (<i>thousands</i>).....	—	—
Percentage of international migrant stock.....	—	—
Net migration^a		
Total (<i>thousands</i>).....	- 21.0	- 21.0
Rate per 1,000 population.....	- 2.7	- 2.6
Number per 100 births.....	- 8.7	- 8.4
Remittances^d		
Total (<i>millions of US dollars</i>).....	109.0	876.0
Percentage of gross domestic product.....	4.7	22.1
Per capita (<i>US dollars</i>).....	14.7	102.7
Government views and policies on international migration^e		
Immigration levels View.....	Satisfactory	Satisfactory
Policy.....	Maintain	Maintain
Emigration levels View.....	Too high	Too high
Policy.....	Lower	Lower
States parties to United Nations legal instruments	Year ratified	
1951 Convention relating to the Status of Refugees.....	1984	
1967 Protocol relating to the Status of Refugees.....	1984	
1949 ILO Convention concerning Migration for Employment (revised) (No.97).....	Not ratified	
1975 ILO Convention concerning Migration in Abusive Conditions and the Promotion of Equality of Opportunities and Treatment of Migrant Workers (No.143).....	Not ratified	
1990 International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of their Families.....	Not ratified	
2000 Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children ^f	Not ratified	
2000 Protocol against the Smuggling of Migrants by Land, Sea and Air ^g	Not ratified	

Fonte: ONU. International Migration Report 2006: A Global Assessment. New York, 2009, p. 196. Grifo nosso. Disponível em: http://www.un.org/esa/population/publications/2006_MigrationRep/exec_sum.pdf. Acesso em: 12/12/2015.

2 – Brasil

Brazil		
Indicator	1995	2005
Population		
Total (thousands)	161 376	186 405
Males (thousands)	79 948	91 870
Females (thousands)	81 428	94 535
Rate of growth per 1,000 population ^a	14.9	13.9
Rate of natural increase per 1,000 population ^a	15.0	14.1
International Migrant stock^b		
Total (thousands)	730.5	641.5
Males (thousands)	389.9	344.0
Females (thousands)	340.6	297.4
Percentage of population	0.5	0.3
Refugees^c		
Total (thousands)	2.1	3.4
Percentage of international migrant stock	0.3	0.5
Net migration^a		
Total (thousands)	- 26.0	- 26.0
Rate per 1,000 population	- 0.2	- 0.1
Number per 100 births	- 0.7	- 0.7
Remittances^d		
Total (millions of US dollars)	3 315.0	3 575.0
Percentage of gross domestic product	0.5	0.6
Per capita (US dollars)	20.5	19.2
Government views and policies on international migration^e		
Immigration levels	View	Satisfactory
	Policy	Maintain
Emigration levels	View	Too high
	Policy	No intervention
States parties to United Nations legal instruments		
		Year ratified
1951 Convention relating to the Status of Refugees		1960
1967 Protocol relating to the Status of Refugees		1972
1949 ILO Convention concerning Migration for Employment (revised) (No 97)		1965
1975 ILO Convention concerning Migration in Abusive Conditions and the Promotion of Equality of Opportunities and Treatment of Migrant Workers (No 143)		Not ratified
1990 International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of their Families		Not ratified
2000 Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children ^f		2004
2000 Protocol against the Smuggling of Migrants by Land, Sea and Air ^f		2004

Fonte: ONU. International Migration Report 2006: A Global Assessment. New York, 2009, p. 133. Grifo nosso. Disponível em: http://www.un.org/esa/population/publications/2006_MigrationRep/exec_sum.pdf. Acesso em: 12/12/2015.

3 – República Dominicana

Dominican Republic

Indicator	1995	2005
Population		
Total (thousands).....	7 672	8 895
Males (thousands).....	3 892	4 490
Females (thousands).....	3 780	4 405
Rate of growth per 1,000 population ^a	14.9	14.7
Rate of natural increase per 1,000 population ^a	19.4	17.9
International Migrant stock^b		
Total (thousands).....	118.5	156.5
Males (thousands).....	73.3	95.6
Females (thousands).....	45.2	60.9
Percentage of population.....	1.5	1.8
Refugees^c		
Total (thousands).....	1.1	—
Percentage of international migrant stock.....	0.9	—
Net migration^a		
Total (thousands).....	- 36.0	- 28.0
Rate per 1,000 population.....	- 4.5	- 3.3
Number per 100 births.....	- 17.5	- 13.3
Remittances^d		
Total (millions of US dollars).....	839.0	2 471.0
Percentage of gross domestic product.....	5.4	10.4
Per capita (US dollars).....	109.4	277.8
Government views and policies on international migration^e		
Immigration levels View.....	Too high	Satisfactory
Policy.....	Lower	Maintain
Emigration levels View.....	Too high	Satisfactory
Policy.....	No intervention	No intervention
States parties to United Nations legal instruments		Year ratified
1951 Convention relating to the Status of Refugees.....		1978
1967 Protocol relating to the Status of Refugees.....		1978
1949 ILO Convention concerning Migration for Employment (revised) (No.97).....		1983
1975 ILO Convention concerning Migration in Abusive Conditions and the Promotion of Equality of Opportunities and Treatment of Migrant Workers (No.143).....		Not ratified
1990 International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of their Families.....		Not ratified
2000 Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children ^f		Not ratified
2000 Protocol against the Smuggling of Migrants by Land, Sea and Air ^f		Not ratified

Fonte: ONU. International Migration Report 2006: A Global Assessment. New York, 2009, p. 166. Grifo nosso. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/2006_MigrationRep/exec_sum.pdf>. Acesso em: 12/12/2015.

4 – Estados Unidos da América

United States of America

Indicator		1995	2005
Population			
Total (thousands).....		269 603	298 213
Males (thousands).....		132 388	146 680
Females (thousands).....		137 215	151 533
Rate of growth per 1,000 population ^a		10.5	9.7
Rate of natural increase per 1,000 population ^a		6.0	5.7
International Migrant stock^b			
Total (thousands).....		28 522.1	38 354.7
Males (thousands).....		14 079.7	19 102.3
Females (thousands).....		14 442.4	19 252.5
Percentage of population.....		10.6	12.9
Refugees^c			
Total (thousands).....		627.2	405.8
Percentage of international migrant stock.....		2.2	1.1
Net migration^a			
Total (thousands).....		1 240.0	1 160.0
Rate per 1,000 population.....		4.5	4.0
Number per 100 births.....		31.2	28.4
Remittances^d			
Total (millions of US dollars).....		2 179.0	3 038.0
Percentage of gross domestic product.....		—	—
Per capita (US dollars).....		8.1	10.2
Government views and policies on international migration^e			
Immigration levels	View.....	Satisfactory	Satisfactory
	Policy.....	Maintain	Maintain
Emigration levels	View.....	Satisfactory	Satisfactory
	Policy.....	No intervention	No intervention
States parties to United Nations legal instruments		Year ratified	
1951 Convention relating to the Status of Refugees.....		Not ratified	
1967 Protocol relating to the Status of Refugees.....		1968	
1949 ILO Convention concerning Migration for Employment (revised) (No.97).....		Not ratified	
1975 ILO Convention concerning Migration in Abusive Conditions and the Promotion of Equality of Opportunities and Treatment of Migrant Workers (No.143).....		Not ratified	
1990 International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of their Families.....		Not ratified	
2000 Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children ^f		2005	
2000 Protocol against the Smuggling of Migrants by Land, Sea and Air ^g		2005	

Fonte: ONU. International Migration Report 2006: A Global Assessment. New York, 2009, p. 322. Grifo nosso. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/2006_MigrationRep/exec_sum.pdf>. Acesso em: 12/12/2015.

Anexo 10: Créditos aprovados para operações de manutenção da paz da ONU para o período de 1 de jul. de 2015 a 30 de jun. de 2016 (em dólares estadunidenses).

Crédits approuvés au titre des opérations de maintien de la paix pour l'exercice allant du 1^{er} juillet 2015 au 30 juin 2016

(En dollars des États Unis)

Catégorie de dépenses	MINURSO	MINUSCA	MINUSMA	MINUSTAH	MONUSCO	MINUAD	FNUOD	UNFICYP	FPNUL
1. Militaires et personnel de police	7 064 200	356 021 100	335 249 900	173 623 600	602 867 700	551 521 600	25 853 800	23 586 200	334 170 300
2. Personnel civil	20 762 700	153 963 200	137 015 800	107 775 600	316 122 100	278 085 200	14 627 700	13 168 300	93 896 000
3. Dépenses opérationnelles									
Observateurs électoraux civils	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Consultants	15 000	462 600	704 600	1 777 000	1 279 700	173 300	—	45 000	—
Voyages	670 400	4 695 700	5 243 800	3 542 000	8 158 800	4 646 600	408 000	276 000	971 000
Installations et infrastructures	2 979 800	122 413 100	144 883 100	42 844 600	83 290 700	85 612 500	5 537 200	7 917 100	18 161 300
Transports terrestres	1 090 100	42 152 300	21 512 200	6 743 100	25 978 100	11 271 900	2 082 700	2 313 000	5 411 900
Transports aériens	10 699 800	52 913 900	149 751 800	11 918 900	188 292 100	96 860 000	—	2 572 700	4 775 100
Transports maritimes ou fluviaux	—	90 000	341 400	310 100	3 014 700	—	—	—	31 749 700
Communications	1 774 800	20 364 300	16 947 500	9 317 300	23 798 600	25 850 300	952 900	703 800	6 796 400
Informatique	1 313 200	15 055 500	16 769 900	6 934 400	18 244 900	16 700 200	915 500	966 600	4 798 500
Santé	158 500	9 336 000	5 417 900	1 587 300	2 270 800	1 488 600	357 200	361 700	1 259 600
Matériel spécial	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fournitures, services et matériels divers	4 589 800	33 599 100	85 467 900	9 981 800	52 421 100	27 954 500	971 200	628 100	3 856 600
Projets à effet rapide	—	3 000 000	4 000 000	4 000 000	5 000 000	2 000 000	—	—	500 000
Proiciel de gestion intégré	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4. Sécurité des systèmes d'information	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total brut	51 118 300	814 066 800	923 305 800	380 355 700	1 330 739 300	1 102 164 700	51 706 200	52 538 500	506 346 400
6. Recettes provenant des contributions du personnel	2 116 200	10 115 100	10 996 800	10 809 300	29 342 100	23 968 500	1 402 600	2 091 800	11 973 600
Total net	49 002 100	803 951 700	912 309 000	369 546 400	1 301 397 200	1 078 196 200	50 303 600	50 446 700	494 372 800
7. Contributions volontaires en nature (budgétisées)	2 071 700	—	—	—	1 439 300	—	—	—	—
Total	53 190 000	814 066 800	923 305 800	380 355 700	1 332 178 600	1 102 164 700	51 706 200	52 538 500	506 346 400

Fonte: ONU, 2015. Disponível em: <http://www.un.org/fr/documents/view_doc.asp?symbol=A/C.5/69/24>. Acesso em: 28/04/2016.

Anexo 11: Bandeiras e hinos das 8ª e 9ª Marchas dos Imigrantes

8ª MARCHA DOS IMIGRANTES

Por que marchamos?

- 1- Pelo trabalho decente
- 2- Pela cidadania universal
- 3- Por uma nova lei de migração
- 4- Pelo veto ao projeto de lei de mudança do Código Penal
- 5- Por direitos iguais
- 6- Pelo direito ao voto
- 7- Por uma cidadania sul-americana
- 8- Pelo direito à educação
- 9- Pelo direito à saúde
- 10- Pela não discriminação dos/as migrantes
- 11- Pela não criminalização dos/as migrantes / e dos movimentos sociais e migratórios /
- 12- Pelo acesso a justiça gratuita e por políticas públicas
- 13- Pelo fim da militarização das fronteiras
- 14- Pela integração dos povos

- A luta é nossa e quem faz é o povo!
- Queremos uma nova lei da imigração, urgente já!
- Contra a xenofobia!
- Fiscalização com dignidade!
- Fiscalização sim! Criminalização não!
- Igualdade para todos!
- Basta de violência!

HINO DA MARCHA DO IMIGRANTE

MARCHAR COM FÉ EU VOU, O BRASIL NÃO COSTUMA FALHAR!
VAMOS MINHA GENTE, POVO UNIDO A CAMINHAR
E JUNTOS, JUNTOS VAMOS LUTAR

CANTEMOS A ESPERANÇA QUE TUDO UM DIA VAI MUDAR
SÓ QUANDO SE ORGANIZAR

MIGRANTE É GENTE, PRECISA RESPEITO E ATENÇÃO
COBRAR DIREITO DO CIDADÃO

PRECISA ANISTIA, UMA VIDA DIGNA E ATENÇÃO
UNIDOS POR CAUSA DA MIGRAÇÃO

NOSSO POVO É FORTE E NÃO SE ENTREGA POR TOSTÃO
SÓ LUTA, SONHO E VITÓRIA NA MÃO

Letra: adaptação Pe. Valdiran

CAMI tel. 2694-5428
cami.imigrantes@terra.com.br
face: cami

8ª Marcha dos Imigrantes em SP 2014
Fonte: Montagem nossa

Bandeiras de Luta

POR QUE MARCHAMOS:

1. Por fronteiras livres para as pessoas;
2. Pelo livre trânsito e residência para todos/as;
3. Por cidadania universal;
4. Pelo fim das deportações;
5. Pelo fim da discriminação e xenofobia;
6. Pela ratificação dos tratados internacionais;
7. Por uma lei de (i) migração humana e democrática;
8. Por uma nova anistia aos imigrantes;
9. Pelo direito à educação, saúde, moradia e lazer de qualidade;
10. Pelo trabalho decente;
11. Pelo fim da exploração do (i) migrante;
12. Pelo direito de votar e ser votado/a;
13. Por uma distribuição justa da renda e do capital;
14. Pelo acesso às políticas públicas e à justiça gratuita;
15. Pela integração dos povos;
16. Por nenhum direito a menos para os/as imigrantes.

9ª MARCHA DOS IMIGRANTES
29 de Novembro
a partir das 9h
Praça da República

FRONTEIRAS LIVRES!
não à discriminação

9ª Marcha dos Imigrantes
Fronteiras Livres!
Não a discriminação

A Marcha faz parte da mobilização mundial dos Imigrantes, instituída pelas Nações Unidas, e celebrada desde 18 de Dezembro de 1990.

Convocamos a todos/as imigrantes e pessoas solidárias a causa, a participarem da **9ª MARCHA** em São Paulo, onde celebrarmos as conquistas obtidas, com o protagonismo dos/as imigrantes, e pelo acesso a todos os direitos, com vista a uma plena inserção social.

PROGRAMAÇÃO

09h Concentração na PRAÇA DA REPÚBLICA com a RUA BARÃO DE ITAPETINGA
Várias apresentações culturais

Saída da 9ª Marcha rumo à PRAÇA DA SÉ
Leitura do Manifesto em frente à Câmara Municipal

Término na PRAÇA DA SÉ com apresentações culturais e notas de apoio de Lideranças

Hino da Marcha do Imigrante
Marchar com Fé eu vou
Adaptação: Letra - Pe. Valdiran Santos

REF: MARCHAR COM FÉ EU VOU,
O BRASIL NÃO COSTUMA FALHAR!

Vamos minha gente,
povo unido a caminhar
E juntos, juntos vamos lutar.

Cantemos a esperança
que tudo um dia vai mudar
Só quando se organizar.

Migrante é gente,
precisa respeito e atenção
Cobrar direito do cidadão.

Precisa anistia,
uma vida digna e atenção.
Unidos por causa da migração.

Nosso povo é forte e
não se entrega por tostão,
Só luta, sonho e vitória na mão.

9ª Marcha dos Imigrantes em SP 2015
Fonte: Montagem nossa

Anexo 12: Imagens da pesquisa de campo

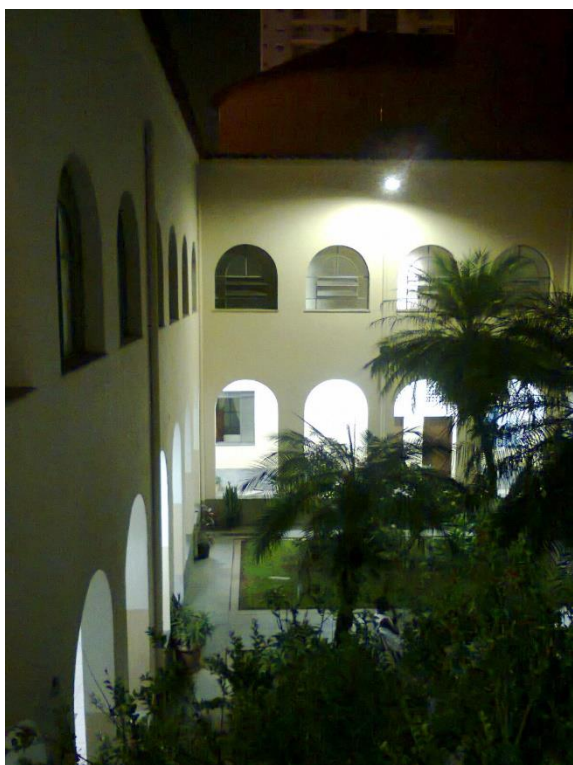


Imagem 14: Casa do Migrante, Missão Paz
Autoria nossa. Registrada em: 18/11/2015



Imagem 16: Chaveiro da Casa do Migrante, Missão Paz
Autoria nossa. Registrada em: 18/11/2015



Imagem 15: Portaria da Casa do Migrante, Missão Paz
Autoria nossa. Registrada em: 18/11/2015



Imagem 17: Entrada interna da Casa do Migrante, Missão Paz
Autoria nossa. Registrada em: 18/11/2015



Imagem 18: Anúncio das próximas Palestras Interculturais na Missão Paz.
Autoria nossa. Registrada em: 18/11/2015

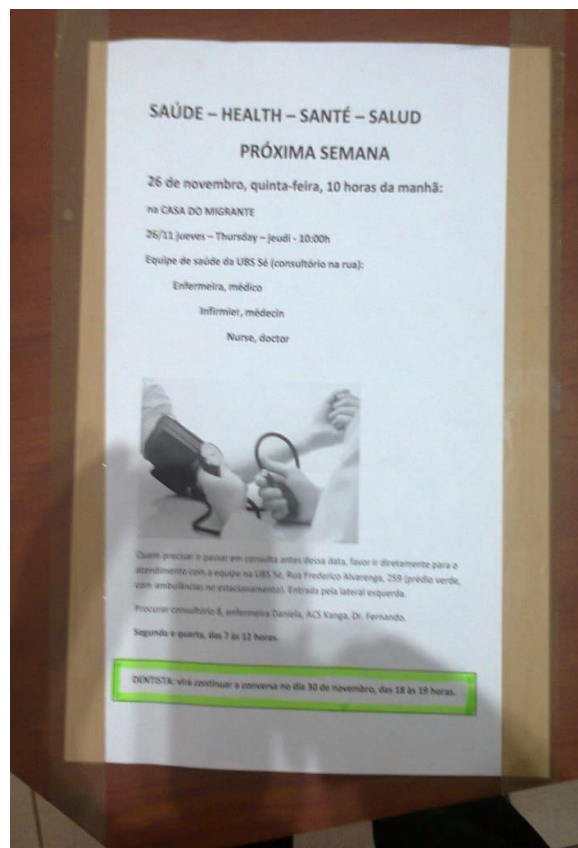


Imagem 20: Anúncio de dia de consulta na Missão Paz
Autoria nossa. Registrada em: 18/11/2015

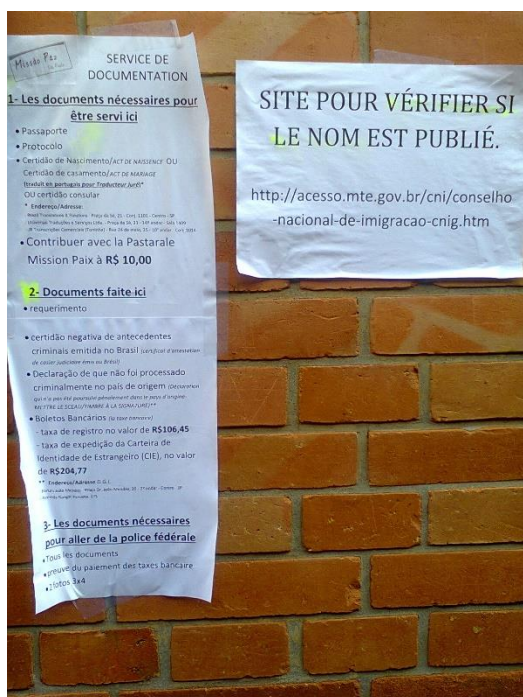


Imagem 19: Cartaz informando documentos necessários para ser atendido pela Missão Paz
Autoria nossa. Registrada em: 18/11/2015



Imagem 21: IV Seminário Vozes e Olhares Cruzados: Rostos Femininos das Migrações no Brasil na Missão Paz
Autoria nossa. Registrada em: 18/11/2015



Imagem 22: Casa do Migrante Jacamim do Governo do Estado de Amazonas em Manaus
 Autoria nossa. Registrada em: 05/11/2014

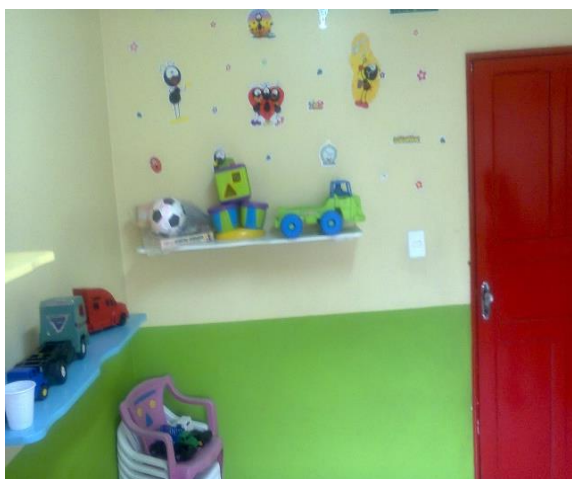


Imagem 23: Brinquedoteca da Casa do Migrante Jacamim em Manaus
 Autoria nossa. Registrada em: 05/11/2014



Imagem 24: dormitório da Casa do Migrante Jacamim em Manaus
 Autoria nossa. Registrada em: 05/11/2014



Imagem 25: Entrada do CRAI Bela Vista –SP
 Autoria nossa. Registrada em: 18/12/2014



Imagem 26: Refeitório do CRAI – Bela Vista - SP
 Autoria nossa. Registrada em: 18/12/2014



Imagem 27a: Dormitório da casa de acolhida do CRAI – Bela Vista - SP
 Autoria nossa. Registrada em: 18/12/2014



Imagem 27b: Dormitório da casa de acolhida do CRAI – Bela Vista - SP
 Autoria nossa. Registrada em: 18/12/2014



Imagem 28: Sala de TV da casa de acolhida do CRAI – Bela Vista - SP
 Autoria nossa. Registrada em: 18/12/2014

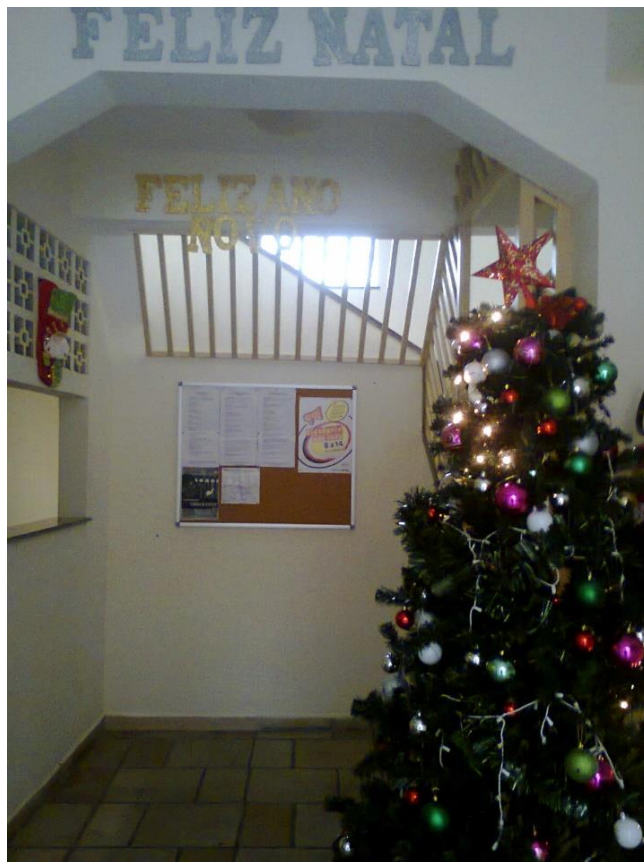


Imagem 29: Interior do CRAI – Bela Vista - SP
 Autoria nossa. Registrada em: 18/12/2014



Imagem 30: Feira Preta 2014 - SP
 Autoria nossa. Registrada em: 07/12/2014



Imagem 31: Feira Preta 2014 - SP
 Autoria nossa. Registrada em: 07/12/2014



Imagem 32: Feira Preta 2014 - SP
 Autoria nossa. Registrada em: 07/12/2014



Imagem 34: 9ª Marcha dos Imigrantes - SP
 Autor desconhecido. Registrada em: 29/11/2015



Imagem 35: 9ª Marcha dos Imigrantes - SP
 Autoria: Alicia Gabriela. Registrada em: 29/11/2015



Imagem 33: 9ª Marcha dos Imigrantes - SP
 Autoria: Alicia Gabriela. Registrada em: 29/11/2015



Imagem 36: 9ª Marcha dos Imigrantes
 Autoria: Alicia Gabriela. Registrada em: 29/11/2015